

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/UFMG  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS/FAFICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCIANA DE MOURA RIBEIRO

“Nem que a vida os separe”: Dúvidas e prescrições sobre  
casamento nos “Anos Dourados” da revista *O Cruzeiro*  
(1946 a 1963)

Belo Horizonte

2012

LUCIANA DE MOURA RIBEIRO

“Nem que a vida os separe”: Dúvidas e prescrições sobre  
casamento nos “Anos Dourados” da revista *O Cruzeiro*  
(1946 a 1963)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social  
Linha de pesquisa: Cultura, Modernidade e Subjetividade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.

Belo Horizonte

2012

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

<b>150</b>	<b>Ribeiro, Luciana de Moura</b>
R484n 2012	“Nem que a vida nos separe” [manuscrito] : dúvidas e prescrições sobre casamento nos "Anos Dourados" da revista O Cruzeiro (1946 a 1963) / Luciana de Moura Ribeiro. -2012. 168 f. Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.
	1. O Cruzeiro (Revista). Da mulher para a mulher. 2. Psicologia - Teses. 2. Casamento – Teses. 3. Relações homem-mulher. I. Nascimento, Ingrid Faria Gianordoli. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Dissertação “Nem que a vida os separe”: Dúvidas e prescrições sobre casamento nos  
“Anos Dourados” da revista “O Cruzeiro”.(1946 a 1963)


elaborada por **Luciana de Moura Ribeiro**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

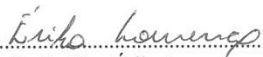
#### MESTRE EM PSICOLOGIA

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2012.

#### BANCA EXAMINADORA

  
.....  
Prof.ª. Dra. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento  
(Orientadora)

  
.....  
Prof.ª. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff

  
.....  
Prof.ª. Dra. Érika Lourenço

E, finalmente, me encontrava nas últimas semanas do término do texto da dissertação, e, em um momento, o qual a mente estava em um turbilhão, dentre isso, dúvidas sobre a *distância entre ficção e realidade* de tudo aquilo que fiz, estudei e analisei... Vejo e ouço Dona Eleonor, senhora bonita, viçosa para os seus 58 anos... em minha casa mais uma vez limpando seus vidros. Porém, de forma diferente: limpava e narrava. Pela imagem que fiz de seus movimentos, por trás dos vidros da varanda, pensei que talvez estivesse limpando suas próprias palavras pela força com que esfregava o pano no vidro, deixando-o cada vez mais limpo. Isso acontecia à medida em que suas palavras dolorosas caíam de sua boca me contando sua vida violentada de esposa e mãe...Quando achei que já tinha escutado tudo, escutei um pouco mais... sem mais me estarrecer, e, dessa vez, escutei e chorei... senti uma impotência enorme, ao mesmo tempo, uma vontade de mudar o mundo, de clamar por paz à violência silenciosa ... pensei, e me coloquei a escrever dedicando esse trabalho a você, por nós... embora nada mude a história...

Com esperança de um mundo mais humano!

*Belo Horizonte, 12 de setembro de 2012*

# *AGRADECIMENTOS*

À vida, pois sem ela nada teria sentido!

À Deus e a presença constante que me conforta, aos seres especiais que me acompanham sempre.

Ao meu marido Carlos Henrique, com amor, admiração e gratidão. Obrigada por aceitar o desafio do mestrado junto comigo; não poderia estudar o “casamento” de outro jeito. Sua dedicação a sua profissão foi minha inspiração e o toque luminoso em partes desse trabalho. Choros e risos, essa é a vida de pessoas casadas.

À professora e orientadora Ingrid Giarnodoli-Nascimento, pela aceitação, aprendizado, paciência e respeito às diferenças, pela escuta constante e cuidadosa. As marcas do trabalho e da amizade deixarão boas lembranças...

Aos colegas do laboratório “Memórias, Práticas e Representações Sociais” e ao professor Adriano Nascimento, com os quais compartilhei respeito, profissionalismo e aprendizado.

Aos colegas de mestrado do programa de pós-graduação, não tenho palavras para dizer sobre as alegrias, as conversas produtivas, os desabafos e as competências. Especialmente à Gabi, pelo valor ao meu trabalho e pela companhia e amizade de toda a jornada.

Às ex-alunas de graduação Virgínia e à Alline, trabalhadoras e companheiras preciosas na organização inicial dos dados, conversas que me auxiliaram em um início onde tudo ainda era duvidoso e incerto.

À Cláudia Salum, não poderia me esquecer do começo de tudo, sua generosidade em me escutar e me incentivar, sua aposta, em um tempo valioso.

Ao Patrício Souza pelas longas conversas no almoço, pelo exemplo de competência e amorosidade, sua coragem me deu força para continuar...

À dança e à grande amiga Regina Perocini, à sua arte e emoção. A dança foi e sempre será algo mágico, amoroso, apaixonante e fortalecedor em minha vida, estou voltando...

Aos meus amigos e parentes, uma jornada de cumplicidade e amizades verdadeiras, obrigada pelos estímulos e pelas contribuições: Lu Melo, Rodrigo Ribeiro, Nuno, Ju, Cláudia Lima, Maria de Mello, dentre tantos outros...

Aos grandes amigos Fábio e à amiga Guida, cujas conversas embalavam meu tema, apimentavam os discursos e me faziam pensar mais e crescer, presença solidária em todo o meu processo de crescimento, valeu demais me aturarem...

À família e, em especial os irmãos (as), inspiração para todo meu trabalho: Dani, Lipe, Luiza, Rúbia e Arthur.

Ao Lipe, pela disposição na coleta dos dados e na captura das imagens, sua arte está marcada nesse trabalho.

Àqueles que com cuidado e competência cuidaram de meu corpo e o aproximaram de minha alma: Fábio, Solange, Guida, Edwirges, Lets e Lelê.

À professora Érika Lourenço, pelo profissionalismo, pelas longas conversas e ideias, muitas de corredor, mas que me proporcionaram muita reflexão, e entusiasmo.

Ao meu pai Lindolfo por tantas conversas, tantos questionamentos e exaltações em torno desse tema da pesquisa; esse mestrado vai deixar história, e saiba que ele também te pertence, é uma luta que nasceu antes de mim.

À minha mãe, avós (*em memória*) e à Graça, mulheres que fizeram parte de minha vida, aprendizado constante. Refletindo sobre suas vidas foi que encontrei a minha e questionando sobre a minha é que retornei às suas...

Ao meu trabalho, à psicologia e à terapia ocupacional, vivências que marcam uma trajetória de contradições e consensos, lutas e vitórias.

Não poderia deixar de agradecer à tecnologia, e hoje, ao meu trabalho com ela, suas ferramentas e as possibilidades de compartilhamento e interação colore o mundo e abrem possibilidades de aproximação com as pessoas e com a sociedade.

Aos funcionários da Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luís de Bessa- BH/MG.

Enfim, a todos os encontros e desencontros que foram muitos e todos importantes...

"Nosso grande medo não é o de que sejamos incapazes.

Nosso maior medo é que sejamos poderosos além da medida.

É nossa luz, não nossa escuridão, que mais nos amedronta.

Nos perguntamos: "Quem sou eu para ser brilhante, atraente, talentoso e incrível?"

Na verdade, quem é você para não ser tudo isso?...

Bancar o pequeno não ajuda o mundo.

Não há nada de brilhante em encolher-se para que as outras pessoas não se sintam inseguras em

torno de você.

E à medida que deixamos nossa própria luz brilhar,

inconscientemente damos às outras pessoas

permissão para fazer o mesmo".

Nelson Mandela

(Discurso de posse, em 1994)

# SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	16
2. INTRODUÇÃO.....	18
2.1. <i>Gênero: encontros e desencontros, uma busca conceitual</i> .....	18
2.2. <i>Gênero: um conceito em construção</i> .....	21
2.3. <i>Identidade de gênero da mulher: caminhos e reflexões</i> .....	24
2.4. <i>Uma breve janela do tempo: contextualização histórica de comportamentos da mulher no Brasil: do século XIX ao XX</i> .....	28
2.5. <i>Casamento, amor e divórcio no Brasil: do século XIX ao XX</i> .....	35
2.6. <i>Desigualdade de gênero com firma reconhecida: matrimônio e Código Civil até meados do século XX</i> .....	44
2.7. <i>Linguagem e sociabilidade: o gênero a partir de revistas femininas</i> .....	46
2.8. <i>Análises da imprensa feminina no século XX: representações das mulheres e seus papéis sociais na revista “O Cruzeiro”</i> .....	48
3. OBJETIVO.....	54
4. METODOLOGIA.....	55
4.1. <i>O ponto de partida: a pesquisa documental</i> .....	55
4.2. <i>Procedimento de coleta de dados</i> .....	56
4.2.1. <i>Localização do material e escolha dos documentos</i> .....	56
4.2.2. <i>Coleta de imagem textual</i> .....	57
4.3. <i>Organização do material fotográfico</i> .....	57
4.3.1. <i>Pré-análise do material textual</i> .....	57
4.4. <i>Constituição do “corpus”</i> .....	58
4.5. <i>Procedimento de análise: análise de conteúdo</i> .....	61
4.6. <i>Tratamento da informação textual com auxílio do computador/ “software” Nvivo 8</i> .....	62
5. RESULTADOS.....	65
5.1. <i>Um panorama geral: caracterização da seção “da mulher para a mulher” da revista o cruzeiro entre 1946 e 1963</i> .....	65

5.2.	<i>Tema casamento: apresentação dos resultados</i> .....	73
5.3.	<i>Organização das categorias sobre o casamento</i> .....	76
5.4.	<i>Descrição das categorias</i> .....	77
5.4.1.	<i>Categoria: “Caso ou não Caso?”</i> .....	79
5.4.2.	<i>Categoria: “Motivo para não se Casar”</i> .....	84
5.4.3.	<i>Categorias: “Ser Esposa” e “Ser Marido”</i> .....	87
5.4.4.	<i>Categoria: “Intimidade sexual do casal”</i> .....	92
5.4.5.	<i>Categoria: “Infidelidade”</i> .....	93
5.4.6.	<i>Categoria: “Separar ou não Separar?”</i> .....	97
5.4.7.	<i>Categoria: “Questionamento sobre o Lugar Social da Mulher”</i> .....	99
6.	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	101
6.1.	<i>Refletindo sobre os valores da seção feminina: “Da Mulher para a Mulher”</i> .....	102
6.2.	<i>Correlações: as normas sociais para o casamento</i> .....	106
6.3.	<i>O amor: um elemento “misterioso”, “contraditório” e essencial</i> .....	111
6.4.	<i>A sociabilidade de ser esposa e os contrapontos em ser marido</i> .....	116
6.5.	<i>Ser marido: adaptar-se ao casamento?</i> .....	117
6.6.	<i>Conflitos entre as questões da personalidade e os papéis sociais da mulher</i> .....	119
6.7.	<i>Eixos norteadores da identidade da mulher: maternidade e trabalho da mulher</i> .....	121
6.8.	<i>Ser esposa: a rainha do lar e responsável pela felicidade da família</i> .....	124
6.9.	<i>Sexualidade e infidelidade para a mulher: ser traída ou ser “a outra”, vítima ou culpada?.....</i>	131
6.10.	<i>O marido traído</i> .....	141
6.11.	<i>O peso das normas sociais: saúde da esposa e saúde do marido</i> .....	141
6.12.	<i>Homens nervosos: a invisibilidade da doença dos nervos</i> .....	147
6.13.	<i>Enfim: Separar ou não separar?</i> .....	150
6.14.	<i>Rupturas sobre o papel social da mulher?</i> .....	152
7.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	158

8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
9.	ANEXOS.....	166
	ANEXO I: <i>Figura 9- Capa da Revista O Cruzeiro, 3 de Setembro de 1960.....</i>	166
	ANEXO II: <i>Figura 10- Seção “Da Mulher para a Mulher, 7 de Maio de 1960, p. 40.....</i>	167
	ANEXO III: <i>Figura 10- Artigo da Seção “Da Mulher para a Mulher, 7 de Maio de 1960, p. 40.....</i>	168
	ANEXO III: <i>Figura 10- Artigo da Seção “Da Mulher para a Mulher, 4 de Fevereiro de 1961, p. 101.....</i>	168

# LISTA DE TABELAS E FIGURAS

## *Figuras do capítulo 4*

Figura 1-	Diagrama de categorias hierárquicas realizada com o auxílio do <i>software</i> Nvivo 8 (artigos de mulheres).....	62
Figura 2-	Diagrama de categorias hierárquicas realizada com o auxílio do <i>software</i> Nvivo 8 (artigos de homens).....	62

## *Figuras do capítulo 5*

Figura 3-	Frequência dos recursos de comunicação identificados na seção “Da mulher para a mulher” para os 231 exemplares da revista <i>O Cruzeiro</i> publicados entre período de 1946 a 1963.....	65
Figura 4-	Nota extraída da revista <i>O Cruzeiro</i> , publicada em 7 de Julho de 1951.....	66
Figura 5-	Distribuição das ocorrências de localidade nos 892 artigos analisados.....	68
Figura 6-	Distribuição por sexo dos artigos que tratam do tema casamento publicados na seção “Da mulher para a Mulher” no período entre 1946 e 1963.....	71
Figura 7-	Número de cartas (N=202) enviadas por mulheres de acordo com a região geográfica a qual foi publicada em cada artigo.....	72
Figura 8-	Número de cartas (N=29), enviadas por homens de acordo com a região geográfica que foi publicada em cada artigo.....	73

## *Tabelas do capítulo 5*

Tabela 1-	Frequência de unidades de informação (UI) contidas nos artigos do corpus e sua classificação segundo as categorias de análise.....	76
Tabela 2-	Assuntos que interferem na decisão de se realizar um casamento.....	78
Tabela 3-	Assuntos que apresentaram um motivo para os(as) leitores(as) não se casarem	82
Tabela 4-	Frequência de unidades de informação (UI) encontrados na Seção Da Mulher para a Mulher referentes ao universo das duas categorias “Ser Esposa” e de “Ser Marido”.....	85
Tabela 5-	Frequência de artigos encontrados na Seção “Da Mulher para a Mulher” referentes ao tema infidelidade.....	91

*Figuras em Anexo*

Figura 9-	Capa da Revista O Cruzeiro, 3 Setembro de 1960.....	164
Figura 10-	Seção “Da Mulher para a Mulher”, Revista O Cruzeiro, 7 de maio de 1960, p.40.....	165
Figura 11-	Artigos da Seção “Da Mulher para a Mulher”, Revista O Cruzeiro, 7 de maio de 1960, p.40.....	166
Figura 12-	Artigos da Seção “Da Mulher para a Mulher”, Revista O Cruzeiro, 4 de fevereiro de 1961, p.101.....	166

# LISTA DE QUADROS

## *Quadros do capítulo 5*

Quadro 1-	Categorização por assunto dos 892 artigos de acordo com a frequência de temas apresentados.....	69
Quadro 2-	Assuntos correspondentes às situações onde há uma exposição da sexualidade do casal.....	90
Quadro 3-	Número de artigos que apresentam dúvidas sobre uma possível separação entre os cônjuges.....	96
Quadro 4-	Assuntos correspondentes às situações as quais fazem um questionamento ao lugar da mulher na sociedade da época.....	98

# RESUMO

Ribeiro, L.M. (2012). “*Nem que a vida os separe*”: *Dúvidas e prescrições sobre o casamento nos “Anos Dourados” da Revista O Cruzeiro (1946-1963)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A presente pesquisa teve como objetivo identificar, organizar e analisar interesses, comportamentos e valores sobre o casamento, vivenciados cotidianamente no Brasil das décadas de 1940 a 1960, relatados por meio de uma seção feminina intitulada “Da Mulher para a Mulher”, na revista de época *O Cruzeiro*. Por se saber que a mídia impressa é geradora de bens simbólicos e um importante meio veiculador dos mesmos, promovendo assim a circulação social, tem um papel destacado na realização desse estudo. Nesse sentido, escolhemos o “Casamento” como tema central dessa investigação, visto que, ao longo do tempo, esse tem sido o eixo fundamental das relações entre os gêneros. A seção mencionada era voltada ao diálogo com o público feminino, apresentada em formato de carta dos leitores, com linguagem direta e pessoal, cujo intuito era também o de dirimir dúvidas e orientar comportamentos. As seções recuperadas das revistas mantidas pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa em Belo Horizonte/MG integraram um material importante como fonte da pesquisa desenvolvida para a compreensão dos complexos elementos sociais que circundam o casamento, a exemplo das relações entre os gêneros feminino e masculino. A pesquisa documental foi realizada com uma amostra de 231 artigos da seção feminina (202 artigos de mulheres e 29 artigos de homem), localizados em 212 revistas. Os dados foram classificados em oito categorias, norteados pela análise de conteúdo e aporte teórico de gênero. A organização do material de análise foi feita com o auxílio do *software* Nvivo 8. Os resultados obtidos apresentaram uma permanência de valores tradicionais da mulher como: ser responsável pelo lar, pelo exercício das funções de esposa, dona de casa e mãe, agindo de acordo com a identidade tradicional, tendo como cumprimento de suas tarefas uma representação de mulher ideal. Com relação à representação do homem, os resultados também demonstraram a preservação de lugares tradicionais, os quais faziam referências ao marido como chefe de família e mantenedor da honra, permanecendo a representação do homem ainda como provedor, o que demonstra a força e a resistência desse valor. Há também prenúncios das mudanças sociais que seriam vislumbradas em décadas posteriores com relação às mulheres. Portanto, percebe-se que houve avanços na discussão sobre temas de socialização da mulher em relação à década anterior. Entretanto, a representação de homem ideal hegemônico ainda persiste.

**Palavras-chaves:** Casamento. Gênero. Relação homem-mulher. “Da Mulher para a Mulher”. Mídia feminina.

# ABSTRACT

Ribeiro, L.M. (2012). *“Nem que a vida os separe”*: *Dúvidas e prescrições sobre o casamento nos “Anos Dourados” da Revista O Cruzeiro (1946-1963)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

This research aimed at identifying, organizing and analyzing concerns, behaviors and values related to marriage, daily experienced in Brazil from the 1940's to the 1960's, reported by a female magazine section entitled "Woman to Woman" of the magazine *O Cruzeiro*. By knowing that the printed media is an inherent symbolic goods generator and an important disseminator of them thereby promoting social movement, it has a prominent role in this study. Accordingly, we chose the "Marriage" as the central theme of this investigation because, over time, this has been the cornerstone of relations between genders. The addressed section was dedicated to dialogue with the female audience, presented in letter format to readers with straight and simple language as well as personal, whose aim was also to dispel doubts and guide behaviors. All sections recovered from the magazines are kept by the State Public Library Luiz de Bessa which joined an important material as a source of this research intended to understand the elements of such complex social relationships among female and male subjects. The documentary research was conducted along with a sample size of 231 articles (202 for female and 29 for male), contained in 212 magazines. The data were classified into eight categories, guided by content analysis and theoretical gender. The organization of the material constitutive analysis was performed with the aid of the software Nvivo 8. Results showed some persistence in traditional values of women as being responsible for the household, duties of wife, homemaker and motherhood, in accordance with the traditional identity, being the fulfillment of their tasks seen as the representation of the ideal woman. Regarding the representation of man, the results also demonstrated the preservation of historic sites, which made reference to the husband as breadwinner and maintainer of honor, keeping representation of man even as provider, which demonstrates the strength and endurance of this value. There are also harbingers of social change that would be glimpsed in later decades with regard to women. Therefore, it is clear that progress was made in discussions on topics of socialization of women in the previous decade. However, the representation of hegemonic ideal man still persists.

**Keywords:** Marriage. Gender. Man-woman relationship. "Woman to Woman" Magazine Section. Female media.

# 1. APRESENTAÇÃO

*O senso comum me calava, pois eu também era um dele.*

**I**nciarei esse texto descrevendo de forma breve o processo de amadurecimento pelo qual o tema de interesse dessa pesquisa foi consolidado em um projeto. Para tanto, uso a primeira pessoa do singular de maneira que eu possa aproximar o(a) leitor(a) das minhas reflexões pessoais que se desdobraram e influenciaram o tema de análise aqui proposto.

Algumas questões, de início, motivaram a busca por respostas sobre a identidade feminina. Esse interesse surgia por observações e vivências no trabalho e na vida cotidiana, as quais me faziam questionar se existia alguma mulher brasileira que não houvesse sentido ou ainda sentiria, em algum momento de sua vida, dúvidas ou se veria obrigada a agir de modo contraditório na maneira de se relacionar amorosamente e no exercício de papéis sociais que lhes eram “apresentados”, como o exercício da sexualidade, namoro, maternidade, casamento e trabalho. Amadurecendo “essa certeza ainda cheia de dúvidas” fui me mobilizando e interessando a pesquisar uma forma de compreender, com maior detalhes, esse universo das mulheres. Pensamento que se somava a ideia de que conhecendo, talvez eu tivesse mais ferramentas para trabalhar nele, já que esse tema era constante em minha prática profissional. O contato com pessoas idosas, principalmente mulheres, cuidadoras de pessoas idosas e profissionais da área de saúde suscitaram-me a pensar em uma proposta de pesquisa, ainda não muito clara, que se constituía basicamente na compreensão de estereótipos construídos socialmente sobre a velhice. Sem a clareza do que realmente se configurava em um problema de pesquisa e não imaginando que poderia fazer uma pesquisa com aporte teórico de gênero, até pelo pouco contato com estudos da área social, propus um tema ligado ao meu objeto de trabalho na área da saúde que era o envelhecimento, mas querendo compreender as exclusões geradas pela velhice. Ao ingressar no mestrado e, então, conhecer a proposta de trabalho de minha orientadora, foi, para minha surpresa, uma possibilidade de reformular meu tema e pensar nas questões sociais das mulheres. Esse conhecimento seria um grande agregador e definidor de um olhar mais crítico com relação a essa temática. A partir daí, a proposta do projeto de pesquisa foi refeita e se concretiza no trabalho aqui apresentado. E, ainda que esta pesquisa não vislumbre as mulheres idosas, indiretamente, há uma compreensão a respeito de seu modo de vida e práticas sociais. As mulheres, hoje com seus 75 anos, viveram sua

mocidade nas décadas compreendidas nesse estudo e, portanto, tiveram contato com as prescrições apresentadas socialmente para se tornarem mulheres, o que possivelmente influenciaram outras gerações como a de nossos pais e a nossa própria geração. Portanto, compreender outras épocas, como as décadas de 1940, 1950 e 1960, é também compreender a época atual. Como relata Biasoli-Alves: “Os valores que os mais velhos cultivaram e buscaram imprimir nos seus filhos e netos estão ainda presentes, hoje, mesmo que sob outras roupagens” (Biasoli-Alves, 2000, p.239).

Iniciando nesse caminho novo e desconhecido, um desafio teórico se fazia: traçar uma lógica que me permitisse compreender todo um aparato social envolvido nos comportamentos humanos. A localização conceitual, a qual aqui me invisto, nessa pesquisa e em meus estudos, foi e, ainda é, um desafio instigante e caloroso; um universo novo para a minha área de atuação. Um campo teórico que me habilitou na compreensão que pudesse suprir uma necessidade ainda crua de articulações. Assim traço essa jornada em forma de conceito, do que para mim se tornou mais do que um simples conhecimento, se tornou saber viver e compreender aquelas tantas mulheres que fazem parte de minha vida e que me fizeram refletir, me indignar, chorar e descobrir que era preciso saber mais. Porque contentar com o que era oferecido trazia uma enorme angústia existencial. Todo o trabalho desse mestrado tem uma luz diferente para mim como mulher, esposa, filha e terapeuta ocupacional, pois ao compreender as subjetividades dos comportamentos sobre esse tema e na compreensão de gênero, minha vida pessoal também foi tocada.

Essa vivência pessoal e profissional de áreas diferentes provocaram encontros e inquietações ao longo dessa estrada, traduzidos em um vazio de linguagem, uma dificuldade de encontrar palavras e ideias que me permitissem discutir esse conceito dentro de seu aparato social. Criar pontes e buscar diálogos com pessoas da minha área, definida como biológica e da saúde, e me fazer compreendida, numa lógica coerente, foi um caminho muitas vezes desconfortável. Foram várias tentativas de manter uma discussão com bases sociais no comportamento de mulheres e homens, nas quais, ao me deparar com alguns argumentos naturalizados, tive que me calar. A existência do incômodo e do silêncio me mobilizou na busca por respostas e compreensões que me permitissem posicionar de forma mais esclarecedora a respeito da discussão de gênero... Portanto, a partir dessa abordagem teórica é que me investi em trazer uma compreensão sobre o *casamento*, tema delimitado a partir da elevada ocorrência nos dados pesquisados e pela reflexão de que esse assunto é universal e faz parte do cotidiano das mulheres e homens de “ontem” e de “hoje”...

## 2. INTRODUÇÃO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os assuntos importantes para a compreensão da análise dos dados da atual pesquisa. Iniciaremos essa compreensão com uma breve discussão sobre gênero, situando conceitos e épocas. Posteriormente, apresentaremos nossa compreensão de identidade de gênero da mulher e as escolhas teóricas. Em seguida, faremos uma breve janela do tempo contextualizando a socialização da mulher e as redes de relações sociais que envolveram o casamento em seu cotidiano na sociedade brasileira. E, por fim, apresentaremos como o gênero é veiculado em revistas femininas e o papel da imprensa no comportamento social da mulher.

### 2.1. *Gênero: encontros e desencontros, uma busca conceitual*

*Não se nasce mulher, torna-se mulher (Simone de Beauvoir)*

Muitas explicações dos lugares sociais ocupados por mulheres e homens, estabelecidos e nomeados pelo senso comum, possuem vínculos com momentos históricos ligados à certas imagens vinculadas a essas referências. Não é incomum, ao observar os diálogos sociais sobre os naturais lugares de gênero, encontrar a utilização na linguagem popular da expressão “tempos das cavernas” para ancorar as diferenças entre gêneros. As práticas sociais referenciadas a esse tempo resumiam-se: o homem sair para caçar e a mulher cuidar da proteção das crianças e participar da agricultura (Swain, 2001b). Essa aparente divisão de tarefas tornou-se referência para instituir e hierarquizar lugares sociais baseados na diferença entre os sexos e no pressuposto de que “sempre foi assim” não cabendo a nós questionar o que é posto como natural. Diante dessa afirmativa, amplamente utilizada como justificativa em discursos tanto formais como informais, Swain (2001b) desconstrói essa certeza afirmando que

nada pode provar essa divisão de trabalho, a não ser as pressuposições contidas em suas próprias concepções de papéis de gênero. As generalizações históricas a respeito das relações mulheres/homens são fruto de um positivismo anacrônico que se fundamenta apenas na afirmação de suas premissas: é natural porque é, e sendo assim, sempre foi (p.36).

A autora acrescenta, ainda, que a possível afirmativa a qual nos remete a ideia de que as mulheres seriam menos hábeis para caçar, nunca foi comprovada. Junto a esse argumento, que parece trazer conforto explicativo para grandes interrogações que hoje colocamos a prova, as proposições sobre as mulheres, baseadas no senso comum, foram sendo referenciadas a partir de outros contextos históricos e justificativas biológicas instituindo um lugar social hierarquizado entre homens e mulheres.

Segundo Scott (1995), a Revolução Francesa, em 1789, foi um marco e importante modelo de democracia na Europa e no mundo com suas premissas de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Entretanto, se as súmulas forem analisadas em pormenores, nota-se que as prerrogativas não romperam com um modelo de exclusão social vivenciadas pelas mulheres, desde o período histórico anterior na antiguidade grega, nas quais o modelo de liberdade era concebido para o cidadão masculino. Portanto, o ideal levantado, a partir da Revolução Francesa, constituiu-se de modo ambíguo com relação à aquisição de direitos sociais das mulheres (Gonçalves, 1998, p. 44). Como exemplo dessa desigualdade apresentada no discurso da Revolução Francesa, Joan Scott (1995) destaca um trecho da legislação onde o rechaçamento ao divórcio é anunciado. Suas prerrogativas são claras com relação não somente à exclusão das classes sociais, mas também à definição de um lugar subalterno ocupado pela figura feminina nas instituições sociais:

Do mesmo modo que a democracia política permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se voltar contra o poder estabelecido, também o divórcio, verdadeira democracia doméstica, permite à esposa, parte fraca, rebelar-se contra a autoridade marital(...). A fim de manter o Estado fora das mãos do povo, é necessário manter a família fora das mãos das esposas e dos filhos (Louis de Bonald, 1819 citado por Scott, 1995, p. 90).

Apesar da existência dessas afirmações implícitas sobre o real lugar social da mulher nessa época, a Revolução Francesa e sua conjuntura também foram propulsores e serviram de experiência para as mulheres isoladamente lutarem a favor de seus direitos, sem que necessariamente se configurasse em um movimento feminista, o qual somente foi estabelecido como um movimento coletivo organizado no final do século XIX, com a influência e expressão das ciências naturais e sociais (Gonçalves, 1998).

O modelo ocidental moderno de racionalidade positivista, difundido por Comte, elegeu o sujeito cartesiano de Descartes cindido entre dualidades como mente/corpo, razão/espírito como referência se tornando um marco para as argumentações acerca das diferenças sexuais. As diferenças biológicas baseadas no sexo, como fator explicativo de

distinção entre homens e mulheres, foi estudado por importantes pesquisadores do século XIX, como Durkeim e Freud, apoiados em pesquisas que utilizaram as escalas de atitudes ou os testes psicológicos e cujas influências se prorrogaram até pensamentos da atualidade. As diferenças apresentadas entre os sexos, a partir do modelo de sujeito cartesiano, se estabeleceu constituindo uma medida para o padrão hegemônico. O padrão de definição entre as diferenças a partir dos sexos era baseado em um conjunto de elementos que caracterizavam um modo rígido de comportamento para homens e mulheres estabelecidos por medidas da circunferência do cérebro, desproporção dos ossos, crises nervosas, histeria, hormônios e instintos. Durante o século XX, permaneceu a identificação dessas teorias biológicas para justificar diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, assim como para justificar seus papéis sociais assumidos. Somado a essas teorias estava o discurso religioso que também naturalizava os lugares hierarquizados, logo desiguais, para os homens e as mulheres na sociedade e em suas relações. Dessa forma, a naturalização de certa ordem social era legítima, portanto, não merecia ser objeto de análise (Amâncio, 1994 ; Gonçalves, 1998), estando os lugares sociais dos homens e das mulheres e a hierarquia entre eles assegurada tanto pelas leis dos homens quanto pela lei de Deus (ambas criadas e regidas por homens).

A passagem da naturalização entre as diferenças por meio do sexo para a compreensão da construção do conceito do gênero é complexa e recente. Segundo Guedes (1995), há grandes desafios na compreensão do conceito de gênero e suas dificuldades iniciam-se pela linguística que considera múltiplas possibilidades de significados da palavra gênero, como apresentado em Michaelis (2012):

s/sm (lat \*generu, por genus) **1** Grupo de seres que têm iguais caracteres essenciais. **2** Lóg A classe que tem mais extensão e portanto menor compreensão que a espécie. **3** Biol Grupo morfológico intermediário entre a família e a espécie. **4** Gram Flexão pela qual se exprime o sexo real ou imaginário dos seres. **5** Gram Forma do adjetivo ou pronome com relação ao gênero dos nomes a que se refere. **6** Agrupamento de indivíduos que possuem caracteres comuns. **7** Espécie, casta, raça, variedade, sorte, categoria, estilo etc. **8** Qualidade, espécie, modo. **9** Lit e Bel-art Maneira característica de expressão que distingue as obras de um autor ou dos autores de uma época. **10** Assunto ou natureza comum a diversas produções artísticas ou literárias. **11** Subdivisão das belas-artes. **12** Ret Divisão e classificação dos discursos de acordo com os fins que se têm em vista e os meios empregados. **13** Pint O que representa uma cena doméstica ou da vida cotidiana. **14** Com Tudo aquilo que representa um valor monetário, por oposição a espécie (moeda) <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Fonte: Michaelis, dicionário on-line da língua Portuguesa  
<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues>

Essas múltiplas variações para o significado de “gênero” abarcam diversas áreas como a biologia, filosofia, belas-artes, gramática, literatura e economia. Entretanto, nenhuma delas possui significado similar àquele utilizado nesse estudo, que seria o gênero no sentido de produção social nos quais se encontram crenças e saberes científicos sobre o sexo. Portanto, o conceito que vamos utilizar nesse estudo abrange o significado segundo o enfoque dado a partir das ciências humanas e sociais, que embora não estabeleça uma perspectiva teórica única, utiliza o referencial de gênero a partir de consensos<sup>2</sup> importantes sobre o lugar social da mulher para essas disciplinas (Carson, 1995). Embora exista a complexidade do conceito e seu desafio de delimitação (Guedes, 1995 ; Carson, 1995), há a tentativa, graças ao progresso contínuo das pesquisas na área, em utilizar essa perspectiva para compreensão e análise de estudos sobre o cotidiano social da relação entre mulheres e homens.

## *2.2. Gênero: um conceito em construção*

Referenciando a organização conceitual que Guedes (1995) estabelece em seus estudos, torna-se possível realizar um breve retorno à compreensão do movimento feminista no Brasil identificando uma década importante (década de 1980) dividida em três marcos que evidenciaram os estudos teóricos e acadêmicos sobre as mulheres no país. O primeiro marco consolida-se no início da década de oitenta; seu lema de luta era dar visibilidade à mulher na sociedade mostrando sua existência enquanto cidadã por meio do rompimento do silêncio da história feminina e libertação para a participação política da mulher em diversos movimentos sociais. Entretanto, em meados e final desse mesmo período compreende-se a necessidade de ir além dessa posição de visibilidade social, abandonando posicionamentos binários (Swain, 2001a) em torno das relações dos polos: masculino e feminino. Surge então a necessidade de pensar o sistema de relações sociais para contemplar as especificidades da mulher nele inseridas como o respeito à diferença de gêneros, a identidade feminina e as relações no cotidiano. Considerando o percurso de movimentos sociais no Brasil, torna-se importante lembrar que “resgatar o ser mulher foi importante para os diferentes movimentos, mas não significou mudanças nas relações sociais expressas nas práticas cotidianas, nas práticas institucionais”, assim como os estudos sobre a mulher não alcançaram o estatuto de legitimidade (Guedes, 1995, p. 8). Segundo Rocha-Coutinho (1994), muitas pesquisas

---

<sup>2</sup> Os consensos, segundo Carson (1995), assumem o sentido de não tornar o conceito cristalizado como verdade única e sim, estabelecer acordos que apresentem a ideia de legitimidade. Para o autor a ideia de legitimidade outorga a existência cognitiva de um objeto de estudo sob uma determinada perspectiva analítica.

científicas que anunciaram novas perspectivas teórico-metodológicas acabaram por justificar lugares de subordinação da mulher. O terceiro marco compreendido a partir do final da década de 1980 apresentou continuidade com as ideias dos dois momentos anteriores, as quais não conseguiram romper com os elementos sexistas que denunciavam, no entanto, proporcionou maior visibilidade para os estudos sobre a mulher através de teorias que procuraram embasar-se na atribuição de sentido às construções simbólicas das relações que a mulher estabelecia com a sociedade (Guedes, 1995). Consolidava-se assim, a construção de um estatuto científico para os estudos sobre a mulher.

Apesar dos avanços na tentativa de compreender o sentido social e a construção dos papéis advindos da relação homem-mulher, poucas rupturas ocorreram em relação aos acontecimentos ao longo dessa década de 1980. Segundo Guedes (1995), esses estudos, no final da década de 1980, ainda não haviam rompido os paradigmas até então dominantes, impedindo que as mobilidades sociais fossem pensadas. De maneira geral, os estudos ainda conservavam ideias em caráter fixo, denominado pela autora de locais de “*Guetos* teóricos” (p.7). Rocha-Coutinho (1994) relata que, nessa época, não se podia ainda “superestimar a profundidade da mudança” e nem “tampouco acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres tenham sido erradicadas”, o que configurava um cenário complexo carente de investimento teórico e prático (p.13). Ambas as autoras salientavam que havia, porém, uma necessidade conceitual de referenciar o gênero como categoria explicativa, que não somente descrevesse a história das mulheres, que não somente permitisse sua visibilidade, nem tampouco fosse pautado em separações binárias, homem *versus* mulher, mas se fundasse como uma categoria analítica. Portanto, se instaurava um desafio teórico.

No bojo dessa nova concepção, havia o reconhecimento da necessidade de rejeição das ideias de pensamentos que pautavam o comportamento de homens e mulheres a partir de sua estrutura biológica, seja fisiológica ou morfológica. Os hormônios, a diferenciação do aparelho genital, o formato da cabeça e outros aspectos valorizados não poderiam servir como influências para fundamentar teorias que determinassem como homens e mulheres se relacionavam na sociedade, e sim os elementos culturais, sociais, políticos e econômicos seriam definidores desses padrões (Rocha-Coutinho, 1994). Por conseguinte, gênero se torna diferente de sexo, pois ser macho ou ser fêmea se define a partir do sexo, uma diferença morfológica, e ser mulher ou homem se torna uma construção de gênero, pautada em definições sócio-culturais. Pensar no passado social da mulher e na visibilidade que ela alcançava gradualmente na sociedade determinaram importantes marcos de compreensão histórica. Entretanto, o simples fato de saber da existência de tais fatos não possibilita uma

real mudança de paradigma, tornando-se necessário, não somente descrever a história, como incluir a análise de gêneros em relações sociais que até então não eram circunscritas (Gonçalves, 1998).

No final do século XX, a discussão emergente sobre conceber o sujeito individual e sua articulação com a organização social possibilitou pensar o gênero como categoria de análise considerando-o instituído em sua historicidade a partir de experiências sócio-culturais e instaurado de concepções políticas e de instituições sociais. Scott (1995) discutiu o significado de gênero em duas proposições principais: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos” e “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p.86). Essas definições permitiram romper com o pensamento de estudo isolado da mulher, e não mais pensá-la em oposição ao homem, levando em consideração que os problemas que atingem as mulheres são relacionados com aqueles que atingem os homens e de forma recíproca, havendo também em ambos a influência de contextos sociais e culturais determinantes (Rocha-Coutinho, 1994). Em relação à segunda proposição citada, Scott (1995) afirma que o gênero é o local de significação às relações de poder e uma forma primária de articulação desse poder. Sendo o gênero um atribuidor de sentido nas relações sociais, permite-se pensar diversas variantes de poder que homens e mulheres assumem nos contextos sociais e que se tornam compreensíveis quando elementos sociais de diferenciação recebem a valoração de desigualdade, configurando-se em uma hegemonia baseada em normas sociais vigentes. Portanto, quando há uma naturalização de atributos sociais diferenciados pelo sexo e classificados como um universo feminino ou masculino, há uma valoração que institui posições sociais de desigualdades: os homens serem racionais, fortes e violentos; as mulheres serem sentimentais, frágeis, delicadas e histéricas. Assim, quanto mais se separa o homem da mulher a partir de uma compreensão de articulação polarizadora entre ambos, mais difícil torna-se a desconstrução da visão estereotipada acerca da diferença entre os sexos.

A compreensão de estatutos de poder na relação homem-mulher é complexa. Em qualquer estudo sobre a mulher e as relações sociais de gênero, enfrentar-se-á muitas dificuldades a exemplo da tentativa de buscar a compreensão do poder de forma relacional e não polarizada em um dos sexos. Rocha-Coutinho (1994) explicita a compreensão da relação de poder entre homens e mulheres e relata que “nem vítimas, nem algozes, acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistências a esta opressão masculina, formas de exercer certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação social tão adversa” (p.19).

Compreender o poder a partir da relação do homem com a mulher é também refletir que “embora um dos indivíduos envolvidos numa relação possa ser mais forte, em qualquer tempo, do que o outro, sua força nunca é tão grande que o outro não possa ser capaz de influenciá-lo em algum momento” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 18). Portanto, pensar nessas subjetividades se torna mais um desafio que tem por objetivo levantar a bandeira da emancipação do sujeito excluído e proporcionar mudanças sociais efetivas, sem repetir modelos de exclusão garantidos ao longo de muitos anos na história das mulheres.

Toda essa discussão torna-se importante diante da preocupação cuidadosa e acertada no uso de um conceito que permita uma reflexão ampla, despolarizada e não reprodutora de estereótipos masculinos e femininos, os quais se encontram tão engessados nas concepções e relações sociais atuais.

Na medida em que novas perguntas forem sendo feitas e novas respostas buscadas, poderemos pensar numa realidade redescrita em suas bases. Podemos, desse modo, ter a categoria gênero como uma categoria útil de análise, não necessariamente melhor do que as outras, mas apontando para uma direção que não tem sido trilhada até agora de forma consistente pelas ciências humanas (Gonçalves, 1998, p. 58).

O gênero se torna um conceito e uma categoria analítica importante, pois permite conhecer os formatos que a cultura e a sociedade modelaram e remodelam nas relações humanas, permitindo a ruptura de paradigmas sociais e o vislumbamento de novos modelos de relações sociais menos excludentes e mais democráticos.

### *2.3. Identidade de gênero da mulher: caminhos e reflexões*

O percurso que o conceito de identidade trilhou ao longo das últimas décadas permitiu grandes transformações em seu significado saindo do campo do indivíduo e estabelecendo vínculo com os aspectos sociais. “A identidade deixou de ser apenas um processo que ocorria em uma parte do mundo da personalidade e do caráter, possibilitando o abandono das descrições dicotômicas entre ‘pessoa individual’ e ‘pessoa social’ (Carson, 1995, p. 207)”. De acordo com Deschamps e Moliner (2009), ainda com os avanços nos estudos da área, há uma pluralidade de concepções e enfoques sobre o tema de identidade que abrange várias áreas disciplinares dentro das ciências humanas e o campo de incertezas conceituais se encontra nas duas concepções de identidade: a pessoal e a social. A dificuldade de compreensão entre um e outro desses conceitos se torna um limite importante, uma vez que em contextos de comunicação, como o da atual pesquisa, a pouca clareza entre a identidade

social e a individual tornam confusas e ambíguas as prescrições sociais de comportamento feminino.

Segundo Deschamps e Moliner (2009), a “identidade social refere-se a um sentimento de semelhança com (alguns) outros, enquanto a identidade pessoal se refere a um sentimento de diferença em relação a esses mesmos outros” (p.14). Concomitantemente à dicotomia desses conceitos, está a complementaridade entre eles, dificultando assim a identificação dos limites de ação entre uma esfera e outra. Esse trabalho não tem a pretensão de conceituar as diferenças e limites entre esses dois conceitos, mas auxiliar na compreensão da existência de consensos sociais que orientam a construção do conceito de gênero, o qual se torna referência para que as mulheres se comportem de acordo com essa identificação.

Segundo Carson (1995, p.188) os movimentos sociais dos últimos cinquenta anos permitiram uma “completa mudança de significação” nos conceitos de gênero e identidade e mobilizaram a necessidade de repensá-los, principalmente pela ausência de consistência teórica e a necessidade de utilização de seus conteúdos em diversos discursos como o científico e o institucional. Isso significou sua reconceitualização pensando em uma identidade de gênero da mulher.

“O gênero é uma aquisição cultural” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 41) e como tal a mulher não é somente uma espécie biológica, uma fêmea/sexuada, mas ela vai se constituindo em mulher/feminina a partir de uma identidade construída nos parâmetros culturais e sociais. Não há uma essencialidade nessa identidade, mas uma identificação a partir de padrões pré-estabelecidos e que estão em constante mudança com os padrões da época. O conceito de gênero, segundo Carson (1995), teórico e metodológico, surge nessa desbiologização do corpo feminino, naturalização que justifica as desigualdades sociais baseadas em seu pertencimento a um sexo. Essa possibilidade de caracterizar a diferença não fica somente na dualidade e na comparação que se estabelece entre os pares biológico e social, masculino e feminino, mas na possibilidade de fundamentar a ideia que nasce da supremacia da natureza sobre a cultura.

O caráter inquestionável que se reveste dessa supremacia ocasiona comportamentos na esfera de ação da mulher: a esfera doméstica. A quase inexistência de questionamentos sobre a identificação e submissão das mulheres às tarefas domésticas e maternas podem demonstrar, diferentemente de uma confirmação de essencialidade em relação ao exercício dessas tarefas, um consenso adquirido a partir do pensamento: o que é definido como natural não é questionado (Rocha-Coutinho, 1994). Segundo Duran citado por Rocha-Coutinho, 1994, “resignar-se ante o inevitável é desenvolver um sentido perfeccionista

que lhe permita recobrar sua dignidade humana nesse trabalho que não pode evitar e que em lugar de repudiar, aceita, aprecia e se identifica” (p.40). Dessa forma, as características femininas, que dão sentido ao discurso sobre as características da mulher dentre outras as de mãe, meiga, doadora, calma, tolerante e compreensiva, acabam convergindo para que as mulheres se reconheçam nessas características que passam a fazer parte da sua identidade feminina (Rocha-Coutinho, 1994).

Uma abordagem que iremos tomar como referência nesse trabalho é a do autor Carson (1995) que apresenta a identidade da mulher constituída a partir de consensos que formam os eixos definidores e norteadores do comportamento da mulher. Por estudos, Carson (1995) realiza uma recapitulação do que ele denomina de “encontros cognitivos” (p.208) e retrata pontos convergentes das teorias e metodologias sobre o tema de identidade e gênero a partir de meados da década de oitenta. O resultado desse estudo, o qual o autor esclarece se tornar um caminho aberto para estudos futuros passível de construção e reflexão, seria a existência de três eixos que estruturariam a identidade de gênero da mulher. Cada um desses eixos se torna simbolicamente representado, interiorizado e acionado, refletindo, dessa forma, como o sujeito se constrói a partir das relações simbólicas.

Os três eixos da identidade onde os consensos convergem para a construção de identidades de gênero feminino universais são:

- 1- “A maternidade ou o ser mãe”;
- 2-“O matrimônio, ser esposa ou companheira”;
- 3-“O trabalho, a profissão ou ser profissional” (Carson, 1995, p. 209).

A identidade de gênero se constrói fundamentalmente com base em um processo de ordem simbólica. Sabe-se que não é o fato de ser mãe que define a existência da maternidade como símbolo difundido no interior e entre as classes em uma sociedade, símbolo interiorizado e assumido na forma de destino manifesto ou de esboço de futuro desejado. Pelo contrário, a eterna presença imaginária do ser mãe (ou da possibilidade de o ser) é o que proporciona a força estruturadora deste fato, o que lhe permite ser considerado um dos eixos organizadores de gênero. Os símbolos tem a virtude de converter a experiência individual em experiência social (o inverso também é correto), gerando as condições mínimas para o fato de pertencer ao campo social. Isso se dá através do efeito de compartilhar o que outras (os) sentem, desejam, vivem, planejam. Assim, identificar-se com uma imagem é, ao mesmo tempo, participar da sua formação, da sua validação, da sua reafirmação: aquilo que se reconhece e se valoriza "externamente", aquilo no que me vejo, me toco, me reconheço, é de fato ou se torna parte de mim (Carson, 1995.p.210).

Tornar-se mãe significa, portanto, uma completude para a mulher, tendo em vista a necessidade de manifestação dos elementos simbólicos de sua identidade. Tanto o exercício da maternidade quanto o de ser esposa abrangem um conjunto de práticas que não necessariamente estão relacionadas ao exercício do matrimônio ou à “maternidade biológica”. O eixo dessa maternidade como identidade estará sempre constituindo a mulher como mãe, mesmo que ela não tenha filhos, e na ausência da ‘experiência empírica’ a manifestação simbólica ocorrerá no exercício da ‘maternagem’. Dessa forma, essa mulher será mãe de sua mãe, de pessoas idosas, de uma adolescente, de outras crianças e, muitas vezes, de seu próprio marido. Enfim, uma pluralidade de possibilidades desse exercício que não a deixará negar sua chamada essencialidade, constituída socialmente. A mulher poderá ou não exercer essas práticas ao longo da vida sem vivenciar a ‘experiência empírica’ de ser esposa ou ter um filho biológico. De acordo com o segundo eixo da identidade da mulher, mesmo não sendo casada, também há a legitimação em outros espaços do exercício do ser esposa como o exercício do papel da mulher de ser companheira, prestativa, amiga e leal. Nesse sentido, mesmo solteira cabe à mulher a administração das tarefas domésticas, o cuidado parental, a responsabilidade pelos laços afetivos na família, principalmente, quando da velhice dos pais e familiares mais próximos.

A mesma situação simbólica ocorre no terceiro eixo da identidade da mulher. Esse eixo não se refere, necessariamente, ao trabalho da mulher profissional, que constrói uma carreira, mas o da mulher que se esforça, que está sempre se movimentando e que é dedicada. Essa referência adquire um valor social de “trabalhadeira” (Nascimento & Gianordoli-Nascimento, 2012), e não de trabalhadora, e possui ancoragem no trabalho valorizado da mulher no lar como cuidar dos filhos, do marido e da casa (Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006). Em comparação ao homem trabalhador, a mulher “trabalhadeira” possui um valor diminuído. Esse termo é utilizado quando a referência é o trabalho feminino. Portanto, o ser trabalhador possui um *status* social atribuído ao homem e é exercido em ambiente público e se configura em uma valoração diferenciada; enquanto o trabalho como ponto essencial da identidade feminina, antes de ser constituído como uma carreira profissional, torna-se significativo e se concretiza no ambiente doméstico. Outro aspecto importante refere-se ao fato de que independentemente da mulher trabalhar fora de casa ou não ela sempre vai ser referenciada como ‘trabalhadeira’. E sendo um eixo de sua identidade, ela vai ser impelida a exercer esse trabalho doméstico em sua casa ou em outros locais como a casa dos pais, a casa de irmãos ou amigos. Cabe destacar que na

contemporaneidade a articulação dessas referências é oportuna, de forma que a mulher tanto precisa ser e se reconhecer como trabalhadeira quanto trabalhadora.

Tais eixos norteadores da identidade são referências importantes, que fazem a mulher se sentir inteira e completa e, como símbolos, eles permitem às experiências se converterem em vivências sociais que, por sua vez, também retornam e constituem as experiências funcionando como um caminho de trocas recíprocas entre o pessoal e o social. Nessa constituição, há um compartilhamento de imagens simbólicas entre os indivíduos que além de se identificarem com as mesmas, participam de sua formação e validação.

A identidade não é um objeto que se resolve depois de todos os exercícios de seus eixos estruturantes, mas ela acontece de forma contínua ao longo da vida da mulher, não de forma linear e sim fruto de rupturas, tensões e conflitos. A ordem de apresentação dos três eixos escolhida por Carson não é casual e, por isso, existe uma atribuição de uma força maior ao primeiro eixo. Carson (1995) relata que a importância relativa dos três eixos não é ocasional. A importância da maternidade se materializa tendo em vista as discussões desse tópico. Na citação do autor, o ser esposa viria em segundo lugar. Mesmo que se coloque em dúvida essa ordem de importância em relação ao terceiro eixo ao considerar países onde há altíssima participação feminina no mercado de trabalho, há uma vinculação muito forte da maternidade com o casamento e do exercício do papel de esposa, já que é por meio dele que se espera alcançar a maternidade. A afirmação de valorização desses dois primeiros eixos se reforça através de estudos realizados no México que utilizaram o conceito de “mãesposa (Carson, 1995, p. 213)” podendo ser uma ênfase na proximidade e conjugalidade dos dois primeiros eixos.

#### *2.4. Uma breve janela do tempo: contextualização histórica de comportamentos da mulher no Brasil: do século XIX ao XX.*

“Para compreender o passado é necessário sobretudo compreender seus valores”

(D’Incão, 1997)

A passagem do século XIX para o século seguinte trouxe gradativamente mudanças significativas no modo de vida que perpassavam todos os âmbitos da vida social. A economia agrária e o modo de vida rural conviviam com a vida urbana durante o início da industrialização. Os costumes passavam a ser influenciados pelos novos modelos de relações

parentais e sociais, com uma divisão mais clara entre o mundo privado e o mundo público. A casa e a rua diferenciavam-se como ambientes separados e, no que tange à intimidade familiar, até segregados.

As mudanças advindas da República demandavam modelos de habitação e planejamentos sociais importados da Europa marcando um período, conhecido como a *Belle Époque*<sup>3</sup> do Rio de Janeiro, modelo de vida destinado à classe burguesa, branca e rica, o qual inspirou intervenções estatais e impeliram uma reorganização do ambiente público em contraposição ao espaço privado. O lazer foi instituído assim como as diretrizes de comportamento baseadas em um modelo de família nuclear (Marins, 2004; Motta, 2012). Dessa forma, os limites criados entre a rua e casa, portanto “público” e “privado”, foram acompanhados por um projeto civilizador, e os espaços privados passaram a ser não somente controlado pelos indivíduos, mas pela ordem imposta pelo Estado. As ideias higienistas para conter as doenças endêmicas geraram muitas desapropriações habitacionais e a segregação social, principalmente nos centros urbanos, cuja meta era seguir modelos de adequação urbana de países hegemônicos e dar expansão às atividades econômicas a exemplo das portuárias. “Na cidade propriamente dita, só deviam residir os que podiam sujeitar-se às regras e preceitos da higiene” (Marins, 2004, p. 163). Em suma, as intervenções estatais alteraram as formas de convivência entre as pessoas, dando lugar a dois espaços com características diferentes e opostas: o público e o privado.

Por outro lado, novas formas de sociabilidade se fizeram presentes e os espaços públicos passaram a representar também formas de lazer coletivo. Mudanças importantes se deram no comportamento social, como a saída da mulher para os passeios, deslocamentos para o trabalho e hábitos de sair às compras. Disseminou-se os encontros sociais nos cafés, os passeios ao ar livre, as idas e vindas ao comércio (Pinsky, 2012).

Essas mudanças efetivadas apresentaram características marcantes na transição das regras que regem a sociabilidade entre homens e mulheres, que passaram a ter a oportunidade de compartilhar os espaços comuns. Um dos exemplos mais emblemáticos talvez seja a forma de exposição do corpo, que começou a mudar com as práticas de exercícios físicos propagados pelos manuais de medicina como um hábito saudável. A liberdade experimentada no vestuário, com trajes esportivos que deixavam os corpos mais

---

<sup>3</sup> A *Belle Époque* é uma expressão francesa que indica um momento de grandes mudanças sociais, traduzindo um novo modo de se pensar e vivenciar o cotidiano. Esse período é originário das mudanças sociais ocorridas nos países europeus no fim do século XIX até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e que influenciou o modo de vida também nos países americanos. Maluf, M., & Mott, M. L. (2004). *Recônditos do Mundo Feminino*. In: N. Sevcenko, História da Vida Privada no Brasil: República, da Belle Époque à Era do Rádio (pp. 368-421). São Paulo: Companhia das Letras.

expostos, favoreceu também as relações homem-mulher. Houve tanto uma admiração dos homens pelas mulheres em trajes de banho, quanto uma admiração das mulheres pelos homens e seus músculos expostos com a disseminação de práticas esportivas.

Dessa maneira, espartilhos, golas, saias, mangas longas e bufantes, luvas e chapéus vão sendo gradativamente substituídos por acessórios mais leves, que deixam o corpo mais solto e exposto, dando início ao culto da mulher magra e ativa, ou seja, a busca pelo emagrecimento (Bassanezi, 1996; Del Priore, 2006). O uso de roupas mais ajustadas ao corpo, aliado à mudança da cultura do desejo dos homens em relação às mulheres de corpos cinturados e moldados como “ampulheta”, do tempo anterior, tiveram como resultado: “mulheres que abandonavam a couraça vestimentar que as tinha simbolicamente protegido” em séculos anteriores (Del Priore, 2006, p. 243).

Até as três primeiras décadas do século XX, diante de tantas mudanças sociais e econômicas, os discursos ideológicos sobre os comportamentos intensificaram-se. Reformistas e conservadores se incomodavam com novas possibilidades e modos de ocupação dos espaços sociais pelas mulheres, principalmente os espaços públicos e, o discurso entre eles propagou a cristalização de rígidos papéis sociais destinados a elas, disseminados desde o século XVIII (Maluf & Mott, 2004). Esses discursos foram confirmados por meio do comportamento no qual a mulher se tornou modelo que foi a necessidade de valorização de sua presença no ambiente doméstico.

A mulher (...) sintetizou o pensamento de uma época intranquila e por isso ágil na contribuição e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao ‘recôndito do lar’ e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de ‘rainha do lar’ sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa (Maluf & Mott, 2004, p. 373).

Biasoli-Alves (2000) salienta que a ausência da educação formal da mulher também contribuía para o direcionamento dos lugares sociais. O fato da moça não estudar facilitava o processo de submissão à orientação dos pais no que diz respeito ao seu futuro, principalmente em se tratando da escolha do cônjuge. Isso dificultava as mudanças no sentido da liberdade e facilitava o trabalho dos pais na manutenção desse domínio, estabelecido na época como uma forma de zelo. O controle desse comportamento era constituído, desde cedo, como forma de conduta, mantida pelos pais em relação ao que era certo e errado, a manutenção da pré-disposição à obediência, a capacidade de se auto-conter, o prazer de “agradar” e de receber elogios à sua “boa educação” (Biasoli-Alves, 2000, p. 235). Todas

essas características se tornaram marcantes na atribuição do significado do que era ser uma boa esposa e uma boa moça para essa época.

Grandes influências políticas e econômicas marcaram o século XX, principalmente em função da Segunda Guerra Mundial, que após seu término, em 1945, trouxe uma onda de otimismo e renovação. De acordo com Sá, Oliveira, Wolter, & Vetere (2011), “a rigor, o auspicioso clima político, econômico e cultural, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, caracterizou, segundo Hobsbawm (2004), os anos de 1950 em boa parte do mundo, os quais, por isso mesmo, puderam ser retrospectivamente sintetizados sob o rótulo de “Anos Dourados”<sup>4</sup> (p.111). No Brasil, em termos políticos e sociais foi um momento revigorante. O período se caracterizou por uma ‘*normalidade democrática*’ quando comparado ao período anterior, a Era Vargas (1937-1945), e ao posterior, ‘Anos de Chumbo’ do Regime Militar (1964-1985). Em termos sociais mais amplos, esse momento guardava algo essencial por parte dos cidadãos. Foi vivido com esperança, otimismo e confiança em relação ao futuro do país (Sá, Oliveira, Wolter, & Vetere, 2011, p. 111). Considerando as especificidades do cenário brasileiro, Bassanezi (1996) faz referência aos ‘Anos Dourados’ como todo o período democrático compreendido entre 1945 e 1964.

Nos “Anos Dourados” brasileiros presenciaram a realização de projetos ousados, como o desenvolvimento da indústria automobilística, do qual emergiu como símbolo a fabricação do Fusca, e a construção da nova capital, Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek. Em termos culturais, foi também nesse período que surgiu a Bossa Nova na música popular brasileira e, recuperando o orgulho nacional ferido em 1950, o Brasil se tornou pela primeira vez, em 1958, campeão mundial de futebol. Foi ainda uma época de culto à beleza e ao “glamour”, dentre cujas manifestações mais populares estavam os concursos de Miss Brasil e Miss Universo (Sá, Oliveira, Wolter, & Vetere, 2011, p. 112).

O que se viveu gradativamente no Brasil, entre 1946 e 1963, foi a maior liberdade de expressão e a difusão e modernização dos meios de comunicação em massa, decorrente principalmente de toda a tecnologia desenvolvida e comercializada até o momento. A economia caracterizou-se por um aumento do consumismo advindo da proliferação das indústrias de bens de consumo, uma melhoria do salário mínimo e uma ascensão da classe

---

<sup>4</sup> Os “Anos Dourados” do Brasil foi um período que sucedeu à Era Vargas ditatorial e antecedeu ao período militar, portanto, conhecido como um período democrático de confiança e otimismo por parte dos cidadãos. Nesse período, década de 1950, aconteceu um franco desenvolvimento econômico e político e a realização de projetos audaciosos como a construção de Brasília e a implantação de indústria automobilística no Brasil (Sá, Oliveira, Wolter, & Vetere, 2011).

média. O pós-guerra (1945-1963) disseminou um clima de confiança devido à aliança com o país vencedor, e os EUA passaram a influenciar comportamentos e valores no Brasil. Mudanças nas regras de sociabilidade, as quais estavam se intensificando nesse período, permitiram principalmente à classe média, um maior convívio entre homens e mulheres com maiores ofertas de diversão a partir da criação de ambientes públicos.

Os reflexos nas relações sociais também atingiu a relação amorosa. Algumas das novas formas de sociabilidade marcaram maneiras mais próximas de relacionamento entre os casais, como a ida aos cinemas, teatros, hábitos como o *'footing'*<sup>5</sup>, estreitamento de contatos físicos, beijos mais prolongados, namoros em carro e uma grande assimilação da cultura norte-americana através do cinema e das revistas, onde multiplicavam as cenas de relacionamentos apaixonados e onde os “beijos eram sinônimos de final feliz” (Del Priore, 2006, p. 283). Essas formas de sociabilidade, fortemente influenciadas pelos moldes norte-americanos, marcaram uma época onde se fazia referência a um modelo mais individualizado na relação entre as pessoas, com grande influência do amor romântico, que poderiam ser subprodutos de um interesse econômico e político (Bassanezi, 1996; Del Priore, 2006; Pinsky, 2012).

Essas mudanças também influenciaram o cotidiano e suas transformações traduzidas em hábitos e convicções. A influência de novas tecnologias nas práticas cotidianas como o uso de eletrodomésticos, veículos automotores, televisão, cinema, rádio, telefone, assim como as medidas higienistas e o descobrimento da penicilina trouxeram não somente o impacto no dia-a-dia das pessoas, como também no relacionamento entre elas. Todas as mudanças na forma de socialização anunciaram o controle Estatal sobre a vida das pessoas, sob o lema de mudanças necessárias à expansão da economia brasileira, que afetavam a forma de comportamento social.

Portanto, entre os anos 1950 e os anos 1960, com maior acesso da moça à vida social, houve uma conquista ao direito da escolarização contínua até frequentar uma universidade. Apesar desse progresso social para a mulher, Biasoli-Alves (2000) relata que o direito da mulher à escolarização não foi acompanhada de grandes rupturas, mantendo padrões antigos. O direito à escola não foi adquirido por manifestações das mulheres em lutas abertas para buscar maior liberdade e autonomia, mas pela mudança da economia a qual passava a exigir da mulher outras habilidades, além das que vinham de berço. A necessidade

---

<sup>5</sup> Na época em questão, o costume do *footing* era um pretexto de caminhada utilizado com o objetivo de flerte entre as pessoas (Diaféria, 2002; Pinsky, 2012).

da educação da mulher foi um fator importante e veio se estabelecendo a partir da separação entre o público e o privado. Houve a diferenciação de escolas para o público feminino e masculino, sendo para a mulher um acesso tardio e a presença não obrigatória, além da diferença de conteúdos de aprendizagem para cada um dos sexos. Para as mulheres, os conteúdos eram direcionados de acordo com a necessidade do lar e da família, mais do que aprender a gerir o dinheiro, ela precisava saber ler e escrever e ter um estudo mínimo para orientar as tarefas escolares dos filhos. Dessa forma, a escolarização da mulher ocorreu não pela mulher ser um sujeito com direitos e igualdade, mas para melhor manutenção de suas competências domésticas, que promovia a melhor educação dos filhos e o melhor suporte ao sucesso profissional do marido, segundo o pensamento social da época. Essa importância do estudo como uma possibilidade de aumentar as expectativas da mulher como sujeito social e de direitos era tão relativa que a interrupção da escola para as meninas era justificada para um casamento ou para “ajudar” em casa (Bassanezi, 1996). Entretanto, esse aumento no nível de escolaridade se constituiu, também, em alguns fatores preponderantes às mudanças de valores “autoritários” para “libertários” (Biasoli-Alves, 2000, p. 233), embora as atividades relacionadas à dedicação ao lar e aos filhos continuassem sendo valorizadas como papel insubstituível da mulher (Bassanezi, 1996; Biasoli-Alves, 2000; Jinzenji, 2010; Pinsky, 2012). Tanto é, que as faculdades e os cargos de trabalhos, ocupados por mulheres, permaneceram sob controle social e moral, os quais apontavam as atividades mais adequadas ao universo feminino: atividades educacionais (pedagogia e magistério), assistenciais (enfermagem e assistência social) e prestadoras de serviços (secretárias, bibliotecárias, arquivistas, telefonistas, telegrafistas) (Vaitsman, 1994; Rocha-Coutinho, 1994; Motta, 2012).

No Brasil, a entrada da mulher no mundo do trabalho ocorreu através das lutas para expandir sua circulação e atuação no mundo público, principalmente, na classe média, pois na classe baixa a mulher já trabalhava desde os períodos anteriores em ocupações informais, desvalorizadas e como mão-de-obra barata. A mulher realizava atividades típicas do universo doméstico feminino, consideradas únicas funções para as quais ela estava naturalmente apta a exercer (empregada doméstica, costureira, operária textil, dentre outras...). Entretanto, apesar da entrada da mulher no mercado de trabalho, essas ocupações não diminuíam a importância e a sua indispensável presença como mantenedora do lar e do cuidado com os filhos, maridos e outros integrantes da família. Para a mulher casada, “o trabalho feminino era aceito somente na medida em que complementava a renda familiar e na medida em que era necessário aos interesses da industrialização crescente no Brasil” (Rocha-

Coutinho, 1994, p. 95). Para a mulher solteira, era aceitável trabalhar somente até o casamento.

Dessa maneira, as novas oportunidades de escolarização, profissionalização e inserção da mulher em carreira profissional na prática pouco mudou a concepção e definição do que era ser mulher e o desempenho de seu lugar social. Isso significou a manutenção dos papéis domésticos e maternos de cuidado com os filhos e o marido. Ainda ficava ao encargo da mulher a valorização e manutenção do lar e ao encargo do homem o papel de ser provedor e protetor da família; modelos vigentes até as décadas atuais (Prado, 1979; Rocha-Coutinho, 1994; Bassanezi, 1996). Por outro lado, é importante destacar que essa alteração no cenário social permitiu a crítica ao tradicional, além de favorecer a valorização de novos modelos femininos, desejados e incorporados ao longo do tempo.

A partir da década de 1960, na Europa e no Ocidente, vários movimentos sociais feministas se intensificaram motivados pelo questionamento dos lugares sociais ocupados pelas mulheres. Esses movimentos reivindicavam novas formas de concepção da mulher no mundo público e privado (Rocha-Coutinho, 1994). Segundo Rocha-Coutinho, (1994) e Vaitsman, (1994), as mulheres a partir da década de 1960 e 1970 começaram a vivenciar conflitos e crises nessa sobreposição entre os modelos tradicional e contemporâneo representando mudanças e permanências nos papéis sociais das mulheres/esposas. O resultado foi uma sobreposição de papéis e uma sobrecarga da mulher com desempenho de múltiplas funções.

A socialização da menina entre os anos 1940 e 1950 permitiu aprender os valores tradicionais da mulher como ser responsável pelo lar, exercer suas funções de esposa, dona de casa e mãe. No início da vida adulta, nos anos 1960 e 1970, o questionamento vivenciado pelo mundo contemporâneo referente ao lugar social da mulher como submissa ao lar e à família, levaram-na a buscar a profissionalização e a independência financeira por meio do trabalho remunerado fora do lar, e a realização pessoal, ao seguirem carreiras profissionais. Instalou-se nesse movimento um conflito. Assim, as mulheres queriam agir de acordo com o novo entendimento de suas possibilidades de atuação e realização pessoal e profissional, mas ainda sentiam e agiam de acordo com a identidade tradicional socializada, ainda bastante presente no mundo contemporâneo. Consequentemente, tais dimensões atingiram sobremaneira a dinâmica conjugal, estabelecendo aí conflitos e crises entre cônjuges que não necessariamente partilhavam das novas perspectivas almejadas pelas mulheres.

Cabe destacar que tais conflitos e situações não desapareceram completamente no século XXI. Em investigação sobre a Representação Social de homens e mulheres ideais,

realizada por Trindade, Nascimento e Gianordoli-Nascimento (2006), a resistência e a mudança ainda são a tônica dos lugares de gênero. Em termos gerais, as representações de homem ideal parecem mais homogêneas tanto para os homens como para as mulheres. Destacaram-se os elementos nucleares como caráter, responsabilidade pelo provimento familiar, trabalho e honestidade com sentido do correto, de respeito às leis e normas. Ou seja, há manutenção da representação do homem ainda como provedor, o que demonstra a força e a resistência desse valor. Por outro lado, surge a valorização de elementos como amoroso, carinhoso, sincero e fiel, o que aponta referências mais recentes sobre um ‘novo homem’ (p.207). No que tange à Representação da mulher ideal, os homens ainda valorizam os tradicionais atributos como boa esposa e boa mãe, além da honestidade com o significado de ser virtuosa e fiel. Já as mulheres acionam elementos em seu núcleo “que refletem os avanços alcançados a partir da emergência do movimento feminista em meados do século passado”, associados à independência e à inteligência, “uma auto-imagem não feminina que não quer ser mais relacionada apenas ao lar e tende à independência, tanto financeira quanto pessoal”. Acrescenta-se que “elementos tradicionais relacionados aos atributos de beleza, sensualidade e dignidade ligada à sexualidade encontram-se presentes. Entretanto, a estrutura da representação indica, como sabemos, não um choque entre os elementos centrais e periféricos, mas sim sua interação” (p.205).

A representação de ideal encontra-se numa encruzilhada na qual devem ser consideradas as representações de homens e mulheres e as expectativas relacionadas as qualidades dos parceiros. Assim, o ideal pode estar indicando o que é esperado além do que já é natural, seja ele positivo ou negativo (Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006, p. 209).

## 2.5. *Casamento, amor e divórcio no Brasil: do século XIX ao XX*

No modelo de relações no século XIX, o Brasil tinha características espaciais e políticas que influenciaram no modo de vida da população, pois grande parte do seu território era rural, apresentando diferentes sistemas de casamento para a classe burguesa/urbana e para a classe rural, para a classe rica e para a pobre, variando, portanto, de acordo com a região, classe social e interesses econômicos e políticos. O casamento, difundido na literatura sobre a experiência brasileira, faz menção às relações entre homem e mulher estabelecidas de forma desigual e hierarquizada; a mulher era submissa ao homem e aos interesses familiares. Essa

característica de desigualdade no relacionamento conjugal denunciavam um modelo de casamento, o qual não era possível conceber a livre escolha do marido por parte da mulher, configurando, assim, os casamentos de interesse e conveniência, constituídos sem critérios afetivos. Esses modelos aconteceram, principalmente, nas famílias com maior poder aquisitivo, as quais precisavam zelar pelo patrimônio material (Bicalho, 1989; Rocha-Coutinho, 1994; Samara, 2004 e Del Priore, 2006).

A grande mudança assinalada na passagem entre os séculos XIX e XX com relação ao casamento ocorreu na intitulada “emancipação de corpos e de espírito” (Del Priore, 2006, p. 15), iniciada nas últimas décadas do século XIX e instituída no século XX. Essa emancipação se referia às mudanças no comportamento afetivo do casal e no casamento por escolha e vontade. Inicia-se então um discurso sobre o amor no casamento. O dever de se casar com um cônjuge escolhido por conveniência familiar começa a dar espaço à escolha direcionada pelo amor. O componente afetivo passa a ser um dos pilares para a felicidade conjugal, substituindo o modelo de casamento endogâmico<sup>6</sup>, presente no século XIX. Entretanto, a passagem de casamentos por interesses para casamentos por afeto parece ocasionar uma ruptura no comportamento social. Biasoli-Alves (2000) relata que efetivamente o “rompimento” do modelo tradicional das moças conhecerem seu marido através dos pais e acatarem sua decisão ocorre na década de 1940. No entanto, mesmo que a escolha amorosa fosse permitida, a moça só sentia apta a casar-se, e de fato o casamento somente se efetivava, se a união tivesse o aval dos pais. Ainda que de forma indireta, a mulher se via presa ao subjugo dos pais para a realização de um casamento. Nesse sentido, casar também significava se perceber liberta da opressão familiar, sem que necessariamente estivesse claro que ser esposa abarcava outras formas de opressão.

Os dados de Peixoto (1997) sobre o casamento de pessoas idosas, que iniciaram a vida conjugal por volta da década de 1950, revelam que as condições motivadoras para sua realização foram: casar-se por amor (68%) e casar contra a vontade da família (24%). Outra motivação presente nas experiências das mulheres entrevistadas foi o desejo de fugir do controle dos pais. Nesse sentido, o casamento representava essa possibilidade de liberdade. Muito desse rigorosismo e controle paterno com relação às filhas mulheres se devia à preservação da honra familiar, valor tradicional de manutenção da virgindade da mulher antes do casamento. Segundo a autora, essa concepção era mais forte nas gerações das mulheres nascidas entre 1912 e 1937. Para essa geração, o amor e sexualidade estavam estritamente

---

<sup>6</sup> Casamento entre indivíduos de uma mesma família com grau de parentesco próximo.

ligados ao casamento. As prescrições sobre a sexualidade estavam ligadas aos preceitos católicos, muito presentes no Brasil, com resquícios que se estendem aos dias atuais.

A entrada do amor na história do casamento se torna um marco importante para compreender as características, ideologias e papéis atribuídos aos cônjuges nesse sistema. A necessidade e característica do amor aparecem na literatura popular do final do século XVI e início do XVII, onde eram exaltadas as características de um ideal de mulher amada. O amor seria a condição primordial da relação conjugal homem-mulher (Macfarlane, 1990). Na Europa do século XVII, todo casamento cristão era baseado no amor, embora não houvesse a obrigatoriedade das pessoas em se casar. Caso um casamento ocorresse, o homem “deveria” amar sua esposa, o que torna o amor uma condição necessária para a felicidade. Portanto, o amor passa a ser base do casamento. Nessa época, os filósofos diziam que o amor decorria de quatro coisas: “a sensação agradável que emana da beleza; o apetite físico que emana da procriação; a generosa ternura e o querer bem (...), a essência do amor é ser livre e não coagido: o amor é a vontade aperfeiçoada em amizade e desejo” (Macfarlane, 1990, p. 186).

Ao longo da história, a instituição casamento foi motivada por diversas situações: econômicas, sociais, religiosas, ideológicas e até mesmo políticas. Dentre todas essas motivações, uma perpassa a todas elas - o amor. Ao ser apresentado como motivo legítimo no mundo contemporâneo, o amor passa a ser um requisito quase que essencial para a concretização de um casamento. Diz-se que o homem ou a mulher que não se casam por amor ou não vivenciam esse amor ao longo do relacionamento não são suficientemente “humanos”, uma vez que esse elemento é representado como parte da natureza humana.

As características do amor romântico permitem apontar para a irracionalidade que conduz aos impulsos de escolha de um parceiro para realizar um casamento. De acordo com Macfarlane (1990), no século XVIII, a partir da experiência da Inglaterra, os motivos para se casar seriam ter filhos, ter o cônjuge como companhia na velhice, alguém para direcionar seus afetos, tomar conta da casa e constituir um lar. Outro motivo seria a possibilidade de dar continuidade ao seu trabalho e à descendência através da procriação. Melhor dito, gerar filhos que prolonguem sua existência e, possivelmente, ter alguém com quem praticar relações sexuais. Portanto, temas centrais faziam parte da escolha do casamento como velhice, solidão e continuidade da espécie e família. Por outro lado, a vida de solteiro também oferecia aos homens vantagens como ter a liberdade de realizar escolhas na vida social, não ter obrigações familiares e, conseqüentemente, não estar exposto a desentendimentos familiares. Entretanto, o casamento para o homem trazia mais vantagens do que desvantagens, já que era muito custoso para o homem manter os confortos domésticos sozinho. Para a mulher, o casamento

se tornava um *status* social, além de ser o caminho para o exercício da maternidade, ter proteção e segurança. Além disso, poderia a mulher usufruir de uma viuvez tranquila financeiramente.

Segundo Macfarlane (1990), para Thomas Malthus, um importante pesquisador que estabeleceu a teoria sobre o casamento e a relação com o sistema demográfico, o casamento devia, sobretudo sua existência ao “amor, e sua relação conjugal seria, desde que assumida, a mais importante na vida da pessoa” (p.185). “Há indícios que o casamento romântico seja um produto do surgimento de sociedades capitalistas, contratuais e individualistas” (p.329). Essa nova ordem econômica, instituiu um lugar ao amor como mediador dos interesses do Estado e da economia, valorizando a mulher dentro de seus papéis de mãe, esposa e rainha do lar, especificamente dando grande ênfase ao amor maternal, conjugal e filial.

Segundo Prado (1979); Rocha-Coutinho (1994); Engel (1997) e Silveira (2000), a rotina da esposa ocasionava sobrecarga e, “possíveis” insatisfações na mulher. Tais circunstâncias, que poderiam deixar a mulher descontente, não lhe permitia questionar a situação pelas normas emblemáticas do amor romântico e pelo seu papel de boa esposa. A denominação da esposa como rainha do lar orientava a mulher a manter um comportamento de não se queixar, não reclamar e não discutir, o que acabava gerando ansiedade e nervosismo ao ter que exercer seu papel prescrito e dar conta de todas as responsabilidades do lar como: filhos, trabalhos domésticos e atendimento às necessidades do marido. Esses sintomas de ansiedade, estresse, desgastes físico e emocional acabavam recebendo um diagnóstico médico de “doença dos nervos”, sendo naturalizados e considerados pertencentes à personalidade fraca e à essência feminina. A solução para tal problema seria a patologização e o tratamento médico.

A visão da mulher como rainha do lar, solidificada a partir da Segunda Guerra Mundial, modelava uma esposa com papéis bem definidos, nos quais, tradicionalmente, o cuidado com os filhos e o marido configuravam uma gama de funções como as psicológicas, sexuais, reprodutivas (biológica e social), afetivas, domésticas, educacionais, cooperativas com o trabalho do marido, dentre outras (Prado, 1979), tornando-a principal e única responsável pela felicidade doméstica e pessoal, ainda que anulando a sua felicidade ou negando qualquer sentimento de incompletude, desgosto ou inconformismo. Todas essas múltiplas funções da esposa eram revestidas por uma invisibilidade social, na qual não havia valorização dos esforços despendidos por ela. Essas tarefas foram consideradas como destino natural e manifestação da natureza feminina. Nesse sentido, os esforços não eram geralmente

percebidos como grandes demais para que se alcançasse o objetivo maior: o equilíbrio do lar. Portanto, os papéis de esposa não podiam ser conjugados com escolhas e desejos individuais da mulher (Prado, 1979; Rocha-Coutinho, 1994). O amor romântico tornava-se um elemento que justificava toda a ação e deveres impostos ao papel de esposa. Segundo Prado (1979), a ideologia de amor romântico assegurava que, bastava à mulher se casar para que se manifestasse todo o seu sentimento do amor romântico, o que causava muitas frustrações e contradições.

Para Trigo (1989), o amor romântico se tornava o ideal guia para os relacionamentos no século XX no Brasil. O matrimônio, portanto, passa a fornecer ao amor a legitimidade, permanência e estabilidade para a manutenção das atividades no espaço doméstico. Esse sentido do amor permite a ele ser uma espécie de “liga”, um construtor e mantenedor do relacionamento dentro do casamento.

Segundo Jablonski (2001), verifica-se que há duas situações nos países ocidentais dentre as quais correlacionam-se as diferentes conformações para o amor. Em uma delas, o amor seria um elemento importante e até, de certa forma, um ponto essencial para que o casamento se concretize. Na outra conformação, o amor seria um elemento em desenvolvimento que após a ocorrência do enlace do casamento passaria a ser um elemento em construção. Essas duas situações envolvidas pelo amor, apresentam situações ideológicas de manutenção de uma ordem social, influenciada pelos preceitos de casamento monogâmico e indissolúvel.

A indissolubilidade do casamento é um outro ponto importante apontado por Jablonski (2001). O casamento não se desfazia e, portanto, não podia se desfazer quando o amor inexistia. Nessa situação, o amor tornava-se um elemento de segundo plano, um coadjuvante da relação entrando em cena outros sentimentos e ações mais valorizadas como o respeito, o companheirismo e a dedicação. Os elementos incentivados, quando o amor atingia um plano secundário na relação, emudeciam qualquer tentativa da mulher de manifestar um questionamento sobre sua situação, muitas vezes de opressão e subjugo. Esses elementos recebiam reforço e valorização de atos caracterizados como verdadeiros sacrifícios a partir do cumprimento, pela mulher, dos papéis sociais que se traduziam em manter a harmonia do lar e a felicidade dos filhos e do marido. Esses atos de renúncia e sacrifícios são citados também por Prado, (1979); Bicalho, (1989) e Rocha-Coutinho, (1994).

A chamada “invenção da maternidade” (Badinter, 1985, citado em Gianordoli, 2000) influenciou decisivamente a necessidade e exercício da maternidade e sua ligação à feminilidade, atribuída às qualidades da personalidade feminina, qualidades essas que

estavam certamente impregnadas de concepções sobre a sexualidade da mulher (Gianordoli, 2000). A idealização da mãe foi parte importante da construção da maternidade. O amor tornou-se dessexualizado e investido para a procriação e cuidado com os filhos e o marido. As ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior.

Segundo Biasoli-Alves (2000), os preceitos morais coadunavam com os preceitos do amor e o papel da religião, que advinham do século XVIII, era reforçador e também prescritor de normas de conduta, instituindo temores ligados ao pecado frente à desobediência a esses valores vigentes. Dessa forma, “a felicidade conjugal não decorria do relacionamento entre marido e mulher, insistem os historiadores, mas do atendimento de necessidades práticas das quais o casal era um simples instrumento” (Del Priore, 2006, p. 169). A Igreja acentuava divisões de papéis marcadas pela submissão da mulher às necessidades sexuais masculinas e o papel de dona do lar e reprodutora.

Segundo as prescrições eclesiásticas, a mulher devia ao marido amor, obediência, fidelidade, paciência e assistência, cabendo a ela ajudá-lo em todos os trabalhos e no tratamento de enfermidades. Como obrigação do marido, o sustento, que seria a contrapartida da obediência. Também eram prescritas formas distintas de amor conjugal: a respeitosa da mulher em relação ao homem; a respeitosa e terna, do homem em relação à mulher, resultante da fragilidade do sexo feminino. (...) Ambos deveriam honrar o casamento e manter a fidelidade como um dever conjugal. Entretanto, só ao homem caberia punir ou corrigir a mulher, fosse por meio de correção física ou não (Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006, p. 188).

Com relação à influência religiosa no Brasil, Del Priore (2005) afirma que as escrituras sagradas, invocadas pelos padres, continham orientações baseadas na permanência do patriarcalismo e no controle das práticas sexuais. Essas práticas afetivas orientadas pela igreja continham situações de dependência e sujeição da esposa ao marido, a qual devia reverenciá-lo, realizar suas vontades, aceitar e perdoar suas faltas. A igreja condenava afetos “desregrados da alma e do corpo” que mereciam um treinamento e controle por parte dos cônjuges. Havia orientações a seguir sobre as práticas sexuais, devendo ser esse o resultado de uma prática de “educação dos sentidos” (Del Priore, 2006, p. 30). Apesar dessas restrições às considerações de luxúria, pela prática sexual, ser datada do século XVI, ainda hoje constituem indicadores de moral para as condutas pré-matrimoniais e se fazem presente na socialização do gênero feminino. O sexo, influenciado pelas normas e regras da moralidade judaico-cristã, somente se torna lícito quando realizado dentro do matrimônio. Esses preceitos ainda causam

dúvidas em muitas mulheres sobre suas práticas sexuais antes do casamento, permanecendo uma conduta velada, errada e causando crises advindas do choque entre a liberdade sexual, com a possibilidade de sentir prazer e os preceitos da sociedade tradicional, os quais permanecem presentes e ainda contêm um valor moral de peso.

Segundo Del Priore (2005), as relações sexuais normalizadas eram destituídas de desejos e realizadas como mecanismo simples de reprodução e subjugação. Muitas mulheres na negativa de realizar o ato sexual forçado com o marido, recebiam como retribuição atitudes de maus-tratos. Nessas situações de submissão e impotência, muitas vezes a figura da amante era, de certa forma, um alívio quando diminuía a procura sexual do marido pela esposa. Peixoto (1997), ao pesquisar a vivência de mulheres idosas, com mais de 60 anos à época da pesquisa, casadas por volta dos 20 anos na década de 1950, ilustra essa situação com a vivência de uma idosa que relatou o conhecimento da infidelidade do marido e sua tolerância com relação a essa prática. Ela relatou que o marido levava uma vida dupla, tinha outras mulheres, mas que para ela era até melhor “ele ter uma vida lá fora”. Dessa maneira, ele não ficava “enchendo o saco” (Peixoto, 1997, p. 155). Apesar de, em determinadas situações, a amante representar um alívio para algumas mulheres que não conseguiam obter uma relação sexual satisfatória, não deixava se ser abominada pelas esposas e seu ato considerado uma transgressão e pecado em nossa sociedade, cujo valor do casamento era, e ainda é, a prática da monogamia e a indissolução do casamento.

Se essas prescrições sociais eram vivenciadas no universo micro-social das relações conjugais, no universo macro-político, presente nas instituições sociais construídas pelo estado de direito, a infidelidade trazia consigo a possibilidade da separação, legalizada pelos Códigos Civis desde 1916. Porém, não de forma igualitária e sem ônus social, em especial para o gênero feminino. Segundo Samarra (2004), “os casos de divórcio constituem evidências fundamentais para se compreender as relações entre marido e esposa no passado” (p.67).

No Brasil, a realização de separações, por motivos diversificados, traduz uma complexidade no tema e a necessidade de indagações e estudos envolvendo papéis femininos e masculinos na família na sociedade. Dentre os motivos mais frequentes, o adultério sempre mereceu destaque, pois se apresentava como contrário às normas morais mais valorizadas pelo casamento, a fidelidade e a honra conjugal. Apesar de todos os pedidos de divórcio por adultério serem encaminhados aos tribunais e serem considerados falta grave a ambos os sexos, havia uma diferença de tratamento para a infidelidade atribuída ao homem e à mulher. A pena era mais grave para a mulher, como apresentado em artigo português que previa para

o adultério e seu cúmplice a pena de morte. Em contrapartida, para o marido infiel a pena não era tão grave, pois era reconhecido que “infidelidades descontínuas do homem não eram punidas” (Samara, 2004, p. 73). Com relação a essa herança das leis portuguesas no Brasil, uma parte foi absorvida durante o período do Império e acrescida das penalidades não legais da Igreja Católica. Aos fiéis que praticassem o concubinato ou adultério, os quais havia em grande número no Brasil, a Igreja não permitia a concessão da comunhão, principalmente aos que anunciavam publicamente seu modelo de relação divergente da moral vigente. Portanto, a Igreja exercia um papel importante no controle de modelos de relacionamento homem-mulher.

Com relação a vivência e aceitação do desquite, segundo Scott (2012), ocorria quando a mulher reconhecia que havia realizado uma escolha equivocada e publicamente tomava uma decisão formalizada, a qual geravam consequências diversas, pois não era fácil e nem aceito socialmente essa tomada de decisão, apesar da lei de desquite ter sido introduzida no Código Civil em 1942 e estabelecer a separação, apesar de não ocorrer ainda a dissolução do vínculo do casamento, introduzida na lei somente em 1977. Havia, segundo Motta (2012), uma desautorização social que recaía sobre a mulher desquitada até a década de 1970. Essa situação é ilustrada a partir do relato de uma mulher idosa no século atual rememorando sua situação de discriminação social vivenciada na época em que optou pelo desquite:

Tudo de errado que acontecia no edifício em que morava era atribuído aos meus filhos, de repente denominados ‘os filhos da desquitada’.Tinha que reagir com muita firmeza para me impor. Além disso, deixei quase inteiramente de ser convidada para reuniões sociais festivas, porque as mulheres casadas diziam que eu poderia atrair os seus maridos...O ex-marido, contudo, era tranquilamente convidado... (Motta, 2012, p. 93).

Portanto, a decisão de separação gerava discriminação às mulheres, que eram socialmente culpabilizadas pelas falhas ocorridas durante seu casamento e pela situação da separação. Logo, se a infidelidade fosse um dos motivos, a esposa carregava um ônus pelo ato de infidelidade do marido, sob a alegação de que a traição era gerada pela necessidade do marido não satisfeita, a qual o impelia a preencher essa falta fora do lar. Dessa maneira, o “culpado” pelo ato de infidelidade não era o marido traidor, mas a esposa traída (Goldenberg, 2009). Segundo Rocha-Coutinho (1994), as mulheres deveriam fazer “vista grossa” se o homem cumprisse seu papel de bom marido e chefe da casa. Nesse contexto, o importante era preservar o casamento.

Essa legitimidade social “podia” estar relacionada com os preceitos disseminados sobre a natureza masculina, os quais atribuem características naturais aos homens como ser agressivo e ter intensa atividade e desejo sexual. Portanto, a infidelidade masculina era tolerada no contexto de traição. Era solicitado do homem manter a discrição e não permitir a interferência de seus envolvimento amorosos fora de casa nos assuntos familiares, uma vez que o lar era considerado um lugar sagrado. Assim, há uma condescendência com a infidelidade masculina. Já infidelidade feminina, era totalmente proibida. E quando essa infidelidade acontecia era silenciosa, clandestina, taxada de traição e motivo de dissolução do casamento, além da punição pública e privada dessa mulher.

Algumas das razões apontadas por Cáceres, Salazar e Dávila (2005) fornecem pistas para esse comportamento de traição masculina, como a iniciação sexual do rapaz, ainda bem novo e práticas sexuais com várias mulheres, além de uma visão social de naturalização de impulsos sexuais incontroláveis no homem, sendo a infidelidade inevitável e até mesmo um sinal de afirmação da identidade masculina. Segundo os autores, a experiência de ser homem no mundo ocidental, até os dias atuais, apresenta um contraponto de um modelo hegemônico, de auto-suficiência, agressividade, pouca emotividade e competência produtiva. Esses indicadores fornecem elementos à construção da identidade masculina, a partir de uma naturalização, justificando os locais hegemônicos ocupados por homens, dentro do casamento e no âmbito público, e, por vezes, justificando o exercício da violência.

É preciso observar que, ainda que se reconheçam hoje avanços na área do conhecimento científico, e mesmo na prática cotidiana, no tratamento do tema, se mantém no discurso diário, concepções e representações seculares sobre o que são um homem e uma mulher. Três possíveis exemplos são a manutenção da percepção do papel do homem como provedor exclusivo (...); e a perpetuação da crença em uma ‘natureza’ masculina determinada pela necessidade do sexo, pelo instinto animal ‘incontrolável’ (Silva, 2002, p. 43); e a identificação da fidelidade feminina como fator fundamental para a valorização da mulher sob a ótica masculina (Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006, p. 189).

De acordo com Gianordoli (2000), essa conjugação de elementos é fundamental para compreender as crises que geram descontentamentos entre os cônjuges desde o século XX até os dias atuais, ocasionando possíveis motivos de descasamento. Torna-se importante compreender aspectos de confluência apresentados pelo modelo moderno de casamento, baseado em aspectos mais igualitários e compartilhados, em contraponto ao tradicional. Choque que gerou situações de crise, na medida em que, papéis femininos e masculinos

criaram descontinuidades na relação homem-mulher levando aos questionamentos dos papéis sociais incorporados nessa relação como virgindade, distribuição de tarefas no âmbito público e privado, segregação de papéis, Códigos Civis e morais assimétricos, dentre outros. Essa tensão gerada entre as ideias presentes no pensamento contemporâneo, com mudanças significativas em relação ao lugar social da mulher, e as ideias ainda permanentes do mundo tradicional, pode levar à separação, não porque o casamento não seja importante. Ao contrário, por esse ter uma importância tão grande e, dessa forma, não ser aceito falhas na concretização de suas expectativas.

(...) O caráter de embate na conquista de espaços pelas mulheres não exigiu uma revisão do masculino, mas sim uma reformulação do feminino, à medida que diversas vezes se caracterizou como uma tomada de espaços e não como uma exigência de redefinição no quadro geral dos papéis de gênero” (Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006, p. 208).

## *2.6. Desigualdade de gênero com firma reconhecida: matrimônio e Código Civil até meados do século XX.*

Como já descrito, nas primeiras décadas do século XX, ainda permaneciam as desigualdades entre homens e mulheres. Os Códigos Civis da época consolidavam a forma de socialização dos gêneros nos ambiente públicos e privados, certificando a desigualdade. Assim, a legislação definia que a mulher poderia trabalhar somente com a autorização do marido e o homem era autorizado a utilizar a violência contra a mulher, justificada como controle de excessos femininos (Yalom, 2002). Em 1916, foi criado o Código Civil o qual “mantinha o compromisso com o direito Canônico<sup>7</sup> e com a indissociabilidade do vínculo matrimonial. Nele, a mulher era considerada altamente incapaz para exercer certos atos e se mantinha em posição de dependência e inferioridade perante o marido” (Del Priore, 2006, pp. 247-248). O Código Civil determinava as atribuições do marido como o chefe da sociedade conjugal, tendo o dever de representar a família e guardar os bens comuns do casal e, também, os da esposa de acordo com o regime matrimonial adotado. O marido possuía o dever de sancionar à esposa permissão de trabalhar fora e de fixar moradia ou mudar a família de local,

---

<sup>7</sup> O direito canônico reúne as normas que regulam a vida na comunidade eclesial. Quando se desejava discutir a validade de um casamento (nulidade de matrimônio) realizado na Igreja, recorria-se à corte canônica ou tribunal eclesiástico. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Direito\\_canônico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_canônico)

quando aprovesse. Com relação à mulher casada, essa se tornava uma pessoa em condições inferiores a de uma mulher solteira maior de idade. Também não tinha o direito de decidir sobre os filhos e nem sobre os patrimônios (Alves e Barsted, 1987; Maluf e Mott, 2004). Ou seja, “a nova ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação” (Maluf & Mott, 2004, p. 376). A mulher era, também, excluída de determinados atos civis, como o direito ao voto, atitudes, as quais, segundo as autoras eram “limitações somente comparáveis às que eram impostas aos pródigos, aos menores de idade e aos índios” (p.376). O sufrágio feminino foi sancionado no Brasil somente em 1932, após longa luta feminina que se intensificou na segunda década do século XX (Hahner, 2003). De acordo com as autoras Alves e Barsted (1987), conhecer o discurso legal permite compreender suas interferências nas várias instâncias da vida social, normatizando-as. Dessa forma, “o direito aparece como instância mediadora das esferas política e econômica na realização de hegemonia da classe social” (Alves & Barsted, 1987, p. 166) e, portanto, se torna agente de conhecimento importante de *locus* social, dentre ele, a família.

De acordo com Alves e Barsted (1987), o legislador age de acordo com o contexto histórico, ora freiando mudanças indesejadas para manter uma determinada ordem social, ora sendo propulsor de novos valores. Com relação ao Código Civil de 1916 e outros sancionados posteriormente, até a década de 1970, houve pouca variação no sistema de desigualdades entre maridos e esposas contidos nas legislações sobre a família. Com relação ao casamento, a Constituição de 1934 proibia casamentos entre parentes próximos, lei justificada como impedimento de cruzamentos consanguíneos, obedecendo a uma lógica dos movimentos higienistas. No Código Civil de 1940, houve a regulamentação de alguns padrões familiares e sociais com proibição e punição: 1) à bigamia, 2) ao induzimento ao erro essencial e 3) à prática de adultério. As legislações que sancionaram esses códigos estabeleciam um padrão de monogamia e o controle sexual da castidade feminina no sistema familiar, pois o induzimento ao erro essencial, dava o direito à anulação do casamento caso o marido constatasse que a esposa não tinha se casado virgem. Também fazendo menção ao Código de 1940, as autoras relatam que há referência ao controle da sexualidade da mulher citado no capítulo intitulado “crimes contra a pessoa”, no qual estava citada a proibição à prática de aborto e ao uso de anticoncepcionais. As leis referentes ao estupro encontravam-se no capítulo “crime contra a liberdade sexual”, distanciando a interpretação do estupro como uma violência contra a mulher na medida em que não atrelava o estupro aos “crimes contra a pessoa” (Alves &

Barsted, 1987, p.174). Considerando o período histórico analisado nessa pesquisa, conclui-se de acordo com as autoras Alves e Barsted (1987):

A análise da legislação sobre a família nos períodos de 1930 a 1945 e de 1946 a 1964 indicam a permanência do modelo jurídico familiar que mostra-se funcional tanto no período autoritário, como no período democrático, não sofrendo alterações substanciais. Esse modelo fortalece a família nuclear, com laços extensos, patriarcal, fundada em uma assimetria sexual e geracional, incentivando a procriação, o trabalho masculino e a dedicação da mulher ao lar (p. 179).

Houve um avanço na discussão sobre os direitos políticos e civis da mulher em relação à década anterior. Entretanto, a desigualdade de acesso aos bens materiais e sociais e a clara definição de papéis das mulheres, impediram mudanças efetivas (Del Priore, 2006) que apenas vieram ser possíveis para parte das mulheres no século XXI.

## *2.7. Linguagem e sociabilidade: o gênero a partir de revistas femininas*

Conforme aponta Bassanezi (1996), Jovchelovitch (2000), Swain (2001,b) e Buitoni (2009), a criação dos primeiros meios de comunicação em massa (mídia impressa) alteraram a forma de viver, especificamente a de comunicar, interagir e apropriar do conhecimento. O desenvolvimento dos meios de comunicação foi um dos grandes avanços tecnológicos da sociedade moderna a partir dos quais as fronteiras entre o espaço público e o privado foram alteradas radicalmente.

A modernização e a tecnologia marcaram a pluralidade nos modos de socializar-se e as revistas se tornaram meios importantes desse processo (Bassanezi C. B., Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: Revistas Femininas e Relações Homem-Mulher,1945-1964, 1996). Por um lado, a revista apresenta imagens e textos elaborados socialmente, segundo códigos e significados construídos que, por sua vez, tornam-se produtores e reprodutores das representações instituidoras da socialidade (Swain, 2001b). “As informações uma vez criadas, (...) adquirem vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se, repelem-se e dão oportunidade ao nascimento de novas representações enquanto velhas morrem” (Moscovici, 2003, p. 41).

De acordo com Lauretis (1987, citado por Swain, 2001, b, p.18), o sistema de representação tem o poder, através da mídia e do formato discursivo, de conferir sentido aos indivíduos inseridos em um contexto social. Desse modo, os veículos de comunicação em massa se configuram em formatos que atingem ideologias específicas. Lauretis (1987) refere-

se às modernas tecnologias que divulgam o gênero através do discurso midiático como “tecnologias de gênero”, apresentando o poder de controlar o campo do sentido social através da divulgação, promoção ou implantação das representações de gênero. Através do discurso social, há uma naturalização de papéis e os significados atribuídos à diferenciação do sexo não somente possuem valoração e identidades construídas a partir dessa diferença, como também são influenciados por normatizações de suas ações divulgadas pela mídia. Assim, as comunicações sociais se tornam responsáveis por expressarem a lógica social que fundamenta e reproduz o estereótipo de homens e mulheres. Portanto, “podemos encontrar representações sociais<sup>8</sup> que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição do social” (Swain, 2001b, p. 13).

A partir da discussão de gênero, a mídia e as revistas femininas constituem um *locus* importante na investigação dos comportamentos da mulher em uma determinada época (Swain, 2001b) por ser um local de compartilhamento simbólico, não somente de construção, mas de mudanças de paradigmas, de novas visões e comportamentos sociais. As revistas direcionadas ao público feminino disputam um mercado entre publicidades, reportagens, conselhos, dicas, moda, receitas culinárias e procuram interpelar e conduzir as receptoras para um espaço de significações cuja proximidade com pensamentos ortodoxos asseguram sua possibilidade de leitura e assimilação. Segundo Swain (2001,b), há uma dúvida sobre a existência de um projeto pedagógico para as revistas femininas que seria responsável pela organização das redes de sentidos veiculados, em uma retórica que buscasse “convencer as pessoas de que, de fato, apesar de tudo, ainda se vive no melhor dos modos possíveis(...)” (Eco, 1993 p.174 citado por Swain, 2001,a, p.71). O pensamento sobre o mundo das relações e de papéis sociais a partir de uma visão de deslumbramento e positividade confere um caráter atemporal, fixo e circunscrito a um mesmo campo de ideias. Isso permite a construção de um mundo social no qual a mulher fica confinada, sem possibilidade de mudanças sociais. Essa ideologia, marcada e veiculada pelo sistema midiático feminino, não permite a formação do senso crítico da mulher e contribui para que a imprensa feminina seja um veículo de pouca informação e muita formação. Dessa forma, a mídia feminina é, “antes de tudo, uma imprensa de convencimento” (Buitoni, 2009, p. 208). Ao longo desse texto, utilizaremos o termo mídia

---

<sup>8</sup> Compreende-se que as representações sociais partem do movimento de obter sentido e tornar comum algo que não é familiar, essa não familiaridade baseia-se na “presença real de algo ausente”, algo que “parece ser visível sem o ser” (Moscovici, 2003). Esse movimento baseia-se na possibilidade de uma comunicação, uma unidade de compreensão do senso comum. A unidade de compreensão constituída através da comunicação dá sentido ao mundo social caracterizando as representações sociais.

e revista feminina representando os locais onde há divulgação de textos, propagandas e imagens midiáticas direcionadas ao público feminino.

Há algumas formas na linguagem escrita que auxiliam e, de certa forma, definem e estabelecem certo poder de convencimento. Segundo Swain (2001,b, p.31), as revistas femininas utilizam ou veiculam o que se define por “ato retórico de inversão”, onde a vítima se transforma em algoz nas situações como estupro, violência contra a mulher e traições do homem. Nessas situações e em outras similares, muitas vezes, ocorrem comportamentos dentre os quais há uma inversão de responsabilidade pelo ato ocorrido, de maneira que a culpa acaba recaindo sobre a mulher.

Embora o presente trabalho não possua o objetivo de análise de discurso, torna-se importante compreender que o discurso veiculado por revistas e suas seções direcionadas ao público feminino não era neutro, mas divulgador de uma ideologia dominante a respeito da representação da mulher em um determinado período histórico. Para que o exercício dessa compreensão ocorra sem maiores impedimentos no presente trabalho, é importante conhecer um pouco da linguagem midiática utilizada em textos jornalísticos para a mulher do século XX.

## *2.8. Análises da imprensa feminina no século XX: representações das mulheres e seus papéis sociais na revista “O Cruzeiro”*

Bassanezi (1996) afirma que as revistas se comportam como ponto de referência, guiando condutas e formando opiniões. Elas apresentam regras de comportamento e receitas de felicidade. Também promovem uma aparente “coesão social” (p.17), permitindo aos leitores uniformidade e enquadramento de condutas, além do exercício correto de sua felicidade. Embora nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, as revistas não se apresentassem como um segmento destinado puramente ao público feminino, elas tinham as mulheres como o público alvo, vindo a estabelecer um importante segmento de periódicos ou seções de periódicos destinados à mulher.

No Brasil, o público leitor feminino começou a se formar na segunda metade do século XIX quando moças passaram a ter acesso à escola até seus 13/14 anos de idade, época em que abandonavam os estudos para se casarem. Tal público de leitores, mesmo que pequeno, foi suficiente para alterar o mercado de livros e, possivelmente, o de periódicos no século seguinte, fortalecido pelas mudanças sociais no período (Mira, 2001; Buitoni, 2009) .

Perrot (2005/1998) constata que há um silêncio da mulher na história do século XIX e uma recusa de expressão da voz feminina nos meios de comunicação modernos que as consideravam desqualificadas; reafirmando o local direcionado ao público feminino como espaços destinados a dirimir dúvidas sobre seus comportamentos ou relacionamentos. Em contrapartida, os homens que coordenavam ou eram redatores de grandes meios de comunicação como as revistas, eram destinados ao mutismo com relação à expressão da vida privada masculina e “falar de si mesmo era contrário à honra viril” (Cunha, et al., n.d, p. 5).

Portanto, as seções destinadas a homens e mulheres se caracterizavam de modos e destinos bem diferentes. Para a mulher, havia uma prescrição de normas e papéis a obedecer; ao homem, cumpria seu lugar social de homem público ou de reafirmação do lugar de “sexo forte, que não devia se deixar levar pelo romantismo ou não devia demonstrar que se deixava abalar pela mulher amada. O homem jamais devia se reprimir, pois tinha de zelar e se orgulhar do seu nome” (Cunha, et al., n.d, p. 5).

Segundo Buitoni (2009), “provavelmente, o surgimento de periódicos (jornais e revistas) femininos estava relacionado com a ampliação dos papéis femininos tradicionais, circunscritos, até então, ao lar ou ao convento. Assim como decorrente da evolução da economia, que implicava novas necessidades a serem satisfeitas” (p.29) a partir do modelo capitalista (Buitoni, 2009). No entanto, tudo indicava que o surgimento de revistas ou seções direcionadas ao público feminino e as referências às relações homem-mulher pouco alteraram ao longo da história. A função das revistas e jornais como conselheiros e guias norteadores das condutas femininas, mais especificamente, como consultórios sentimentais, como afirma Buitoni (2009), era a marca registrada da imprensa feminina afirmada no primeiro periódico feminino, o *Lady's Mercury*, editado na Grã-Betanha em Fevereiro de 1693.

De acordo com Barbosa (2002), no Brasil, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a revista mais lida era *O Cruzeiro*, um periódico de publicação semanal, de circulação nacional e a principal revista ilustrada do Brasil no século XX. A revista foi lançada em novembro de 1928, idealizada pelo português Carlos Malheiros Dias, e se consolidou no mercado nacional na década seguinte graças ao “futuro império de Chateaubriand” (Barbosa, 2002, p. 6) dos Diários dos Associados. Em 1929,

*O Cruzeiro* fez parte da campanha política que levou Getúlio Vargas ao poder. Embora fosse um empreendimento político de início, *O Cruzeiro* foi muito mais (...). Em sua longa trajetória, a revista atravessa as décadas de 1930 a 1960 como veículo nacional responsável pela crônica social, política e artística não apenas do

Brasil, mas do mundo, contando para tanto com correspondentes estrangeiros, fato então inédito no Brasil (Mira, 2001, p. 23).

Foi a revista de maior vendagem na história do país, com versão em inglês e espanhol para circulação na América Latina, Europa e EUA (Barbosa, 2002) .

Ao longo dos anos da década de 1950, *O Cruzeiro* foi o meio de comunicação social mais importante no Brasil. Uma espécie do que é hoje a Rede Globo. Éramos uma imagem que chegava à Amazônia, e em qualquer lugar, para o sujeito que esperava ver o carnaval do Rio de Janeiro ou a fotografia do gol da Copa de Mundo. Nós éramos o visual da nação (Barreto & Firmo como citado em Mira, 2001, p.23).

A revista *O Cruzeiro* se dirigia às classes A e B<sup>9</sup>, fato comprovado por dados que sugeriam maior *status* na classe média que almejava conhecimentos através desse meio de comunicação. A revista era direcionada a um público elitizado que lhe conferia o papel de ser formadora de opinião. O periódico ainda apresentava características de nacionalismo e patriotismo, já expressos no nome da revista - *Cruzeiro*<sup>10</sup> - mesmo nome da moeda brasileira à época e também símbolo da bandeira, a “constelação que guiava os navegantes”. Metaforicamente falando, *O Cruzeiro* se propunha a ser uma *constelação* que *guiava os leitores*, fornecia um norte e uma direção, além de apontar caminhos a seguir e opiniões a serem formadas (Barbosa, 2002, p.5).

Destinada tanto ao público masculino quanto ao feminino, *O Cruzeiro* era abordada como a “revista da família brasileira” (Mira, 2001, p. 27). Após lida pelos integrantes da família nuclear, marido e esposa, ela perpassava por outros componentes e agregados da família, em uma mesma casa, inclusive crianças e criados. Embora tenha sido destinada ao público masculino e feminino, foi somente a partir da década de 1940 que o público feminino ganhou maior espaço com a criação de seções especificamente para a mulher.

A principal seção voltada ao diálogo com o público feminino foi intitulada “Da mulher para a mulher”, criada no momento de expansão da revista *O Cruzeiro*, englobando o

---

<sup>9</sup> “O IBOPE realizou na época pesquisas estratificadas em três classes: A (rica), B (média) e C (pobre). Apesar da imprecisão, os dados merecem ser citados. *O Cruzeiro* tinha no RJ e SP 82,7% de leitores regulares na classe A, 54% na B e 32,7% na C (respostas múltiplas). Ibope, Pesquisas Especiais, 1950, vol.9, Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH/Unicamp (Mira,2001).

<sup>10</sup> A revista *Cruzeiro*, lançada em Novembro de 1928, inicialmente não possuía o artigo “o”, que foi acrescentado somente na década seguinte, marcando uma nova fase da revista.

período de 1940 a 1963 (Torres, et al., 2008). Seu público alvo feminino é reafirmado pelo sumário: destinada à mulher e pelo título da coluna: “Da Mulher para Mulher”.

Segundo Buitoni (2009), a imprensa feminina no século XX traz uma representação da mulher e de seus papéis sociais, assim como sua participação na política. Todo o formato da mídia direcionada à mulher refletia a existência de uma ideologia. Os assuntos veiculados na mídia feminina que parecem, a princípio, neutros como receitas, orientações para casa, costuras, cuidados com as crianças, conselhos de beleza e orientações amorosas, apontam um formato ideologizante da imprensa feminina se comparado à imprensa dedicada ao público em geral. O formato jornalístico mais usado para a imprensa feminina é uma das características que favorece à veiculação ideológica, enquanto revistas que tratam assuntos gerais tem formato de “jornalismo informativo” e veiculação diária.

As publicações femininas tem um caráter mais semanal ou mensal e apresentam características de “jornalismo mais diversional opinativo ou de serviço”. Essa “periodicidade da imprensa feminina - que a faz distanciar-se do fato atual - e o não uso da categoria informativa lhe dão um caráter mais ideológico” (Buitoni, 2009, p. 22). Associado a essa característica, há o formato da escrita dos textos utilizando a conjugação verbal na segunda pessoa, produzindo uma espécie de “marca registrada” na linguagem da revista feminina. A utilização dos pronomes na segunda pessoa (tu, vós e você) permite conversar com a leitora em um tom de amizade e intimidade. Essa eliminação da distância entre leitor e revista

ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa. A razão não se arma para um conversa amiga. Nem é preciso raciocinar argumentos complicados: as coisas parecem que sempre foram assim. Ou então é apenas mais um momento de emoção, cujo único requisito é sentir junto (Buitoni, 2009, p. 191).

Assim, esses elementos se tornam, segundo a autora, uma ‘verdadeira armadilha’, pois além deles, há também a utilização da ‘função conativa’ (Buitoni, 2009, p. 191), uma função de linguagem que permite que a mensagem seja dirigida a um destinatário e onde o recurso do modo imperativo e vocativo fazem dessa comunicação um forte veiculador ideológico, mantendo modelos sociais de hegemonia. O imperativo não deixa dúvidas: “faça, use, leia, insista, desista, colabore, tente”; ele não permite que se pense em fazer escolhas, pois afirma, impera, solicita cumprimento e aceitação. Dessa forma, “quando o tom impositivo prefere usar o pretexto de uma conversa amiga, então a função conativa é a escolhida” (Buitoni, 2009, p. 192).

Quando as pessoas interagem no mundo social, elas constroem uma gama de significantes e códigos simbólicos. Esse espaço público apresenta ao sujeito social uma série de respostas e impõe também prescrições. As revistas femininas tem um papel modelador e possuem um forte impacto como formadoras de opinião (Del Priore, 2006, p. 283). Ao privilegiarem o ser mulher através de diversas práticas, elas propõem modelos culturais como sendo naturais e nesse processo aparece o jargão muito utilizado na mídia feminina: “a mulher é um mito”. “O mito é um ‘reflexo’ social” que realiza uma inversão, pois transpõe a cultura em natureza, o social em cultural, o ideológico e o histórico em ‘natural’ ” (Buitoni, 2009, p. 25).

As características das mulheres veiculadas pelas revistas tais como a maternidade, a beleza, o trabalho no lar, a doçura, dentre outras, possui um formato fixo, atributo que desconsidera o contexto histórico, desvinculando a mulher de sua época. “O mundo lá fora nos obriga a utilizar o conjunto de significados que encontramos durante a socialização e, dessa maneira, ele cria o campo de exercícios da individualidade e da sociabilidade” (Jovchelovitch, 2000, p. 24).

As características da imprensa feminina, apresentadas acima, podem ser percebidas desde suas primeiras publicações, fato este que parece demonstrar que as mudanças sociais vivenciadas ao longo das décadas do século XX aparecem nas revistas como uma repaginação da imagem feminina. Embora uma gama de valores tenha sido atualizado, as mudanças conjugaram rupturas e continuidades que podem ser percebidas nos elementos da identidade feminina e de sua representação que nos ligam ao longo do tempo, e as revistas femininas nos parecem ser uma importante fonte de percepção da construção social do lugar da mulher.

Parte das mudanças de valores que compõe a socialização e a sociabilidade de gênero pode ser observada em importantes veículos de comunicação que facilitaram e promoveram a divulgação e a formação de referências que se associavam às ideias de rupturas, novos padrões ou mesmo a manutenção das regras e dos valores. Sendo assim, buscamos investigar tais elementos em umas das revistas mais importantes da história da mídia escrita no Brasil do século XX - a revista *O Cruzeiro* - por meio da seção de cartas dos leitores, intitulada “Da mulher par a mulher” no período de 1946 a 1963, ano em que a seção deixou de ser publicada.

Nossa intenção é conhecer o processo de socialização e sociabilidade feminina e masculina por meio de sua vivência cotidiana, buscando vislumbrar a pessoa por trás do papel por meio da fala de quem viveu as ambiguidades e as ambivalências das interações de gênero

no período. Nesse sentido, escolhemos o “Casamento” como tema central dessa investigação, visto que, ao longo do tempo, esse é um eixo fundamental das relações entre os gêneros e pelo qual as mudanças e as continuidades continuam se dando. Assim, no diálogo entre a mídia e o leitor podemos vislumbrar a dinâmica social de uma época.

Dos papéis usados para a impressão, aos papéis atribuídos à mulher, chega-se ao papel da imprensa feminina- diluir os conflitos sociais (...) realidade escondida sob papéis (...) uma embalagem aparentemente frágil mas de uma força imensa faz essa mulher de papel. Rasgar é mudança e passagem. Passagem-libertação. Rasgar o papel e descobrir a pessoa: veremos o dia? (Buitoni, 2009, p. 212).

Para tanto, torna-se fundamental conhecermos as características do período com o qual iremos trabalhar, dando enfoque ao processo de socialização e sociabilidade de gêneros voltados para o casamento além de conhecer os modelos de casamentos veiculados socialmente por meio da seção “Da Mulher para a Mulher” fonte desse estudo.

Buscamos vislumbrar alguns temas históricos como a família, o casamento, o amor, as formas de sociabilidade como habitação, preceitos morais, lazer e vestuário. Essa discussão foi realizada com foco a partir do século XIX, pois esse período fornece elementos importantes de compreensão das rupturas e continuidades de comportamentos de gênero e sobre o casamento no período de análise de nossos dados de pesquisa.

### 3. OBJETIVO

**P**retendemos identificar, organizar e analisar, interesses, comportamentos e valores retratados na seção de cartas dos leitores intitulada “Da mulher para a mulher” da revista *O Cruzeiro*, entre 1946 e 1963, buscando construir um panorama dos lugares sociais de gênero no casamento durante os “Anos dourados”. Pressupomos que por meio dessa análise seja possível vislumbrar as continuidades e rupturas nos papéis sociais de gênero no casamento a partir do século XX, identificando elementos que caracterizam a mídia escrita feminina no século XX.

#### Objetivos específicos

Identificar, organizar e analisar os temas sociais, encontrados nos dados da pesquisa, vinculados às redes de relações que fazem parte do casamento: infidelidade, amor romântico, separação/divórcio, maternidade.

## 4. METODOLOGIA

*“Importante o resultado, mas se torna mais importante o processo de tentar descobrir algo que ainda não se conhece” (Santaella, 2001, p. 103).*

**S**e debruçar sobre um período histórico específico visando (re)conhecer os valores sociais daquela realidade, aportados na vida cotidiana conjugal de homens e mulheres, só se faz possível se reconhecermos as especificidades de um processo de pesquisa que nos possibilite vislumbrar no presente as fontes do passado. Nesse sentido, mais do que nos aproximarmos de algumas experiências, buscamos nos debruçar sobre os registros dos conflitos pessoais compartilhados socialmente entorno do tema casamento. Para tanto, a pesquisa documental nos permitiu o exame de um conjunto de matérias jornalísticas publicadas na Revista *O Cruzeiro* (Vide Anexo I, II, III).

### 4.1. *O ponto de partida: a pesquisa documental*

De acordo com Souza e Menandro (2007), uma pesquisa documental permite realizar inferências sobre uma determinada época, sendo fonte válida e essencial de informação para a pesquisa social. Existe uma gama de fontes de informação da pesquisa documental que podem ser agrupadas e compreendidas em: 1) fontes históricas tradicionais em forma de material textual; 2) registros estatísticos; 3) material de imprensa; 4) documentação indireta; 5) relatos de investigação ou reflexões anteriores; 6) registros de imagens ou outras formas de representação gráfica e artefatos físicos. Esses documentos nos permitem vislumbrar possíveis costumes, comportamentos e modos de vida quando não existe a presença física de nenhum sujeito social que possibilite um método direto, como os de depoimentos e entrevistas.

A pesquisa documental apresenta passos importantes para a sua realização que, segundo Souza e Menandro (2007), consistem em: a) localizar o material documental; b) selecionar elementos relevantes para a investigação (garantindo representatividade, autenticidade e contextualização); c) organizar as informações conforme os objetos da

investigação (classificação ou categorizações temáticas, cronológicas, regionais, ideológicas, por grupos de autoria); e d) realizar análise interpretativa e construção de inferências (muitas vezes a serem confrontadas com dados de outras modalidades, confirmadas com novas buscas documentais, sempre dialogando com a literatura sobre o tema da investigação). A seleção do material, ou seja, a operacionalização do processo de amostragem deve ser cuidadosamente planejada principalmente se o material tiver baixa “capacidade de recuperação” podendo resultar em coleta tendenciosa, insuficiente e não-representativa (Souza & Menandro, 2007, p. 158).

Nesse sentido, o presente trabalho pretendeu analisar com o auxílio de ferramentas computacionais, amostras de um material de imprensa escrita, publicadas no período histórico compreendido entre os anos de 1946 a 1963. Baseando-se nos passos descritos, cada fase dessa pesquisa possibilitou construir o *corpus* a partir do material textual coletado e categorizá-los com o auxílio de *software* de análise qualitativa. Tais fases foram norteadas pela análise de conteúdo e pelo aporte teórico definido.

## 4.2. *Procedimentos de coleta de dados*

### 4.2.1. *Localização do material e escolha dos documentos*

Os exemplares da Revista *O Cruzeiro* foram encontrados na hemeroteca<sup>11</sup> da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, situada à Praça da Liberdade, no Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte. O acervo, nessa biblioteca, continha um total de 1161 exemplares da revista que, na época da coleta, não possuía informações catalográficas digitais que permitissem a completa caracterização das obras e o fácil acesso às informações. O acesso aos dados de interesse (seção “Da Mulher para a Mulher”) foi feito pelo manuseio direto das revistas. Os exemplares semanais encontravam-se encadernados em capa dura formando volumes, os quais disponibilizaram edições referentes a um dado mês de publicação. Desses 1161 exemplares, foram coletadas 208 amostras de revistas referentes ao período 1946-1963, visto que tais amostras continham a seção objeto do presente estudo.

---

<sup>11</sup> Hemeroteca é o local de acervos de obras raras, situada na Biblioteca Estadual Luiz de Bessa localizada na Praça da Liberdade do Bairro Funcionários em Belo Horizonte.

#### 4.2.2. Coleta de imagem textual

Por se tratar de obra rara, o acervo da revista *O Cruzeiro*, preservado na hemeroteca, somente podia ser manipulado respeitando-se um conjunto de prescrições que orientavam o manuseio do mesmo. A manipulação das revistas devia ser feita com o uso de luvas e máscara. Não era possível o empréstimo de exemplares, fotocópia e nem mesmo a utilização de *scanner* ou *flashes* de câmeras fotográficas. Dessa forma, a única possibilidade de captura do material textual foi através de fotografias tiradas por câmera sem *flash*, no próprio local.

O procedimento de coleta dos dados textuais foi realizado a partir das imagens obtidas nas fotografias. Ele foi pensado de forma a possibilitar uma posterior leitura através das ações seguintes de organização dos materiais. É importante frisar que as imagens foram capturadas por uma câmera com resolução suficiente (acima de cinco megapixels) para que o reconhecimento óptico de caracteres (OCR), realizado por meio do *software* ABBYY *FineReader* v.10, tivesse êxito. Ou seja, para que a imagem fotográfica pudesse ser transformada em caracteres textuais. Ademais, outros cuidados foram tomados durante a captura das imagens: enquadramento, luminosidade, adequação de zoom, temporização e posicionamento do pedestal fixador da câmera.

A sistematização da captura de imagens foi determinante para a garantia da qualidade do material coletado e, conseqüentemente, do sucesso no emprego do *software* OCR. Isso significa que houve perda desprezível de fragmentos textuais pela existência de palavras irreconhecíveis, o que não influenciou a construção do *Corpus*. Apesar do estado de conservação do exemplar ser um fator determinante para a “transcrição digital”, ele não influenciou a escolha dos exemplares.

Todas as imagens foram devidamente identificadas por um cabeçalho que continha: data da coleta, número da revista, mês da publicação e página da seção da revista. Essa identificação permitiu posterior indexação do material fotográfico com o intuito de facilitar a consulta ao texto original (acervo) se houvessem momentos de dúvida sobre o texto editado.

### 4.3. Organização do material fotográfico

#### 4.3.1. Pré-análise do material textual

É a fase de organização propriamente dita. “ Tem por objetivo tornar operacional e viável a coleta de dados e sistematizar as idéias iniciais” (Bardin, 1979, p. 95). Essa fase foi realizada com o auxílio de máquina fotográfica e computador.

Foi realizada uma organização das imagens capturadas pela câmera fotográfica em arquivos virtuais, essas imagens foram catalogadas por meio de uma indexação contendo as informações sobre o ano, a página e o número da revista. Esse material, sistematizado nos arquivos e contendo as informações que os identificavam, se submeteu a um *software* de reconhecimento de caracteres ópticos (*Optical Character Recognition - OCR*), o qual possibilitou a transformação das imagens fotográficas textuais em texto editável em *software* processador de texto. A realização dessa etapa permitiu separar o material a partir dos diferentes recursos de comunicação apresentados na seção (artigo, crônica, ilustração, propaganda e fotografias).

#### 4.4. Constituição do “*corpus*”

O *corpus* é um conjunto de documentos a ser submetido aos procedimentos analíticos. A sua constituição depende da elaboração de regras e critérios de escolha (Vala, 1999). Nessa etapa, o *corpus* foi formado a partir da escolha dos textos no formato de “artigos”<sup>12</sup> contidos na seção “Da Mulher para a Mulher” gerados pelo OCR. Primeiramente, foi selecionada as revistas de amostragem e em seguida selecionado o formato da seção que submeteria a análise da pesquisa. Para sistematizar essa etapa, utilizou-se de ações e regras na constituição do *Corpus* como as de representatividade (1), homogeneidade (2), pertinência (3) e exaustividade (4) (Bardin, 1979).

Na regra da representatividade (1), segundo Bardin (1979, p.97), “a amostra deve ser representativa de um universo inicial”, descreveremos as decisões tomadas para a coleta e organização dos dados. A amostra na pesquisa qualitativa segue um conjunto de lógicas distintas da pesquisa quantitativa, mas nem por isso deixa de possuir um grau de

---

<sup>12</sup> Em jornalismo há a distinção entre termos de significados diferentes como matéria, artigo e coluna para representar o formato do texto publicado em veículos de imprensa. O “artigo” é usado para representar um texto eminentemente opinativo com características que abrangem mais do que uma informação e, podem não ser materiais jornalísticos. Os autores desses artigos são denominados articulistas. A coluna reserva um local para espaço escrito por um mesmo autor e seu redator, o colunista, é um profissional que trabalha escrevendo regularmente para o jornal, que produz textos que não são noticiosos, sendo comum o uso do formato de crônica para esses espaços jornalísticos. E a matéria, geralmente, é um formato de divulgação com narrativa factual utilizada para textos jornalísticos como as notícias ou reportagens (Bond, 1962).

sistematização que oriente a fazer escolhas, com recursos limitados dentro de um horizonte possível. Há duas formas de seleção da amostra, uma mais formal onde a escolha do material (grupos, pessoas, estudo de casos, dentre outros) é prévia ao início da pesquisa e a outra mais flexível onde essa construção pode ser realizada durante o andamento da pesquisa (Flick, 2009). Miles e Huberman (1994, como citado em Flick 2009) apresentam também outras formas de pesquisa qualitativa, que são “mais ou menos sistemáticas e mais ou menos pragmáticas” (p.28). Dentre tais formas, há também a forma mista que compõe um conjunto de amostras aleatórias e intencionais. A abordagem do tipo intencional, ou seja, não-aleatória, foi a empregada no presente estudo, correspondendo à escolha da seção “Da Mulher para a Mulher” na revista *O Cruzeiro*, associada ao primeiro exemplar disponível de cada mês, no intervalo do ano de 1946 ao ano de 1963, o que totalizam 208 revistas. De acordo com a coleta mensal das revistas, houve um número incompletos de exemplares mensais no ano de 1946 e no ano de 1963. Essa situação gerou o seguinte número de amostras: no ano de 1946 apresentou somente 5 exemplares<sup>13</sup> (Janeiro, Fevereiro, Março, Junho e Setembro), e, como haviam dois exemplares disponíveis no acervo, referente ao mês de Setembro inclui-se na amostra duas revistas desse mês, completando 6 exemplares no ano de 1946. No ano de 1963 houve a amostra de 10 exemplares de Janeiro a Outubro. Em todos os outros anos, foi coletada uma revista por mês (totalizando 12 revistas anuais). A escolha do primeiro exemplar de cada mês justifica-se pela maior facilidade de manuseio do material, favorecendo o acesso ao conteúdo e os procedimentos fotográficos.

A homogeneidade (2) garantiu que os documentos retidos obedecessem a certos critérios de escolha (formato de comunicação, regularidade no tempo, tema comum) não apresentando demasiada singularidade fora destes critérios de escolha.

A regra de pertinência (3) consistiu em garantir que o conjunto de elementos do *Corpus* possuísse relação com o objetivo proposto. A análise inicial dos diferentes recursos apresentados pela seção (artigo, crônica, ilustração, propaganda e foto) orientou a escolha do formato de “artigo” e o tema casamento, o qual possibilitou a realização da análise utilizando-se o diálogo com o aporte teórico de gênero.

A regra de exaustividade (4) foi aplicada para garantir que nenhum dos elementos fosse desconsiderado ou eliminado a não ser por justificativa metodológica. O banco de dados criado e detalhado nos próximos itens, permitiu a sistematização dos dados e possibilitou um resgate de todos os artigos dentro do tema escolhido. Esse resgate foi realizado pelo recurso

---

<sup>13</sup> O acervo dessa revista se torna mais raro proporcionalmente ao período mais antigo, e, portanto, nesse acervo da Biblioteca Luis de Bessa, o ano de 1946 não apresenta-se completo.

de filtragem da planilha realizado sob determinados critérios como tema e atores sociais, garantindo o recorte dos dados de acordo com o tema casamento.

A construção de um banco de dados auxiliou as decisões sobre a escolha dos materiais que formaram o *Corpus*, levando em consideração a pertinência, homogeneidade e exaustividade. Ele foi sistematizado por meio da caracterização dos dados em duas planilhas (A,B) uma que faz referência aos dados de identificação do material (A); e a outra planilha (B) apresenta o material textual encontrado na seção “Da Mulher para a Mulher” como os artigos e as crônicas; e as imagens veiculadas na seção como as ilustração, fotografias e propagandas. Será discriminado cada um desses ítems pertencentes a cada uma das planilhas:

(A) A primeira planilha contém informações básicas as quais organizaram o material de análise de forma que possibilitasse a consulta e volta aos textos, sempre que necessário (Número da revista; Dia da publicação/mês; Ano da revista; Valor da revista; Tiragem; Página total da revista; Página(s) da coluna “Da Mulher para a Mulher”).

(B) A segunda planilha referiu-se aos tipos de materiais textuais veiculados na seção “Da Mulher para Mulher” que foram divididos em: artigos (cartas dos leitores ou artigo comentado) e crônicas. Os índices que nortearam a organização do material, foram elaborados de acordo com a análise inicial e leitura do material que permitiram conhecer o comportamento da seção e os assuntos veiculados. Observou-se que os assuntos recorrentes no material textual eram assuntos de relacionamentos amorosos entre homem e mulher. Portanto, essa planilha foi organizada a partir da identificação desses assuntos e permitiu conhecer e sistematizar os seguintes dados: sexo do leitor, pseudônimo intitulado no artigo, local de origem da carta recebida (estado/região), título da carta (quando era presente), título da crônica, assuntos identificados pela leitura dos artigos e crônicas (casamento, noivado, namoro, flêrte, mulher gostar de homem casado e outros) e atores sociais envolvidos nos textos veiculados (noivo(a), marido, esposa, namorado(a), rapaz/flêrte, moça/flêrte, estudante, pai da leitora, leitora mãe, leitor pai, filha do leitor(a), “amante” e outros). Foi criado um índice para as palavras-chave identificada nos artigos (essa planilha gerou uma grande massa de informações que ocuparam 1558 linhas da planilha). Em relação às imagens veiculadas na seção, foram identificadas três tipos: propaganda, fotografia e ilustração. Em todas as figuras foram identificados os temas de cada imagem. Esses temas foram definidos em quatro tipos (mulher, homem, relacionamento homem-mulher e família).

A partir do resultado das organizações descritas tomou-se a decisão de trabalhar com o tema casamento. Alguns critérios foram usados para essa decisão como uma maior ocorrência desse tema na seção da revista e o formato definido para a análise foi o de carta

dos leitores, que chamamos ao longo da pesquisa de artigos, assim como o local onde estão inseridos os artigos por seção ou coluna. O resultado geral de todos os artigos representados na seção das amostras coletas foram 892 artigos, os quais foram caracterizados pelas planilhas descritas, obtendo 231 artigos sobre o tema casamento. Esse material produziu o *corpus* de análise para o posterior tratamento textual realizado com o auxílio do *software* Nvivo 8.

#### 4.5. *Procedimento de análise: análise de conteúdo*

A análise de conteúdo (AC) é uma técnica de tratamento de dados. Usa tanto a enumeração de informações presentes em dados textuais como também a valorização do sentido do conteúdo existente em um determinado contexto. Portanto, ela é uma técnica híbrida de análise, pois envolve aspectos qualitativos e quantitativos (Bauer, 2002). Dessa forma, a AC possui características descritivas, que a configuram como uma técnica quantitativa, mas não a definem somente por práticas descritivas, uma vez que é tida como uma técnica direcionada à produção de inferências (Bardin, 1979; Bauer, 2002 & Vala, 1999). Podemos então sumarizar as seguintes condições de produção de uma análise de conteúdo: os dados de que dispõe o analista encontram-se já dissociados da fonte e das condições gerais em que foram produzidos; o analista insere os dados em um novo contexto que constrói com base nos objetivos da pesquisa, para em seguida proceder à inferência a partir dos primeiros; finalmente, o analista recorre a um sistema de conceitos analíticos cuja articulação permite formular as regras da inferência (Bardin, 1979).

Admitindo-se que os textos da revista sejam fontes de expressão e comportamentos sob determinado contexto social, o método empregado sistematiza a análise dos dados levando às inferências que permitem estabelecer sentidos entre tais textos. Portanto, a análise de conteúdo permite “produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (Bauer, 2002, p. 191).

Nessa pesquisa, foi realizada uma análise longitudinal, pois os dados encontravam-se dispostos ao longo de um tempo histórico, o que nos permitiu inferir mudanças ou permanências de atitudes com base no contexto avaliado. De acordo com Bauer (2002, p.195), esse tipo de análise também permite “detectar flutuações, regulares e irregulares, no conteúdo, e inferir mudanças no contexto”.

#### 4.6. Tratamento da informação textual com auxílio do computador/ “software” Nvivo 8

O Nvivo 8 é um programa decorrente de atualizações (oitava versão) do NUD\*IST (*non-numerical unstructured data, searching and theorizing*<sup>14</sup>), é um *software* proprietário, criado pela empresa QSR, empresa Australiana que se especializou em análise qualitativa de dados (Saur-Amaral, 2010). Esse *software* possui como função, o auxílio de análise de materiais como textos, áudios e vídeos, sendo que suas ferramentas proporcionam o “tratamento e organização dos dados” e possibilitam organizar o material em categorias livres ou dispostas hierarquicamente (Kelle, 2002, p. 397).

O *Corpus* foi preparado e codificado de acordo com o formato de dados específico para o programa Nvivo 8. A classificação do *Corpus* em categorias seguiu as regras de indexação da análise de conteúdo e as regras que foram descritas como: exaustividade e exclusividade, isso implicou em verificar se todos os artigos foram colocados em uma categoria, como também se, em cada uma dessa unidade desse registro (artigo ou partes do artigo) somente fosse categorizado em apenas uma categoria. Lembramos que, em cada artigo que compôs o *Corpus* de análise, trechos diferentes do mesmo poderiam ser categorizados em mais de uma local de acordo com a ocorrência de temas diferentes em um mesmo artigo. Portanto, o total de artigos analisados não se torna igual ao total de unidades de informação (UI) categorizadas, como será visto no capítulo dos Resultados.

Dentre as diversas características que o *software* Nvivo possui como gestão de dados, pesquisa de dados, modelação visual, trabalhou-se nesse pesquisa, basicamente, com a função de gestão de dados, utilizando as ferramentas: “*Sources*”, “*Nodes*” e “*Classifications*”. A pasta “*Sources*” (1) é um local do *software* utilizado para armazenar toda as fontes de dados a serem trabalhadas pelo projeto (Saur-Amaral, 2010), os “*Nodes*” (2) são ferramentas “onde se criam e visualizam estruturas de informação, taxonomias, hierarquias ou relações entre categorias identificadas” (Saur-Amaral, 2010, p.07) e as “*Classifications*” (3) são locais nos quais permitem definir características importantes dos dados como: data de publicação, localização, pseudônimo, sexo e título do artigo.

1-“*Sources*”: Os dados referenciados ao projeto foram importados de pastas de arquivo individuais, totalizando 231 pastas individualizadas, as quais facilitaram o monitoramento dos dados durante as categorizações, pois no campo de informação, há a

---

<sup>14</sup> Indexação, busca e teorização de dados não numéricos e não estruturados (Barbosa, 2009).

indicação quantitativa de *nodes* classificados pelos conteúdos de cada pasta e assegurou que nenhum dado ficasse de fora da análise e do monitoramento de dados que continham assuntos diferentes e classificação em duas ou mais categorias de análises. Ainda nessa parte, foram criados “*Memos*”, locais utilizados para anotações sobre as impressões que surgiram no período da organização dos dados e classificação.

2-“*Nodes*”: para a criação das categorias foi utilizada uma “abordagem exploratória” (Saur-Amaral, 2010, p.29) que consistiu na criação das categorias a medida em que o material dos dados (*Source*) foi manuseado, ou seja, as categorias e temas emergiram da leitura e análise dos dados e não criadas primeiramente. Para a criação das categorias foi utilizada a ferramenta “*Tree nodes*” que estabeleceu relações hierárquicas, como podendo observar na Figura 1 e 2, relações essas orientadas pela análise de conteúdo. Nessa pasta específica trabalhou-se, não somente com os “*Tree nodes*”, as estruturas hierárquicas de dados, mas os “*Cases*” que permitem a associação de características específicas determinadas pela pasta “*Classifications*”.

3- “*Classifications*”: essa função do Nvivo permitiu relacionar características como data de publicação, local, pseudônimo, sexo e título do artigo, contidas nos artigos organizados em pastas (*Sources*) individuais. Essa função é responsável pela recuperação dos dados identificadores dos artigos utilizados para auxiliar a análise pretendida.

A fim de representar a estrutura de organização das categorias, ilustramos por meio das Figuras 1 e 2 os títulos temáticos do material, organizados pelo sentido do conteúdo, em 8 categorias e suas subcategorias em torno do tema nuclear “Casamento”. Na figura 1 foram representadas todas as categorias que receberam informações dos artigos femininos e as categorias presentes na Figura 2 foram as de temas recorrentes nos artigos masculinos.

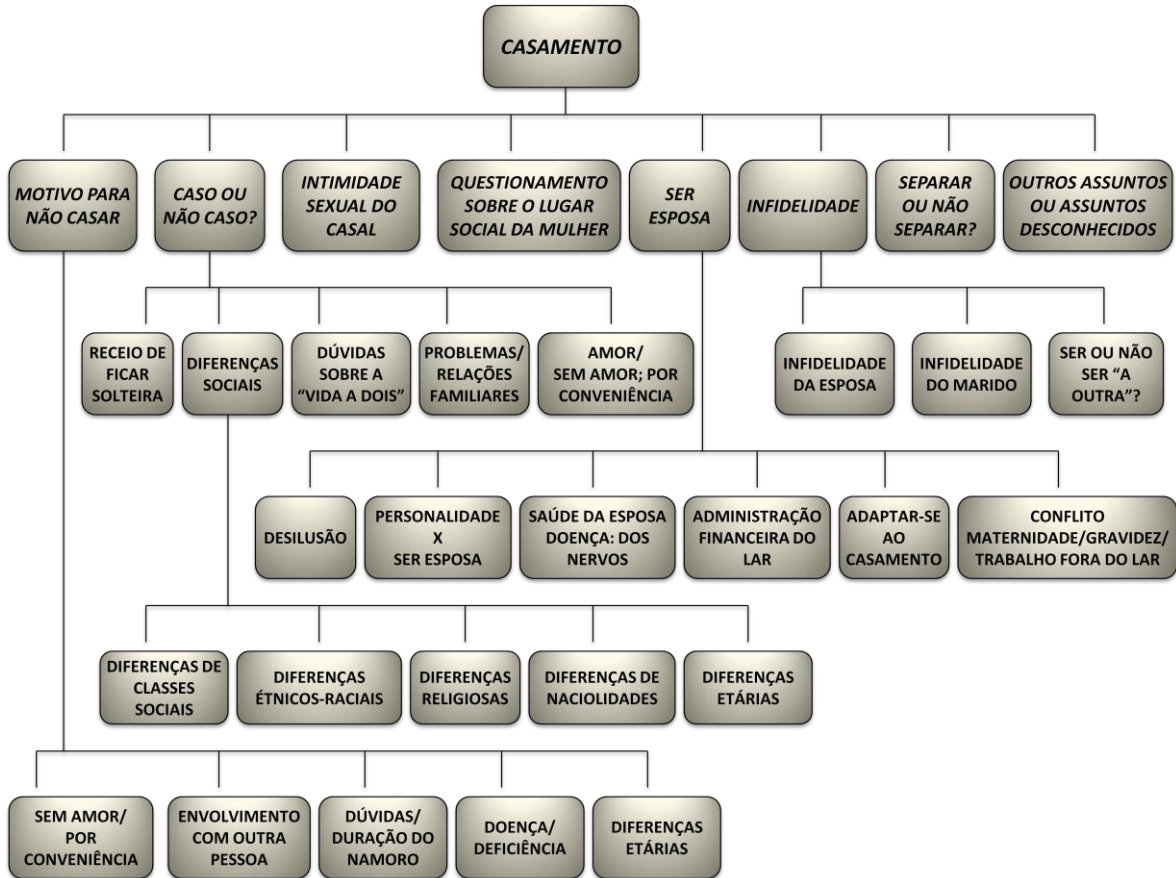


Figura 1: Diagrama de categorias hierárquicas realizada com o auxílio do software Nvivo 8 (artigos de mulheres).

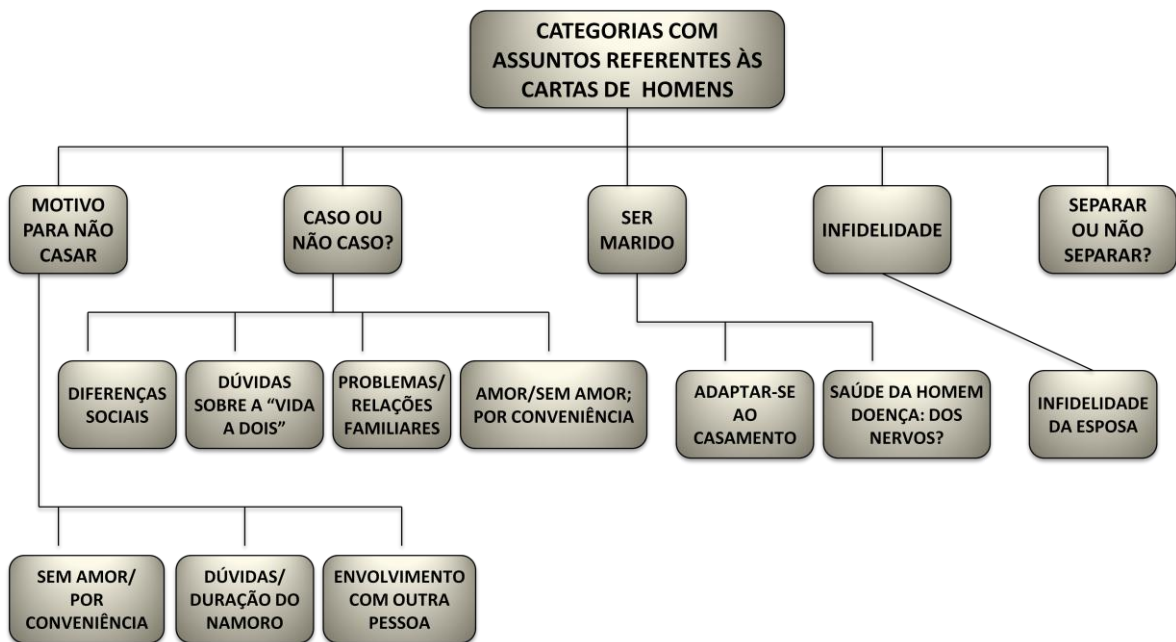


Figura 2: Diagrama de categorias hierárquicas realizada com o auxílio do software Nvivo 8 (artigos de homens).

## 5. RESULTADOS

*“Dê um punhado de pedras e algumas plantas a alguém.  
Daí poderá surgir um amontoado desordenado  
de pedras e plantas. Ou o jardim. Tudo depende  
de um mínimo conhecimento da arte de arranjo de pedras  
e das plantas e a dose indispensável da imaginanação  
para fugir à rotina, ao comum desses arranjos.  
Mas, sem pedras e as plantas, quem fará um jardim?”  
(Fernando D. Almada)*

**N**esse capítulo será apresentado o resultado da coleta de dados a partir dos procedimentos citados no Capítulo de Metodologia. O capítulo foi dividido em três partes. Na primeira são apresentados os dados organizados a partir do material coletado nas 208 revistas *O Cruzeiro*, publicadas entre os anos de 1946 e 1963. Na segunda parte, os dados amostrados foram redimensionados e orientaram a construção do *corpus* seguindo a escolha sobre o tema de análise casamento. Na terceira parte estão descritas as categorias e subcategorias construídas para a análise dos dados referentes ao tema casamento.

### *5.1. Um panorama geral: caracterização da seção “da mulher para a mulher” da revista o cruzeiro entre 1946 e 1963.*

Os dados aqui apresentados têm a função de aproximar o leitor da fonte documental na qual se encontra nosso objeto de análise. Buscaremos mostrar como a revista e, mais especificamente, a seção analisada se caracterizava e se organizava dentro do conjunto mais amplo dos processos/ recursos editoriais disponíveis no período de publicação.

A seção “Da Mulher para a Mulher” ocupava um pequeno espaço correspondente a uma ou, no máximo, duas páginas da revista *O Cruzeiro* a qual era composta em média de 64 páginas desde o ano de sua primeira publicação em 1928 até a década de 1950 e 130 páginas após esse período (Barbosa, 2002) (Vide Anexo II). O valor da revista era de CR\$1,50 (Um cruzeiro e cinquenta centavos) em 1946 e seu valor foi sendo reajustado ao longo dos anos chegando a custar CR\$100,00 (Cem cruzeiros) em Outubro de 1963, data da última publicação da seção em questão. A seção “Da Mulher para a Mulher” foi veiculada, no Brasil, no período compreendido entre 1940 e 1963 (Torres, et al., 2008) e tinha como público

alvo as mulheres, em especial as urbanas, como foi comentado no Capítulo I. Tal direcionamento era reafirmado pelo sumário da revista: “destinada à mulher” e pelo título da coluna: “Da Mulher para a Mulher”. A seção ou coluna da revista apresentava, em seu formato, um espaço permanente destinado à publicação de textos escritos sempre por um mesmo autor (a). No ano de 1946, a autoria da coluna era atribuída a Helena B. Sangirard e a partir de 1947 a colunista responsável passou a ser “Maria Teresa”<sup>15</sup>, um pseudônimo para não identificar a verdadeira identidade de uma pessoa ou grupo (Torres, et al., 2008) (Vide Anexo III). Considerando o período da revista presente neste trabalho, ao nos referirmos ao colunista da sessão analisada, utilizaremos a mesma forma de tratamento usada pela revista, o pseudônimo de Maria Teresa, uma vez que, na segunda parte desse capítulo, artigos da coluna serão analisados.

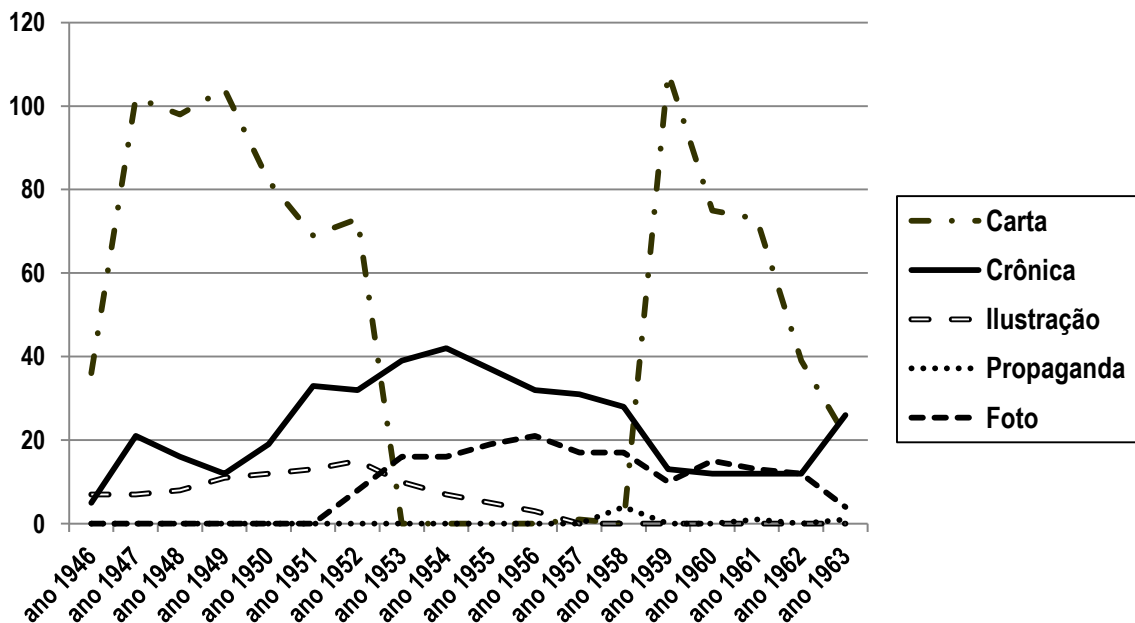
É importante mencionar algumas observações sobre o conjunto de amostras formado por 208 revistas coletadas de acordo com a metodologia apresentada. Apesar da coleta ter sido planejada para um exemplar mensal (12 anuais), obtivemos no ano de 1946 apenas 6 exemplares e no ano de 1963 apenas 10 exemplares. O motivo dessa quantidade reduzida nesses anos justifica-se pela inexistência de alguns exemplares no acervo da revista *O Cruzeiro* situado na hemeroteca da Biblioteca Luis de Bessa, local escolhido para coleta do material documental.

A classificação do material de análise coletado envolveu 208 seções “Da Mulher para a Mulher”, as quais apresentavam seu espaço preenchido por 5 diferentes recursos de comunicação: 1) artigo (formato de carta dos leitores), 2) crônica, 3) ilustração, 4) propaganda e 5) foto. Esses diferentes recursos apareceram na seção de acordo com o período da publicação e com a tecnologia de impressão disponível na época. O surgimento da revista ilustrada colorida desde seu lançamento em 1928 (Barbosa, 2002) e, posteriormente, as fotos em preto e branco demonstraram a ambição do projeto da revista. Na seção “Da Mulher para a Mulher”, a ilustração esteve presente desde o início da publicação em 1940, e, deu espaço para as fotografias a partir da década de 1950 (Vide Anexo II), assim também como para as propagandas, ambas apareceram impressas nas páginas em um período conhecido como os “Anos Dourados” (Sá, Oliveira, Wolter, & Vetere, 2011), o qual apresentava características de franco desenvolvimento econômico com o aumento no consumo de bens. A inclusão de fotos e propagandas, sem dúvida encarecia o processo de produção e, portanto, identificar o

---

<sup>15</sup> Maria Teresa era um pseudônimo utilizado para nomear a articulista responsável pela Seção “Da Mulher para a Mulher”, a qual respondia às cartas dos leitores através dos artigos publicados na seção.

local da revista em que esse recurso atingia um maior número era essencial. Ainda que a utilização do recurso de propaganda e fotos na seção aparecesse timidamente ocupando parte de poucas edições, a presença desses recursos parecia indicar que essa era uma parte valorizada da revista. Todos os recursos utilizados pela revista, na seção em questão, estão apresentados na Figura 3 e demonstram o grau de importância que a seção apresentava, visto a quantidade e a variedade de recursos gráficos presentes ao longo dos anos de sua publicação.



**Figura 3:** Frequência dos recursos de comunicação identificados na seção “Da mulher para a mulher” para os 231 exemplares da revista *O Cruzeiro* publicados entre período de 1946 a 1963.

A partir da organização dos recursos editoriais da seção, foram encontrados: 892 artigos, 402 crônicas, 288 ilustrações, 7 propagandas e 160 fotos. De acordo com a Figura 3, a crônica é o único formato que permanece em todo o período pertinente ao conjunto das amostras. As ilustrações passam a ser utilizadas durante a primeira década analisada, desaparecendo no final da década seguinte; as fotos surgem na década de 1950 e permanecem até o final do período da seção; e as propagandas somente aparecem na década de 1950 e em um ano da década de 1960. Os artigos são os elementos editoriais mais frequentes na seção nos dois períodos: 1943-1953 e 1958-1963. Todos os textos da seção se relacionam às normas de comportamento homem-mulher.

Conforme a Figura 3, há um intervalo na década de 1950, no qual a seção não apresenta artigo no formato de carta dos leitores. Essa ausência é justificada pela articulista

Maria Teresa em nota esclarecedora às leitoras no ano de 1951 (Figura 4). De acordo com a nota intitulada “Carta das leitoras”, a interrupção foi motivada pelo excesso de cartas enviadas à seção e a impossibilidade de respondê-las a contento. Tais colocações nos levam a considerar que a seção tinha, como proposta inicial, responder, dentro do possível, todas as cartas recebidas.

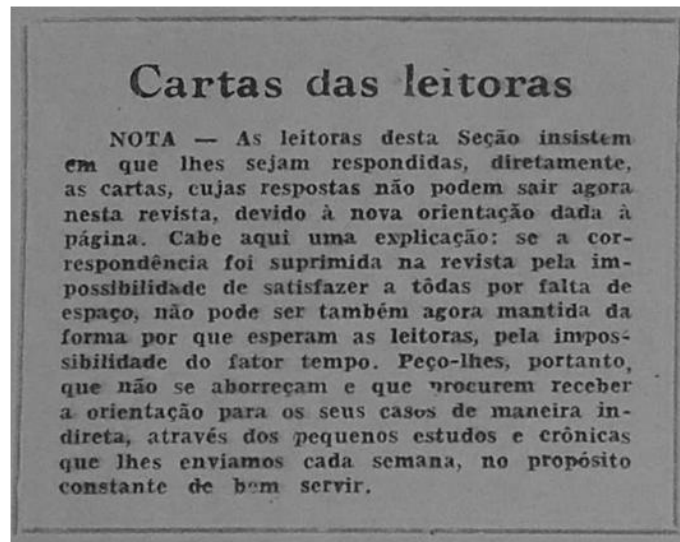


Figura 4: Nota extraída da revista *O Cruzeiro*, publicada em 7 de Julho de 1951.

Levando em consideração os diferentes recursos empregados na seção, apresentados na Figura 3, optamos por direcionar a análise de conteúdo somente aos artigos. A dinâmica do recurso ‘carta dos leitores’ apresenta uma possibilidade de análise de uma linguagem que é direta e pessoal estabelecida entre mídia e leitor. Esse recurso presente na seção permite a expressão da opinião do público leitor em conjunto com a resposta da articulista, caracterizando um formato de escrita eminentemente opinativo, com o intuito de esclarecer dúvidas do público feminino. As cartas enviadas pelos leitores raramente apareceram publicadas com grandes trechos, em geral na publicação aparece o nome ou pseudônimo enviado pelo leitor, indicando ou ilustrando o problema a ser tratado, seguido do local de residência e de uma frase retirada da carta (Vide Anexo III). Por se tratar do emprego da linguagem direta, no artigo-resposta sempre há publicação de trechos da carta da leitora que motivou a redação do mesmo. A publicação de trechos da carta, mesmo ocasionando uma dificuldade na compreensão do assunto tratado pelo leitor, não impede a análise do todo. Isso porque a resposta da Maria Teresa, pode ser suficiente e pode conter pistas que, na maioria das vezes, esclarecem o assunto abordado. Em alguns casos, o artigo, pode apresentar frases

inteiras ou perguntas que representam o problema colocado pela leitora, a exemplo do artigo transcrito a seguir:

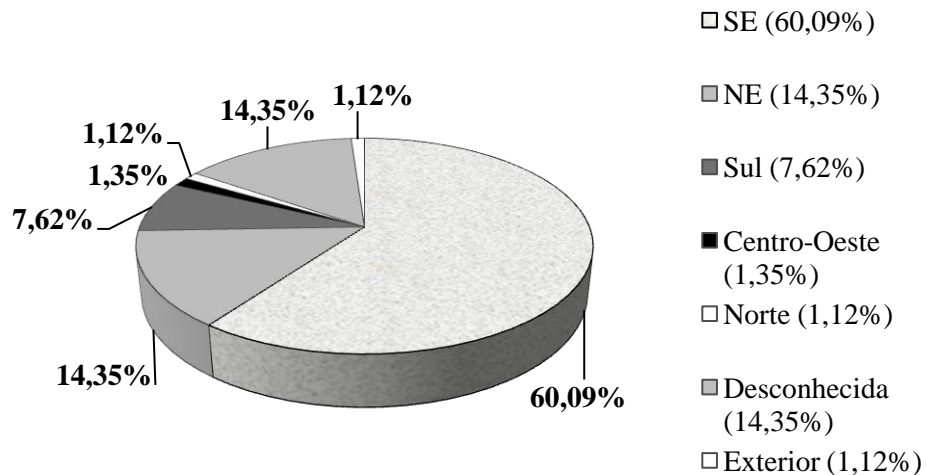
**ESPOSA TRISTE — Volta Redonda- RJ — "Devo sair de casa e procurar ganhar minha subsistência?"**

*O cônjuge que abandona o lar perde o direito aos filhos. A quem ficaria entregue o destino dessas três crianças, uma vez que seu marido falha inteiramente como pai? Concordo em que você procure um meio honesto de ganhar dinheiro e deve mesmo fazê-lo. Há circunstâncias em que a vida exige da mulher a dupla função — de mãe e pai. É nessa hora que se manifesta em toda sua plenitude o potencial de energias do espírito feminino. Tenha confiança em si mesma. Faça do seu amor materno o tônico revigorante da sua capacidade de luta. Enfrente a vida com disposição de vencê-la, amiga, e terminará vitoriosa! (Artigo 33, revista O Cruzeiro, 25 de setembro de 1948, p. 92).*

Dadas as características dos artigos, na organização e análise dos dados consideramos o conteúdo apresentado como um todo, facilitando o entendimento do assunto a partir dessa complementariedade entre o qual, ora foi colocado como as palavras da leitora, ora a resposta da articulista. Sendo assim, para algumas categorias não há distinções entre o que é conteúdo retirado do fragmento da carta do leitor e entre o que é retirado da resposta da articulista, visto que o que chama a atenção é o conteúdo do assunto tratado. Entretanto, destacamos que indicamos nas categorias quando a categorização se dá baseada no assunto enviado pelo leitor, ou no conteúdo tratado por Maria Teresa, em relação ao assunto.

Outra informação presente nas publicações de artigos, como observado no artigo 33 (setembro de 1948), é a presença do pseudônimo como o de “*Esposa Triste*” para a auto-referência da leitora e a menção a uma localidade (cidade ou estado) onde presumidamente residia a leitora.

Para os 208 exemplares da seção, foram levantadas todas as localidades citadas nos artigos e organizadas segundo as divisões regionais brasileiras, obtendo-se o resultado apresentado na Figura 5.



**Figura 5: Distribuição das ocorrências de localidade nos 892 artigos analisados.**

De acordo com a Figura 5, a maior parte das leitoras residiam na região Sudeste (536 artigos). Foi notada a mesma frequência de localidades envolvendo as regiões Nordeste e “Desconhecida” (128 artigos). A região “Desconhecida” refere-se aos casos em que as leitoras identificaram sua localização por expressões imprecisas como “*onde estiver*” e “*sem endereço*”. Em seguida, aparecem as regiões Sul (68 artigos) e Centro-Oeste (12 artigos). Os locais menos frequentes foram a região Norte (10 artigos) e países estrangeiros como Argentina, Espanha e Portugal (10 artigos). A ocorrência de leitores com residência fora do Brasil se deve à veiculação da revista, durante os anos de 1957 e 1958, em cidades como Lisboa, Paris, Roma, Madrid, Londres, Berlim e Nova York, situadas em outros países (Barbosa, 2002). De acordo com os dados encontrados na revista, as edições internacionais apresentaram uma tiragem de 160.000 a 290.000.

A maior concentração de leitores localizados na região Sudeste pode fornecer indicativos sobre a circulação dos bens simbólicos a partir de uma classe urbana dominante. A circulação da revista em todas as regiões brasileiras, apresentada pela localidade dos artigos, demonstra o grande interesse, por parte dos leitores, pela seção.

O fato de todas as regiões do país estarem representadas por meio do recebimento das cartas da revista, demonstra o longo alcance que a revista tinha pelo território nacional se tornando popular e um importante meio de circulação do pensamento social da época (Barbosa, 2002). A região sudeste mais expressiva pode se dar pelo fato da identificação com a população urbana, mais acostumada com um veículo midiático, mas também pode estar relacionado com o fato de ser a área de maior distribuição da revista, tendo visto que é nesta

região em que a revista é publicada, enquanto poderia haver possíveis dificuldades de acesso e distribuição em locais brasileiros longe desse centro urbano.

No que tange ao gênero dos leitores, uma leitura mais cuidadosa dos artigos selecionados revela a existência de cartas enviadas por leitores do sexo masculino. Desses 892 artigos coletados, 779 (ou 87%) são artigos respondidos às leitoras femininas e 115 (ou 13%) são artigos respondidos aos leitores masculinos. Cabe destacar que, embora aparentemente a frequência de cartas respondidas aos homens seja baixa, o mais significativo aqui é a presença masculina em uma coluna tipicamente feminina a qual aborda temas relacionados aos aspectos afetivos, assunto considerado tipicamente feminino e sobre o qual os homens não deviam, e isso ainda persiste nos tempos atuais, manifestar interesse ou relação, principalmente publicamente. Nesse sentido, é interessante notar que a presença de cartas referentes às dúvidas masculinas em relação à vida sentimental revela que os homens também vivenciavam tais dúvidas, sentimentos, inconformidades com as normas sociais, além de indicar que o número de leitores do gênero masculino, que se interessava pela seção, podia ser tão expressivo quanto o feminino, embora se expusessem menos ou suas cartas publicadas em menor número. Fato que demonstra que a seção não era só da mulher para mulher, embora a revista constantemente se dirija somente ao público feminino, como foi apresentado na Figura 3.

Tão interessante quanto a pré-classificação dos 892 artigos, segundo os critérios gerais já apresentados, é a categorização do material por assuntos, que claramente revela a importância dos temas discutidos pela articulista na trama das relações sociais de gênero. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta as seis grandes categorias definidas para a análise de conteúdo pretendida.

**Quadro 1: Categorização por assunto dos 892 artigos de acordo com a frequência de temas apresentados.**

<i>Assunto</i>	<i>Total (f)</i>	<i>Total (%)</i>
<b>Casamento</b>	<b>231</b>	<b>25,9%</b>
<b>Noivado</b>	<b>64</b>	<b>7,2%</b>
<b>Namoro</b>	<b>130</b>	<b>14,6%</b>
<b>Flôrte (conquista)</b>	<b>72</b>	<b>8%</b>
<b>Temas Desconhecidos</b>	<b>188</b>	<b>21,1%</b>
<b>Outros Assuntos</b>	<b>207</b>	<b>23,2%</b>
<b>TOTAL (f) (%)</b>	<b>892</b>	<b>100%</b>

De acordo com a recorrência dos assuntos tratados nos artigos, os que apresentaram a maior frequência foram aqueles que discutiam os relacionamentos amorosos entre o homem e a mulher: casamento, noivado, namoro e flêrte. Percebe-se que a categoria nomeada “Temas Desconhecidos” engloba os artigos que não abordam de forma clara um tema específico e o conteúdo é de difícil delineamento. Todo e qualquer tema que não estivesse diretamente associado ao relacionamento amoroso foi categorizado em “Outros Assuntos”, a exemplo dos temas alimentação, deficiência física, beleza e culinária, dentre outros. Citamos um exemplo de artigo categorizado em “Temas Desconhecidos” e “Outros Assuntos”, respectivamente:

**ALÉXIS — Onde estiver — "Nós, pobres infelizes, nem sequer merecemos a menção de Cristo nos evangelhos".**

*É pena que um rapaz inteligente e com boa aparência (como você diz ter) não tenha sabido até então usufruir da vida os prazeres, sadios que ela oferece aos que a eles sabem fazer jus. Se reconhece o seu erro, se lastima ser" condenado pela sociedade, pela sua obliquidade sentimental, está a meio caminho andado. Procure um emprego que o absorva inteiramente. Faça boas leituras. Pratique esportes intensivos ao ar livre. Há inúmeros casos idênticos ao seu que se resolvem mais tarde de maneira satisfatória. Faça por merecer o amor de uma mulher que confie em você. O homem é o rei da criação. Saiba desfrutar o privilégio que Deus lhe deu! (Revista O Cruzeiro, 3 de Janeiro de 1948).*

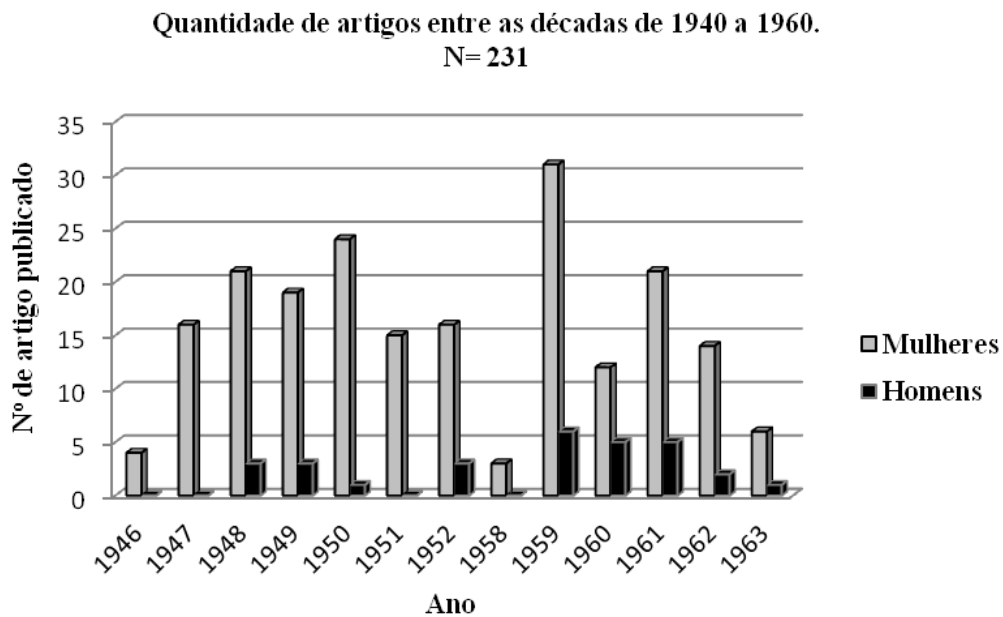
**STELA — S. Catarina - "...não quer comer mais pão nem massas em geral..."**

*No que faz muito bem porque essas massas, em geral, não alimentam suficientemente, uma vez que são beneficiadasisto é, desprovidas do seu conteúdo vitamínico que reside na película externa que reveste os cereais, automaticamente eliminado quando do suposto beneficiamento. Mas isso não quer dizer que a garota não deva se alimentar melhor. Deve comer mais carne e alimentos de alto teor proteínico como ovos, feijão, lentilhas etc. Queijo, leite e mesmo manteiga são também indispensáveis, principalmente no período da adolescência, assim como frutas e legumes crus. Deve também praticar esportes ou, na falta ou impossibilidade desses, caminhar o mais que puder (Revista O Cruzeiro, 3 de Agosto de 1963).*

Nota-se pelo Quadro 1 que o tema casamento foi o de maior ocorrência. Embora menos frequentes, os temas namoro, noivado e flêrte se vinculam de certa forma ao assunto casamento, por ser esse o objetivo final de um relacionamento amoroso, segundo as normas sociais da época (Bassanezi, 1996). Foi a partir dessa organização dos dados que optamos por analisar e discutir o tema casamento, composto por 231 artigos.

## 5.2. Tema casamento: apresentação dos resultados

O tema casamento abrange 231 artigos publicados entre as décadas de 1946 a 1963, os quais se encontram organizados por ano e por sexo de acordo com a Figura 6.

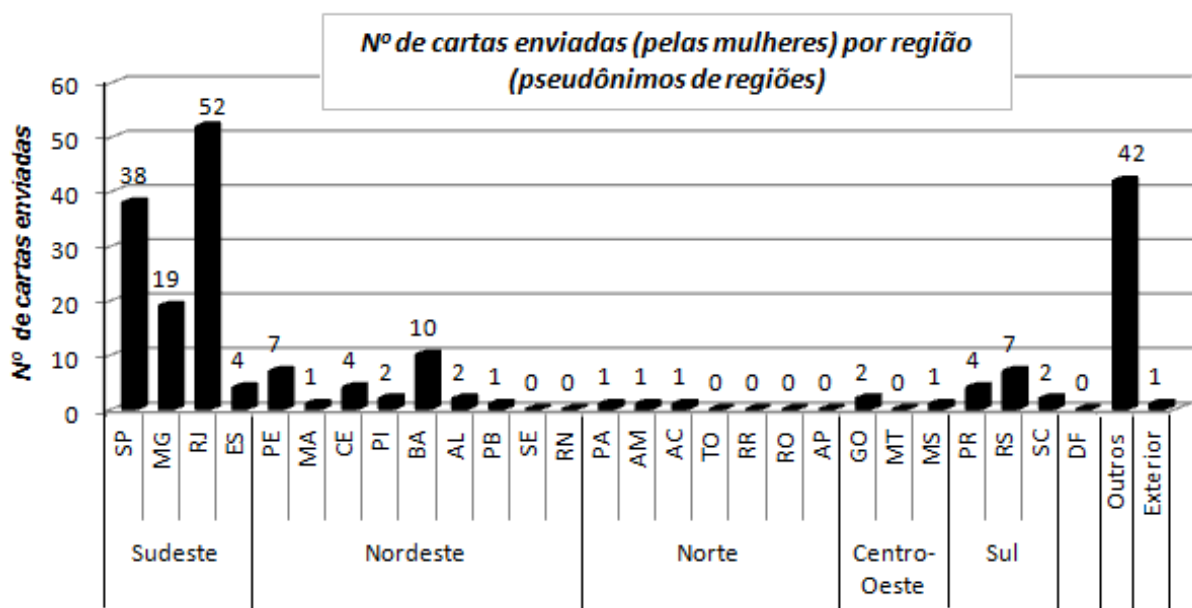


**Figura 6:** Distribuição por sexo dos artigos que tratam do tema casamento publicados na seção “Da mulher para a Mulher” no período entre 1946 e 1963.

Os 231 artigos referentes às dúvidas que tratam do tema casamento foram direcionadas tanto ao público feminino  $f=202$  (87,5%) quanto ao masculino  $f=29$  (12,5%). Desse modo, verifica-se que os percentuais de valores são mantidos próximos aos apresentados inicialmente e que se referiam aos 892 artigos (87% destinado ao público feminino e 13% ao masculino), revelando que esse tema permanece proporcionalmente significativo em relação aos interesses de gênero. Portanto, os assuntos do tema casamento foram categorizados por sexo para possibilitar uma análise comparativa, em termos qualitativos, no que tange as construções sociais de gênero em relação ao casamento. Ressaltamos, novamente, que o percentual de cartas enviadas pelo leitor masculino é significativo, pois a discussão sobre os temas casamento e relacionamento afetivo são assuntos marcados por um período histórico onde esse tipo de discussão era privilégio da mulher e do mundo privado.

Ainda considerando a inusitada presença masculina e caracterização de gênero dos dados publicados em relação aos leitores, achamos interessante fazer o levantamento da

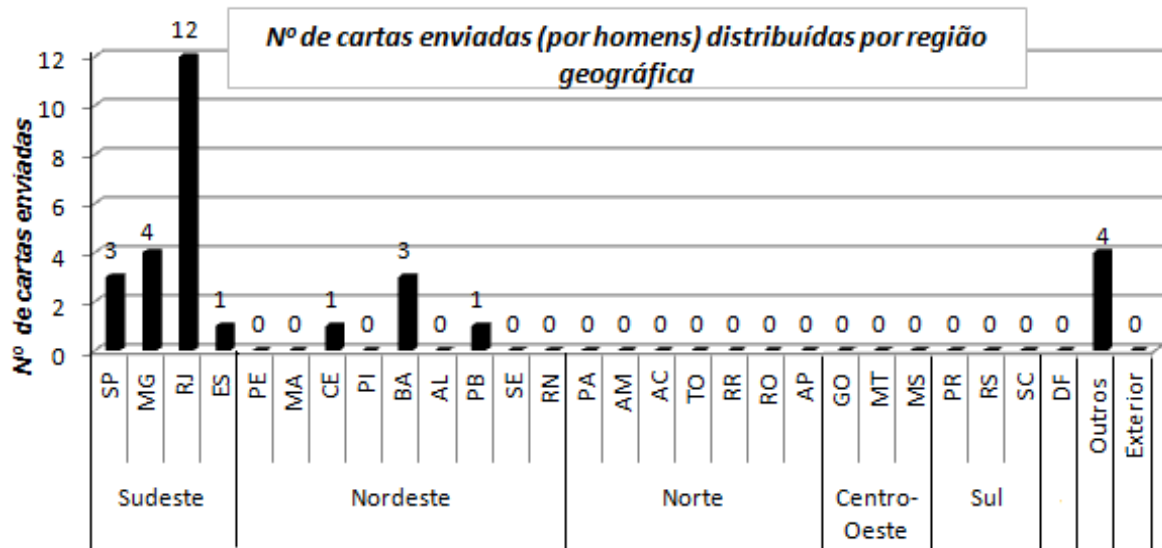
distribuição geográfica das cartas enviadas por homens e mulheres. Como já apresentado na Seção 5.1, os dados da pesquisa demonstram que os leitores têm residência em todas as regiões do país. Entretanto, essas localizações geográficas podem não ser fidedignas à realidade, já que não temos informação suficiente de onde partiram esses dados publicados. Essas localizações geográficas podem ter sido autorreferidas pelos leitores ou retiradas das postagens das cartas enviadas à seção. De qualquer forma, os ‘supostos locais’ foram agrupados em regiões seguindo a divisão geográfica brasileira atual, e os 26 Estados e mais o Distrito Federal conforme as Figuras 7 e 8.



**Figura 7: Número de cartas (N=202) enviadas por mulheres de acordo com a região geográfica a qual foi publicada em cada artigo.**

Com relação à procedência das cartas das leitoras, mais da metade localiza-se na região Sudeste (56%), concentrando-se nos maiores centros urbanos da época, respectivamente: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O restante expressivo encontra-se na categoria “outros” (20,7%) que correspondem a locais referenciados por expressões que asseguram o anonimato do remetente: “onde estiver”, “sem endereço” e “sanatório X”. A segunda região de maior procedência de cartas é a Nordeste com 13,3%, destacando-se os dois maiores centros urbanos da região localizados nos estados da Bahia e de Pernambuco. Em seguida a região Sul com 6,5%, e as regiões Centro Oeste e Norte com 1,5% cada uma delas. Há uma carta com localização fora do território nacional, no país de Portugal e

nenhuma do Distrito Federal. Verificamos a existência de cartas de leitoras enviadas por todas as regiões do Brasil, o que demonstra a notoriedade e influência dessa seção sobre as mulheres urbanas brasileiras.



**Figura 8:** Número de cartas (N=29), enviadas por homens de acordo com a região geográfica que foi publicada em cada artigo.

As 29 cartas enviadas por homens à seção “Da mulher para a Mulher” concentram-se somente em duas regiões brasileiras, a Sudeste com 69% dos leitores homens e a Nordeste com 17,3%, com destaque no estado da Bahia. As 4 cartas restantes representam 13,7% e referem-se a lugares imprecisos como “sem endereço” e “onde estiver”. Percebe-se que grande parte das cartas de leitores homens se origina de localidades do país economicamente mais favorecidas.

Em relação a variação do número de artigos analisados por ano, a descontinuidade do acervo, comentada na Seção 5.1, contribuiu para a variação da quantidade de artigos demonstrada acima, na Figura 6, para os anos de 1946 e 1963. Já no ano de 1958 a diminuição de artigos encontrados tem relação com a conduta adotada pelo editorial durante a década de 1950, conforme já foi comentado (Vide Figura 4). Como consequência, houve a publicação de poucos artigos nos anos de 1951 e 1952, com posterior extinção desse formato nos anos seguintes até 1958.

### 5.3. Organização das categorias sobre o casamento

Dos 231 artigos sobre o tema casamento, 212 artigos fizeram parte da amostra para análise de dados. Os demais artigos (f=19) foram desconsiderados com base em dois critérios de exclusão: (1) abordagem de temas que estão fora do escopo do propósito da coluna ou (2) apresentação de formato diferente de carta/resposta (exemplo: depoimento).

Como exemplo de artigos excluídos encontra-se o artigo 103, o qual apesar de citar os atores sociais “marido” e “filhos”, aponta para uma situação de competência de outra seção da revista.

CASA NOVA, S. Paulo — *"Quero a sua opinião"*.

*Maria Teresa: "Você bateu em porta errada, amiga. Procure Helena Sangirardi nesta revista. De minha parte só me cabe dizer-lhe que conserve o coração sempre jovem em relação ao marido e aos filhos para que realmente seja feliz dentro da casa nova. Felicidades!"(artigo 103, revista O Cruzeiro, 03 de Novembro de 1951, p.124).*

Outro exemplo de artigo excluído do conjunto de amostras que atende ao critério de exclusão (1), refere-se a dúvidas de leitoras filhas, embora palavras que fazem referência ao casamento ou a algum ator social do casamento (marido ou esposa) tenham sido usadas. Para esse caso transcrevemos o artigo da leitora Lilian.

LILIAN — S. Paulo — *"Acha que devo contar tudo à mamãe?"*

*Maria Teresa: "Quais seriam as conseqüências do seu ato? Saciaria a sede de vingança que há no seu coração contra seu pai — mas isto não resolveria satisfatoriamente o seu problema. E viria acarretar um número maior de desenganos ao coração de sua mãe — o que não é justo. Se julga seu pai incorreto, o que infelizmente parece ser verdade a julgar pelo seu procedimento, tenha paciência e aguarde sua maioridade quando, então, poderá agir com acerto. Isto trará, entre outras vantagens, a de confirmar a amizade de vocês"(artigo 53, revista O Cruzeiro, 11 de junho de 1949, p.100).*

Sobre os depoimentos, os mesmos apareceram no momento em que a publicação da coluna no formato de carta do leitor foi interrompida. Nesse interim, essas cartas não foram respondidas, mas publicadas em formato de depoimento. Esses depoimentos eram escritos por homens e mulheres, os quais relatavam a situação de casamento indicando o que os faziam felizes. Como exemplo, tem-se o depoimento da leitora identificada pelo nome de Cotinha Brito:

*Exemplo: Se você é feliz...*

*"Quando se é mocinha gosta-se muito de sonhar. Tudo é pretexto para uma divagação. A mim disseram-me, por exemplo, que fixasse a mais brilhante estrela do céu e pedisse-lhe aquilo que mais almejasse. Então tomei por hábito, quando todos dormiam, abrir a janela do quarto e deixar-me ficar, esquecida, ouvindo e entendendo estrelas... É desnecessário dizer que a esse tempo eu já amava um herói — esse que é hoje meu marido.*

*Seja essa história de fazer pedido a estrelas conversa fiada ou não, o fato é que meu desejo se realizou.*

*Estou casada há doze anos com quem eu queria e já temos três filhos. São três florezinhas a quem dedicamos todo nosso carinho.*

*Hoje, ainda gosto de contemplar estrelas. Não as contemplo com tanta assiduidade porque o tempo é pouco para divagações. O caminho percorrido já é longo e a estrada tem sido árdua. Não tenho mais sonhos e vivo a realidade. Porém... sou mais feliz agora do que o era àquele tempo. Deus me tem ajudado e nunca me faltou coragem para a luta. A vida não tem sido o mar de rosas que antevi na minha juventude. Mas bendigo a estrela brilhante que realizou o meu desejo unindo-me ao homem a quem amo e por quem todo sacrifício ainda é pouco". COTINHA BRITO Ibiúna — S. Paulo (revista O Cruzeiro, 16 de fevereiro de 1952, p.116)*

Portanto, queremos deixar claro a nova divisão entre os artigos que compuseram o *corpus* sobre o tema casamento: não mais os 231 artigos, mas 212 artigos delimitados a partir dessa exclusão de 19 artigos. Dos 212 artigos selecionados, 184 deles são referentes às mulheres e 28 referentes aos homens, portanto foi excluído 1 artigo de carta dos homens e 18 artigos de cartas das mulheres, seguindo o critério de exclusão explicitada. Todos os assuntos dos artigos constituintes do *corpus* foram classificados em categorias de análise se acordo com a organização apresentada no Capítulo de Método e descritas, com detalhes, nos próximos tópicos.

#### 5.4. Descrição das categorias

Nessa seção, serão apresentadas as características do *corpus* e sua organização a partir dos procedimentos de codificação e categorização descritos no Capítulo de Método. Todos os artigos que constituíram o *corpus* foram compilados a partir de regras e critérios de escolha em consonância com o objetivo da pesquisa e de seu foco temático: o casamento. Lembramos que o número de categorizações realizadas por unidade de informação (UI) pode não corresponder ao número de artigos, podendo ultrapassá-lo caso o artigo apresente mais de um tema categorizado em diferentes categorias.

O conteúdo dos 212 artigos possibilitou a organização do *corpus* em 8 categorias de análise, divididas entre cartas de leitoras femininas e cartas de leitores masculinos. A

escolha da sequência apresentada pelas categorias possui uma intencionalidade que permite a fluência de compreensão das situações sobre o casamento, que vão desde a intencionalidade de se casar, passando pelo casamento propriamente dito e sua possível dissolução, até os questionamentos sociais pertinentes, os quais serão compreendidos na análise dos resultados. A organização dos temas encontrados nos artigos nortearam a construção de 8 indicadores para a classificação do material e a criação das categorias, as quais são apresentadas na Tabela 1. As marcações com hífen, na tabela, sinalizam os casos de não aplicação.

**Tabela 1: Frequência de unidades de informação (UI) contidas nos artigos do corpus e sua classificação segundo as categorias de análise.**

TEMA: "CASAMENTO" (N=212)						
Categorias	Artigos: Mulheres n=184		Artigos: Homens n=28		Total (f)	
	Unidade de Informação (UI=193)		Unidade de informação (UI=28)			
	UI (f)	UI(%)	UI(f)	UI(%)	UI(f)	UI(%)
1.Caso ou não Caso?	47	24,3%	10	35,7%	57	25,8%
2. Motivo para não se Casar	19	9,8%	6	21,4%	25	11,3%
3.Ser Esposa	59	30,6%	–	–	59	26,7%
4.Ser Marido	–	–	5	17,8%	5	2,2%
5.Intimidade Sexual do Casal	5	2,6%	0	0%	5	2,2%
6.Infidelidade	37	19,2%	1	3,6%	38	17,2%
7.Separar ou não Separar?	12	6,2%	4	14,3%	16	7,3%
8.Questionamento sobre o lugar Social da Mulher	5	2,6%	0	0%	5	2,3%
9.Outros assuntos ou assuntos desconhecidos	9	4,7%	2	7,2%	11	5%
<b>TOTAL (f)</b>	<b>193</b>	<b>100%</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>	<b>221</b>	<b>100%</b>

O total de artigos analisados correspondente às cartas femininas representa 86,8% (f=184), enquanto 13,2% (f=28) se referem às cartas masculinas. Por se tratar de um número considerável de cartas enviadas por homens, optou-se por analisá-la em conjunto e de forma comparativa com os dados das mulheres. Os assuntos mais recorrentes no total de temáticas

do material de análise foram as dúvidas quanto às possibilidades de se realizar um casamento e todas as dúvidas e discursos envolvidos no papel de “ser esposa” associado ao de “ser marido”. Esses dois últimos temas perfazendo mais de um quarto dos assuntos sob análise (28,9% do total de artigos/ f=64) e as dúvidas quanto às possibilidades de re realizar um casamento representadas pela categoria “Caso ou não Caso” perfazem 25,8% (f=57) do total de artigos.

A maior parte das categorias apresenta artigos tanto destinados às respostas das cartas de homens quanto às cartas das mulheres, com exceção de duas categorias “Intimidade sexual do casal” e “Questionamentos sobre o lugar social da mulher” cujos assuntos somente aparecem nas cartas de mulheres. Para o leitor masculino, os assuntos que mais causavam dúvidas eram aqueles pertencentes à categoria “Caso ou não Caso”, perfazendo 35,7% (f=10), seguido das situações vivenciadas no seu papel de marido categorizadas em “Ser Marido”, totalizando 17,8% (f=5) dos artigos analisados. Para as mulheres, os assuntos mais recorrentes nos artigos foram aqueles associados ao exercício de “Ser Esposa”, o que correspondeu a 30,6% (f=59) do total de artigos femininos. O próximo assunto mais frequente (24,3% ; f=47) foi atribuído à categoria “Caso ou não Caso”, seguida da categoria “Infidelidade” com 19,2% (f=37).

Na categoria “Outros assuntos ou assuntos desconhecidos” encontram-se assuntos, os quais não continham temas relacionados às demais categorias criadas ou apresentaram assuntos incompreensíveis para a identificação com alguma categoria.

Todas as categorias que apresentaram referências a ambos os sexos foram analisadas em um mesmo tópico e organizadas em tabelas ou quadros comuns. As categorias organizadas de acordo com a Tabela 1 serão explicitadas individualmente e apresentadas nos tópicos seguintes.

#### 5.4.1. Categoria: “Caso ou não Caso?”

A categoria “Caso ou não Caso?” foi construída a partir dos conteúdos enviados e publicados nos artigos da seção da revista “Da mulher para a mulher”, nos quais a mulher e o homem solteiros, manifestavam suas dúvidas com relação à concretização ou não de um casamento, questionando se deviam ou não se casarem naquelas condições. Esses assuntos que causaram dúvidas aos leitores foram compreendidos de duas formas complementares: (1) a partir do fragmento da carta das mulheres (ou homens) publicada no artigo da seção, ou (2)

a partir da resposta da colunista que explicitava a manifestação do(a) leitor(a) publicada no artigo em resposta à dúvida, quando o fragmento correspondente não era claro. Com frequência, a posição ou a declaração de Maria Teresa voltava-se para uma opinião geral, direcionando o leitor à decisão sobre o casamento ou afirmava ao mesmo que deveria casar-se. A Tabela 2 enumera as subcategorias definidas para a categoria “Caso ou não Caso?”.

**Tabela 2: Assuntos que interferem na decisão de se realizar um casamento.**

<i>Subcategorias</i>	Categoria " <i>Caso ou não Caso?</i> " (N= 57)		Total (f)
	Mulheres (f)	Homens (f)	
1.1.Problemas/Relações Familiares	15	-	15
1.2.Dúvidas sobre a ‘Vida a dois’	11	6	17
1.3.Diferenças Sociais	11	4	15
1.4.Amor/ Sem Amor; Por Conveniência	1	-	1
1.5.Receio de ficar Solteira(o)	9	-	9
<b>TOTAL (f)</b>	47	10	<b>57</b>

A categoria “Caso ou não Caso?” representa 25,8% dos dados de análise da pesquisa e contempla 47 artigos que contêm as respostas das cartas enviadas pelas leitoras e 10 artigos com respostas às cartas enviadas por leitores.

Quanto aos tipos de dúvidas, destacam-se àquelas situações vivenciadas, as quais dizem respeito aos aspectos da vida a dois (f=17) que podem ser entendidas como receios por problemas afetivos na vida do casal após o casamento. Por outro lado, chama-nos a atenção outros dois motivos para tomar ou não a decisão de casarem-se com o parceiro, o qual se está noivo(a): 1) são as diferenças sociais (f=15) e 2) os problemas relacionando os familiares (f=15). Nessas situações a posição da articulista é aconselhar em como proceder frente às dúvidas.

*Subcategoria: Problemas/Relações familiares*

A subcategoria “Problemas/Relações familiares” reúne as dúvidas que envolvem a realização de um casamento quando existe alguma situação de conflito relacionando a família de origem, a qual interfere no relacionamento do casal ou na aceitação/realização do casamento. É interessante notar que essa é uma preocupação manifestada pelas mulheres e,

em geral, fazem referência (f=8) a relacionamentos conflituosos com a futura sogra; com a família do futuro noivo que destrata as esposas dos filhos; com o noivo que tem um filho do primeiro casamento. Os outros assuntos (f=7) são relacionados às situações que dizem respeito à família da mulher essas se referem a concessão dos pais para a realização do casamento de sua filha (f=7 dos 15 artigos). O artigo a seguir ilustra um conflito entre noivos quando não há aceitação de forma explícita por parte dos pais e também deixa clara a posição da articulista que intervêm a favor dessa concessão:

*Mulher solteira: ESMERALDA, Colatina — "O pai dele está receoso de vir..."*

*Maria Teresa: "De fato é uma precipitação vocês admitirem que seu futuro sogro venha fazer o pedido sem saber se será ou não bem recebido pelos seus parentes. É uma dúvida muito fácil de esclarecer, porém. Consulte a sra. sua mãe que certamente falará com o marido. E só quando tiver certeza de que o rapaz será aceito com satisfação, deverá consentir em oficializar o noivado. A cerimônia do pedido é uma coisa pró-forma, uma vez que os namorados já devem saber, de antemão, que os pais da moça consentirão no casamento"(artigo 130, revista O Cruzeiro, 7 de fevereiro de 1959, p.109).*

*Subcategoria: Dúvida sobre a 'vida a dois'*

A subcategoria "Dúvidas sobre a vida a dois" envolve situações nas quais a dúvida da mulher (ou homem) se refere ao convívio pré-nupcial do casal produzindo incertezas quanto ao sucesso do casamento e o seu convívio após o enlace. No que tange as mulheres, essas incertezas retratam os receios em seus relacionamentos atuais e quais seriam seus desdobramentos após o casamento no que diz respeito: conviverem com ciúmes, infidelidades, filhos de outros casamentos, viuvez do parceiro, comparações com relacionamentos anteriores, mudanças exigidas pelo trabalho do homem, questões financeiras e, principalmente, manifestações de afetos por parte dos parceiros. Com relação às incertezas dos homens essas se referem ao tempo para fazer o pedido de casamento, receio que a futura esposa não se acostume e dúvida se a mulher será uma "boa esposa". Apresentamos abaixo dois artigos que exemplificam esses assuntos, tanto dos homens quanto das mulheres, respectivamente:

*Homem solteiro: INDECISO, Miguel Burnier — "Acha que ela poderá ser uma boa esposa?"*

*Claro que sim. Por que os homens são tão severos com a mulher? Porque não lhe desculpam uma fraqueza que terá tido no seu passado. Por acaso não serão elas humanas, susceptíveis de errar, ou serão eles tão perfeitos que não admitam a imperfeição alheia? São ambos feitos da mesma argila e só alcançarão um destino melhor se admitirem as falhas recíprocas e procurarem ajudar-se artigo 156, revista O Cruzeiro, 5 de setembro de 1959, pp.94-95).*

*Mulher solteira: ORGULHOSA — Recife — "Será que darei um passo certo com este casamento?"*

*Maria Teresa: "Refleta bem, Orgulhosa. Um casamento não é coisa banal. É uma união eterna que deve assentar em bases sólidas e, entre essas, é indispensável a da compreensão. Não acho justificativa para esse ciúme medido do seu noivo. É verdade que Santo Agostinho disse: "Aquele que não tem ciúmes não ama". Mas tenho que o grande doutor da Igreja empregou a palavra "ciúme" mais na acepção de zelo. Aparentar um temperamento reservado para satisfazer ao ciúme doentio do seu noivo é perigoso. Você viveria recalçada e, por conseguinte, não seria nem poderia fazê-lo feliz. Com a cabeça, minha amiga, e não somente com o coração"(artigo 21, revista O Cruzeiro, 7 de fevereiro de 1948, p.68).*

*Subcategoria: Diferenças Sociais*

A subcategoria "Diferenças Sociais" está organizada com base nas reflexões apresentadas pelas mulheres ou homens sobre o seu relacionamento com o futuro marido (ou futura esposa). Permeiam situações sociais que interferem na decisão do casal em realizar o casamento. Essas situações sociais apresentadas nas cartas originam-se das diferenças étnico-raciais, religiosas, etárias, entre classes sociais e de nacionalidades, conforme os três exemplos citados:

*Mulher solteira: DESESPERADA — Rio Claro — "A família dele não quer porque eu sou rica".*

*Maria Teresa: "Riqueza não é empecilho a nenhum casamento. O essencial é que se compreendam e que se conheçam bastante (...)" (artigo 58, revista O Cruzeiro, 6 de agosto de 1949, p. 100).*

*Homem solteiro: ATORMENTADO, S. Paulo — "O que mais me atormenta é a diferença de nível social".*

*Não seja isto obstáculo ao romance de vocês. Se você pertence a um nível social mais elevado que o dela, procure trazê-la para o seu. Peça-lhe que estude um pouco para adquirir pelo menos um certo polimento na maneira de conversar. Observe-a. Se gosta tanto de você (não creio que sendo você um rapaz inteligente tivesse se apaixonado por uma moça que também não o fosse) compreenderá que precisa esforçar-se para melhorar (artigo 72, revista O Cruzeiro, 4 de março de 1950, p. 108).*

*Mulher solteira: MARGOT — Ponta Grossa — "Meus pais não querem por ser ele descendente de judeus".*

*Maria Teresa: "Você não se casa com os ancestrais do rapaz. O que vale, portanto, é observar as suas qualidades. Se ele as tiver bastantes, a simples questão de raça não me parece justificativa razoável para uma oposição formal, desde que vocês se amam. Como ambos são muito moços, porém, vale a pena esperar a fim de que se conheçam melhor e possam tomar uma atitude ponderada, livre da cegueira provocada pelo aborrecimento de um amor contrariado" (artigo 34, revista O Cruzeiro, 25 de setembro de 1948, p.92).*

*Subcategoria: Amor/Sem amor; Por Conveniência*

O tema “Amor/Sem Amor; Por Conveniência” faz referência à dúvida da mulher sobre casar-se por amor ou por conveniência. Apesar dessa categoria conter apenas um artigo, existem outros artigos que fazem menção à realização de um casamento com ou sem amor. Esses artigos foram categorizados em “Motivos para não se Casar”, pois qualquer motivo apresentado pela leitora ou leitor na realização de um casamento por conveniência é rechaçado pela Maria Teresa. Por isso, essa é a única referência (*Ditinha*, artigo 78, Maio de 1950) destoante da posição da articulista sobre o casamento e o amor:

*Mulher solteira: DITINHA, onde estiver — “Deverei aceitar o viúvo sem lhe ter amor?”*

*Não há nada que a obrigue a casar-se sem amor. Contudo, você não está mais em idade de pensar que só o amor enche a vida. Só o amor, sim, mas este como resultante de uma série de coisas sem as quais tudo é fantasia. Você diz, por exemplo, que ama seu noivo. Mas ele não tem instrução, não é carinhoso, não tem isto e não tem aquilo: só lhe aponta qualidades negativas. Mas... apesar disso, seu amor "supera a tudo". Quanto ao viúvo, seu novo pretendente tem todas as qualidades, apenas você "não o ama". Veja bem o que faz. Se por um lado não a aconselho a casar-se com quem não ama, por outro, jamais a aconselharia a unir-se com quem não tem uma qualidade sequer para um bom marido. Mesmo porque só uma qualidade não bastaria... Portanto, pergunto-lhe: em vez de insistir com seu noivo, por que não insiste em estudar o viúvo? Estou quase certa de que, quanto mais conhecer suas virtudes, tanto mais depressa virá a gostar dele, com muito mais possibilidades de vir a fazer um bom casamento (artigo 78, revista O Cruzeiro, 6 de Maio de 1950, p.116).*

*Subcategoria: Receio de ficar solteira*

Essa subcategoria compreende situações exclusivamente vivenciadas pelas mulheres, as quais expressam sua vontade em se casar motivadas pelo receio de ficar solteira. Também abordam a relação do amor nessas relações. Essa situação é exemplificada através dos artigos das leitoras de pseudônimos *Carmen* e *Marina*:

*Mulher solteira: CARMEN, Belo Horizonte — “Sou quase solteirona”.*

*Maria Teresa: Se você quer casar apenas para não ficar solteira, está errada. A convivência diurna obrigatória com uma pessoa a quem não se ama poderá ser um sacrifício maior do que o celibato. Se entretanto, começa a ver no rapaz que foi seu noivo qualidades nascidas do esforço de agradá-la (e entre estas sua persistência), então o caso muda de aspecto. Consinta em reatar o noivado e chame a você (já que o rapaz tem um gênio difícil) o propósito de fazer do casamento um pleno sucesso (artigo 101, revista O Cruzeiro, 6 de outubro de 1951, p.64).*

*Mulher solteira: MARINA, Onde estiver — "Disse-lhe mesmo que não me faz feliz".*

*Maria Teresa: E ele ainda insiste em desposá-la? A prova mais evidente de que você não o ama é o fato de que pensa em si e não nele, com relação à felicidade. Quando a mulher ama verdadeiramente, pensa primeiro em fazer feliz o homem amado. Acredito que faça uma grande tolice consentindo na realização desse casamento. Não é razoável que, apenas pelo medo de ficar solteira, consinta em casar-se com uma pessoa cuja presença, chega a confessar, procura evitar na companhia de estranhos (artigo 119, revista O Cruzeiro, 12 de abril de 1952, p.124).*

#### 5.4.2. Categoria: “Motivo para não se Casar”

A categoria “Motivo para não casar” foi construída a partir dos conteúdos publicados como resposta aos artigos da seção em que os leitores, homens ou mulheres, solteiros(as) descreviam as condições de suas relações de noivado e, podiam manifestarem suas dúvidas com relação à realização do casamento ou afirmavam que iriam se casar naquelas condições. Os assuntos dessa categoria foram organizados de acordo com a manifestação clara de desaprovação, para o casamento ser efetivado, feita por Maria Teresa diante dessas determinadas condições. Ou seja, tais situações eram motivos para não casar visto que o casamento seria um erro. A identificação do motivo para que o casamento não se realizasse foi identificado a partir da resposta categórica por Maria Teresa de que o casamento não deveria acontecer. Os esclarecimentos sobre o assunto categorizado encontram-se na Tabela 3.

**Tabela 3: Assuntos que apresentaram um motivo para os(as) leitores(as) não se casarem.**

<i>Subcategorias</i>	<i>Categoria "Motivos para não se Casar" (N= 25)</i>		<i>Total (f)</i>
	<i>Mulheres (f)</i>	<i>Homens (f)</i>	
1.1. Sem Amor; Por Conveniência	7	2	9
1.2. Dúvidas/Duração do Namoro	6	3	9
1.3. Diferenças Etárias/Pouca idade	3	-	3
1.4. Doença/Deficiência	2	-	2
1.5. Envolvimento com Outra Pessoa	1	1	2
<b>TOTAL (f)</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>25</b>

A categoria “Motivo para não Casar” representa 11,3% dos dados de análise da pesquisa e contempla artigos que são respostas às cartas enviadas pelas leitoras (f=19) e leitores (f=6). É importante apontar que os motivos de maior prevalência contra a realização

de um casamento é a ausência de amor (f=9), para mulheres (f=7) e para homens (f=2), juntamente com as Dúvidas/Duração de Namoro (f=9).

*Subcategoria: Sem Amor; Por Conveniência*

Essa subcategoria retrata os relacionamentos de convênência vividos por homens e mulheres que mantinham o noivado ou iriam se casar com uma mulher (ou homem) sem amá-los. As situações em que os leitores decidem manter o relacionamento são: por honra ou por medo de causar desgosto à noiva com o término; e as situações em que as leitoras mulheres mantêm o relacionamento são: evitar uma tragédia, como um possível ato de suicídio do noivo ou para fugir da vigilância dos pais. Por parte da Maria Teresa, esses relacionamentos não devem continuar pelo motivo de não haver amor na relação.

*Esposa: DESESPERADA — Rio — "Devo casar-me ainda este ano mas amo outro".*

*Maria Teresa: De maneira alguma deve concordar em casar-se com um homem a quem não ama suficientemente, principalmente tendo a imagem de outro no seu coração. Para não ferir tão de perto a sensibilidade do seu noivo procure quanto antes um pretexto que justifique o rompimento do compromisso. Se fôr possível faça uma viagem e peça ao outro que a espere. Isto serviria para não melindrar seu noivo, evitando que visse quão facilmente foi substituído. Casar sem amor é desvirtuar a finalidade do casamento: e as conseqüências disso fatalmente seriam lamentáveis (Revista O Cruzeiro, 6 de Novembro de 1948, p. 100).*

*Subcategoria: Dúvidas/Duração do Namoro*

Os assuntos categorizados nesse tema apresentam situações onde há uma dúvida, como acompanhar o marido para outro estado ou país ou uma dúvida de outra natureza. De acordo com Maria Teresa a presença de uma dúvida já é um fato decisivo para desfazer o noivado, pois a mesma relata que a dúvida é um indicativo de que não se gosta o suficiente. Essa categoria também apresenta o fator “duração do namoro” e aponta os namoros longos um fator indicativo de que o rapaz ou a moça não amam o companheiro suficientemente e, por isso, devem romper o compromisso. Há, portanto, o indicativo de que existe uma prescrição em relação ao tempo ao qual um namoro ou noivado deve durar para se confirmar o interesse do homem ou mulher em casar-se; visto que toda relação amorosa tem como finalidade o casamento. Essa situação é exemplificada através dos artigos dos pseudônimos Gizelle e Maria Teresa.

**GIZELLE, C. Formoso — "Devo segui-lo ou permanecer em minha terra?"**

*Sua terra é o Brasil e se você realmente quisesse bem ao rapaz não hesitaria em acompanhá-lo, sendo ele oficial. A verdade é que você não o quer a ponto de segui-lo. Dito isto, não há problemas: fique em sua terra (Revista O Cruzeiro, 4 de Abril de 1959, p.112/113)*

**MARIA TERESA, S. Paulo — "Não sei se devo esperá-lo".**

*Acho que não, pela própria dúvida que lhe domina. A não ser que ele tirasse a sorte grande, o que é pouco provável, não estará em condições de casar-se cedo, desde que pretende fazer ainda um curso que é longo. Não acredito que você o ame suficientemente a ponto de esperar tanto tempo. E não acredito porque, sendo você uma moça independente, que vive feita no meio dos seus, e que não precisa casar-se, não teria dúvida em esperá-lo, caso gostasse realmente dele. É por isso que lhe aconselho a desistir antes que ambos percam mais tempo (Revista O Cruzeiro, 1 de Junho de 1950, p.124).*

*Subcategoria: Diferenças Etárias/Pouca Idade*

Os temas categorizados representam a negativa de se casar ou com rapazes muito novos (artigo 81, 1 de Junho de 1950) devido à pouca idade do rapaz ou casar-se com rapaz 20 anos mais velho, quando a moça de 16 anos ainda não apresenta, para a época, muita maturidade para tomar decisões envolvendo essa situação.

*Subcategorias: Doença/Deficiência e Envolvimento com outra pessoa*

As duas categoria com menor referência de artigos categorizados são a subcategoria "O envolvimento com outra pessoa" (f=1), a qual refere-se a um noivo que se envolveu com a mãe da futura noiva e a subcategoria "Doença/Deficiência" (f=2). Nessa categoria há uma leitora mulher com surdez total (anacusia) que apresenta dúvidas se estava apta para se casar.

**HELENA, Rio- — "Sou completamente surda e..."**

*Realmente é difícil que você se case, amiguinha, dada sua incapacidade auditiva. Você me pede franqueza e acredito que esta lhe seja muito menos dura do que palavras insinceras revestidas de açúcar (...)* (Revista O Cruzeiro, 2 de Julho de 1949, p.92).

**5.4.3. Categorias: "Ser Esposa" e "Ser Marido"**

Todos os artigos resultantes de cartas enviadas por mulheres e homens casados as quais apresentaram assuntos referentes às situações de conflito em seus casamentos, questionando as prescrições sociais impostas para a mulher no exercício do 'Ser esposa' e

para o homem no ‘Ser marido’ foram organizados nesta categoria. Em geral, os conteúdos referem-se a situações matrimoniais conflituosas ou não para o casal, ou situações em que o conflito está para um dos cônjuges em ter que aceitar, ou se submeter, às determinações e os cumprimentos de seus papéis. Os assuntos foram categorizados a partir das respostas publicadas, e buscamos identificar a situação que levou a leitora ou o leitor a procurar a orientação de Maria Teresa com base nas prescrições ou nos posicionamentos da articulista, que elucidam o discurso social da época. O material organizado na categoria “Ser Esposa”, apresentou temas que envolvem o universo das normas referentes ao exercício do papel social da esposa indicando: os conflitos vividos, as estratégias para a manutenção do casamento, e os sintomas psíquicos e físicos decorrentes. A organização do conteúdo dessa categoria foi orientada a partir da identificação do assunto ao qual se referia às cartas de esposas, contendo legítimos pedidos de socorro diante das situações conflituosas que estavam vivenciando.

A Tabela 4 apresenta as subcategorias comuns e não comuns à essas duas categorias descritas, afim de indicar os assuntos que permeiam cada gênero.

**Tabela 4: Frequência de unidades de informação (UI) encontrados na Seção Da Mulher para a Mulher referentes ao universo das duas categorias “Ser Esposa” e de “Ser Marido”.**

<i>Subcategorias</i>	<i>Categoria “Ser Esposa”</i> N =59	<i>Categoria “Ser Marido”</i> N =5	<i>Total</i> (f)
	<b>Mulheres (UI) (f)</b>	<b>Homens (UI) (f)</b>	
Adaptar-se ao Casamento	29	3	32
Saúde da Esposa: Doença dos Nervos	9	-	9
Saúde do Marido: Doença dos Nervos?	-	2	2
Personalidade x Ser Esposa	9	-	9
Desilusão	5	-	5
Conflito Maternidade/Gravidez/Trabalho fora do lar	4	-	4
Administração Financeira do Lar	3	-	3
<b>Total (f)</b>	59	5	<b>64</b>

Categorias “Ser Esposa” e “Ser Marido” representam 28,9% dos dados e contemplam artigos correspondentes às cartas enviadas pelas leitoras (f=59) e artigos correspondentes as respostas às cartas enviadas por leitores (f=5) identificados como do sexo masculino segundo os pseudônimos publicados nos artigos.

Destaca-se tanto entre as mulheres (f=29), quanto entre os homens (f=3) as referências ao “Adaptar-se ao Casamento”. Foram agrupadas nessa sub-categoria todas as considerações que indicam a necessidade da mulher e do homem se adaptarem as imposições do papel social ligadas ao exercício do matrimônio, por mais que questionem ou tenham opiniões divergentes. Destaca-se porém, que para os homens ainda que a prescrição de Maria Teresa também contemple a aceitação, há referência ao envolvimento da mulher na problemática para que esta possa mudar o comportamento, e quando não é possível, o homem pode vislumbrar a separação conjugal.

No que tange as mulheres, a maior parte dessas adaptações documentadas expressam aspectos da sua relação com o marido: “*no princípio parecia que ele me tinha amizade*” (*Desesperada*, artigo 66, dezembro de 1949), “*sinto como uma ameaça pesando sobre nós*” (*Esposa Inquieta*, artigo 180, outubro de 1960), “*apesar do que me faz amo meu marido acima de tudo*” (*Desconsolada*, artigo 138, março de 1959), “*ele tem atitudes contraditórias*” (*O.M.*, artigo 150, julho de 1959), “*que faço para ele voltar a ser o que era?*” (*Esposa Infeliz*, artigo 11, junho de 1947). Apesar dos fragmentos das cartas das esposas retratarem diversas situações conflituosas entre esposa e marido, as ponderações da articulista Maria Teresa praticamente não abordavam as atitudes do marido, mas sim como a esposa deveria se comportar resignadamente frente a tais situações: “*reaja com fortaleza de espírito, porém com absoluto domínio de si mesma contra as levandades praticadas por seu marido, a fim de que se lhe imponha pelo respeito e pela admiração*” (*Desditosa*, artigo 17, outubro de 1947), “*seu marido errou uma vez e você agora não o perdoa. De quem é a maior falta: dele, que errou e deseja recuperar-se, ou sua, que exige a perfeição? Tenha grandeza de espírito para compreender e perdoar, e, sobretudo, não aumentar a aflição ao aflito*” (*Angustiada*, artigo 166, janeiro de 1960).

O uso de pseudônimos nas cartas dessa categoria, além de ser um recurso para garantir o anonimato da leitora é, de certo modo, retratado num formato curioso para identificar a autora da carta. Dos 29 artigos classificados para esse tema, sete utilizam pseudônimos que representam nomes neutros como *Margot* (artigo 148, junho de 1959) e *Magada* (artigo 188, maio de 1961); em dezoito artigos pseudônimos adjetivados ou que retratam sentimentos conflituosos são empregados como: *Desesperada* (artigo 66, dezembro de 1949), *Esposa Infeliz* (artigo 11, junho de 1947), *Apavorada* (artigo 186, abril de 1961), *Desconsolada* (artigo 138, março de 1959), *Desprezada* (artigo 70, fevereiro de 1950); e em quatro abreviaturas do nome como *O.M.* (artigo 150, julho de 1959) e *R.M.* (artigo 214,

fevereiro de 1962) são utilizadas. É importante observar que não houve nenhuma referência a pseudônimos acompanhados de adjetivos com sentido positivo.

Em relação as Subcategorias “Saúde da Esposa: Doença dos Nervos” e “Saúde o Marido: Doença dos Nervos?”, notamos uma diferença na forma como a questão da saúde é abordada para os dois gêneros. Em relação a saúde da esposa, os 10 artigos dessa categoria apresentaram situações entre as quais as esposas sofriam com algum desgaste emocional advindo de sua relação com seu marido: estresse, sobrecarga, desânimo, depressão, explosões temperamentais. As prescrições da articulista Maria Teresa eram sempre na tentativa de fazer a esposa retomar seu "equilíbrio emocional", por meio de uma intervenção médica. Já as cartas masculinas, apresentam situações nas quais a atitude masculina está associada à patologização, naturalizando o comportamento social do homem e, em geral, culpabilizando a mulher pelo infortúnio do casal.

*Marido: ATORMENTADO, Sanatório X. — "Diga-me o que pensa da minha situação."*

*Maria Teresa: “Em primeiro lugar, amigo, é possível que, dado o seu estado de saúde, tenha se apossado de sua alma uma desconfiança também doentia. É sua esposa a mulher a quem se refere? Tem provas de que ela brincou o carnaval a despeito do seu infortúnio? Nesse caso, lastimo sinceramente, é inconcebível que ainda a ame com o ardor primitivo, a não ser mesmo por ‘uma grande capacidade de cretinismo’, como você diz. Que me cabe dizer-lhe? Continua a amá-la ainda assim, para dar evasão a essa ‘capacidade’ de que me fala” (artigo 55, revista O Cruzeiro, 2 de julho de 1949, p.92).*

*Esposa: ALAGOANA INFELIZ — "Hoje sou uma revoltada pelos anos de sofrimento".*

*Maria Teresa: “Tudo leva a crer que você tenha ficado com o sistema nervoso esgotado. É indispensável que consulte um médico de clínica-geral para que ele lhe sugira um tratamento especializado. A par deste tratamento você procurará — e já então sentirá forças — readquirir o seu gosto de viver. Cessou a causa do seu sofrimento ante a transformação do comportamento do seu marido. Além disso, você ama as crianças cuja felicidade e cujo bem-estar poderão constituir o seu ideal na vida — e não se pode viver sem um ideal. Por que viver lembrando o passado infeliz, quando o presente é bom e o futuro poderá ser melhor?”(artigo 161, revista O Cruzeiro, 7 de novembro de 1959, pp.88-89).*

*Esposa: JACQUELINE, sem endereço — "Já não nos entendemos bem."*

*Maria Teresa: Você mesma diz que sabe que está muito irritada. Já se lembrou de procurar um médico? É preciso fazer alguma coisa de prático para resolver esse caso da melhor forma possível. Chorar as mágoas e reprovar seu marido adiantará pouco. De fato foi muito grosseiro da parte dele dizer que não a suporta. Mas... faça um exame de consciência. Você não se terá tornado mesmo insuportável? Pense de cabeça fria, sem paixão, para poder agir, vencer essa crise que ameaça a continuidade feliz da sua vida conjugal. Se já foram tão felizes um dia, não é demais esperar que ainda voltem a sê-lo, removidas as barreiras que agora constituem obstáculo à felicidade do casa (artigo 223, revista O Cruzeiro, 1 de dezembro de 1962, pp.96-97).*

A culpabilização da mulher ou a ausênica de adaptação e aceitação, por parte dela, ao exercício do lugar social do ser esposa, é evidenciado pelas cartas em que a infelicidade do matrimônio, ou o desajuste do comportamento do marido, estão atribuídos às características da personalidade da mulher, evidenciadas na sub-categoria “Personalidade x Ser Esposa”. Os 9 artigos classificados nesse tema apresentam expressões que fazem referência a elementos atribuídos à personalidade e características individuais da mulher como: “*Cultive essa vergonha, faça um esforço de autodomínio; faça uma aposta consigo mesma*” (Rosa, artigo 98, maio de 1951); “*O que você precisa, sobretudo, é conhecer melhor a si mesma. Tudo, em sua carta, revela uma mulher frustrada e isso é muito mau*” (Feiosa, artigo 89, outubro de 1950).

*Esposa: CÉU CINZENTO, RIO — “Não me conformo de ser mulher.”*

*Maria Teresa: “Esta simples frase serve para esclarecer o seu problema: você é uma desajustada, produto de um lar desfeito. Não teve ambiente propício para desenvolver sua personalidade, tornou-se uma mulher recalçada, cheia de complexos. Erradamente, supôs que o casamento lhe daria tudo aquilo que lhe foi negado na infância. E ficou esperando de braços cruzados. Sua atitude revelou imaturidade e é por isso que se desencantou tão cedo. Procure ser menos egoísta. Não deixe que o passado interfira no presente”*(artigo 160, revista *O Cruzeiro*, 3 de outubro de 1959, pp.88-89).

A subcategoria Desilusão, mencionada em 05 artigos, reflete a ilusão entre o que se esperava que fosse o casamento e a realidade cotidiana da relação conjugal, responsabilizando a mulher pela decepção vivida. Essa subcategoria contém situações em que a esposa possui sentimentos de decepção por ter cometido enganos ou se vê impelida a enfrentar situações inesperadas com os maridos que são as causas da desmotivação dessas esposas.

*ESPOSA TRISTE, Rio — “Tem sido uma constante decepção.”*

*Maria Teresa: “É natural que você esperasse que seu casamento fosse um sucesso e não tem sido. Até onde vai sua responsabilidade nisso? Você transfere para seu marido toda a culpa do insucesso. Você não será culpada também?”*(artigo 206, revista *O Cruzeiro*, 02 de dezembro de 1961, pp.109-110).

*Esposa: CORAÇÃO AFLITO — Minas — “Fazem quatro meses que mantenho essa correspondência.”*

*Maria Teresa: Fez um casamento precipitado e inconveniente pois, segundo confessa, pretendeu com esta atitude suprir a falta que lhe fazia a afeição de outrem. E com isso cometeu o grande erro de, não solucionando um problema, criar outro maior. Agora atem-se a esse novo amor como o naufrago que, vendo perecerem uma a uma suas esperanças, apegar-se a uma suposta táboa de salvação. Digo-lhe suposta porque no momento em que lhe fosse permitido esse amor você já não o veria através das lentes de aumento da fantasia. É bem possível que se cansasse dele mais cedo do que supõe. Logo, mais uma vez, não é o caminho acertado o que você tomou para corrigir sua vida. Melhor faria se*

*procurasse de todo modo combinar bem ou pelo menos o melhor possível com seu marido (artigo 64, revista O Cruzeiro, 5 de novembro de 1949, p.108)".*

Outros conflitos expressados pelas mulheres, ainda que incipientes, referem-se aos conflitos entre a maternidade e gravidez e a conjugação entre a maternidade e o trabalho fora do lar.

Essa subcategoria é representada por 4 artigos. Em dois deles percebe-se o dilema em ter que decidir entre o exercício profissional e a maternidade, estando sempre a mulher subjugada à decisão do marido. Nos outros dois artigos, as esposas relatam situações temerosas relacionadas às consequências físicas pós-gravidez com a possibilidade de serem “preteridas” pelo marido.

*Esposa: ANGELA, Botelhos — "Haveria algum inconveniente em continuar no emprego?".*

*Maria Teresa: “Se seu marido estiver de acordo e enquanto não houver filhos, realmente, não vemos inconveniente. Quando as crianças chegarem, porém, não vemos nada nem ninguém que possa substituí-la, ainda que por umas horas, dentro de casa. A função de mãe é complexa e exige dedicação absoluta (artigo 164, revista O Cruzeiro, 5 de dezembro de 1959, pp.100-101).”*

*Esposa: FUTURA MÃEZINHA — S. Paulo — "Temo perder meu marido".*

*Maria Teresa: “Essa criança vem precisamente consolidar o amor de vocês, até então precariamente constituído. O essencial é que você receba os fatos e saiba dirigi-los com acerto. Em vez de pensar que vai perder as formas e, conseqüentemente, correr o risco de ser preterida, pense em que vai dar a seu marido uma criança que lhe dará continuidade ao nome de família, que constituirá motivo de orgulho e de satisfação. Pense nisso tudo com confiança e em voz alta. Induza-o a pensar assim, também, e verá como ele terá prazer em tê-la nesse estado a que todos chamam (certamente sem nenhuma ironia) de interessante. Afaste de seu coração esses sentimentos derrotistas, levante-o para o alto. Do seu estado de espírito dependerá o equilíbrio emocional da família, garanto-lhe”(artigo 59, revista O Cruzeiro, 6 de agosto de 1949, p.100).*

Os conflitos com a função de administração financeira do lar, foram apresentados em 03 artigos. Essa subcategoria expõem situações em que a esposa é aconselhada pela articulista a fazer um orçamento familiar e também ser econômica. Ao ser econômica, ela pode tanto beneficiar o marido que passa por dificuldades financeiras, quanto resguardar seu importante lugar de provedor.

*Esposa: MARIA ISABEL, Uruguiana — "Não sei administrar o dinheiro"*

*Maria Teresa: Já é alguma coisa que você reconheça as suas limitações; depois, que deseje vencê-las. Veja qual é a receita e, dentro desta, distribua suas despesas, por verbas. Procure não ultrapassá-las de modo algum. Traga tudo escriturado para melhor controle. Numa família economicamente*

*equilibrada, deve haver sempre uma pequena economia mensal sobre a receita (artigo 147, revista O Cruzeiro, 6 de junho de 1959, pp.112-113).*

*ESPOSA REVOLTADA, Recife — "Meu pai não nos deixa faltar nada".*

*Maria Teresa: É muito razoável que seu marido viva triste com o seu insucesso financeiro, mesmo tendo tudo dado pelo sogro. Em vez de revoltar-se com a tristeza dele, procure ajudá-lo no sentido de encontrar o seu caminho para manter a família, embora modestamente, mas com o seu próprio esforço. Procure sacrificar um pouco o seu conforto em benefício da carreira do seu marido (artigo 200, revista O Cruzeiro, 2 de setembro de 1961, pp.38-39).*

#### 5.4.4. Categoria: "Intimidade sexual do casal"

Essa categoria apresenta 5 artigos de mulheres (3 casadas e 2 noivas) contendo assuntos relacionados a intimidade sexual do casal. De acordo com o Quadro 2, apresenta-se os assuntos correspondentes aos respectivos artigos, descritos por trechos que ilustram o conteúdo. Esses trechos representativos foram ora retirados de cartas das esposas, ora retirados das respostas da articulista Maria Teresa.

**Quadro 2: Assuntos correspondentes às situações onde há uma exposição da sexualidade do casal.**

Pseudônimos	Categoria "Intimidade sexual do Casal" (N=5)	
	Fragments das carta da leitora mulher	Trechos da resposta da colunista
"F."	"nada mais farei, calo-me, suportarei tudo como se fosse natural"	—
"Esposa Infeliz"	"Mande-me dizer se há operação..."	—
"Maria Teresa"	—	"Não se precipite. Portanto, nem quanto ao casamento, nem quanto aos carinhos de que me falou. Tudo no momento oportuno"
"Errada"	"não há aquela sublimidade que na minha opinião os atos de natureza sexual devem ter"	—
"Portuguesa Triste"	—	"Não será levando uma vida irregular que vai dar solução satisfatória ao seu caso (...)"

Os 5 artigos representados abordam o assunto sobre a intimidade sexual do casal. Em "F"., (artigo 6, março de 1947) há relato de um cansaço da esposa em relação a uma situação que não parece aceitável para um casal. A citação sobre um "condenável vício sensorial" aparece como um indício de nomeação de práticas sexuais condenáveis. Essas práticas, possivelmente, vão contra a moral aceitável da época sobre a sexualidade. Em "Esposa Infeliz" (artigo 28, maio de 1948), a esposa quer saber sobre a possibilidade de uma operação, a qual Maria Teresa não se posiciona por acreditar ser incapaz de dar opinião técnica sobre o assunto. Entretanto, ela cita a recomendação de um médico: "deve-se

*recompensar tais faltas por meio de um aumento de carinho prodigalizando à pessoa amada um amor sem limites*” e condena as práticas às quais a esposa está se submetendo. Em “*Maria Teresa*” (artigo 97, abril de 1951), o casal ainda noivo, recebe advertência para não se precipitarem quanto às práticas de “*carinhos*”, as quais devem ser realizadas somente após o casamento. Em *Portuguesa Triste*, (artigo 189, junho de 1961), há algum tipo de atitude do noivo denominada de “*abuso*” e uma situação onde a noiva cedeu aos “*caprichos*”. Após esse ato, a noiva relatou que o rapaz não queria se casar mais. O artigo da “*Errada*” (artigo 137, março de 1959) representa o único, dentre todos os artigos, o qual contém o termo “*natureza sexual*”. Ainda nesse artigo, Maria Teresa orienta a leitora a mostrar ao marido como amá-la através de sua intuição feminina.

#### 5.4.5. Categoria: “*Infidelidade*”

Essa categoria representa duas situações relacionadas à infidelidade no casamento, referentes tanto ao marido quanto à esposa. Contemplando, também, situação de relacionamento extra-conjugal que remete ao dilema em se manter, ou desejar um homem casado. Chama atenção que o tema infidelidade refira-se a infidelidade cometida tanto pelo marido quanto pela esposa, embora esse pareça ser um problema que acomete apenas as mulheres (f=38), nos levando a refletir que a infidelidade é um problema das mulheres, problema que não se instala para o homem ou assunto sobre o qual ele não pode/não quer se manifestar já que somente aparece uma carta de homem contemplando o assunto. Na Tabela 5 são apresentadas as três situações em questão.

**Tabela 5: Frequência de artigos encontrados na Seção “Da Mulher para a Mulher” referentes ao tema infidelidade.**

<i>Subcategorias</i>	Categoria “ <i>Infidelidade</i> ” (N=38)		<i>Total (f)</i>
	Mulheres (f)	Homens (f)	
Infidelidade da Esposa	10	1	11
Infidelidade do Marido	15	-	15
Ser ou não ser a “ <i>Outra</i> ”?	12	-	12
<b>Total (f)</b>	37	1	<b>38</b>

Essa categoria representa 16,45% dos dados (38/231 artigos) e contempla os assuntos a partir dos quais os atores sociais envolvidos (mulheres solteiras, esposas ou

maridos) apresentam uma sujeição ou dúvida quanto ao cumprimento da norma social de monogamia em relacionamentos amorosos estáveis como é o casamento. A categoria “Infidelidade” apresenta-se dividida em três subcategorias que possuem referências às situações de infidelidade representadas nos dados da pesquisa pelas mulheres: 1) infidelidade da esposa, 2) infidelidade do marido e 3) ser ou não ser a “outra”?

A subcategoria “Infidelidade da Esposa” representa situações nas quais a mulher casada manteve ou mantém relações amorosas com um homem que não seja seu marido. Suas ações não são autointituladas de traição, nome que não foi mencionado nos artigos analisados, embora para a sociedade da época fosse uma situação definida como traição. A maioria das cartas referem-se ao erro cometido com a traição, ao arrependimento e a possibilidade de reconquistar o marido. Por outro lado, as considerações de Maria Teresa ora voltam-se para a compreensão do sofrimento da mulher, ora para sua punição, principalmente no que contempla sua principal função social: a de boa mãe. Recai sobre a mulher a dupla moral, se não for uma boa esposa, não pode ser uma boa mãe. *“ainda poderei reconquistar o amor de meu marido? (Alma em Conflito, artigo 175, agosto de 1960)”*, *“o que eu esperava não era nada de extraordinário (Gisela, artigo 75, maio de 1960)”* e *“sei que estou errada e que não presto (Manon Lescault, artigo 68, janeiro de 1950)”*.

**ATURDIDA — Onde estiver — “Por que cometi esse erro, eu que sempre fui boa esposa e boa mãe?”**

*Maria Teresa: Você foi vítima de uma fraqueza momentânea dos sentidos e principalmente, da influência perniciosa que essa falsa amiga exerceu em sua vida. O seu arrependimento, porém, é tão sincero que senti o desmoronamento do seu lar, a perda do amor do seu esposo e o afastamento dos seus filhinhos. Felizmente vejo que é religiosa e que encontra na oração um lenitivo. Corte terminantemente as relações com o casal que veio alterar o curso da sua vida; não queira menos ao seu marido porque ele tem agido como o faria qualquer homem cuja dignidade tivesse sido ofendida; continue amiga dos seus filhinhos e preste-lhes toda assistência que puder. Somente o seu arrependimento, patenteado pelas suas ações com o decorrer do tempo, poderá aclarar, novamente, os horizontes. Reze e espere. Não desanimei! (artigo 16, revista O Cruzeiro, 11 de outubro de 1947, p.72).*

**GISELA, S. Paulo — “O que eu esperava da vida não era nada de extraordinário”.**

*Maria Teresa: O seu mal foi ter procurado lenitivo de um erro noutra maior. Situação essa que a tem levado de desengano a desengano e na qual, apesar de tudo, você insiste. Foi infeliz com seu marido, diz. E procurou iludir-se buscando a felicidade à custa de um amor ilícito, roubado a outrem. O resultado aí está além de você e da verdadeira esposa, há uma terceira mulher na vida desse homem a quem você sacrificou, de olhos fechados, sua dignidade de mulher, duas vezes mãe. Diz que seus filhos não lhe encham a vida. Lógico! Se você só tem procurado enchê-la de uma paixão desordenada e cega que a levou às margens do suicídio e que a faz esquecer os seus deveres de mãe! Aproveite agora a lição do desengano e tire dela o melhor partido: não insista no erro, mas renuncie em favor*

*de uma vida mais bem dirigida. Aparentemente isto lhe custará muito; digo aparentemente porque o coração é cheio de caprichos e se dará o cuidado de fazê-la sorver o cálice da saudade. Mas, se pensar logicamente, verá que não há razão para essa saudade doentia quando há muito que esperar na pessoa de seus filhos. Assista-os, faça-se amiga, torne-se confiante; e já não a procurarão somente quando precisarem de dinheiro. Faça a experiência, confiante em si mesma. Tenho certeza de que não se dará mal (artigo 75, revista O Cruzeiro, 6 de maio de 1950, p.116).*

**ETERNO MARIDO, Rio — “Faça-a sempre relembrar sua traição”.**

*Maria Teresa: Compreendo, meu amigo que seu caso seja difícilimo, e nunca será compreendido, na íntegra, por quem não o tenha experimentado. Há, entretanto, muitos maridos que sofrem como você. Pessoalmente conheço mais de um. E é uma lastima o que se passa num lar depois de um caso desse. Entretanto posso me afiançar que você não seria o primeiro homem a reconstituir o seu lar se se deliberasse a ser o "homem forte" de que fala a Escritura. Procure controlar-se. Tenho a impressão de que ainda ama sua esposa. Do contrário você não teria a preocupação de feri-la. Em vez de odio, dedicar-lhe-ia indiferença. Faça um esforço no sentido de viver bem com ela. E procurem ambos a religião que é um extraordinário apoio moral (artigo 109, revista O Cruzeiro, 5 de janeiro de 1952, p.108).*

Na subcategoria “Infidelidade do Marido” estão representadas situações nas quais as esposas relatam sua vida de casada e solicitam orientações e acolhimento sobre sua vivência de esposa “traída” pelo marido. Os trechos das cartas das leitoras expressam o impacto dessa situação que é expressa em 10 dos 16 artigos e em geral são aconselhadas a aceitar a traição e buscar sua parcela de responsabilização: “Tantas desilusões já me traumatizaram”, “as vezes tenho vontade de abandonar tudo”, “o fantasma da outra é uma barreira que nos separa”. Em outros 5 artigos, os trechos destacados fazem alusão às dúvidas das leitoras: “Devo lutar por quem não me ama?”, “Devo sofrer até o fim da vida?”, “Devo dizer tudo a minha mãe?”. As respostas às leitoras publicadas nos artigos desse tema apresentam conteúdos que orientam as esposas na manutenção do casamento, na resignação e na responsabilização pela traição, dessa forma há uma orientação para as esposas tentarem suprir as necessidades seus maridos que, possivelmente, não foram atendidas.

Dentre os 16 artigos classificados nesse tema em 6 as leitoras se autoneomaram por pseudônimos adjetivados com sentimentos conflituosos como: *Revoltada* (artigo 198, setembro de 1961), *Esposa Infeliz* (artigo 60, setembro de 1949), *Esposa Sofredora* (artigo 213, janeiro de 1962), *Abandonada* (artigo 191, junho de 1961). Não houve nenhuma referência aos pseudônimos contendo adjetivos positivos. A situação apresentada nessa subcategoria é exemplificada através dos artigos das leitoras Ângela, Ana Maria:

ÂNGELA — *Cruzeiro* — "*Agora surge um outro abismo em minha vida*".

*Maria Teresa: Você assim classifica o fato de seu marido pretender comprar automóvel, afirmando que "todos os homens tem mais facilidade para fazer farra quando possuem carro". O homem que quer proceder mal, amiga, não precisa de automóvel para isso. Ainda que se choque, preciso dizer-lhe que a principal causadora das infidelidades de seu marido é você mesma, que vive despertando a atenção dele para o fruto proibido. Saiba que me pareceu demasiado egoísta nas suas atitudes. Acho que procedeu mal procurando aquela mulher. Desceu espontaneamente ao nível dela. Nunca deveria ter feito aquilo. Seja a primeira a dar-se o valor conveniente e seu esposo fará o mesmo, creia. Abandone por completo essa idéia de deixar o lar. Saiba zelar com mais eficiência pela sua felicidade conjugal (artigo 36, 25 de setembro de 1948, p.92).*

ANA MARIA, onde estiver — "*Ele diz que elas exercem apenas uma função*".

*Maria Teresa: Que também pode e deve ser exercida pela esposa. Seu marido não está procedendo bem e você está com os nervos esgotados pelas sucessivas gravidezes. O quadro, portanto, não é animador. Está em suas mãos, porém, transformá-lo. A situação não é nada fácil, concordo. Mas quando está em jogo a felicidade de um lar, não há esforço demasiadamente grande. Em vez de reprovar seu marido ou de procurar inspirar-lhe dó assumindo posição de mártir, procure oferecer-lhe ambiente tal que ele, dentro em breve, prefira o lar ao ambiente pernicioso em que se vem iniciando, ultimamente (artigo 76, revista O Cruzeiro, 6 de maio de 1950, p.116).*

*Subcategoria: Ser ou não Ser "a Outra"?*

Na subcategoria "Ser ou não Ser a Outra?" aparecem os artigos nos quais as mulheres explicitam dúvidas se devem iniciar ou manter um relacionamento amoroso com um homem casado. Chama atenção nessa sub-categoria que as mulheres aceitassem ou buscassem esse lugar em detrimento do ser esposa, enquanto a posição de Maria Teresa reflete o pensamento social da época que é tratar tal comportamento como imoral, condenando e punindo as mulheres, sem questionar a traição masculina.

Dos 12 artigos da seção escritos para elucidar dúvidas das mulheres em permanecer no papel da "outra", em 6 deles as mulheres se nomearam em situações de sofrimento usando nomes como *Aflita* (artigo 8, abril de 1947), *Alma Aflita* (artigo 9, abril de 1947), *Pecadora* (artigo 108, janeiro de 1952), *Desesperada* (artigo 13, setembro de 1947), *Amor proibido* (artigo 209, janeiro de 1962) e *Marcada pelo destino* (artigo 90, novembro de 1950). Duas delas se nomearam usando atributos positivos como *Benevenida* (artigo 99, setembro de 1951) e *Encantada* (artigo 104, dezembro de 1951); e as demais leitoras empregaram nomes neutros como *Edite* e *Laine*. Os artigos relacionados são mostrados a seguir:

PECADORA, S. Paulo — *"Sinto-me inclinada a namorar o marido dela"*.

*Maria Teresa: Por que me escreveu? Estou certa de que nunca terá pretendido receber, de minha parte, uma palavra de aprovação à sua leviandade quase desumana. E só por isso é que lhe respondo: na esperança de que o seu apelo tenha sido um último sinal de bom-senso ao qual me apego para dizer-lhe que se contenha, sob pena de atrair para si as consequências fatais de um crime que clama vingança aos céus (artigo 108, revista O Cruzeiro, 5 de janeiro de 1952, p.108).*

NAHYLA, Bahia — *"Ele teve medo de que a enfermeira contasse à esposa"*.

*Maria Teresa: E você que o considerava o herói do seu romance não pode admitir essa demonstração de fraqueza. Agora sabe que ele nunca lhe demonstraria o seu amor publicamente. Você é o fruto proibido, a mulher cujo amor alimenta a sua vaidade viril. Mas foi com a outra que ele se casou e é para livrar-se a si mesmo de complicações que ele procura evitar a indiscrição da enfermeira. Uma história simples e banal. Mediocre em relação ao grande amor que a empolga. Perdoe se a desiludimos. Nossa intenção é mesmo tirar-lhe a venda de romantismo que lhe impede uma visão correta do homem a quem indevidamente você ama (artigo 209, revista O Cruzeiro, 6 de janeiro de 1962, p.82).*

ENCANTADA. Onde estiver — *"Devo tomá-lo de sua esposa?"*

*Maria Teresa: Isso é pergunta que se faça? Tanto sente o absurdo de suas palavras, ou melhor, de sua intenção, que, temendo assumir sozinha a responsabilidade de uma tão grande falta comete leviandade semelhante pedindo minha aprovação para uma atitude de tão baixo quilate. Não é de admirar que esteja separada de seu marido. E é lastimável a sorte dos homens que passam pela sua vida. Diz que ainda é muito moça. Muito bem. Longe de procurar, por causa da idade, satisfazer suas fantasias inconseqüentes, pense em que tem a vida toda à sua frente para se reabilitar dos erros que já cometeu até agora e que não são poucos, apesar da sua curta existência (artigo 104, revista O Cruzeiro, 1 de dezembro de 1951, p.128).*

#### 5.4.6. Categoria: "Separar ou não Separar?"

Essa categoria apresenta 12 artigos de esposas e 4 artigos de maridos contendo assuntos relacionados às dúvidas sobre a possibilidade de separação entre os cônjuges. Apresentamos, no Quadro 3, trechos que ilustram o conteúdo do assunto, ora retirado da carta da esposa, ora retirado da resposta da articulista Maria Teresa, ora em ambos. Em relação aos artigos das mulheres chama a atenção o fato delas manifestarem sua intenção ou a consumação da separação, havendo situações em que a colunista incentivava e aconselhava as mulheres buscarem a separação (f=7). Em relação aos artigos masculinos, as referências são em relação ao desgosto da relação (f=2) e em outro (f=1) o marido busca se informar sobre a posição da Maria Teresa com relação ao divórcio. Outra situação interessante que aparece nos dados (f=2) é a posição de impotência em que a Maria Teresa se reveste quando há uma

situação irremediável no casamento, a qual ela acaba admitindo que a melhor solução seja a separação.

**Quadro 3: Número de artigos que apresentam dúvidas sobre uma possível separação entre os cônjuges.**

<i>Artigos (período)</i>	<b>Categoria " Separar ou não Separar?" (N=16)</b>		<i>Fragments da carta do leitor homem</i>
	<b>Mulheres (f=12)</b>		
	<i>Fragments da carta da leitora mulher</i>	<i>Trechos da resposta da colunista</i>	
<i>Setembro de 1948</i>	“Devo sair de casa e procurar ganhar minha subsistência?”	“O cônjuge que abandona o lar perde o direito aos filhos”	–
<i>Janeiro de 1949</i>	“Voltar ou não para a companhia do marido”	“se a presença do marido é prejudicial a formação moral das crianças”	–
<i>Fevereiro de 1949</i>	“Talvez a salvação esteja perto de mim.”	“Voltar para a casa dos pais” ou “lutar até o fim para a obtenção de um lar feliz”.	–
<i>Abril de 1949</i>	“Ele é um pervertido”	“sua companhia, mais do que inconveniente é pernicioso e repulsivo”.	–
<i>Julho de 1950</i>	“se devo afastar desse homem...”	“claro que sim e sem demora”	–
<i>Dezembro de 1951</i>	“Estou de malas arrumadas para deixá-lo”.	“(…) razão porque não a desaconselho a que o abandone”	–
<i>Janeiro de 1952</i>	“Peço que o faça voltar ao meu lar”.	“é preferível que se mantenham separados (...)”	–
<i>Dezembro de 1958</i>	–	“(…) considerando a vida de desgostos que seu marido lhe tem proporcionado, talvez o único remédio mesmo seja o desquite”.	–
<i>Fevereiro de 1959</i>	“Depois que nos separamos ainda me sinto mais irritada”.	“(…) mesmo que seu marido não a satisfizesse plenamente(...) compunha com você o quadro da família tão necessário à educação do menino”.	–
<i>setembro de 1959</i>	–	–	“Cada vez a detesto mais”.
<i>Dezembro de 1959</i>	“As vezes penso em deixá-lo”.	–	–
<i>Janeiro de 1960</i>	–	–	“A senhora é contra ou a favor do divórcio?”
<i>Abril de 1960</i>	“Ele diz que não acredita mais em mim”	“(…) de sua parte já fez tudo para que a união durasse”.	–
<i>Agosto de 1961</i>	–	–	“Vivemos como um cão e gato”.
<i>Outubro de 1962</i>	–	–	“Digo-lhe (...) que esse casamento é desaconselhável”.
<i>Novembro de 1962</i>	“Apesar de tudo, ele é meu marido”.	“Você fez muito mal em separar-se dele e não será agora que (...) não tente uma reconciliação”.	–

*Esposa: JONAS -- Santos — "Ele é um perverso."*

*Maria Teresa: Dói-me profundamente quando não posso melhorar um pouco a situação de quem me escreve pedindo auxílio. Mas no seu caso, minha filha, a julgar das anormalidades de que acusa seu marido, sinto-me impelida a fazer coro com você, indo mesmo um pouco além. Esse homem desceu o último degrau da decência humana e sua companhia, mais do que inconveniente é perniciosa e repulsiva. Em benefício da sua própria dignidade, portanto e no da boa formação moral da sua filha, afaste-se dele. Não lhe será tão difícil uma vez que, financeiramente, é independente (artigo 49, revista O Cruzeiro, 2 de abril de 1949, p.100).*

*Marido: LEITOR AFLITO, Sem Endereço — "Cada vez a detesto mais".*

*Maria Teresa: É admissível que perdoasse sua esposa uma vez. Mas ninguém poderia esperar de você que o fizesse repetidas vezes, sob pena de vê-lo desmoralizado como marido e como homem. As autoridades certamente não consentirão que as crianças fiquem sob a tutela de uma mulher sem moral. Consulte um advogado a respeito, enfrentando o problema sem subterfúgios. Se o que lastima nisso tudo é sobretudo perder a convivência das crianças, podemos assegurar-lhe que isso não acontecerá, uma vez que a razão está do seu lado (artigo 154, revista O Cruzeiro, 5 de setembro de 1959, pp.94-95).*

#### 5.4.7. Categoria : "Questionamento sobre o Lugar Social da Mulher"

Na categoria "Questionamento sobre o Lugar Social da Mulher" estão presentes situações onde há um questionamento sobre os papéis e práticas sociais legitimadas. São cartas nas quais as mulheres exprimem de forma direta sua inconformidade com o lugar subjugado da mulher em relação ao homem, questionam o lugar do homem dominador, e buscam romper com o lugar social do gênero feminino. O que chama atenção nessas colocações são o quão apresentam-se questionadoras e inovadoras para os costumes da época. As respostas de Maria Teresa, por outro lado, visam desencorajar a mulher de seus propósitos e convencê-la da subversão de seus pensamentos e ações. No Quadro 4, encontram-se os fragmentos dos artigos publicados pela seção com o propósito de apresentar conteúdos relativos aos questionamentos sociais abordados por essa categoria.

**Quadro 4: Assuntos correspondentes às situações as quais fazem um questionamento ao lugar da mulher na sociedade da época.**

Artigos (período)	"Questionamentos sobre o Lugar Social da Mulher" (N=5)	
	Fragmentos das cartas da leitora mulher	Trechos da resposta da colunista
Dezembro de 1950	–	"Se inverter papéis não somente será infeliz como infeliz será o homem a quem casar".
Junho de 1959	"Insurjo-me contra a ideia de submissão".	–
Dezembro de 1960	–	"Evidentemente se você não quer ter filhos para não prejudicar a sua brilhante carreira(...)".
Agosto de 1961	"Confio numa revolução em bases cristãs que venha determinar o extermínio do homem dominador".	–
Agosto de 1962	"Não é um marido que nos ajuda a conquistar um lugar ao sol".	–

**LAURA, Estado de S. Paulo — "Sofro por ser assim como sou".**

*Maria Teresa: Desaprovo inteiramente o seu casamento com esse rapaz. Diz que não o ama, mas que ele tem qualidades e que lhe convém porque poderá dominá-lo. Não pense que se sentirá feliz. Só se sentirá bem ao lado de um homem que a controle. Em geral as mulheres gostam de ser protegidas e os homens de ser protetores se tentar inverter esses papéis não somente será uma infeliz como infeliz será o homem com quem se casar — e você não tem esse direito, repito. O seu grande mal tem sido o de orientar sua vida pelos impulsos antes do que pela conveniência das coisas. Assim, por exemplo, antes de satisfazer ao capricho de casar-se de qualquer maneira — mesmo sem amor — por que não tenta uma escola de autodomínio? Por que não procura uma ocupação aí mesmo junto de sua família? Por que não faz boas leituras, aplica-se a obras sociais, aproxima-se de Deus pela Igreja? Faça essa nova experiência. Não desespere de início. Insista e me escreva de novo (artigo 91, revista O Cruzeiro, 9 de dezembro de 1950, p.91).*

**MARILDA, Recife — "Confio numa revolução em bases cristãs que venha determinar o extermínio do homem dominador."**

*Agradecemos suas palavras de estímulo. E estamos de pleno acordo com você quando se insurge contra as injustiças sociais em relação à mulher. Ambos, ela e o homem, tem os mesmos direitos e as mesmas obrigações. Você diz ainda: "Há também cristãos de proa que vivem de consciência tranqüila, agindo como no tempo de Moisés, em que era lícito repudiar as esposas e tomar novas mulheres". A única diferença é que eles não as repudiam publicamente (artigo 194, revista O Cruzeiro, 5 de agosto de 1961, p.82).*

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

*“Nenhuma teoria esgota a realidade. A ciência não pode produzir o conformismo, mas precisamente o contrário: o conformismo de aproximações sucessivas crescentes, pois a ciência não é uma acumulação de resultados definitivos, mas principalmente, o questionamento inesgotável de uma realidade reconhecida também como inesgotável”*(Santaella, 2001).

*“O apelo ao abandono de suas ilusões acerca de suas condições é um apelo ao abandono de uma condição que requer ilusões”.*  
Karl Marx

Nesse capítulo, discutiremos aqueles aspectos do resultado da pesquisa que consideramos relevantes, procurando relacioná-los, sempre que possível, com a literatura pertinente. Sendo o gênero a base de compreensão dos dados, situaremos a discussão dentro da complexa trama de relações masculino e feminino dentro do casamento. Assim, dividimos os assuntos em itens e temas, esclarecendo que não vemos os dados apresentados em cada categoria como compartimentos isolados uns dos outros. Ao contrário, percebemos claramente que se interpenetram em várias ocasiões, demonstrando a rede de ambivalências e ambiguidades que acontece no entorno das prescrições e valores para cada gênero. Assim, salientaremos ora as suas especificidades, ora as suas interconexões, a fim de facilitar a compreensão. Temos ciência de que “o processo de categorização é interessante por permitir a integração de conjunto de dados, mas que, por outro lado, pode ocultar diferenças importantes para o desvendamento de nuances de significado” (Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006, p. 196). Portanto, optamos por apresentar a discussão por grandes temas abrangendo os conteúdos de mais de uma categoria, concomitantemente, para não correr o risco de perder significados importantes.

A discussão foi realizada considerando simultaneamente os resultados referentes às mulheres, aos homens, aos leitores e à articulista. Apontamos as diferenças e semelhanças de gênero, quando significativas, integrando a vivência dos leitores a partir dos aspectos que foram considerados importantes para a compreensão dos lugares sociais de gênero no casamento. Gostaríamos de ressaltar que, mesmo correndo o risco de nos tornarmos repetitivas, consideramos importante a inclusão de alguns artigos para melhor ilustrar as situações discutidas.

### 6.1. Refletindo sobre os valores da seção feminina: “Da Mulher para a Mulher”

Destinada tanto ao público masculino quanto ao feminino, *O Cruzeiro* era abordada como a “revista da família brasileira” (Mira, 2001, p. 27), lida por diversos componentes da família, em uma mesma casa, inclusive crianças e criados. Embora destinada ao público masculino e feminino, foi somente a partir da década de 1940 que esse público ganhou maior espaço com a criação de seções específicas para a mulher. Uma das principais seções voltada ao diálogo com o público feminino foi a seção intitulada “Da mulher para a mulher”, criada nesse momento de expansão da revista *O Cruzeiro*, e seu período de existência foi de 1940 a 1963, segundo Torres et al (2008).

A coluna apresentava um formato de carta dos leitores com linguagem direta e pessoal direcionada a esclarecer dúvidas ao público feminino, o qual, sem dúvida alguma, predominava em nossa amostra visto que 87% dos 892 artigos coletados são referentes às mulheres, demonstrando o quanto a seção de fato era muito popular entre o público feminino e se tornava um importante meio de circulação do pensamento social da época.

Com relação às informações contidas nas cartas das leitoras enviadas à seção, as mesmas não eram divulgadas na revista. Apenas apareciam indícios da existência delas em uma ou duas frases que resumiam a questão a ser esclarecida pelo colunista cujo pseudônimo era Maria Teresa. Esse formato de apresentação dos editores e do próprio diretor da revista, os quais tornam suas identidades anônimas pelo uso de pseudônimos, teve ocorrência a partir da expansão da revista para o público feminino.

Com relação à frequência do uso de pseudônimos por jornalistas ou colaboradores que assinavam seções, ou colunas, nas décadas de 1940 a 1960, Alberto Dines (citado por Nunes, 2006) relata uma confidência do editorial do Jornal Diário da Noite com relação a um convite feito à escritora Clarice Lispector para trabalhar em uma seção de carta dos leitores da coluna “Só para as mulheres” em 1960: “(...) imaginei que não aceitaria. Escritora conhecida e sofisticada, certamente recusaria ser a *ghost-writer* numa página feminina diária, assinada pela linda estrela do cinema e TV, Ilka Soares. Para minha surpresa, aceitou com entusiasmo (...)” (p.5). Segundo Nunes (2006), Clarice Lispector trabalhou em três colunas femininas de jornais, a coluna “Entre mulheres” do *Tablóide Comício* em 1952, cujo pseudônimo era Tereza Quadros, no “Correio Feminino”, coluna “Nossa Conversa” do *Jornal Correio da Manhã*, de 1959 a 1961, utilizando o pseudônimo de Helen Palmer e na coluna “Só para mulheres” do *Jornal Diário da Noite* nos anos de 1960 e 1961, utilizando o

pseudônimo de Ilka Soares. De forma descontraída e sem possuir a qualidade literária que compôs suas obras, ela adentra o universo das representações femininas, dos conselhos, dos segredos e das receitas. Embora pudessem ser esperados posicionamentos de vanguarda por parte da escritora Clarice Lispector, os textos permaneciam “menos introspectivos e mais triviais” do que a forma de escrita revelada em sua carreira de escritora (Nunes, 2006, p. 12). Portanto, permanecia um formato de prescrições e orientações para o cumprimento de normas de comportamento de como “ser uma mulher” da época, mantendo as regras de sociabilidade como apresentado em um de seus textos escritos para a coluna feminina: *“uma coisa é certa: nós mulheres, desejamos e temos o dever de agradecer aos homens. Ou, pelo menos, ao homem que amamos, não é verdade?”* (Clarice Lispector citada em Nunes, 2006, p.17).

Apesar de ser revelada a verdadeira identidade dos pseudônimos utilizados por Clarice Lispector nessas décadas, possivelmente pela notoriedade da escritora, o mesmo não aconteceu com a identidade de Maria Teresa. Dessa maneira, esse suposto pseudônimo trazia dúvida quanto à verdadeira identidade do(a) correspondente das cartas que auxiliavam as mulheres na conduta de seu comportamento e, que, provavelmente também não era uma identidade única (Cunha, et al., n.d). Para a época, ser uma imprensa pensada e dirigida às mulheres não significava que ela fosse feita por mulheres (Nahes, 2007; Luca, 2012). Nesse sentido, Torres (2008) relata que

apesar das formas diferentes das representações do masculino e feminino nas diversas sociedades, mesmo naquelas onde há respeito e poder social às mulheres, o domínio masculino se sobrepôs ao feminino, e as mulheres, na maioria das vezes, foram excluídas dos centros de decisão. Talvez essa possa ser uma justificativa para o anonimato de Maria Teresa (p. 21).

Seguindo as normas sociais e ocupações das mulheres urbanas, em sua maioria dentro do lar, com a exclusão nos centros de decisões e nos assuntos políticos, a seção feminina da “Mulher para a Mulher” seguia um modelo editorial de cartas dos leitores com características de linguagem que reafirmasse esse lugar doméstico e sentimental.

A seção caracterizava-se como um consultório sentimental para as mulheres, a qual se valia de uma linguagem direta e pessoal, recebia esporadicamente correspondências enviadas por homens, quebrando o caráter do público leitor, mas expandindo/difundindo o discurso moralizante concernente aos comportamentos da relação homem-mulher (Cunha, et al., n.d, p. 5).

A caracterização de revistas femininas como consultórios sentimentais reafirma os elementos naturalizados do universo feminino permitindo que as mulheres se identificassem com o formato íntimo e confidencial da coluna e dirimissem suas dúvidas a partir dessa identificação. O anonimato das leitoras, as quais também se identificavam por um pseudônimo, compunham o formato confidencial ao qual eram dirigidos os assuntos da vida privada, como eram consideradas as divergências e dissabores do relacionamento conjugal. A característica da seção seguia um formato considerado mais aconselhado à reafirmação da natureza feminina, atribuída à essencialidade da mulher como delicada e sentimental. Além disso, não cabiam socialmente às mulheres as reclamações e dúvidas sobre a dinâmica da vida conjugal (Bassanezi, 1997; Swain, 2001b; Buitoni, 2009 e Luca, 2012).

Portanto, para atingir a mulher e reafirmar o lugar feminino, a revista necessitava de um tom confidencial e coloquial que aproximava, aconselhava, resolvia dúvidas e sugeria comportamentos. Todas essas características carregadas de afetividade facilitavam a transmissão da informação, apoiando-as em normas sociais de comportamento que ordenavam o que e como fazer entre as “supostas confidentes”- a leitora e Maria Teresa, que para reafirmar essa intimidade se remetia às leitoras como “amiguinhas”: *Desejo-lhe, ardentemente, a paz de espírito, minha amiguinha (abril de 1947)*”. Sendo assim, a seção já configurava todas as regras da imprensa feminina que se consolidavam no século XX e vigoram até os dias atuais, conforme apontado por Buitoni (2009). O conteúdo ideologizante assegura o lugar tradicional da mulher na sociedade, por meio de uma linguagem que visa intimidade e amizade, formando uma “verdadeira armadilha” que

ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa. A razão não se arma para um conversa amiga. Nem é preciso raciocinar argumentos complicados: as coisas parecem que sempre foram assim. Ou então é apenas mais um momento de emoção, cujo único requisito é sentir junto (Buitoni, 2009, p. 191).

Um caráter curioso e importante que se configurou durante a existência da seção na revista foi a presença de cartas de leitores masculinos solicitando, assim como as mulheres, respostas às suas dúvidas amorosas. Essas dúvidas, se configuravam em uma mudança de comportamento masculino, pela possibilidade de se apresentar em espaços sentimentais nos quais as questões de gênero eram discutidas. No entanto, as respostas da articulista Maria Teresa reforçavam os lugares tradicionais, afirmando que as dúvidas dos homens sempre se constituíam em relação ao comportamento da mulher e não ao homem, mesmo quando as questões deles se referiam ao seu próprio comportamento. Entretanto,

mesmo que as respostas direcionadas aos leitores masculinos fossem, em sua maioria, uma reafirmação do lugar social da mulher dentro do casamento, esse comportamento masculino “atípico” nos forneceu pistas sobre dúvidas e questionamentos do homem com relação ao casamento, indicando que os assuntos não eram apenas de interesse feminino, e que o público leitor era formado também por homens e não apenas por mulheres, como nome da seção indicava. Nesse sentido, por trás da baixa frequência de cartas, vislumbra-se uma alta popularidade da seção entre o público masculino, indicando que amor, casamento e intimidade também é problema de homem.

Como estudo crítico às correspondências dos homens, por acanhadas que sejam, servem igualmente como objeto de visibilidade do invisível, ou seja, da intimidade masculina. Ao mesmo tempo em que a seção educava mulheres não só também auxiliava homens no trato com suas “pequenas”. (...) Assim se tornava um local privilegiado de produção e circulação de saberes e significados em relação à mulher, ao homem e as relações homens/mulheres (já que a heterossexualidade é naturalizada e a homossexualidade é inexistente nos discursos) (Cunha & et al .nd, p.5).

Outra característica importante inferida dos dados da pesquisa foi a abrangência da revista no território nacional, certificando a popularidade da seção notada no recebimento de cartas provenientes de todas as regiões do Brasil, o que sem dúvida nenhuma assegurou a manutenção da seção por 23 anos. Nesse sentido não há dúvidas de que a revista de fato foi uma das mais importantes publicações na história da mídia escrita do século XX, indicando o tom das publicações que a seguiram. A literatura aponta que ela foi a revista de maior vendagem na história do país, com versões em espanhol e inglês voltadas à circulação em alguns países da América Latina, América do Norte e Europa (Mira, 2001; Barbosa, 2002).

Ao longo dos anos da década de 1950, o Cruzeiro foi o meio de comunicação social mais importante no Brasil. Uma espécie do que é hoje a Rede Globo. Éramos uma imagem que chegava à Amazônia, e em qualquer lugar, para o sujeito que esperava ver o carnaval do Rio de Janeiro ou a fotografia do gol da Copa de Mundo. Nós éramos o visual da nação (Barreto & Firmo como citado em Mira, 2001, p.23).

Ainda que a predominância das cartas enviadas fosse da região Sudeste (60,09%), é expressivo notar cartas recebidas da região Norte (1,12%) e do exterior (1,12%), locais de difícil acesso à distribuição na época. O fato de a região Sudeste ser a mais

expressiva pode ser justificado pela sua população urbana estar situada no palco principal dos questionamentos e das mudanças socioeconômicas da época, motivo pelo qual também se justifica a origem das cartas masculinas; além de estar relacionado com o fato de ser a área de maior distribuição da revista tendo em vista que nesta região é que as revistas eram impressas e publicadas.

Outro aspecto que marca a importância da revista é o fato de ser meio e veículo do processo de difusão e consolidação da modernização e da tecnologia, as quais marcaram a pluralidade nos modos de socializar-se das décadas de 1940, 1950 e início de 1960. A função econômica da revista estimulava a reprodução das “idéias predominantes em sua época e o equilíbrio da ordem social. Desta forma, legitimando as relações de poder existentes, refletiam aparente consenso social, ou melhor, as idéias do masculino e do feminino” (Bassanezi, 1996, p.15). Como relata Del Priore (2005): “As revistas femininas tinham então um papel modelador no que dizia respeito à vida amorosa.(...) e as sessões femininas como em *O Cruzeiro* tinham um tremendo impacto como formadoras de opiniões” (p.283).

É importante ressaltar a ideia da revista como formadora de opinião, lembrando que esses valores foram realizados, de forma ostensiva, nos meios urbanos modernos e, possivelmente, não operou da mesma forma em diferentes classes sociais de acordo com Rocha-Coutinho (1994). Nas referidas décadas, os modelos estrangeiros de comportamento e valores sociais chegavam ao Brasil por meios de comunicação impressa trazidos de viagens realizadas ao exterior, a exemplo das revistas, jornais e livros. Ao serem abordados e utilizados como referência pela imprensa brasileira, se tornaram também responsáveis pelas mudanças sociais operadas no cotidiano das pessoas que moravam no centro urbano do Rio de Janeiro, as quais foram atingidas de forma mais intensa por esse processo da modernização.

## 6.2. *Correlações: as normas sociais para o casamento*

Uma mudança importante na sociedade moderna foi a possibilidade de escolha do cônjuge, concretizando a passagem do matrimônio arranjado, herdado do Brasil do período colonial, para o da escolha individual, ou seja, do casamento arranjado para o casamento por afeto (Bicalho, 1989; Macfarlane, 1990). Essa mudança de comportamento marca uma transição de modelos familiares.

Os dados organizados na categoria “Caso ou não Caso?”, através da manifestação de dúvidas dos homens e das mulheres, ratificam a mudança de valores

ocorridas nas décadas anteriores e intensificadas nas áreas urbanas. Entretanto, é importante destacar que essa referência de total escolha individual do casal não se tornava muito explícita e nem cumprida, pois há uma grande referência e importância à concessão dos pais com relação ao casamento de seus filhos, sendo que quase metade (46,6%) das referências sobre esse assunto, na subcategoria problemas/relações familiares, que em geral referem-se à discordância dos pais em relação ao cônjuge pretendido e à dúvida se o melhor era acatá-los ou não. Dessa forma, o casamento a contragosto da família quase sempre era desaconselhável, demonstrando a continuidade da decisão dos pais nas escolhas dos casamentos dos filhos. Esse comportamento, pelo amplo público atingido pela revista *O Cruzeiro*, poderia ser referência às famílias com maior poder aquisitivo, como relataram Bicalho (1989); Rocha-Coutinho (1994); Samara (2001) e Del Priore (2006), as quais precisavam zelar pela moral e pelo patrimônio material, mas, de qualquer forma, já não há referências aos casamentos endogâmicos ocorridos no século XIX.

A partir dessa ideia, podemos acrescentar a permanência, ainda que de forma indireta, da mulher presa ao julgo dos pais para a realização do casamento pela obediência às suas decisões. Esse comportamento ocorreu não somente até das décadas de 1930 e 1940 como destaca Biasoli-Alves (2000), mas também até as décadas de 1950 e início de 1960, conforme as análises dos dados. A diferença aqui com o casamento por arranjo é que, nesses moldes, era permitido às filhas se relacionarem amorosamente com aqueles por quem tinham afeto e que as tinham escolhido para namoro ou noivado, vislumbrando o casamento. Era o desejado e esperado que uma relação amorosa somente iniciasse se esse fosse o seu intuito. Caso contrário, essas moças seriam apontadas como “levianas”, aquelas com as quais os moços namoravam mais não casavam (Bassanezi, 1997). O casamento na prática apenas era incentivado com o aval do pai e havia uma constante afirmação de que a felicidade conjugal só aconteceria com sua aprovação.

*(...) Consulte a sra. sua mãe que certamente falará com o marido. E só quando tiver certeza de que o rapaz será aceito com satisfação, deverá consentir em oficializar o noivado. A cerimônia do pedido é uma coisa pró-forma, uma vez que os namorados já devem saber, de antemão, que os pais da moça consentirão no casamento” (Esmeralda, artigo 130, revista O Cruzeiro, 7 de fevereiro de 1959, p.109).*

Outra contradição apresentada nos dados referentes a essa categoria “Caso ou não Caso?” se refere à liberdade de escolha dos cônjuges de acordo com os assuntos que causavam dúvidas sobre as diferenças sociais. Grande parte das dúvidas sobre as diferenças étnico-raciais, de classe social e de nacionalidade, não foram consideradas empecilhos para

que o casamento ocorresse, permanecendo de acordo com a ruptura do “princípio de igualdade” difundido pela doutrina católica desde o século XVII (Gianordoli, 2000). Mas como relatamos sobre a permanência, mesmo que de forma indireta, sobre o julgo dos pais sobre o casamento, também encontramos a referência a preceitos católicos influenciando a quebra de casamentos entre iguais. Confirmando tal fato, a influência do Catolicismo no Brasil, Santos (2001) afirma que “ a Igreja Católica é uma instituição fundante na sociedade brasileira, que tem mostrado uma grande capacidade de se adaptar e manter atuante ao longo do tempo, com envolvimento direto e ativo no que diz respeito a papéis e valores familiares”(p.59).

Portanto, em contradição à aceitação do casamento em situações sociais diferentes entre o casal, há um relato da articulista concordando e incentivando o consentimento de familiares sobre algumas dessas situações e reforçando o valor social de segregação para esses formatos de relacionamento. Ilustrando essa ideia, apontamos um consenso social onde a articulista faz uma consideração à leitora resumindo sua ideia sobre o assunto, a qual de forma contraditória nega essa indiferença às diferenças apresentada na maior parte dos temas analisados nessa categoria: “(...) *em todo caso, pense naquele ditado que, antes de mim, já dizia a bíblia: casa tua filha com a filha do vizinho. O que significa em letras redondas: casa como o seu ambiente, com a sua educação, com a sua religião. Três condições ideias para um bom começo de vida (...)*” (Miriam Hino, artigo 226, Junho de 1963).

Em contrapartida, com relação às dúvidas sobre as diferenças religiosas entre os casais, há indicação de que a fé fervorosa na religião poderia causar complicações e se tornava desaconselhável ao casamento, mas quando não era tão “fervorosa” não causava empecilho. A forte herança e influência da religião nos padrões de comportamento social, fazem parte das prescrições, para as mulheres, como forma de conforto, abnegação ou esperança: “*Deverei ir vestida de noiva? E Deus me perdoará? Sendo o seu problema de ordem exclusivamente religiosa, aconselho-a procurar um bom confessor; um padre inteligente e bondoso. Desejo-lhe, ardentemente, a paz de espírito, minha amiguinha (Noiva Infeliz, artigo 9, abril de 1947)*” e no artigo 139 (Eva, março de 1959): “*Peça a Deus que lhe de coragem para esta prova de abnegação. Seu marido ficaria eternamente preso a você, que teria o conforto moral de ter feito uma obra realmente meritória. Peça a Deus que a ajude. Só com o Seu apoio alguém pode realizar obras desse vulto*”; no artigo 91 (Laura, dezembro de 1950): “*Por que não faz boas leituras, aplica-se a obras sociais, aproxima-se de Deus pela Igreja? Faça essa nova experiência*”.

Entretanto, temos já na década de 1960 a presença de rupturas e questionamentos em relação a alguns preceitos cristãos. Essa ideia de ruptura pode ser compreendida por um artigo da década de 1960, respondido a um leitor intitulado “*Monsenhor Negromonte*”, que Maria Tereza se refere de fato como sendo um padre que lhe pede conselhos sobre o casamento entre noivos de religião diferentes. É interessante notar que há um enfoque ao respeito à diferença entre os cônjuges, referindo-se a uma situação mais igualitária de escolhas.

**MONSENHOR NEGROMONTE, Rio — “O pároco ou o pastor seriam as pessoas abalizadas.”**

*Maria Teresa: “ (...) Em relação, porém, ao casamento de pessoas de religiões diferentes, pedimos licença para acrescentar algumas palavras em desacordo das suas. O reverendo encarou o problema apenas do ponto de vista religioso — ‘seria melhor desaconselhá-los’. Esqueceu o ponto de vista sentimental, que é essencial entre duas pessoas que desejam unir-se. Quando duas pessoas de religião diferente desejam unir-se, repetimos, das duas uma: ou a fé que possuem é tão periclitante que o problema não chega a constituir empecilho; ou é tão forte que cada uma tentará pela persuasão e pelo exemplo conquistar a outra para a sua religião. E se ambas se respeitam; se amam e temem a Deus, qualquer que seja a sua crença... Ele, que é Juiz, mas que é, sobretudo, Pai, não permitirá que aquele casamento fracasse. Pessoalmente conhecemos o caso de um judeu que doou, aos católicos, em homenagem à memória da esposa falecida, uma igreja que tem hoje grande afluência. Com esta opinião, não desejamos invadir seara alheia, simplesmente respondemos — opinião individual — a uma pergunta que nos foi feita. Contudo, nos sentimos muito honrados com a atenção que nos dispensou. Muitas vezes temos buscado inspiração para esta página nos seus conceituados livros” (Artigo 230, Revista O Cruzeiro, 3 de fevereiro de 1962).*

Os temas representados nas categorias “Caso ou não Caso?” em conjunto com as situações indesejadas para que ocorresse um casamento, apresentadas na categoria “Motivos para não Casar”, possuem como referência para a realização de um casamento os seguintes elementos: 1) a presença do amor, 2) as qualidades morais com relação ao noivo, 3) qualidades de uma boa esposa com relação à noiva, 3) a concessão familiar, 4) tempo para se conhecerem e se compreenderem. Chama atenção a importância de assegurar a procedência e as qualidades dos futuros cônjuges, por parte dos pais. As jovens e seus pais deveriam certificar-se de que o rapaz não era um ‘aproveitador’, um ‘sedutor mulherengo’, já comprometido, “O ideal para um relacionamento era o rapaz de *bom caráter, correto e respeitador*, que jamais tentaria ultrapassar com carinhos *os limites da decência*, pelo menos com uma *moça de família*”; além de mostrar-se sério, responsável, com intenções de se casar com a moça e não de “*aproveitar-se*, e principalmente provar que era capaz de sustentar uma família” (Bassanezi, 1997, p.616). Já a moça deveria continuamente mostrar que era “*prendada, afetuosa, e recatada, garantias de uma boa futura esposa*” (Bassanezi, 1997, p.616). Cabia aos pais do noivo se certificar de que ele não casaria com “*qualquer uma*”, que

acabasse por comprometer a estabilidade doméstica. Já os pais da moça deixavam claro ao pretendente e seus familiares, que a moça estava sendo protegida e que fariam de tudo para sua honra ser preservada, o que significava salvaguardar a própria honra do pai, isto é, a reputação familiar dependia da reputação de suas filhas. Para que todas essas questões pudessem ser averiguadas e certificadas é que o namoro se fazia essencial - uma fase de estudo mútuo entre casais e famílias. Frente aos elementos descritos, o amor era considerado importante para a união conjugal, mas não suficiente para garanti-la, motivos pelos quais as diferenças sociais de ordem religiosas, as diferenças financeiras e de classe deveriam ser estudadas e em alguns casos evitadas (Bassanezi, 1997).

*ATORMENTADO, S. Paulo- “O que mais me atormenta é a diferença de nível social”.*

*“Não seja isto obstáculo ao romance de vocês. Se você pertence a um nível social mais elevado que o dela, procure trazê-la para o seu (...). Assim, tendo certeza, de antemão, que sua mãe se oporá ao namoro porque é filho único, não deve fazer parte dos seus planos morar com ela. Ainda tem pai e o ideal para um casal recém-constituído é ter o seu próprio lar (...)” (artigo 72, revista O cruzeiro, 04 de abril de 1950).*

É interessante notar que a força desses elementos estava continuamente presente nas cartas dos leitores e das leitoras. Porém, não restam dúvidas que as mulheres eram as mais vigiadas e questionadas em relação a sua reputação, pois somente as moças de família seriam respeitadas e escolhidas tendo, portanto, maiores chances de ter um bom casamento. “Segundo a regra, em última instância, eram os homens quem as escolhiam e, com certeza, procuravam para esposa uma pessoa recatada, dócil, que não lhes trouxesse problemas - especialmente contestando o poder masculino - e que se enquadrasse perfeitamente aos padrões da boa moral” (Bassanezi, 1997, p. 612). Dentre as cartas masculinas, destaca-se aquela em que o leitor questiona se a pretendente será uma boa esposa. Chama atenção o posicionamento crítico da revista em relação à superioridade social masculina, criticando o machismo e a desigualdade entre os gêneros que, muitas vezes, desumanizam a mulher e as colocam em posição de objeto (de coisa), justificando assim a exclusão e a violência moral (Chauí, 1981). Outro exemplo interessante é uma carta feminina na qual a pergunta demonstra a dúvida da mulher frente à naturalização da relação de poder do homem, e a resposta leva a mulher a questionar sua submissão e seu recolhimento pessoal e social frente ao controle e ao poder do futuro marido.

*Homem solteiro: INDECISO, Miguel Burnier — "Acha que ela poderá ser uma boa esposa?"*

*Claro que sim. Por que os homens são tão severos com a mulher? Porque não lhe desculpam uma fraqueza que terá tido no seu passado. Por acaso não serão elas humanas, susceptíveis de errar, ou serão eles tão perfeitos que não admitam a imperfeição alheia? São ambos feitos da mesma argila e só alcançarão um destino melhor se admitirem as falhas recíprocas e procurarem ajudar-se (artigo 156, revista O Cruzeiro, 5 de setembro de 1959, pp.94-95).*

*Mulher solteira: ORGULHOSA — Recife — "Será que darei um passo certo com este casamento?"*

*Maria Teresa: "Refleta bem, Orgulhosa. Um casamento não é coisa banal. É uma união eterna que deve assentar em bases sólidas e, entre essas, é indispensável a da compreensão. Não acho justificativa para esse ciúme medido do seu noivo. É verdade que Santo Agostinho disse: "Aquele que não tem ciúmes não ama". Mas tenho que o grande doutor da Igreja empregou a palavra "ciúme" mais na acepção de zelo. Aparentar um temperamento reservado para satisfazer ao ciúme doentio do seu noivo é perigoso. Você viveria recalçada e, por conseguinte, não seria nem poderia fazê-lo feliz. Com a cabeça, minha amiga, e não somente com o coração"(artigo 21, revista O Cruzeiro, 7 de fevereiro de 1948, p.68).*

Com base nesses elementos, fica evidente que o modelo de casamento possivelmente retratava os hábitos da classe média urbana brasileira, o que pode justificar as contradições com relação às prescrições para as diversas situações de casamento, tendo em vista que haviam relatos de cartas de mulheres e homens questionando a possibilidade de um casamento dar certo quando as origens sociais de classe e cultural eram desiguais. Reafirmamos, portanto, a colocação da autora Samara (2004), relatando que historicamente não existe um modelo de família brasileira, mas vários modelos coexistindo.

Dessa forma, buscava-se representar um modelo hegemônico, logo ideal, de relacionamento e casamento que, por vezes, entrava em contradição quando dúvidas e situações de diferentes realidades cotidianas eram abordadas pelas leitoras e leitores, ora relativizando ora enfatizando as prescrições do modelo burguês de classe média para a relação conjugal. Também vemos que o amor, tão valorizado como elemento essencial para se realizar um casamento, não bastava para garantir a harmonia, se tornando nesse sentido a principal ferramenta para as contradições, ambiguidades e ambivalências em torno do casamento e das desigualdades de gênero (Bassanezi, 1993; Rocha-Coutinho, 1994).

### 6.3. O amor: um elemento "misterioso", "contraditório" e essencial

Para as mulheres e homens solteiros, havia uma clara desaprovação para o casamento não ser consumado quando da ausência de amor entre o casal, o que configuraria o

casamento por conveniência social, considerado um erro. Essa ideia aparece de forma expressiva na “Categoria Motivos para não Casar” e é resumida nas seguintes frases: “*o risco não comporta o sacrifício de um casamento sem amor, não lhe parece?*” (*Desesperada*, artigo 58, agosto de 1949); “*de maneira alguma deve concordar-se em casar com um homem a quem não se ama suficientemente*” (*Desesperada*, artigo 41, novembro de 1948); “*o móvel principal do casamento foi e sempre deverá ser o amor*” (*Newton*, artigo 37, outubro de 1948); “*achamos que o amor é o móvel principal do casamento*” (*Maria Elizabeth*, artigo 192, julho de 1961).

Há, portanto, a referência à importância do amor como elemento principal para a ocorrência de um casamento, mas essa referência perde sua força e entra em contradição quando entram em jogo outros elementos como, por exemplo, a idade da mulher ou a avaliação se o homem é um *bom partido*, um futuro *bom marido*, que consensualmente referia-se a *trabalhador, honesto e responsável* para manter o conforto familiar. Nesse sentido, “o amor só seria aceitável, se não rompesse com os moldes convencionais de felicidade ligada ao casamento (...)” e mais especificamente ao *bom casamento* (Bassanezi, 1997, p. 618). O conteúdo do artigo 78 (*Ditinha*, maio de 1950), presente na subcategoria “Amor/sem amor; por conveniência” da categoria “Caso ou não Caso?” exemplificam essa ideia:

*DITINHA, onde estiver — “Deverei aceitar o viúvo sem lhe ter amor?”*

*Maria Teresa: “Não há nada que a obrigue a casar-se sem amor. Contudo, você não está mais em idade de pensar que só o amor enche a vida. Só o amor, sim, mas este como resultante de uma série de coisas sem as quais tudo é fantasia. Você diz, por exemplo, que ama seu noivo. Mas ele não tem instrução, não é carinhoso, não tem isto e não tem aquilo: só lhe aponta qualidades negativas. Mas... apesar disso, seu amor “supera a tudo”. Quanto ao viúvo, seu novo pretendente tem todas as qualidades, apenas você “não o ama”. Veja bem o que faz. Se por um lado não a aconselho a casar-se com quem não ama, por outro, jamais a aconselharia a unir-se com quem não tem uma qualidade sequer para um bom marido. Mesmo porque só uma qualidade não bastaria... Portanto, pergunto-lhe: em vez de insistir com seu noivo, por que não insiste em estudar o viúvo? Estou quase certa de que, quanto mais conhecer suas virtudes, tanto mais depressa virá a gostar dele, com muito mais possibilidades de vir a fazer um bom casamento” (artigo 78, Revista O Cruzeiro, Maio de 1950).*

Há um contraponto do amor, sempre referenciado *como móvel principal do casamento* podendo se tornar um elemento secundário de acordo com a situação envolvida pelo casal. Situação presente no artigo acima (maio de 1950), o qual apresenta uma ideia contraditória : o “*amor como móvel principal do casamento*” e a ideia do amor não sendo o único “preenchedor” da vida e fruto de “*fantasia*”. Confronta-se continuamente o amor fantasioso com a realidade advinda da vida a dois. Logo, o casamento deveria ser por amor,

mas o amor verdadeiro e digno deveria ser reconhecido quando atrelado à razão e ao juízo. “Com a cabeça, minha amiga, e não somente com o coração” (*Orgulhosa, artigo 21, revista O Cruzeiro, 7 de fevereiro de 1948, p.68*).

Fazendo uma ligação entre essa ideia de amor romântico, presente nas prescrições para se realizar um bom casamento entre as mulheres e homens solteiros, e o casamento depois de concretizado, notam-se ideias ambíguas. No discurso apresentado na categoria “Caso ou não Caso?”, há uma construção de motivos para se casar baseados no ideal do amor romântico, o qual enfatiza uma visão de sonhos e crescente desejo de felicidade na busca de um homem com as características de ‘príncipe’ concretizado através de um bom casamento. Entretanto, esse estímulo inicial para a realização do casamento já não se torna suficiente e, para algumas situações, manter o olhar romântico se torna condenável como, por exemplo, quando as dificuldades dentro do casamento começam a aparecer. Há, portanto, uma mudança de discurso social no momento em que a esposa se depara com as dificuldades que não faziam parte do conjunto de orientações para o casamento. Como a esposa poderia não se sentir confusa se o desejo gerado pelo amor romântico, tão enfatizado *como móvel principal de casamento*, não se concretizava no ato de se casar?

**ESPOSA INQUIETA, Rio — “Sinto como que uma ameaça pesando sobre nós”.**

*Maria Teresa: “Não seja pessimista assim. O primeiro ano da vida de casado, ao contrário do que muitos supõem, não é o mais fácil. É que há pessoas muito românticas, que fazem do casamento uma idéia excessivamente boa para ser verdadeira. Chocam-se com a realidade. Mas está em nós mesmas sabermos controlar as dificuldades e conduzir nossa vida conjugal de modo a que se processe de maneira suave e compensadora” (artigo 180, revista O Cruzeiro, 1 de Outubro de 1960).*

Se para o primeiro ano de casamento tornavam-se necessárias a adaptação e a compreensão, podendo ou não eliminar a ilusão criada na idealização do casamento, constatando que muitos elementos presentes em seus sonhos de noiva não existem dentro do casamento real, os anos subsequentes acrescentavam a essa nova visão a de que toda a felicidade e conduta do casamento eram responsabilidade da esposa, ou melhor, da boa esposa, a principal responsável pela harmonia e paz doméstica. Em geral, isso representava uma total abnegação da individualidade ao não discutir, não reclamar, não cobrar e não exigir atenção (Bassanezi, 1997).

Outra ideia interessante é a ligação entre o amor, a felicidade e os papéis da esposa. O amor se torna referência de existência na vida da mulher quando ela pensa mais no outro do que em si mesma. E esse outro é o marido ou seus filhos. Dessa forma, a felicidade da mulher se configura em fazer esses “outros” felizes. Ela é consequência da satisfação do

marido (Prado, 1979; Bassanezi, 1993, 1996, 1997; Rocha-Coutinho, 1994). Essa ideia identifica a invisibilidade da mulher, a negação de sua existência e de seus sentimentos, nessa época. Podemos conferir essa ideia em um artigo da Categoria “Caso ou não Caso?": *“a prova mais evidente que não o ama é o fato de que pensa mais em si e não nele, com relação à felicidade. Quando a mulher ama verdadeiramente, pensa primeiro em fazer feliz o homem amado”* (Marina, artigo 119, abril de 1952).

Segundo Prado (1979) essa tarefa-esforço da esposa em manter a felicidade do casamento está representada por características inatas do universo feminino a qual leva a mulher a executar tarefas como sendo de caráter abnegado, caritativo e assistencial. Essas tarefas quando mensuradas com relação ao real valor atribuído ao esforço físico, emocional e social para cumpri-las se tornam invisíveis socialmente. Todo o esforço correspondia ao cumprimento do papel de fazer os filhos e o marido feliz, pois a felicidade da esposa se tornava sinônimo da felicidade desses indivíduos. Para a boa esposa, o objetivo maior é agradar o marido em favor da harmonia familiar, o que pressupunha o exercício de características como o perdão, desculpar as falhas do marido, aceitá-lo como ele é e ter paciência. Isso significa que a mulher, mesmo tendo motivo para se queixar ou manter discussões e reclamações, era desaconselhada a realizá-las. Tal comportamento só trariam consequências negativas para o casamento e essas devem se interessar em manter os laços da união conjugal, como relata Bassanezi (1993), com relação ao pensamento nas revistas femininas da época: “o casamento tem uma beleza incomparável e merece, da mulher, alguns sacrifícios” (p.130). Esses elementos são, frequentemente, utilizados no discurso social como estratégia de enfrentamento e adaptação da esposa ao casamento, como aparece em “*Desprezada*”, artigo 70 (fevereiro de 1950):

*Esposa: DESPREZADA, Rio — “Diga se ainda poderei esperar...”*

*Maria Teresa: “Tudo dependerá grandemente da maneira por que se portar em face à situação. É uma prova por que está passando. Vale a pena envidar todos os esforços para vencê-la, porque não há sacrifício demasiado grande quando se trata de defender a felicidade de um lar. Evite fazer quaisquer comparações entre você e as outras pessoas que, no passado, ocuparam lugar de destaque no coração do seu marido. Procure viver do presente e para o futuro. Faça da criança o ponto de atração para o interesse de seu marido. Evite discussões. Seja solícita em desculpar as falhas do seu marido e jamais consulte amigas a respeito dos seus problemas domésticos. Cada cabeça cada sentença — e se for dar ouvidos a tudo que lhe disserem terminará transformando sua vida conjugal numa confusão, longe de proporcionar-se a felicidade com que sonhou”* (artigo 70, revista *O cruzeiro*, 4 de fevereiro de 1950).

Segundo Rocha-Coutinho (1994) a atribuição de essencialidade e de natureza das ações da esposa, rejeitando o caráter de construção social do seu papel, dificulta ou

impossibilita análises críticas, que ainda se torna legitimado por muitos discursos pseudo-científicos e religiosos hegemônicos. A autora relata a importância de reconhecer que esses elementos atribuídos à esposa, enquanto mulher foram construídos historicamente e não são naturais. Segundo Bassanezi (1993), o procedimento correto da “boa esposa” é reconquistar o marido sem escândalos ou cenas de ciúmes - abandonar o lar ou separar-se do marido está fora de cogitação - perdão incondicional silêncio e esforço para manter a ‘família unida’”(p.137).

Portanto, dentro do casamento o homem e a mulher são convidados a exercerem papéis que orientam suas sociabilidades. Uma grande diferença no aprendizado desses papéis é apontada por Prado (1979) ao relatar que os homens na escola são preparados para o exercício de sua profissão na sociedade, no ambiente público, mas não há qualquer referência ao aprendizado de suas funções na família, a qual ele se tornará o chefe, característica de um bom marido. Quanto à mulher, ela recebe o ensinamento sobre seu papel de ser esposa, mãe e dona de casa, desde muito cedo nos bancos escolares por onde passou.

A escolarização feminina, incentivada pelo desenvolvimento econômico dos anos de 1950, favoreceu mulheres e homens, até o ensino médio, a terem um nível de escolaridade equiparado na década de 1960. Considerando as distinções sobre o masculino e o feminino em relação aos seus lugares sociais e suas capacidades, “a educação com vistas a um futuro profissional e, conseqüentemente, o investimento em uma carreira eram bem menos valorizados para as mulheres do que para os homens” (Bassanezi, 1997, p. 625). O curso normal, ou o magistério era o mais procurado, indicado para as moças, mas pelos conhecimentos gerais adquiridos, que contribuiriam mais tarde para a criação dos filhos, do que pela profissionalização e exercício da profissão. Nesse sentido, a mulher deveria buscar conhecimentos que pudessem lhe dar condições de conversar sobre qualquer assunto e, assim, se tornar mais atraente socialmente para estar a altura do marido e daqueles que faziam parte de sua relações. Assim, quando o marido observava a falta de capital cultural da esposa, deveria incentivá-la a adquirir. E o esforço da esposa era a contrapartida de sua dedicação e amor, além de comprovação que seria inteligente o suficiente para acatar e não perder o casamento.

*(...)“Peça-lhe que estude pouco para adquirir pelo menos certo polimento na maneira de conversar. Observe-a. Se gosta tanto de você (não creio que sendo você um rapaz inteligente tivesse se apaixonado por uma moça que também não o fosse) compreenderá que precisa se esforça-se para melhorar” (Atormentado, artigo 72, revista O Cruzeiro, 4 de Março de 1950).*

A mulher era formada para ser a *esposa companheira: ser prendada*, executando bem as tarefas domésticas e adquirindo todo tipo de conhecimento especializado para o cuidado com os tecidos e as roupas, os essenciais ensinamentos culinários, a arte de bem servir à mesa e ser uma exímia anfitriã.

Portanto, o que se via era uma total disparidade entre o universo masculino e feminino, que não permitia que a comunicação pudesse existir entre os cônjuges. Nesse sentido, havia também um peso para o homem quando se via envolvido em situações de conjugalidade com as quais não se sentia apto a enfrentar, em geral acirrando as diferenças e a distância entre o casal. Cabe destacar que em momento algum a vivência do homem era considerada menos confortável do que a da esposa, pois dela poderia se esquivar como, quando e para onde considerasse melhor, sem que a esposa tivesse direito de questionar.

#### 6.4. *A sociabilidade de ser esposa e os contrapontos em ser marido*

Todos os assuntos abordados na categoria “Ser Esposa” e na categoria “Ser Marido” apresentam elementos de ligação e compreensão a partir do discurso social. Assim, será possível realizar uma reflexão sobre a concepção do sujeito individual e as articulações com o social, atribuindo sentidos a partir da perspectiva de gênero, pensando a valoração dos elementos que geram as desigualdades e configuram a hegemonia masculina baseados nas normas sociais dentro de um casamento.

Importante enfatizar o formato como eram apresentadas e transmitidas as informações da seção, através de diálogos entre confidentes e a linguagem com as características de convencimento e imposição, apoiados na ideologia normativa, características que definiram essa mídia impressa como forte indicador e reforçador de valores e atitudes (Rocha-Coutinho, 1994). Dessa forma, a partir dos discursos sociais desenvolvidos por meio da articulista Maria Teresa aos leitores, descortina-se um conjunto de valores e comportamentos, refletidos por ideologias estruturadoras do universo de *Ser Esposa e Ser Marido*.

### 6.5. *Ser marido: adaptar-se ao casamento?*

O aparecimento de cartas de esposos já reflete um prenúncio de mudanças quanto a possibilidade de questionamentos e dúvidas dos homens com relação a exposição de seu sentimento, em geral expressando um sofrimento vivido. É interessante notar que a revista acolhe as manifestações emocionais dos homens incentivando o reconhecimento social de que o homem, embora considerado o sexo forte, pode sofrer e manifestar publicamente seus sentimentos. “Não só as mulheres que tem problemas sentimentais, como erradamente muitos supõem. Os homens também os tem e das mais variadas espécies, apesar de pertencerem ao chamados sexo forte” (Revista *O Cruzeiro*, 11 de Janeiro de 1953, p.61, citado em Cunha, n.d.).

Essa dimensão masculina é confirmada em nossos dados de pesquisa, em carta na qual o leitor relata que é muito pequena a distância que o separa do desespero (*Josafá*, artigo 170, abril de 1960) e em outra carta é relatado que o homem sofre por não conseguir esconder seu desinteresse (*A.R.* artigo 178, outubro de 1960). Embora as situações de expressão de sentimentos masculinos sejam incentivadas, as prescrições não são voltadas para que o homem faça uma auto-reflexão. Quando em situações de conflito emocional ou conjugal, a razão era dada aos homens, recaindo a responsabilidade ou a culpa da insatisfação conjugal unicamente sobre a mulher.

*A. R., sem endereço — "Já não consigo mais esconder o meu desinteresse."*

*Maria Teresa: “O coração às vezes tem caprichos que a razão desconhece. É possível que se você se afastar um pouco de casa venha sentir falta de sua esposa. Quanto à particularidade de que nos fala achamos preferível agir com honestidade ainda que ela fique magoada. Só assim ela poderá tomar uma providência de modo a tornar mais agradáveis os seus carinhos” (artigo 178, revista *O Cruzeiro*, 1 de outubro de 1960).*

Na acepção de Santos, Caldana e Biasoli-Alves (2001) o homem é representado como menos apto para amar e, sendo assim, é a mulher que se torna responsável por essas orientações e expressões de afeto, característica atribuída a essência feminina. Caso a mulher não cumprisse seu papel, instaurava-se um conflito entre o casal. Conflito esse que não cabia ser discutido entre o casal, que em geral não tinham muito interesse em coisas comuns fora do âmbito familiar. Assim, o diálogo entre iguais para que os conflitos compartilhados fossem resolvidos não era incentivado, e nem caberia ser almejado. O marido não deveria se importunado com os incômodos conjugais, desqualificando, assim, as insatisfações femininas.

Com relação aos temas presentes nas cartas dos homens organizados na categoria “Adaptar-se ao Casamento”, ainda que a articulista orientasse uma aceitação à situação, há

referência ao envolvimento da mulher na questão levantada e orientação para que ‘ela’ pudesse mudar o comportamento, e quando não fosse possível, o homem poderia vislumbrar a separação conjugal.

*JOSAFÁ, Penedo — "É muito pequena a distância que me separa do desespero."*

*Maria Teresa: "Realmente é lastimável que um homem se case tão cedo. Falta-lhe ainda a experiência da vida que facilita uma escolha mais acertada. Muitas vezes é levado por um impulso — ama a pessoa escolhida e pensa que isto basta. No caso de nosso consulente não podemos dizer: reaja contra os impropérios de sua mulher ou pelo menos aja de outra maneira. Seria tentar mudar o seu temperamento pacífico. Só o que podemos dizer-lhe é que suporte a sua sina enquanto puder. Quando a situação se tornar insustentável, então procure uma separação amigável, pensando, principalmente, nos seus filhos" (artigo 170, revista O Cruzeiro, 2 de abril de 1960).*

O tema abordado sobre a idade para o casamento é enfatizado com grande ocorrência nos assuntos da Categoria “Caso ou não Caso”. Nesse sentido, não há grandes problemas na realização de um casamento onde há diferenças entre as idades da moça e do rapaz. Entretanto, há a necessidade de um amadurecimento para o casamento acontecer. A idade esperada para o casamento, na capital, era de 26 ou 27 anos para o rapaz, considerando que com essa idade ele já estaria apto e estabilizado financeiramente por ter um emprego; a moça deveria casar-se entre 18 e 23 anos. Aos 25 anos já era considerada solteirona, e vista como *encalhada* afastando qualquer possibilidade de um homem vir a interessar-se por ela.

Dessa forma, quando aparecem nos dados algumas condições afirmadas como importantes para o enlace do casamento como a pouca idade do rapaz e também uma estrutura financeira mínima, entra em contradição com a colocação de que o amor se basta, ou que é o elemento principal, situação problematizada no artigo citado acima (abril de 1960).

De acordo com Jablonski (2001), o casamento não se desfazia quando o amor inexistia ou quando se tornava um elemento de segundo plano, nesse sentido outras ações se tornavam mais valorizadas. Essa situação de permanência do casamento pode ser identificada para a mulher, mas não para o homem, que, além de não ser cobrada uma auto-reflexão sobre seu comportamento, é incentivado a separar caso vivenciasse uma situação que tornasse insustentável, muito diferente da insustentabilidade que a mulher tinha o dever de carregar o casamento.

## 6.6. *Conflito entre as questões da personalidade e os papéis sociais da mulher*

Com os dados de pesquisa percebemos uma fronteira difusa entre as construções sociais do papel convencional de esposa e suas características individuais, atribuídas à personalidade feminina. Os limites confusos entre as esferas do individual e do social tornam os sentimentos das esposas conflituosos e as prescrições e orientações de comportamento ambíguas. Há situações em que há inversão das causas de conflitos dentro do casamento que se tornam atribuídas às características individuais da mulher, sem fazer qualquer reflexão sobre as normas sociais existentes nesses comportamentos. De acordo com Carson (1995), os três eixos da identidade da mulher não deixam dúvidas sobre a influência dos formatos sociais do comportamento feminino serem avaliados como parte da essência da mulher, principalmente com relação aos temas da maternidade, ser esposa e trabalho.

Segundo Rocha-Coutinho (1994) “tornar-se esposa não se diferencia mais, no pensamento corrente, do fato de se ter nascido mulher” (p.128). O pensamento social do período histórico ao qual se refere nossa análise, não permitia à mulher compreender e questionar sobre esse alto ônus que recaía sobre ela com relação às suas funções domésticas. Portanto, as expressões das angústias das esposas, embora parecesse uma insatisfação atribuída a sua pessoa, ou de forma mais abrangente, às mulheres sexualmente definidas, não são nada mais do que formas sociais constitutivas de seus papéis sociais. Nessas situações conflituosas, onde o papel de esposa é confundido com as características de sua individualidade, o diálogo se torna confuso para a esposa que exprimi uma insatisfação, mas não a localiza, pois, o sentido do papel da esposa se confundiu com a identidade de ser mulher. A articulista reforça essa troca de sentidos atribuindo a causa do problema da esposa a uma situação individualizante e não a uma situação frutos de normas e embates sociais, como apresentado em “*Céu Cinzento*” (artigo 160, outubro de 1959).

*“(...) você é uma desajustada, produto de um lar desfeito. Não teve ambiente propício para desenvolver sua personalidade, tornou-se uma mulher recalçada, cheia de complexos. Erradamente, supôs que o casamento lhe daria tudo aquilo que lhe foi negado na infância. E ficou esperando de braços cruzados. Sua atitude revelou imaturidade e é por isso que se desencantou tão cedo. Procure ser menos egoísta. Não deixe que o passado interfira no presente”*( *Céu Cinzento*, artigo 160, revista *O cruzeiro*, 3 de outubro de 1959).

Normalmente, quando as mulheres apresentam suas insatisfações frente ao lugar social do ser esposa, ou sobre a insatisfação conjugal, ou mesmo uma reclamação pela solidão

vivida no casamento pela invisibilidade e desatenção por parte do marido, eram desqualificadas ou desencorajadas, e os homens em geral defendidos. Mesmo quando se reconhecia os motivos das queixas, as esposas eram aconselhadas a resignar-se, ceder aos caprichos ou mazelas, a fim de manter a felicidade conjugal (Bassanezi, 1997).

*“não contribua , de maneira alguma, para que seu marido abandone o leito conjugal a que ele tem direito, apesar das circunstâncias que caracterizam o seu caso e que são muito desagradáveis. Você ainda o ama- e é ótimo que assim seja, e isto que se passa é uma crise. O procedimento do seu marido é lastimável. Ele é um homem que ‘não acredita senão na matéria’”, e isto deve fazê-lo profundamente infeliz. Você, que tem uma formação moral superior, tem que ser o baluarte da família. Não se desespere, peça a Deus que a ajude- e seja otimista que, você, levará a melhor (Amargurada, artigo 220, revista O Cruzeiro, 1 de setembro de 1962).*

Quando a leitora diz que não se conforma em ser mulher (*Céu Cinzento*, artigo 160, outubro de 1959) pelo contexto da resposta da Maria Teresa, ela está negando alguma situação que a esposa vivencia em seu papel e expressa que se “desencantou” do casamento. Entretanto, sua manifestação não é legitimada pelo contexto social da época, a felicidade da mulher deve ser construída no casamento e isso não deve ser questionado, pois exercer essa função faz parte da natureza feminina. A conclusão é que Maria Teresa responde a essa esposa que:

Todo o sentido da situação recai sobre a responsabilização pessoal da mulher, com causas ou consequências, a partir de distúrbios de personalidade. A pressão para a individualização da situação ocasiona culpa na mulher pelo fracasso no relacionamento, gerando um forte ônus social por atestar a incompetência feminina. A mulher deveria se valer de tudo para alcançar um equilíbrio no lar a partir de uma busca por soluções internas. Porém, como alcançar e se esforçar por esse suposto equilíbrio interno se a origem de grande parte da angústia da esposa está nas definições sociais de seu papel e não necessariamente em suas qualidades pessoais?

Todos os artigos explicitados no tema “Conflitos pessoais com o ser esposa” apresentam uma pressão dos elementos que interferem no relacionamento conjugal, os quais são integrantes da “descrita” personalidade da mulher, como força que permite à ela ter um domínio sobre si mesma frente a situações de conflitos, fazendo da intuição feminina uma importante ferramenta de equilíbrio: *“que reaja com fortaleza de espírito, porém com absoluto domínio de si mesma” (Desditosa, artigo 17, outubro de 1947).*

Da mesma forma que muitos problemas no relacionamento conjugal são atribuídos ao lado pessoal da mulher, como uma falta de autodomínio, egoísmo, resistência do

espírito, recalques, mágoas como apresentado em “*Veterana*” (artigo 134, fevereiro de 1959), às esposas são advertidas de sua responsabilização pela situação, onde as questões relacionais dentro de um quadro de referências sociais não são levadas em consideração. A expressão de atribuição de estruturas definidas como da personalidade da mulher, longe de serem constituição do sujeito, são assujeitamentos sociais identificados com o olhar da cultura da época e sem a consideração de situações abordadas nas categorias de gênero.

*“O que você precisa, sobretudo, é conhecer melhor a si mesma. Tudo, em sua carta, revela uma mulher frustrada e isso é muito mau, tanto para você como para seu marido(...). E, finalmente há o seu pseudônimo que revela tristeza e amargor. Lembre-se de que as mulheres prendem pela beleza mas só conservam pela personalidade” (Feiosa, artigo 89, revista O Cruzeiro, 7 de outubro de 1950).*

Embora não estejam claro nos artigos publicados quais eram as situações nas quais as esposas expunham suas dúvidas e ou conflitos, havia uma clareza do que era esperado das atitudes das esposas. Percebe-se uma ambiguidade entre ações que eram atribuídas à personalidade da mulher as quais, na verdade, eram configurações sociais da esposa que foram moldadas e justificadas como de origem inata da mulher explicitado em “*Feiosa*” (artigo citado acima, outubro de 1950).

### *6.7. Eixos norteadores da identidade da mulher: maternidade e trabalho da mulher*

Entender como a maternidade se articula com o trabalho da esposa fora do lar permite a compreensão desses elementos que compõem a identidade de gênero da mulher no mundo moderno. Para tornar claro tais vínculos serão discutidos 4 artigos que representam situações de conflito entre os elementos mencionados e prescrições elaboradas pela articulista Maria Teresa que abordam a adaptação da mulher ao casamento.

O imaginário social a respeito da procriação é uma preocupação antiga, em muitas sociedades, as quais tinham o casamento como legitimador dessas práticas com objetivo de garantia de hereditariedade e legado da paternidade, assunto que será mais aprofundando na categoria que fala sobre a fidelidade. Macfarlane (1990) afirma ser essa ideia uma antiga preocupação social do homem que não se casando teria suas características hereditárias e comportamentais interrompidas em sua geração. Apesar dos fragmentos das cartas das mulheres e das repostas da revista analisados não serem explícitos a respeito do assunto da procriação como preocupação dos homens, compreende-se que o fim maior do casamento era

ter filhos, e, dessa forma, a maternidade e a fidelidade era um legado imprescindível para o cumprimento desse objetivo. Segundo Prado (1979) e Rocha-Coutinho (1994) todo comportamento social que ameaçasse a função de reprodução biológica e garantia da paternidade dentro do casamento era rejeitado e todo o esforço era direcionado para o cumprimento dos papéis domésticos da esposa.

Após a Segunda Guerra Mundial, há uma intensa campanha em prol do retorno das esposas aos lares, já que ocupavam um lugar no mercado de trabalho. A campanha tinha como um dos lemas a importância do cuidado materno integral ao bom desenvolvimento da criança. Essa ideia era reforçada pela emergência de teorias que culpabilizavam as mães que não cuidavam de seus filhos e não estavam presentes para atender todas as necessidades de cuidados que uma criança necessitava. As mães que não cumpriam seu papel eram taxadas de “egoístas, imaturas e narcisistas” (Rocha-Coutinho, 1994, p.97) e recebiam esse rótulo por preocuparem-se mais com suas próprias vidas do que com a dos filhos que corriam risco de se tornarem marginais e desenvolverem problemas diversificados de ordem psicológica e social.

Todo comportamento da mulher, nesse sentido, foi pautado em uma maternidade com seus pressupostos originados da natureza feminina e, portanto, destino biológico de toda a mulher. A construção dessa identidade da mulher propagou a ideia da boa mãe e da boa esposa e condenavam a mulher que trabalhava fora do lar. Essa campanha pós-guerra, primeiramente desenvolvida nos países como os Estados Unidos e Europa, se propagou para outros países ocidentais como o Brasil.

Nas décadas de 1940 e 1950, dados que questionam essa ordem social para manutenção da mulher no lar e no exercício da maternidade de forma integral não são encontrados, o que reforça a afirmação de que essa nova ordem de retorno das mulheres aos lares não era questionada nessas décadas. Entretanto, na década de 1960, a mulher começa a pensar em uma possível negociação entre o papel desempenhado no lar e o exercício de sua carreira profissional como nota-se nos fragmentos dos discursos das esposas “*Ângela*” (artigo 164, dezembro de 1959) e “*Revoltada*” (artigo 182, dezembro de 1960). Nessa época, nota-se, que, apesar do casamento em si não limitar a liberdade da mulher em prol da ocupação de espaço público, desde que consentido pelo marido, o mesmo não poderia ser garantido após o nascimento do primeiro filho que encerraria essa etapa de mobilidade social da mulher (Prado, 1979). No entanto, cartas femininas questionando a naturalização desses espaços e a impossibilidade de conjugá-los acenam que as mulheres começavam a questionar as amarras sociais criadas em torno do ser esposa e ser mãe, impossibilitando-as de realizações pessoais em outros campos da vida social.

### TRABALHAR FORA

Esposa: ANGELA, Botelhos — **"Haveria algum inconveniente em continuar no emprego?"**

Maria Teresa: *"Se seu marido estiver de acordo e enquanto não houver filhos, realmente, não vemos inconveniente. Quando as crianças chegarem, porém, não vemos nada nem ninguém que possa substituí-la, ainda que por umas horas, dentro de casa. A função de mãe é complexa e exige dedicação absoluta"* (artigo 164, revista *O Cruzeiro*, 5 de dezembro de 1959).

### O LAR OU A CARREIRA?

Esposa: REVOLTADA, S. Paulo — **"Ele diz que não concorda com as minhas idéias."**

Maria Teresa: *"Evidentemente se você não quer ter filhos para não prejudicar a sua brilhante carreira, então, minha amiga, estamos de pleno acordo com seu noivo: não se case. Se admitir a idéia de procurar conciliar as duas coisas — maternidade e profissão, nada temos a dizer-lhe. Mas na hipótese de recusar-se, terminantemente, à primeira é óbvio que não deve marchar para um casamento deliberadamente estéril, destituindo-o assim, da sua natural finalidade"* (artigo 182, revista *O Cruzeiro*, 3 de dezembro de 1960).

A identidade de gênero da mulher é constituída tanto pelo exercício da maternidade quanto pelo exercício do ser esposa, existindo entre ambos uma forte ligação que segundo Carson (1995) pode ser demonstrada a partir de um conceito novo utilizado em alguns locais como no México denominado de "mãesposa", conceito que enfatiza a proximidade e conjugalidade entre os conceitos de ser mãe e ser esposa (p. 213). De acordo com essa ideia, Engel (1997) afirma que os desentendimentos do casal, e situações conflituosas no casamento como a perda do afeto do marido, pode ser recuperado pelo exercício da maternidade, quer dizer, gerando um filho fruto dessa relação, como podemos confirmar essa ideia através de *"Futura Mãezinha"* (artigo 59, agosto de 1949). A negociação que a esposa precisa fazer entre gerar uma criança e manter-se atraente para o marido, se torna uma situação conflituosa como aparece em *"Futura Mãezinha"* (artigo 59, agosto de 1949) e *"Kitty"* (artigo 94, março de 1951). Portanto, há situações dentro do casamento onde a esposa se vê confusa em conjugar essas duas tarefas expressando um receio, de que, ao se cumprir uma delas: a maternidade, a outra função: ser esposa, falhe. A esposa precisa de manter essas duas tarefas com excelência e se não está mais atraente fisicamente, deve cultivar as qualidades de boa esposa como manter-se *equilibrada, não ser derrotista, ser hábil e virtuosa*, garantindo o sucesso do casamento.

Esposa: FUTURA MÃEZINHA — S. Paulo — **"Temo perder meu marido"**.

Maria Teresa: *"Essa criança vem precisamente consolidar o amor de vocês, até então precariamente constituído. O essencial é que você receba os fatos e saiba dirigi-los com acerto. Em vez de pensar*

*que vai perder as formas e, conseqüentemente, correr o risco de ser preterida, pense em que vai dar a seu marido uma criança que lhe dará continuidade ao nome de família, que constituirá motivo de orgulho e de satisfação. Pense nisso tudo com confiança e em voz alta. Induza-o a pensar assim, também, e verá como ele terá prazer em tê-la nesse estado a que todos chamam (certamente sem nenhuma ironia) de interessante. Afaste de seu coração esses sentimentos derrotistas, levante-o para o alto. Do seu estado de espírito dependerá o equilíbrio emocional da família, garanto-lhe” (artigo 59, revista O Cruzeiro, 6 de agosto de 1949).*

*Esposa: KITTY, S. Paulo — “Isto chegou a provocar em mim um problema de ordem moral”.*

*Maria Teresa: “Não seria preciso dizê-lo. Está mais que patente na sua carta. Ninguém lhe negaria razão por preocupar-se com isso que considera quase um defeito físico. O que se lhe nega é o direito de estragar sua vida com uma preocupação exagerada, quando poderá ter a habilidade necessária para compensar, de outras maneiras, o mal de que se ressente ou melhor, de que seu marido poderá ressentir-se para falarmos com mais clareza. Pense em que, o que lhe acontece agora, acontece a quase todas as mulheres depois da maternidade, e nem por isso, a esposa quando é hábil e virtuosa, desmerece no conceito e na admiração do marido. Uma preocupação excessiva terminará por roubar-lhe a confiança em si mesma, transmitindo-lhe um complexo de inferioridade que poderá atrasar-lhe a vida. Se quiser me escrever, de novo estarei às suas ordens” (artigo 94, revista O Cruzeiro, 10 de Março de 1951).*

### *6.8. Ser esposa: a rainha do lar e responsável pela felicidade da família*

As ideias de conflitos advindas do papel de ser esposa, naturalizado e invisível socialmente, aparecem nos dados da subcategoria “Adaptar-se ao Casamento”, a que apresenta o maior número de cartas (f=29). Esses conflitos eram orientados à adaptações da esposa, indicando as práticas necessárias para manter um casamento nos moldes do “lar doce lar” e às imposições sociais dos papéis atribuídos ao exercício do matrimônio. A manutenção da pré-disposição à obediência, a capacidade de auto-conter-se e o prazer de agradar aos outros são elementos que aparecem reforçados nas prescrições da articulista, os quais motivavam a manutenção do papel da esposa, através das características das qualidades femininas que são atribuídas à natureza da mulher. Segundo Prado (1979); Rocha-Coutinho (1994) e Biasoli-Alves (2000), a boa esposa cumpria as exigências do lar e não devia se queixar e nem discutir seus papéis modelados pela sua feminilidade que era definida hegemonicamente como da essência da mulher e, como tal, inato e sujeito a fatalmente ser exercido por todas as esposas, através de manifestações de sensatez, perdão, abnegação, comedimento e indulgência.

Se alguma referência à vivência da mulher em algum momento de sua vida fosse ressaltada, enquanto esposa, ela se realizaria, cumprindo seu papel, o qual gerava a felicidade

do marido e dos filhos, reafirmando uma invisibilidade dos desejos dessa mulher, como apresentado em *Céu Cinzento*, artigo 160: “*Procure cumprir as exigências que o casamento faz de você agora. E assim estará dando aos seus filhos o clima de harmonia que você não pode desfrutar. E na felicidade deles e do seu marido encontrará a sua própria felicidade*”(outubro de 1959).

Era de responsabilidade da esposa intervir em uma multiplicidade de situações que iam além das múltiplas tarefas do lar, com os trabalhos domésticos, os cuidados com o filho e com o marido. Dentre essas havia também sua participação na vida social do marido com objetivos variados como fazer-lhe companhia e impedi-lo que se ausentasse com frequência do lar evitando acontecimentos considerados desagradáveis para a esposa como uma possível traição ou vício: “*Gostaria de sugerir-lhe que mudasse de tática. Procure ser agradável e condescendente; digo-lhe mesmo que se interesse pelo esporte predileto de seu marido. Assim, ele terá em você sua torcedora mais ardorosa e interessada e preferirá a sua companhia à de qualquer amigo*”(Eliana, artigo 32, agosto de 1948). A esposa também tinha a responsabilidade de ser a reparadora de possíveis falhas do marido, cabendo a ela reparar os desvios do esposo, como ilustrado em *Eteira* (artigo 77): “*O maior inconveniente desse gosto agora despertado em seu marido é a assiduidade com que tem jogado, o que oferece o perigo do vício, o que vale evitar a todo custo. E você tem que colaborar para impedir isso... Por que não procura aprender o jogo, também, para servir-lhe de parceira? Seria o mesmo que lhe aplicar uma vacina*”(Maio de 1950). Portanto, há uma responsabilidade da mulher para além das barreiras físicas do lar que somavam-se a suas tarefas diárias, as quais, muitas das vezes se configuravam em tarefas impossíveis de serem realizadas gerando culpa às esposas pelo fracasso de não ter a onipotência solicitada pela execução de seu papel (Prado, 1979; Rocha-Coutinho, 1994).

A mulher que se ocupa da família, do marido e dos filhos tem diante de si uma tal multiplicidade de tarefas que lhe é totalmente impossível executá-las todas, ainda que tenha os recursos sócio-econômicos necessários. Essas tarefas entram em contradição umas com as outras (Prado, 1979, p. 242).

Além das situações impossíveis de serem realizadas pelo acúmulo de funções de uma esposa, ela também deve se comprometer em solucionar as crises que possam acontecer durante seu casamento, pois o “lema” apresentado pelas orientações da seção era “*vale a pena envidar todos os esforços para vencer a crise do casamento, porque não há sacrifícios demasiado grande quando se trata de defender a felicidade de um lar*” (*Desprezada*, artigo 70, fevereiro de 1950).

Segundo Prado (1979) as tarefas atribuídas as esposas são modificadas em importância com o tempo e de acordo com a cultura, mas seu valor é sempre reforçado por

“forças sociais de pressão”(p.242). A pressão da adaptação da esposa às contingências da relação conjugal possuía a característica de negar toda a vontade e possibilidade de escolha das ações no cotidiano doméstico. No artigo 188 a esposa *Magda* relata que está a caminho da “loucura” com seus “sonhos”, “saudades” e “problemas”, e a resposta que ela recebe da articulista é:

*“Procure transferir o centro de interesse da sua vida para a sua família: seus filhos, seu marido. Procure fazê-los felizes. É sua obrigação e eles merecem isso. Tenha preocupação constante em salvar seu casamento. Tudo na vida é muito relativo, minha filha, inclusive a felicidade. E a satisfação do dever cumprido também é uma forma de ser feliz”*(*Magda*, artigo 188, revista *O Cruzeiro*, 6 de Maio de 1961).

A combinação do elemento felicidade com o dever cumprido é enfatizado em vários outros artigos como: *“Não pretenda correr a vida toda atrás da felicidade, que ela sempre lhe fugirá. Antes, procure construí-la com suas próprias mãos, que não lhe faltam elementos para isso”* (*Manon Lescaut*, artigo 68, janeiro de 1950); *“Para um casamento perdurar feliz, é preciso haver uma adaptação, e esta, às vezes, requer boa vontade. Nenhum esforço será demasiado grande para manter a felicidade de um casal”* (*Nene*, artigo 190, julho de 1961). A felicidade que a esposa deve “*correr atrás*” é executar seu papel que inclui tornar satisfeita com as atitudes do marido e ela deve agir sem se exautar ou brigar: *“em vez de guardar ressentimentos em seu coração, você procurar aceitá-lo bem”*(*Desesperada*, Artigo 66, dezembro de 1949).

Levando em consideração a abordagem do Carson (1995), sobre o matrimônio (papel da esposa), ser um dos eixos norteadores da identidade da mulher, essa referência se torna fortemente marcada pelas prescrições e orientações feitas pela revista para direcionar o comportamento da mulher. Portanto, não há uma essencialidade nesses papéis, mas uma identificação a partir dos padrões culturais e sociais da época. Dessa forma, a mulher não é somente uma espécie biológica. O caráter inquestionável da submissão da mulher às tarefas domésticas e maternais indicam um consenso, afirmando, de acordo com Rocha-Coutinho (1994), que o comportamento inato não merece questionamento.

A mulher que conseguia manter a legitimidade da prática de seus papéis sociais no lar de acordo com o esperado de sua natureza feminina, a qual valorizava o lar como lugar privilegiado de sua atuação junto aos filhos e ao marido era definida como a mulher ideal. “Isso não quer dizer que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, e sim que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas” (Bassanezi, 1997, p.608). Todas as funções destinadas à esposa

ideal eram revestidas por uma invisibilidade social, na qual não havia valorização dos esforços despendidos por essas tarefas por serem consideradas como destino natural e manifestação de uma natureza feminina. Nesse sentido, em geral, os esforços não eram percebidos como grandes demais para que se alcançasse o objetivo maior que era o equilíbrio do lar. Portanto, a execução dos papéis de esposa não podiam ser fruto de escolhas e desejos individuais da mulher (Prado, 1979; Rocha-Coutinho, 1994). Confirmando as ideias dos autores sobre a mulher e esposa ideal, vemos nos dados da pesquisa a esposa “*Desesperada*” (maio de 1961), uma esposa que vive situações de conflitos com o marido e relata não encontrar solução para o seu caso e a solução apresentada pela seção é a manutenção do casamento dentro de seu enfrentamento:

*Esposa: DESESPERADA, Uberlândia- “Não encontro uma solução para o meu caso”.*

*Maria Teresa: “Considerando que seu marido, apesar dos defeitos, faz questão da continuidade da família, considerando que você ainda o quer, apesar de tudo, e que há filhos, da união, não lhe resta fazer outra coisa senão manter-se firme no seu posto. Compreendemos que a sua tarefa seja muito difícil. Mas há situações que requerem muita coragem mas nem por isso devem deixar de ser enfrentadas” (Artigo 187, revista O Cruzeiro, 6 de Maio de 1961).*

A visão da mulher como rainha do lar, construída a partir da 2ª guerra mundial, no período dos Anos Dourados, modelava uma esposa com seus papéis bem definidos, nos quais, tradicionalmente, o cuidado aos filhos e ao marido se configuravam em um amplo aspectos de funções como: as psicológicas; as sexuais; as reprodutivas (biológica e social); as afetivas; as domésticas; as educacionais; as cooperativas com o trabalho do marido; dentre outras (Prado, 1979). A ideia de adaptação aos comportamentos do marido, sendo ou não lastimáveis ou prejudiciais à convivência com a esposa, deviam seguir os padrões morais, situação ilustrada pelo artigo da esposa intitulada “*Amargurada*” e complementadas pelas ideias sobre as tarefas e a manutenção da felicidade doméstica, no artigo da esposa intitulada “*Desprezada*”:

*Esposa: AMARGURADA, Bahia — “Não seria melhor ele ir dormir no quarto das crianças?”*

*Maria Teresa: “Não contribua, de maneira alguma, para que seu marido abandone o leito conjugal a que ele tem direito, apesar das circunstâncias que caracterizam o seu caso e que são muito desagradáveis. Você ainda o ama — e é ótimo que assim seja —, e isto que se passa é apenas uma crise. O procedimento do seu marido é lastimável. Ele é um homem que “não acredita senão na matéria”, e isto deve fazê-lo profundamente infeliz. Você, que tem uma formação moral superior, tem que ser o baluarte da família. Não se desespere, peça a Deus que a ajude — e seja otimista que, você, levará a melhor” (artigo 220, revista O Cruzeiro, 1 de setembro de 1962).*

*Esposa: DESPREZADA, Rio — "Diga se ainda poderei esperar..."*

*Maria Teresa: "Tudo dependerá grandemente da maneira por que se portar em face à situação. É uma prova por que está passando. Vale a pena envidar todos os esforços para vencê-la, porque não há sacrifício demasiado grande quando se trata de defender a felicidade de um lar. Evite fazer quaisquer comparações entre você e as outras pessoas que, no passado, ocuparam lugar de destaque no coração do seu marido. Procure viver do presente e para o futuro. Faça da criança o ponto de atração para o interesse de seu marido. Evite discussões. Seja solícita em desculpar as falhas do seu marido e jamais consulte amigas a respeito dos seus problemas domésticos. Cada cabeça cada sentença — e se for dar ouvidos a tudo que lhe disserem terminará transformando sua vida conjugal numa confusão, longe de proporcionar-se a felicidade com que sonhou" (artigo 70, revista O Cruzeiro, 4 de fevereiro de 1950).*

O trabalho realizado em torno dessas múltiplas funções tornavam a esposa a principal e única responsável pela felicidade doméstica e pessoal, ainda que anulando a sua felicidade ou negando qualquer sentimento de incompletude, desgosto ou inconformismo que pudesse surgir nesse sentido. Como relatam Prado (1979); Bassanezi (1993,1996); Rocha-Coutinho (1994), o papel da esposa que se unia legalmente com um homem, não lhe permitia escolhas sobre realizar ou não determinadas tarefas, levando em consideração a ambígua referência de que o cumprimento das obrigações, por obrigação, representava acima de tudo um fazer por amor. A definição de papéis pela esposa correspondem às leis que se estabeleciam a partir da essencialidade da feminilidade e que, portanto, não mereciam questionamentos. O amor, elemento importante na relação homem-mulher, representa, além de um suporte para os momentos de crise, um elemento de justificativa balizadora das condutas da esposa e de sua prática onde tudo deveria ser feito em prol da harmonia e manutenção de um casamento, mesmo não sendo o único elemento e nem o principal justificado como mantenedor do casamento.

*Esposa: DESCONSOLADA, Campo Maior — "Apesar do que me faz, amo meu marido acima de tudo."*

*Maria Teresa: "Quando a desarmonia domina o casal mas ainda existe esta ressalva — 'amo meu marido' — nem tudo está perdido. Pelo contrário, há fundadas esperanças de que a união possa novamente reinar. A mulher tem boa vontade para recuperar a felicidade perdida — e a prova está em que procura conselhos nesse sentido. (...) Diz você que, se reclama dele qualquer coisa, é pior, porque então ele sai, vai beber e quase não pára em casa. Já pensou em que talvez o ambiente que a mãe e as irmãs dele lhe proporcionam seja de paz, melhor mesmo do que o que encontra em sua própria casa? Experimente mudar de filosofia de vida, aceitando-o como é, sem suspeitas de que possa estar namorando com colega de repartição ou oferecendo presentes caros a determinadas moças, em festa de arraial. Aceite-o satisfeita, com carinho, com amor, vendo nele o seu companheiro, o pai dos seus filhos. Trate-o com bom-humor. Acreditamos que desta maneira você tem muito mais elementos para prendê-lo do que outra mulher" (Artigo 138, revista O Cruzeiro, março de 1959).*

Com relação a contínua referência do amor nas prescrições à esposa sobre a forma de se comportar no casamento, duas referências são importantes de serem analisadas, uma por retratar as normas sociais destinadas às mulheres solteiras com relação ao casamento, e a outra referência é o resultado desse ideário pré-nupcial e a realidade vivenciada após o casamento.

Outro aspecto interessante apontado nas orientações da articulista à esposa “*Desconsolada*” (maio de 1959) é a presença do que a Swain (2001,b) relata como “ato retórico de inversão”, sentido que convida a mulher à refletir sobre a sua culpabilidade da preferência do marido a uma “outra” mulher e ao questionamento ao fato dele frequentar e gostar de outros ambientes que não o de seu lar. Essa situação mostra a inversão de responsabilidade pelo ato ocorrido, de modo que a culpa acaba recaindo sobre a mulher.

*“(...) ainda que se choque, preciso dizer-lhe que a principal causadora das infidelidades de seu marido é você mesma, que vive despertando a atenção dele para o fruto proibido. Saiba que e pareceu demasiada egoísta nas suas atitudes. Acho que procedeu muito mal procurando aquela mulher. Desceu espontaneamente ao nível dela (...) Seja a primeira a dar-se o valor conveniente e seu esposo fará o mesmo, creia (...) Saiba zelar com mais eficiência pela sua felicidade conjugal” (Ângela, artigo 36, revista O Cruzeiro, setembro de 1948).*

A orientação do cultivo da passividade e aceitação em não investigar ações do marido que suscitasse qualquer situação não desejada pelas esposas, como uma possível traição, reafirma um lugar de aceitação e uma submissão ao designo de seu papel social. O tema sobre a desconfiança e a certeza de uma infidelidade pelo marido é recorrente no discurso das esposas, aparecem nesse categoria “Ser Esposa” como suspeita e na categoria “Infidelidade” como certeza.

*DITINHA — S. João da Boa Vista - "Toda hora estou falando no assunto."*

*Você comete a leviandade de avivar uma recordação que tudo deveria fazer para apagar, principalmente da vida de seu marido. Se o assunto é de tal gravidade que não o consegue esquecer, considere que vale a pena qualquer sacrifício no sentido de evitar que o caso se repita. E para isso é necessário que mude de tática quanto antes, oferecendo a seu marido não a companhia desagradável de uma mulher insatisfeita, mas uma superior à que foi procurar fora de casa. Como esposa que é, nenhum adversário poderá contar com as vantagens de que dispõe, se souber lutar com habilidade” (artigo 42, revista O Cruzeiro, 11 de dezembro de 1948).*

Há um elemento que aparece com certa frequência e reflete a ilusão entre o que a mulher espera que fosse o casamento e a realidade cotidiana da relação conjugal, realidade, muitas vezes causando decepções e desmotivações. Essa característica do tema “desilusão”

tem relação com o tema “infidelidade”, pelo alto índice de insatisfação, pela esposa, com relação à descoberta da traição do marido, entretanto, também pode gerar a busca do amor na relação com um outro homem, configurando a traição da esposa. Essa situação embora pareça mais rara ocorreu em 24,6% do total de situações da categoria “Infidelidade”, dado importante e pouco explorado na literatura sobre o tema, na época em questão.

O aspecto de quimera, característica gerada pelo amor romântico no papel de esposa, pode ser um dos motivos da busca do relacionamento ideal que não se concretizava após o casamento. Essa idealização consiste em ser tudo muito bonito e perfeito o que na prática não se revelava real. As situações de desilusão com seu lugar de esposa, de sonhos não realizados que foram prometidos no noivado e todas as dificuldades advindas do papel de “adaptar-se ao casamento”, de acordo com os dados da pesquisa em concordância com Goldenberg (2009) podem se tornar motivos de tomadas de posições contrárias às normas sociais por parte de algumas mulheres, como relacionamentos com outros homens que não sejam seu marido. Todos os aspectos negativos apresentados na categoria de análise “Ser Esposa” podem se tornar uma referência da motivação em ser “a outra” e na tomada de decisão de algumas esposas em buscar alguma solução para suas promessas não cumpridas, isso não significa que ela abandonará o sentido do amor romântico, mas sim, reproduzirá em outros modelos de relação.

*ESPOSA TRISTE. Niterói — "Pensei em manter correspondência..."*

*É claro que da sua atitude aparentemente ingênua poderiam advir consequências muito desagradáveis. Preferível não brincar com fogo ainda que a possibilidade de queimar-se pareça remota. Procure encher seu tempo com coisas mais úteis. Há tanta gente necessitada que precisa de assistência. Além disso procure também distrair espírito, por meio de leituras e trabalhos manuais. Terei prazer em receber sempre cartinhas suas”(artigo 106, revista O Cruzeiro, 1 de dezembro de 1951).*

Torna-se importante fazer uma referência sobre a ideia da mulher que se configura na nomeação da “outra”, assunto pouco abordado pela literatura e aqui fazendo referência à literatura pós-moderna sobre o assunto. Apesar da conformação de hierarquias preferenciais entre as mulheres envolvidas em uma relação com um mesmo homem citada por Salem (2004), a antropóloga Goldenberg (2009) afirma que há muitas divergências na definição da mulher preferencial. Em entrevistas com mulheres que representam o papel social como “as outras” se auto intitulam como uma mulher preferencial para o homem, pois sua relação com ele é descrita de melhor qualidade do que com a esposa, além de ser executada por vontade própria de ambos e motivada pelo desejo, amor e prazer. Ser “a outra”, quando não há relação

de dinheiro envolvida na relação, se torna uma junção de afeto, sexo e companheirismo. Outro fator que conta para essa “suposta” vantagem, relatada pelos dados da pesquisa de Goldenberg (2009), para “a outra” é o tempo que passa a ser mais valioso por essa liberdade de escolha que confirma uma vontade de estar junto de ambas as partes: a amante e o homem, enquanto o tempo que o marido passa com a esposa é relatado pela “outra” como um tempo com obrigações e aborrecimentos. Há a necessidade de coletar outros dados comparativos para essa análise, mas, hipoteticamente, essa ideia pode se caracterizar pelo achado em nossos dados de pesquisa da esposa em comportamento de traição de seu marido.

### 6.9. *Sexualidade e infidelidade para a mulher: ser traída ou ser “a outra”, vítima ou culpada?*

A percepção da ocorrência da infidelidade do homem casado torna-se uma realidade dolorosa para a esposa. Há um consenso com relação aos sentimentos das esposas como desilusões, traumas, fantasmas, revoltas e infelicidade atribuídos às situações de traição do marido tendo em vista que “o casamento, uma vez consumado, era visto como eterno, indissolúvel, e a responsabilidade por sua manutenção era creditada principalmente à mulher (Rocha-Coutinho, 1994, p. 109)”. A dualidade entre a falta de cumprimento do homem de um modelo prometido pela moral do casamento e sua indissolubilidade fazia contrapartida à responsabilidade da mulher pelo pleno funcionamento da instituição doméstica instituindo, dessa forma, uma ambiguidade na lógica social. Pois, ao ser traída, a esposa sentia-se lesada e iludida, esse comportamento era baseado nos princípios românticos idealizados a partir da prática da fidelidade sexual e amor recíproco entre um casal, os quais não haveria lugar para práticas poligâmicas consideradas como uma traição. O título de rainha do lar possuía alto ônus para essa mulher que além da sobrecarga de tarefas domésticas ainda era a “principal responsável” e culpada pela necessidade do marido em buscar uma *outra* mulher para estabelecer uma relação amorosa (Goldenberg, 2009, p. 21).

Diante dessa situação algumas esposas representadas nos dados de análise, como a “*Gaúcha Apaixonada*” (artigo 127, dezembro de 1958), buscam palavras de consolo e compreensão que possam confortá-la nessa situação inesperada e causadora de sofrimento tendo em vista sair fora do padrão socialmente aceito de monogamia. Porém, a articulista apresenta uma aparente “inversão” (ato retórico de inversão) na responsabilidade desse ato

praticado pelo marido, pois não há atribuição de responsabilidade ao homem e sim à esposa. Situação que representa os papéis do casamento de acordo com a moral da época.

*GAÚCHA APAIXONADA, do R. O. do Sul, escreve: "Só agora, depois de tantos anos de casada, descobro que ele me é infiel. Espero de sua parte umas palavras de consolo".*

*Maria Teresa: "Ilusão sua, minha amiga, pensar que se consolaria com quaisquer palavras. Procure, antes, fazer um exame de consciência, sem "parti pris", para ver se, nestes anos de casada, tem procurado compreender e satisfazer seu marido. Não se casaram por amor? Um homem normal não deixa uma esposa que o satisfaça plenamente. Em vez de procurar palavras de consolo — o que é uma ilusão — procure remediar o mal enquanto é tempo". (artigo 127, revista O Cruzeiro, 6 de dezembro de 1958)*

Na situação de infidelidade do marido, portanto, a mulher não é vítima da situação e por isso deve agir de acordo com seu papel de apaziguadora e harmonizadora de qualquer desordem na lógica social do casamento e em caso de suspeita de infidelidade do marido “*em vez de reprová-lo ou de procurar inspirar-lhe dó assumindo a posição de vítima*” (Ana Maria, artigo 76, maio de 1950) a mulher precisa de oferecer um ambiente que tenha maiores atrativos e vantagens do que o ambiente que ele procura fora do lar. A esposa precisa de preocupar-se com a qualidade de sua relação construída com o marido não existindo limites para que a manutenção do casamento, mesmo se constituindo em aparências, as quais parecem estar tudo bem em nome de uma suposta integridade da família sem sobressair às discórdias.

As situações apresentadas no tópico anterior podem ser causa de profundo desgosto pelas esposas que se autodenominam: “*Revoltada*” (artigo 198, setembro de 1961), “*Abandonada*” (artigo 191, julho de 1961) e “*Desesperada*” (artigo 193, agosto de 1961) e algumas expressam sua vontade de “abandonar tudo”. Nessas situações críticas, as mulheres pensam na possibilidade de deixarem seus lares pelo motivo de esgotamento que a situação do casamento não idealizado ocasionou. Essa possibilidade de tentativa de “liberdade” da mulher é totalmente rechaçada pelos modelos de casamento da época em questão serem baseados no amor romântico, onde o amor e a fidelidade estariam sempre conjugados.

A representação da norma social através das palavras de Maria Teresa não permite a expressão de insatisfação da esposa pela situação e nem opção em recusar vivenciá-la se afastando do lar; é inconcebível para o consenso social, que uma esposa, que é mãe, sinta vontade de afastar-se do filho, seja por qual motivo for (mesmo que a interpretação ambígua não seja a de vontade de se afastar do filho, mas da situação de opressão, de desgaste, de acúmulo de tarefas domésticas). Sendo a maternidade um dos elementos da identidade da

mulher, ela é consensualmente confundida com sua personalidade o que acaba acarretando os julgamentos dessa situações como “aberrações” naturais. Além disso, a esposa é direcionada a refletir sobre sua responsabilidade na traição realizada pelo marido e, dessa forma, recaindo sobre ela um ônus que refuta um possível papel de vítima para ser considerada a responsável pela traição do marido. Em “*Revoltada*” (artigo 198, setembro de 1961), a esposa apresenta-se em uma situação limite e expoe sua intenção a partir desse cansaço; a análise de sua atitude feita por Maria Teresa recai em dois “erros”, um que é ser a responsável pela infidelidade do marido e o outro é querer abandonar o lar e os filhos.

*Um erro ainda maior*

*REVOLTADA, São Paulo — "As vezes tenho vontade de abandonar tudo."*

*Maria Teresa: “É natural que esteja muito magoada com a atitude do seu marido que se desinteressa da família, seduzido por outra mulher. Não nos parece natural, contudo, que você queira abandonar "tudo", inclusive os filhos. Eles exigem, mais do que nunca, a sua proteção. E o simples fato de querer abandoná-los já nos revela uma faceta má do seu caráter. Onde está a sua fibra de mãe? Às vezes os maridos não são os únicos responsáveis pelo seu desinteresse da família (...)”*(artigo 198, revista O Cruzeiro, 2 de setembro de 1961).

Além da esposa “*Revoltada*” há, da mesma forma, em “*Ângela*” (artigo 36, setembro de 1948) uma vontade de abandonar o casamento. “*Ângela*” relata que se encontra em uma situação de não saber mais o que fazer com o “abismo de sua vida” e uma sensação de não mais querer viver a permanecer conivente com esse relacionamento do marido com uma outra mulher. A função conativa da linguagem, na resposta da articulista à leitora, não deixa dúvida sobre o forte veiculador ideológico que mantém modelos sociais hegemônicos: “*Abandone por completo essa idéia de deixar o lar. Saiba zelar com mais eficiência pela sua felicidade conjugal*” (*Ângela*, artigo 36, setembro de 1948). Essa forma expressiva da linguagem afirma, impera e solicita cumprimento e aceitação (Buitoni, 2009).

O conteúdo e o formato do assunto veiculado representam o pensamento social sobre a infidelidade e não permitem à mulher realizar qualquer reflexão ou questionamento sobre quais as responsabilidades ou não de cada cônjuge nessa situação. A verdade sobre o papel da mulher na situação de infidelidade do homem, através da fala de Maria Teresa, não deixa dúvida: “*Ainda que se choque, preciso dizer-lhe que a principal causadora das infidelidades de seu marido é você mesma, que vive despertando a atenção dele para o fruto proibido*”(*Ângela*, artigo 36, setembro de 1948). Como principal responsável pelo ato de infidelidade do marido a esposa precisa de realizar uma série de atitudes que são atribuídas ao seu papel de esposa e, dessa forma, há um padrão de posturas tanto pela execução dos seus

papéis como através do que é atribuído à essência de sua personalidade: sensibilidade, emotividade e maternidade.

Nos dados apresentados sobre a esposa traída, não há referência de discussão do homem infiel, todo o posicionamento da articulista recai sobre a mulher que atende ou não às necessidades do marido. Os poucos elementos que aparecem citando o comportamento dos maridos infiéis não aparecem incentivando a traição masculina, mas naturalizando-a e orientando às esposas a enxergarem esse comportamento como natural e, portanto, aceitando a situação. Essa banalização ao ato de infidelidade do homem, a partir da apresentação de justificativas para esse tipo de comportamento do marido, são apresentados em vários relatos dos dados como em “*Laura*” (artigo 174, julho de 1960): “*Os amores ilícitos do seu marido são fugazes e inseqüentes*”; “*Encare-os como uma fraqueza de seu marido, que todos as temos porque somos humanos (Esposa Infeliz, artigo 60, setembro de 1949)*”; “*E quanto ao seu marido, desde que se mostra réu-confesso, saiba perdoá-lo (Medrosa, artigo 96, abril de 1951)*”; “*O homem que quer proceder mal, amiga, não precisa de automóvel para isso (Ângela, artigo 36, setembro de 1948)*”; “*Seu marido não está procedendo bem (Ana Maria, artigo 76, maio de 1950)*”; “*A julgar por sua carta, seu marido é um menino grande, um homem que não amadureceu que gosta de você e que se apaixona por outra (Abandonada, artigo 191, julho de 1961)*”; “*Seu marido errou mas reconheceu o erro (Eva, artigo 139, março de 1959)*”.

A invisibilidade para os atos de traição do homem podem ser decorrentes de várias normas sociais nas quais seria “aceito” o procedimento de infidelidade do marido desde que ele mantenha discrição e respeito com relação à família e não comprometesse o seu papel como chefe de família (Rocha-Coutinho, 1994); (Cáceres, Salazar, & Dávila, 2005). Embora não fique clara a postura de aceitação da infidelidade do homem nos dados de pesquisa, há uma norma social utilizada para resolver a situação por parte da esposa: os recursos de preceitos morais cristãos. O ato de perdão e a valorização da feminilidade da mulher como ser compassiva, meiga e ingênua são ressaltados e se tornam um meio eficaz de resolver a crise do casamento.

Segundo Rocha-Coutinho (1994), na década de 1950, há um duplo padrão de moralidade, que são reforçados pelo surgimento de “teorias pseudocientíficas” que confirmavam uma origem biológica sexual nos homens, as quais afirmavam existir um impulso biológico nos homens que os impeliam a manter relações sexuais com finalidade de assegurar a continuidade da espécie. Dessa forma a “natureza” do homem era caracterizada pela impulsividade, agressividade e necessidade intensa de manter relações sexuais o que lhe

assegurava o interesse por outras mulheres além de suas esposas (Del Priore, História do Amor no Brasil, 2006);(Cáceres, Salazar, & Dávila, 2005);(Rocha-Coutinho, 1994);(Goldenberg, 2006). “Quanto a esposa, esta deveria fazer ‘vista grossa’, desde que tais ligações não comprometessem a atuação do seu marido como chefe de família em casa, afinal, o importante era preservar o casamento” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 106).

De acordo com os dados da pesquisa, organizados sobre o tema “Intimidade Sexual do Casal”, há poucas citações sobre a realização ou problemas advindos dessas práticas, já que elas ocupam um espaço social de intimidade e de assunto tabu. Os termos encontrados nos dados da pesquisa fornecem pistas sobre a condenação de práticas sexuais que fugissem de um padrão orientado dentro do casamento, as quais não impediam que esses atos ocorressem pois foram expressos pelas leitoras. Nos dados são apresentados dois momentos da referência aos afetos e a sexualidade, antes do casamento, cuja orientação da articulista é direcionar os carinhos para um “*momento oportuno*”(Maria Teresa, artigo 97, abril de 1951), isso é depois de casados e também há referência a uma “*vida irregular*” (Portuguesa Triste, artigo 189, junho de 1961) que a mulher estava tendo, sob a alegação do “abuso” do namorado, que agora não queria mais casar-se com a moça. Esses dados demonstram a virgindade como uma questão importante para a mulher solteira, confirmando os achados na literatura e os resquícios advindos das leis instituídas no século XVIII como direito do homem anular o casamento caso descobrisse que a esposa não lhe era fiel.

Com relação às mulheres casadas, as práticas sexuais não convencionais, a qual, pelos artigos, não nos fornecem pistas de como seriam, recebem a denominação de: “*condenável vício sensorial*”(“F”, artigo 6, março de 1947); “*práticas irregulares*”(Esposa Infeliz, artigo 28, maio de 1948). De acordo com Del Priore (2005, p.30) as práticas sexuais mereciam controle, por parte dos cônjuges e treinamento resultando em uma “*educação dos sentidos*”, essa domesticação dos sentidos pode ser confirmada pelo artigo 6 (“F”, março de 1947), onde a esposa apresenta um cansaço, sobre uma situação que não parece ser aceitável moralmente na relação do casal. E a citação sobre esse condenável vício sensorial aparece como uma nomeação de práticas sexuais condenáveis, as quais iriam contra a moral aceitável para a época, e sendo atribuída como um vício, indo de acordo com os preceitos da igreja de orientar a educação dos sentidos (Del Priore, 2005).

*Esposa: F., onde estiver — "Nada mais farei; calo-me, suportarei tudo como se fosse natural".*

*Maria Teresa: “Não, minha querida. Tenha coragem continue a lutar pela quimera que tanto deseja. O seu caso ainda não está encerrado; concentre em torno dele todas as suas faculdades e energias e*

*não descanse enquanto seu marido não rever a verdadeira trilha da vida conjugal perfeita, da qual se transviou, devido a um condenável vício sensorial. A justificativa que ele apresenta não é razoável. Você Já deve ter visto isso pelas leituras que fez. Tenta outra vez, insista com ternura, com paciência, com amor. Lembre-se de que "a vida é combate". E quando quiser me escrever...suas cartinhas são recebidas com grande amizade" (artigo 6, revista O cruzeiro, 22 de março de 1947).*

A articulista Maria Teresa utiliza da máxima social para o relacionamento amoroso entre homem e mulher que é manter um casamento, isso por si só se torna um suposto efeito contra todos os males que possam advir das insatisfações da esposa com relação tanto a práticas sexuais incômodas à mulher quando à infidelidade do marido, reforçadas pelo papel de esposa. Segundo Santos, Caldana e Biasoli-Alves (2001), em meados da década de 1960 o homem era considerado menos apto para amar e o desenvolvimento de sua afetividade era de responsabilidade de sua esposa que podia ensiná-lo através de sua intuição feminina.

Como forte elemento da época, o amor romântico influencia toda a forma de pensamento da mulher, pensamento o qual, após casada, poderia ocasionar um choque entre a tão sonhada sublimidade do ato sexual e a realidade após o casamento que não é correspondida pelo marido. No artigo 137 (*Errada*, março de 1959), a esposa automeada "*Errada*" é orientada pela articulista a usar de sua intuição feminina para orientar o marido a se relacionar com mais serenidade, nota-se que o marido recebe a responsabilização pela maior parte do erro, entretanto não há orientações para ele, mas quem vai direcioná-lo é a esposa, pela sua natureza feminina de cuidado e zelo.

*Esposa: ERRADA, sem endereço-"Não há aquela sublimidade que na minha opinião mesmo os atos de natureza sexual devem ter."*

*Maria Teresa: "O erro está mais em seu marido do que em você. Apesar de serem da mesma idade e de já terem casado tarde, ele é um homem que teve muitas aventuras e ainda não aprendeu a distinguir bem entre o passado e o presente. Não perca oportunidade de mostrar-lhe quanto o ama e apesar da sua própria inexperiência no assunto de que particularmente nos fala, ensine-o, pela sua intuição feminina, a amá-la de modo diferente, com mais serenidade, em determinados momentos. Só assim ambos ficarão plenamente satisfeitos" (Artigo 137, revista O Cruzeiro, 7 de março de 1959).*

Conclui-se que a existência de uma sublimidade compõe um dos elementos do amor romântico, o qual promete à mulher um príncipe (Rocha-Coutinho, 1994), e quando não encontrado (choque com a realidade), a esposa nunca desista de encontrá-lo na figura de seu marido, mesmo que para isso seja necessário moldá-lo através de sua intuição feminina. O discurso acaba caindo no plano do ideal e não garantindo sua realização levam as mulheres à insatisfação através de repetidas frustrações como foi mencionado no artigo 6 ("*F*", 22 de março

de 1947). Embora seja condenável práticas sexuais diferenciadas das condutas características do amor como serenidade, zelo e cuidado as práticas da esposa de buscar se relacionar com outro homem sendo esposa ou sendo “a outra” do homem casado era abominável. Mas essa situação apesar de irregular acontecia, fato que encontramos nos dados subcategoria “Ser ou não ser a outra?”, na qual a mulher desejava mas tinha dúvida em se envolver amorosamente com um homem casado. Para todas essas situações, representadas nos artigos sobre a infidelidade desejada pela mulher, convergia para a identificação de um comportamento desviante. Sobre os modelos de relacionamentos vivenciados ou potencialmente realizáveis pelas mulheres não há dúvida sobre o pacto em não apoiar as mulheres que se relacionam com um homem casado. Essa situação é condizente com o modelo monogâmico, a partir do qual o homem e a mulher estabelecem fidelidade sexual mútua (Salem, 2004; Cáceres, Salazar, & Dávila, 2005), padrão desejado para a época, com presença desses preceitos morais até os dias atuais.

O relacionamento de infidelidade é taxado por Maria Teresa de “*leviandade quase desumana*” (*Pecadora*, artigo 108, janeiro de 1952) e o planejamento para que ele ocorra é definido como de “*baixo quilate*” (*Encantada*, artigo 104, dezembro de 1951). A baixa idade, segundo ela, pode ser uma justificativa de aparecimento desse desejo em moças jovens que podiam possuir “*fantasias inconsequentes*” (*Encantada*, artigo 104, dezembro de 1951). A leviandade, nomeada pela articulista, que traduz em prática fora dos padrões de comportamento aceitáveis, são práticas estabelecidas como “*desumanas*”, quer dizer, o humano se torna sinônimo dos padrões de normalidade regida pelas regras sociais. Portanto, não há uma possibilidade de estabelecimento de outras configurações de relacionamentos diferentes do monogâmico e instituído no casamento. Através de uma linguagem direta e imperativa (Buitoni, 2009) não resta dúvida sobre as prescrições às mulheres que tem ou pensam em ter um relacionamento com um homem casado: “*afaste-se desse homem*” (*Desesperada*, artigo 13, setembro de 1947) e “*esqueça-o*” (*Miss Hendrix*, artigo 5, janeiro de 1947).

A forte influência da moral judaico-cristã utilizada tanto para prescrever ações como para ilustrar as situações dentro do relacionamento amoroso são recursos utilizados com frequência para orientarem as mulheres em seus comportamentos amorosos. Dessa forma, dentro da relação de vontade em manter relação com um homem casado é comparado a querer algo que não é permitido moralmente e que se configura em um “fruto proibido” (*Elaine*, artigo 30, julho de 1948). Nessa colocação há a comparação de semelhança do comportamento dessas mulheres com a Eva pecadora. A passagem bíblica onde Adão e Eva

comeram do fruto proibido é citada à leitora “*Benevenuta*” (artigo 99, setembro de 1951) ilustrando a situação a qual se encontra estabelecida pela sociedade como proibida e geradora do desejo da mulher. Há um retorno a um pensamento social antigo, o qual relata que cometer um “pecado” pode acontecer a partir de um ato desejado, mas que esse desejo não legitima o ato como lícito. Portanto, a união de uma mulher com um homem casado representa um caráter ilegal. Outra característica do “*fruto proibido*” é ser um alimento da “*vaidade viril*” (*Nahyla*, artigo 209, janeiro de 1962) do homem, logo a infidelidade se torna um pensamento social, no qual o relacionamento poligâmico do homem se justifica pela necessidade que ele sente de confirmar sua masculinidade. Enquanto para a mulher a justificativa desse ato seria o estado de romantismo, presente na identidade feminina e responsável pelo caráter de “quimera”, sonho, ilusão, existente no desejo de ter um relacionamento com um homem casado, para o homem seria a reafirmação de sua natureza masculina (Cáceres, Salazar, & Dávila, 2005; Goldedenberg, 2009).

*NAHYLAN, Bahia — “Ele teve medo de que a enfermeira contasse à esposa.”*

*Maria Teresa: E você que o considerava o herói do seu romance não pode admitir essa demonstração de fraqueza. Agora sabe que ele nunca lhe demonstraria o seu amor publicamente. Você é o fruto proibido, a mulher cujo amor alimenta a sua vaidade viril. Mas foi com a outra que ele se casou e é para livrar-se a si mesmo de complicações que ele procura evitar a indiscrição da enfermeira. Uma história simples e banal. Mediocre em relação ao grande amor que a empolga. Perdoe se a desiludimos. Nossa intenção é mesmo tirar-lhe a venda de romantismo que lhe impede uma visão correta do homem a quem indevidamente você ama* (artigo 209, revista *O Cruzeiro*, 6 de Janeiro de 1962).

A consequência de todo o comportamento desviante apresenta um sinal que marca a vida da mulher que transgredir as normas de conduta moral. Esse sintoma relatado pela “*a outra*” (*Marcada pelo Destino*, artigo 90, novembro de 1950) demonstra que o único inconveniente de seu ato é sentir uma “*dor de consciência*”. A consciência é o alarme que soa quando algo não está convenientemente de acordo com os princípios morais da sociedade da época.

*MARCADA PELO DESTINO, S. Paulo — “Só o que me incomoda é a dor de consciência”.*

*“E só isto é suficiente para fazer qualquer pessoa infeliz. Aliás, o que lhe acontece é exatamente o mesmo que se dá com toda pessoa que tenta construir felicidade sobre infelicidade alheia. A voz da consciência, momentaneamente apagada, torna-se, com tempo, mais forte do que qualquer — e é o começo do fim. Que lhe posso aconselhar — que restitua o seu a seu dono? (...)”* (artigo 90, revista *O Cruzeiro*, 4 de novembro de 1950).

Apesar do lugar de ser “*a outra*” gerar um ônus social através da existência de preconceitos e exclusão social dessa posição, ser esposa também gerava ônus pessoal como

infelicidades e incompletudes como visto nos dados da categoria “Ser Esposa”. Entretanto, a sociedade com preceitos morais de monogamia, vê “a outra” como uma figura de vilã, sendo segundo Goldenberg (2009, p.11), “odiada ou invejada”, “a outra” baseia-se em princípios contrários ao de ser esposa, mas quando se descobre que o ser esposa traz uma certa quantidade de experiências baseadas em aspectos negativos o “invejada” pode ser um início de possibilidades.

Por ser, a atividade sexual, assunto tabu para a época, não é possível compreender as características da natureza da traição, se era uma infidelidade de intenção, de encontro, se havia ou não consumação do ato sexual. Segundo Heilborn, Cabral e Bozon (2006) a conceitualização de práticas sexuais varia no tempo e na história da sociedade, pois não são atributos biológicos e imutáveis, mas adquirem significados históricos e culturais. Um dos consensos que chegamos através de nossa análise é que o comportamento sexual entre homens e mulheres são bem divergentes e são balizados segundo a lógica de gênero: a hegemonia masculina e a clara demarcação dos papéis da esposa com relação ao cumprimento e responsabilidade da felicidade do lar através dos filhos e do marido. Levantamos uma interrogação sobre o assunto ‘infidelidade’ na época em questão, se a infidelidade se configura, tão somente à traição com consumação do ato sexual ou, somente remetem às fantasias e desejos que cada parceiro venha a ter durante o casamento. Levando em consideração a influência dos preceitos cristãos, fortemente arraigados em nossa cultura brasileira, há a tendência a prática da monogamia, a qual era incentivada e as relações sexuais praticadas exclusivamente dentro do matrimônio e com fins procriativos. Possivelmente, essa moralidade impediu que o desejo e a vontade sexual fossem expressos, questionados e até pensados.

O consenso social para as camadas médias-burguesas com relação à prática da sexualidade e do envolvimento afetivo corresponde à um modelo de mulher ajuizada com ações de acordo com as normas sociais aceitas pela convenção do casamento na época em análise. As ações dessa mulher casada eram pautadas nos elementos identitários da figura feminina e nos papéis da esposa, qualquer atitude fora desse padrão era rechaçado pela voz moral da época. A existência da infidelidade dessa mulher burguesa casada, embora uma prática pouco explicitada na época é referida com certa frequência no material em análise, sinalizando que a infidelidade da esposa pudesse existir com mais frequência do que se poderia imaginar. Embora fazendo referência ao papel de esposa, lembramos que,

O falso equilíbrio instalado pelo dever, pelo hábito, pela vivência do cotidiano - organizado em torno de um casamento perfeito, uma casa perfeita, um perfeito controle sobre os filhos - , no entanto, não consegue impedir que venham à tona sentimentos amargos, considerados negativos - posto que sem razão aparente de ser - , quanto à condição de dona-de-casa abnegada, de pessoa que vive em função dos outros (Rocha-Coutinho, 1994, p. 110).

Desse falso equilíbrio e os sentimentos negativos colocados por Rocha-Coutinho (1994) pode ocorrer uma tentativa da mulher em buscar uma felicidade em relacionamentos extra-conjugais, situação desejada e não encontrada no casamento e nas atitudes do marido, como apresentado na resposta da articulista à esposa *Gisela*: “*Foi infeliz com seu marido, diz. E procurou iludir-se buscando a felicidade à custa de um amor ilícito, roubado a outrem*” (*Gisela*, artigo 75, maio de 1950) e em “*Sozinha*” (artigo 177, outubro de 1960): “*você não aprecia o seu marido, menos o apreciará toda vez que seu coração enamorado pelo outro traçar um paralelo entre os dois*”. Em trechos como esse e em entrelinhas observa-se que muitas mulheres não eram tão felizes no casamento quanto as “propagandas” do amor romântico anunciavam. A forma de relacionamento baseado na poligamia, que, até para a época atual de nossa sociedade ocidental, são considerados ilícitos, apresentam-se de ordem confusa e ambígua na análise de sua causa e consequência pelas mulheres que a praticam como em “*Aturdida*”: “*Por que cometi esse erro, eu quem fui boa esposa e boa mãe* (Aturdida, artigo 16, outubro de 1947)”; “*Silenciando, não estarei continuando a ser hipócrita e fingida? (Infidel, artigo 151, julho de 1959)*”.

Em nenhum momento se discute a felicidade da esposa, que, como apresentada na categoria “Ser Esposa” constrói sua felicidade através da felicidade dos filhos e do marido. Essa forma de felicidade é confirmada por características atribuídas a sua personalidade como a dignidade e a maternidade.

Essa prática é apresentada pela articulista como uma falta grave em todos os artigos dessa subcategoria e de forma incisiva e imperativa ordena que a mulher deva impedir que esses “caprichos” ocorram, colocando a noção de dever do casamento e seu papel de esposa acima de seus interesses pessoais. A alusão a essa ação como fruto de uma fantasia e do desejo pelo proibido e o fascínio de realizar esse comportamento é afirmada pela articulista através da existência de alerta da consciência para as consequências morais que advenham dessa prática tendo como consequência o remorso. As situações de traição não são atribuídas a uma natureza feminina como é atribuída ao homem, mas às características da personalidade feminina como uma ingenuidade ou uma quimera.

### 6.10. *O marido traído*

A única manifestação dentre os assuntos contidos nas 29 cartas enviadas por homens à seção da revista explicita uma situação onde o marido foi traído pela esposa. Não há como afirmar, a partir dos dados da pesquisa, que o homem apresente uma dúvida sobre a situação exposta por ele ou se quer reafirmar a forma como vem procedendo com a esposa, apresentada pela frase: “faço-a lembrar sua traição” (*Eterno Marido*, artigo 109, janeiro de 1952). Não há indícios de uma busca de separação e, de certa forma, a infidelidade não se torna uma situação *sinequa non* para um divórcio. Segundo dados de pesquisa da atualidade brasileira, a maioria dos casamentos não acabam após a descoberta de uma traição (Goldenberg, 2006). Há, de forma mais flexível, uma orientação de busca pelo marido de viver bem com a esposa, entretanto esse relação com a esposa de “viver bem” não pressupõe “perdão” (*Gisela*, artigo 75, maio de 1950), tratar muito bem e buscar ser melhor do que “o outro” para que a esposa torne-se feliz ao seu lado, como é orientado para a esposa traída pelo marido. Também não há um convite para que o marido faça uma autoanálise em seu comportamento com a esposa, o que reafirma uma significativa diferença de tratamento para a mesma situação entre homens e mulheres.

A frase de Cushinir (citado por Goldenbeg, 2006) “os homens preferem manter um casamento ruim a rompê-lo ou torná-lo saudável” (p.189) apresentado nos dados de pesquisa da sociedade pós-moderna pela antropóloga Mirian Goldenberg, podemos apresentar como hipótese essa afirmação ser uma consequência do comportamento representado pelo homem do século XX. Nesse comportamento esperado não há um papel de responsabilidade da qualidade do casamento, que a partir de nossa análise recai somente para a esposa: para o marido que foi traído seu tratamento para com sua esposa é somente se mostrar descontente e agir conforme um tratamento punitivo: “dedicar-lhe indiferença” (*Eterno Marido*, artigo 109, janeiro de 1952). Portanto, como apresentado em dados anteriores, “o homem adúltero é praticamente impune, enquanto a mulher sofre uma série de punições e discriminações (Goldenberg, 2009, p. 63)”.

### 6.11. O peso das normas sociais: saúde da esposa e saúde do marido

Esse tópico de discussão contextualiza a doença dos nervos como um acometimento não somente em esposa, mas também em maridos. Entretanto, o sentido dessa

doença se diferencia na análise de cada um dos sexos, considerando a perspectiva do gênero nessa compreensão social de papéis. A *doença dos nervos* é um termo atribuído, praticamente, como sinônimo de doença da mulher e, por esse motivo, colocamos o título da subcategoria “doença dos nervos” do marido de forma interrogada, duvidosa. Seria mesmo uma doença somente das mulheres? Iremos apresentar informação para uma reflexão sobre essa pergunta e o contexto social da época. Apesar de essa doença possuir características de conformações diferentes nos maridos, encontramos também uma carga de sofrimento visibilizada nos dados de pesquisa e apresentadas nos dois tópicos seguintes.

Segundo Guarnaceia & Farias, (1988) citado por Silveira, (2004) “*nervos* é uma conjunto de variado e instável sintomas psicológicos e ou somáticos, mediadores entre sujeito sofredor e seu meio, constituindo uma das expressões de distresse ou estresse social” (p.11). A cultura relata uma diversidade de sintomas dessa afecção que acometem as pessoas imersas em contextos sociais adoecedores, esses compõem um conjunto de comportamentos onde a pessoa está submissa, oprimida, reprimida, angustiada e sobrecarregada advinda de condutas e tarefas exaustivas. De forma recorrente e importante, segundo Silveira (2004), falar de *nervos* é falar de “relações sociais, de conflitos e pobreza nos relacionamentos, especialmente o conjugal (...), e de várias outras dificuldades da vida diária, entre as quais algumas situações ligadas a questão de gênero” (p.13). Apesar de não se descartar aspectos psicológicos que devam merecer atenção, no atual estudo estabelece-se uma visibilidade para as questões invisíveis as quais são estabelecidas através da lógica social de relacionamentos conflituosos geradores de sofrimentos.

Para ilustrar uma discussão antiga sobre a doença dos nervos com referência às mulheres, ilustramos uma frase de um psiquiatra do século XIX, *Ulysse Trélat* que dizia: “Toda mulher é feita para sentir, e sentir é quase histeria”. Essa frase ilustra essa discussão, a qual apresenta uma das formas de corporificação do assujeitamento social da mulher à sua domesticação e possivelmente uma resposta para essa ausência de expressão de si mesma a partir do contexto sócio-cultural. O corpo se expressa em um sentido que a própria razão desconhece, ou melhor, onde a pressão social não permite se fazer conhecida. O desconhecimento social dessa *doença dos nervos* gera sua classificação a partir de determinantes biológicos, os quais a medicina vai buscar solucionar medicando esse corpo que apresenta uma fala subjetiva e que não quer se calar. Encontramos nos dados de pesquisas essa característica de classificação do comportamento da esposa nos moldes da medicina como em *Rosina* ( janeiro de 1949).

*Esposa: ROSINA — S. Paulo — "Sou muito nervosa e não consigo dominar-me".*

*Maria Teresa: "Procure um médico e peça-lhe um tratamento para o seu nervoso. Mas não deixe de fazer isso e disponha-se a colaborar na sua cura procurando exercer sobre os nervos o controle da vontade. Ainda bem que é a primeira a reconhecer que procede mal com essas explosões temperamentais. Pelo amor de seus filhos e de seu marido, a quem tanto preza, procure dominar-se, dando de si uma impressão mais agradável, de pessoa ponderada e calma" (artigo 44, revista O Cruzeiro, 1 de janeiro de 1949).*

Segundo Engel (1997) "as conquistas e sofisticções da psiquiatria na passagem do século XIX para o século XX, longe de questionarem a associação entre a mulher e histeria, aprofundaram-na, conferindo-lhe *status* de verdade científica" (p.357). A partir de contexto doméstico onde a esposa sofria de sintomas como o dos *nervos*, faz-se um retrospecto do que já foi discutido, reafirmando e trazendo dados mais específicos e quantitativos sobre a sobrecarga sofrida pela mulher no trabalho doméstico. Segundo Prado (1979) a dinâmica do casamento é complexa, pois o trabalho da esposa é diversificado, amplo e não previsto em leis trabalhistas, portanto sem direitos e nem legislações. De acordo com a pesquisadora todo o trabalho assalariado é regulamentado em leis rigorosas com limite de duração de 40 horas semanais, entretanto, afirma que a hora de uma trabalhadora doméstica com ou sem trabalho fora de casa extrapolam esse limite, chegando a duração de 50 a 55 horas semanais, como a duração do trabalho para "as mulheres 'sem profissão' e sem filhos vai de 54,3 horas nas aglomerações urbanas e 63,3 horas para as mulheres de agricultores. Com um filho, aumenta para 71,2 horas para a primeira e 74,2 horas a segunda" (Prado, 1979, p. 154).

Além da sobrecarga, o trabalho não possui esse reconhecimento e estatuto social e, portanto, sem direito a férias e à descansos semanais. Segundo a autora Danda Prado (1975), não há motivo para ensinar as mulheres a descansarem, variarem de atividades, devido a origem do trabalho doméstico pertencer a "intimidade da vida do casal" (p.155). Portanto, a naturalização das tarefas da esposa como sendo inatas a mulher, invisibilizou outros problemas como a sobrecarga de funções atribuídas às esposas, principalmente com as sucessivas gravidezes que aconteciam na época em questão, como citado em "Ana Maria" (artigo 76, maio de 1950): "seu marido não anda procedendo bem e você está esgotada pelas sucessivas gravidezes. O quadro, portanto não é animador. Está em suas mãos, porém transformá-lo. A situação não é nada fácil, concordo. Mas quando está em jogo a felicidade de um lar, não há esforço demasiadamente grande". A mesma situação é apresentada por "Valderez" (artigo 63, novembro de 1949) que pergunta se estará enlouquecendo e recebe a seguinte resposta da Maria Teresa:

*“Você está esgotada, suponho, em consequência dessas gravidezes consecutivas e da doença do seu marido. Precisa tratar do sistema nervoso seriamente, para poder viver em paz consigo mesma. Do seu estado de espírito depende a estabilidade moral de toda sua família, agora bem numerosa. E nada poderá dar certo se você não estiver bem disposta (...) seu grande mal é tratar seu marido antes como mãe do que como esposa. São afeições muito diferentes que não devem ser confundidas(...)” (Valderez, artigo 63, novembro de 1949)*

A identificação da possível causa do estresse da leitora, não fez com que fosse refletida as ações sobre o papel de ser esposa que permanece a sobrepôr qualquer dificuldade que atrapalhe o conceito de felicidade do lar. A ambiguidade entre um dos pilares da identidade da mulher que é a maternidade (Carson, 1995) apresentada em “Valderez” em forma de repressão se torna uma observação incoerente com todo o processo de atribuição de tarefas à uma esposa. Enquanto há uma pressão identitária para que a mulher exerça sua maternagem e para que cuide do marido, ela não pode confundir mãe com esposa como relata a articulista. Nesse sentido compreendemos as noções contraditórias na função de seu papel.

Apesar de cada lar apresentar as suas peculiaridades de tarefas, a obrigação de esposa é a mesma independente de qual lar ela esteja inserida e “as dificuldades e os obstáculos que cada esposa tem de superar nunca merecem atenção” (Prado, 1979, p. 157). Conclui-se que os obstáculos e o excesso de esforço não são alvos de preocupações e, portanto, também não há busca de solução para os riscos e estresse deles acometidos, a tentativa de ajuste para possíveis insatisfações que alguma esposa possa reconhecer recebe uma pressão social para a conformação com sua natureza e estratégias de enfrentamento através de modelos a seguir de uma “rainha do lar” onde os problemas dessa ordem são ignorados. Apesar de todos os sinais que se transformam em sintomas que algumas esposas procuram anunciar, como perguntas e pedidos de orientação à seção da revista, a articulista busca disfarçar essa realidade de sofrimento social, atenuando os sintomas e reforçando o lugar tradicional da esposa.

Dessa forma, a sobrecarga das tarefas executadas pela mulher no ambiente doméstico, podem gerar insatisfações e, gerarem o estresse delas nesse ambiente. Segundo Satin (1966, citado por Prado 1979), “a simultaneidade das tarefas, frequentemente discordantes e carregando, às vezes, fortes cargas de responsabilidade, atacam profundamente o sistema nervoso da esposa”(p.158). Esse ataque ao sistema nervoso se torna o prenúncio da anunciada crise de nervos com seus sintomas de esgotamento, apatia e sobrecarga física, como pode-se perceber em “Desesperada” (artigo 85, julho de 1950):

*Esposa: DESESPERADA. Fortaleza - "Como hei de fugir de mim mesma."*

*Maria Teresa: Você diz que é vítima de um ostrasismo incontrolável. É casada e não é feliz com seu marido. Ele a qualifica de inútil. É bem possível que você precise ao mesmo tempo de um tratamento fisiológico e de outro psicológico, aquele facilitando este. Não perca tempo (?ilegível), tanto, que tem obrigação de tratar-se. Procure um médico, diga-lhe que se sente mal, obedeça ao tratamento que lhe prescrever(...) como se não fosse suficiente a obrigação com o marido, ha que considerar a criança (...) deve emprestar-lhe forças para vencer a si mesma (...) em vez de empregar o tempo com conjecturas derrotistas que estragam a vida sua e a dos que a cercam”(artigo 85, revista O Cruzeiro, 22 de Julho de 1950).*

Na configuração de casamento, nessa época, a disposição permanente da esposa torna-se a causa mais frequente de indisposições e esgotamento na mulher, o que pode ser facilmente, e comumente o é, confundido com insatisfações pessoais. De acordo com os dados, as situações, a mulher tem pouca voz para reclamar do seu marido, toda a situação indesejável realizada pelo marido à esposa, deve ser revista por essa como se ela tivesse errado em algum momento, reafirmando todo o seu papel de responsável pela harmonia e felicidade do lar e acrescentando a ela toda a carga de responsabilidade da situação e solução em solucionar equações do casamento difíceis, as quais causando descontroles emocionais deviam ser medicadas.

*Esposa: JACQUELINE, sem endereço — "Já não nos entendemos bem."*

*Maria Teresa: “Você mesma diz que sabe que está muito irritada. Já se lembrou de procurar um médico? É preciso fazer alguma coisa de prático para resolver esse caso da melhor forma possível. Chorar as mágoas e reprovar seu marido adiantará pouco. De fato foi muito grosseiro da parte dele dizer que não a suporta. Mas... faça um exame de consciência. Você não se terá tornado mesmo insuportável? Pense de cabeça fria, sem paixão, para poder agir, vencer essa crise que ameaça a continuidade feliz da sua vida conjugal. Se já foram tão felizes um dia, não é demais esperar que ainda voltem a sê-lo, removidas as barreiras que agora constituem obstáculo à felicidade do casal” (Artigo 223, revista O Cruzeiro, 1 de dezembro de 1962).*

A origem de irritações e nervoso atribuídos a individualidade da mulher estão também na sobrecarga e sobreposições de funções que muitas vezes se tornam, além de árduas, ambíguas. As exigências excessivas não podem, muitas vezes, serem transformadas em queixas, reclamações e indignações como em *Vencida* (artigo 10, junho de 1947), pois o casamento se torna um investimento de sucesso que se estabelece nas tarefas cumpridas que se configuram em um “lar doce lar”, portanto, queixar-se seria anunciar um fracasso pessoal e colocar em jogo todos os elementos de dedicação e amor investidos para se cumprir os papéis de uma boa esposa (Prado, 1979). Por outro lado, o que então poderia acontecer à

esposa que não se queixa, que procura disfarçar a sobrecarga, procura seguir um modelo de prescrição social abordado em tópicos anteriores? Essa resposta, encontramos nos dados dessa subcategoria da saúde da mulher, a qual aponta que, muitas delas, acabam em *nervos* e o caminho de soluções se torna seguir as orientações médicas.

*Esposa: VENCIDA — Lavras — "Diz que vivo como sua vítima; conformada e não satisfeita".*

*Maria Teresa: "Se estivesse ao meu alcance levar alegria ao seu coração, minha amiga, esteja certa de que, a esta hora, seu rosto já estaria iluminado por um sorriso felicidade. Seu espírito terá chegado ao atual estado de depressão por um conjunto de fatores desfavoráveis à vida de venturas com que você certamente sonhou, há treze anos. É possível também, que sua própria saúde hoje em dia esteja abalada; e não erraria, portanto, em tomar os remédios que a doutora lhe receitou. O resto cabe a você: ter espírito forte, lutar contra a tristeza, buscando no ambiente que a cerca só os motivos que lhe dêem prazer, e reagir contra recordações tristes. Evito fazer comparações entre as atenções que seu marido lhe dispensa e as que dispensa à sua sogra. Procure distrações sadias, como boas leituras. E faço votos ardentes para que livre seu espírito do peso das preocupações e dos aborrecimentos que o sobrecarregam"(artigo10, revista O Cruzeiro, 14 de junho de 1947) .*

Segundo Bassanezi (1996) diante de todo um cenário de pressões, rotinas, disponibilidades ilimitadas "é natural que (as esposas) tenham válvulas emocionais e físicas de escape"(p.289). Essas válvulas aparecem em muitos lares, através dos sintomas de cansaço, irritação, explosões temperamentais, intolerância, 'nervosia' e apatia, como aparecem nos assuntos classificados nessa subcategoria de análise, também podem ser verificadas em lares onde a mulher não compreende a situação na qual está envolvida, pois tem admiração pelo marido, mas "atormenta-o com explosões temperamentais"

*Esposa: ESPERANÇOSA — Nova Iguaçu — "Nem de leve poderia pensar num marido melhor."*

*Maria Teresa: "E ainda assim você confessa que atormenta a vida do rapaz com explosões temperamentais. Menina, menina, você está procurando a sua infelicidade! Se não contém os seus nervos, siga rigorosamente um tratamento médico. Perdoe a minha franqueza, mas acredito que a boa educação é um meio eficiente de conter essas explosões. Seu marido terminará perdendo a paciência e, antes que seja tarde demais, aconselho-a a envidar todos os esforços para atenuar o seu gênio. Ainda que esse esforço não se faça visando o seu próprio interesse, lembre-se do futuro das crianças que Deus lhe confiou" (artigo22, revista O Cruzeiro, 7 de fevereiro de 1948).*

A afirmação da esposa em ter um bom marido, se contrapõe com suas atitudes de "atormentar" o marido com suas explosões temperamentais, e se misturam a sua certeza de satisfação com a expressão corporal de insatisfação, demonstrando a imersão da esposa em um sistema de ambiguidades. A crise de nervos na situação apresentada no artigo acima (fevereiro de 1948) é atribuída à natureza da mulher constitutiva por seu gênio e reconhecida

como um comportamento desviante e merecedor, pois, de dois tratamentos o médico e o civilizador, conseguido através de uma boa educação, sinônimo de uma boa adaptação às normas sociais. E se todos esses preceitos adaptativos não funcionarem, ainda sim existe um maior, considerado essência de toda a mulher, e através do qual tudo será feito, o exercício da maternidade. Calar seu corpo que conclama liberdade, tratamentos mais dignos e menos submissos e agressivos, aí se encontra a ordem social que reforça os papéis da esposa e do marido, dar voz ao corpo adoecido é uma atividade dos nervos (Silveira, 2000). Conclui-se que, com outras roupagens a concepção da ideia presente no final do século XIX onde o útero era um *locus* de sede da histeria, configurando-se em moléstia preponderantemente feminina (Engel, 1997) ainda permanece nos pensamentos sociais de meados do século XX.

#### 6.12. *Homens nervosos: a invisibilidade da doença dos nervos*

Esse título, a princípio, pode causar um certo estranhamento, mas torna-se importante pensar em uma discussão onde haja uma reflexão sobre a existência ou não doença dos nervos dos maridos referenciados nos dois artigos de cartas de homens em nossos dados de pesquisa. O estudo recente da *doença dos nervos* é um campo que tem privilegiado a discussão no aspecto da mulher, mas optamos por classificá-los em uma categoria citando o termo “doença dos nervos” fazendo referência a uma possibilidade ainda cheia de incertezas pela pouca discussão do assunto na literatura. Se compreendermos a doença dos nervos dentro de uma amplitude maior como ser ou estar nervoso, essa concepção segundo Duarte, Costa, Scheper-Hughes e Mombelli (1992b, citado por Silveira, 2000), não se constitui somente em um atributo da mulher, o que representa ambos os sexos sendo acometidos pelos nervos, embora todos os autores (Duarte et al., 1992b & Silveira, 2000) concordem que ele é de ocorrência infinitamente maior entre as mulheres. Entre os dois sexos existem algumas diferenças que seriam importantes abordarmos as quais se referem às configurações diferentes na apresentação desse acometimento e que se cruzam com os comportamentos e papéis desejáveis para cada um dos cônjuges.

Existe uma rede de construção social sobre normatizações femininas que lhe permitem desenvolver uma linguagem mais significativa na expressão e configuração de sofrimento manifestado no formato de *doença de nervos*, isto significa que o nervoso pode incidir sobre homens e mulheres, mas lhes parece que a “exteriorização do sofrimento feminino é mais fácil, e, talvez, socialmente mais legitimado (Silveira, 2000, p. 86)”. Por

outro viés, podemos pensar que o nervoso se difere dos nervos para os homens, e nervoso seria atribuição à personalidade do homem, à sua identidade e, desta forma, parece que os homens que sofrem dos nervos recebem essa nomeação apenas quando apresentam uma doença psiquiátrica, como apresentado em “Atormentado” (artigo 55, julho de 1949):

*Marido: ATORMENTADO, Sanatório X. — "Diga-me o que pensa da minha situação."*

*Maria Teresa: “Em primeiro lugar, amigo, é possível que, dado o seu estado de saúde, tenha se apossado de sua alma uma desconfiança também doentia. É sua esposa a mulher a quem se refere? Tem provas de que ela brincou o carnaval a despeito do seu infortúnio? Nesse caso, lastimo sinceramente, é inconcebível que ainda a ame com o ardor primitivo, a não ser mesmo por ‘uma grande capacidade de cretinismo’, como você diz. Que me cabe dizer-lhe? Continua a amá-la ainda assim, para dar evasão a essa ‘capacidade’ de que me fala” (artigo 55, revista O Cruzeiro, 2 de Julho de 1949).*

Se nessa situação exposta se configurar em *doença dos nervos* nota-se diferenças marcantes entre a discussão de esposas e maridos com *doença dos nervos*, em *Atormentado* (Artigo 55, julho de 1949) há uma situação obscura exposta onde o marido solicita uma opinião sobre sua situação e onde é explicitado uma vulnerabilidade na saúde, ele se denomina atormentado e tem dúvidas quanto ao comportamento da esposa. A medida usada pela articulista é dar voz para esse marido é lastimar sua permanência de amor a uma esposa que não cumpre seu papel, não há solicitações de compreensão da possível atitude de sua esposa, de perdão como é incentivado a esposa “que sofre dos nervos” ter ao marido, notando-se diferenças de tratamentos entre ambos os gêneros em situações de sofrimento “dos nervos”.

Não há, portanto, nenhum convite à reflexão do marido com relação à sua situação pessoal, nem é cogitado ou expresso o motivo de sua doença que se torna pano de fundo para considerar e focar o erro da esposa. Se no início da resposta a articulista coloca em dúvida a origem da desconfiança do marido ser parte da doença, logo em seguida ela mesma responde, possivelmente, considerando a razão do marido, e lastimando ele amar uma esposa que não cumpre seu papel, no mínimo, de respeito ao marido. Não há, portanto, grande ênfase para a conduta do marido enquanto sofredor dos nervos, embora, tudo indique que ele esteja em sofrimento pelo menos pelo seu pseudônimo intitulado “*Atormentado*”, o que também não ocorre na doença dos nervos da mulher. Em ambos os casos há uma desconsideração social do conflito e a culpabilização recai sobre a mulher, confirmando o lugar hegemônico ocupado pelos homens.

Dessa forma, nessa categoria das manifestações ou não dos *nervos* há uma possibilidade de existência de um sofrimento não aceito socialmente advindo de uma forma

de relacionamento também conflitante para o marido. A partir de divergências existem formas de se relacionar com a saúde e suas normatizações que causam prejuízos quando associados aos papéis sociais tanto de homens como de mulheres, e o surgimento de conflitos dentro do casamento, como apresentado pelos dois artigos dessa subcategoria, pode ser uma configuração de que alguns homens não encontraram o espaço social, de manifestação de seus sofrimentos, numa tentativa de se expressarem e serem ouvidos. Pensando dessa forma, a mulher teria um recurso de expressão, com perda de controle de si mesma, e se configurando como um produto desviante como apresentado nas discussões anteriores e nos homens seriam mais aceitos em não ter uma doença de nervos, por fazerem parte naturalizada de seu temperamento (Silveira, 2000), como podemos notar em dois artigos de esposa classificados em *Adaptar-se ao Casamento* R.A. (artigo 203, novembro de 1961) e O.M. (artigo 150, julho de 1959).

*Esposa: R. A., Rio — "Não me conformo com essas deficiências."*

*Maria Teresa: "Não lhe diríamos jamais que seria fácil aceitar bem as deficiências do seu marido. Mas a sua tarefa, ao lado dele, não lhe parecerá mais suave se, em vez de concentrar-se no que ele tem de negativo, você procurar acentuar o que ele tem de positivo? Experimente. É você mesma quem diz: "Afora essas coisas más, ele é uma excelente pessoa"(artigo 203, revista O Cruzeiro, 4 de novembro de 1961).*

*Esposa: O. M. Sem endereço — "Ele tem atitudes contraditórias. "*

*Maria Teresa: "Você estranha que seu marido ora se porte como um tirano, ora se manifeste como um homem extremamente bom. Pessoas como ele em geral tem uma dupla personalidade ou melhor, procuram aparentar uma maneira de ser bem diferente daquilo que são na realidade. O autoritarismo muitas vezes serve apenas para vestir a timidez. A falta de carinho nem sempre significa falta de afeição; a pessoa não sabe exteriorizar-se. Onde parece haver indiferença às vezes só há timidez. Esse complexo de situações precisa ser compreendido pela esposa, que achará então mais fácil a convivência com o marido" (artigo 150, revista O Cruzeiro, 4 de julho de 1959).*

Não temos muitos dados de análise pelo breve e obscuro relato dos dois artigos desse assunto, mas as diferenças de abordagens entre homens e mulheres precisam ser repensadas sem que a exclusão privilegie a reflexão somente do lado mais fragilizado e relegando o outro a inexistência, considerando todo o ônus que recai pela construção e definição social, ambos se tornam produtos de uma "angústia que pervaga o corpo social" (Minayo, 1991 citado por Silveira, 2000, p.18) as mulheres produtos desviantes na tentativa de manifestarem sua situação de sofrimento e os homens *nervosos por natureza* não

encontram o espaço de pensar, nem sequer, na existência de seus sofrimentos, tornando suas ações fruto da natureza de sua identidade masculina.

### 6.13. *Enfim: separar ou não separar?*

A representação identitária da maternidade era uma situação que pesava nas decisões de separação entre o casal. De acordo com os dados da pesquisa, as esposas que expressaram em suas cartas a decisão do marido em não terem filhos, eram aconselhadas a separar e voltar para a casa dos pais, e, também quando a presença do marido causava algum dano considerado grave a ponto de comprometer, em algum nível, a formação da criança. Portanto, o grande índice de orientações para a separação dessa categoria (f=7) deve-se à referência à maternidade reafirmando-a como razão primeira de um casamento, e, portanto, com a maternidade em risco o casamento poderia ser dissolvido. Essa valorização também faz presente em outras orientações de separação feita pela articulista como, por exemplo, quando o casal tinha muitos anos de casados, filhos criados e não mais morando com eles e não se relacionavam muito bem entre si.

A referência de valorização à maternidade, também é a referência de uma família “sadiamente” constituída e, portanto, era a aconselhada pela articulista. Na família, retirando os motivos acima expostos, a mulher deveria lutar para manter o casamento, portanto, se ela tivesse separado do marido, por questões de seu relacionamento com ele, mas esse era um bom pai, honesto e trabalhador, nada impedia que ela buscasse a reconciliação a qual é a melhor configuração da família sadia: pai, mãe e filhos juntos. Dessa forma, se a mulher quisesse abandonar o lar, ela perde a guarda das crianças e se ela for acusada de adultério, essa é uma forte razão para o marido pedir a separação e ficar com as crianças, pela força moral e reputação de uma mulher considerada adúltera.

O casal sem filhos retirava a possibilidade de a mulher exercer sua natureza e essência em ser mãe, tornando sem sentido permanecer em um casamento sem essa possibilidade natural e incontestável para a época, que na opinião da articulista seria “infértil”, pois o principal motivo para o casamento era a procriação e a constituição da família, através do exercício da maternidade. Entretanto, se a esposa desejasse se separar do marido por intolerância e insatisfação com o casamento, era desaconselhada e a referência maior era sempre o cuidado com as crianças, que ficariam sem um bom pai, ou a mulher que ao abandonar o lar, pela lei, perderia o direito às crianças que ficariam sem uma mãe. Portanto,

em nenhum momento como reafirmado nos dados de análise da categoria “Ser Esposa” e “Intimidade Sexual do Casal”, a esposa era referenciada como uma pessoa que pudesse pensar em seus sentimentos, opressões ou insatisfações, essas deveriam ser sempre renegadas e sua função maior enfatizada como cumprir seu papel de esposa e de mãe, marcantes identitariamente.

Sobre o tema infidelidade, nos dados aparecem à situação do marido ser traído pela esposa, e é aconselhado a separar, confirmado sua guarda com as crianças pela falta grave cometida pela esposa (*Leitor Aflito*, artigo 154, setembro de 1959) e em outro caso (T.M. artigo 169, abril de 1960), o qual o marido acusa a esposa, segundo ela, injustamente, de cometer adultério e essa apresentando qualidades de boa mãe por ser “*dedicada aos filhos*”, é aconselhada a separar. Essas duas últimas orientações seguem as legislações regulamentadas desde o século XVIII as quais o adultério sempre mereceu destaque especial segundo Samara (2004), pois o adultério vai contra os princípios de coabitação, fidelidade e ajuda mútua, princípios do casamento e propiciadores do estabelecimento de uma família harmônica e feliz. Entretanto, apesar da infidelidade da mulher ser considerada como crime, sabemos que a infidelidade do homem era tolerada, principalmente quando ele cumpria o papel de um bom pai, quer dizer tendo as características de provedor e, mantendo discrição sobre a sua infidelidade para manter a honra da família, nesse caso a mulher deveria fazer “vista grossa” e manter o casamento. A outra legislação era sobre a “injúria grave”, que parece ser considerado a razão do segundo caso, situação que dava o direito da esposa de pedir a separação sem perder o direito à guarda dos filhos.

*LEITOR AFLITO, sem endereço — “Cada vez a detesto mais”*

*“É admissível que perdoasse sua esposa uma vez. Mas ninguém poderia esperar de você que o fizesse repetidas vezes, sob pena de vê-lo desmoralizado como marido e como homem. As autoridades certamente não consentirão que as crianças fiquem sob a tutela de uma mulher sem moral. Consulte um advogado a respeito, enfrentando o problema sem subterfúgios. Se o que lastima nisso tudo é sobretudo perder a convivência das crianças, podemos assegurar-lhe que isso não acontecerá, uma vez que a razão está do seu lado”*(artigo 154, revista *O Cruzeiro*, 2 de abril de 1960).

*T. M., Fortaleza — “Ele diz que não acredita mais em mim.”*

*Um lar não pode subsistir sem que haja confiança entre os esposos. Se seu marido a acusa injustamente de infidelidade, e você não tem feito outra coisa nestes anos de convivência do que se dedicar exclusivamente a ele e seus filhos, compreendemos que tenha razões de sobra para estar revoltada. De sua parte já fez tudo para que a união durasse. Na impossibilidade disto, volte para a companhia de seus pais, mas de acordo com seu marido ou sob a orientação do juiz para não perder o direito às crianças”*(artigo 154, revista *O Cruzeiro*, 5 de setembro de 1959).

Portanto, de acordo com a opinião da articulista, respondendo a uma pergunta de um leitor homem sobre o divórcio, para ela, essa legalização traria algum benefício, mas esse seria pequeno em comparação com as situações que acarretariam pontos negativos, como a tentação permanente para se separar e a intolerância que poderia advir dessa permissão.

*SATURNO, Bauru — "A senhora é contra ou a favor do divórcio?"*

*Maria Teresa: "Conquanto o divórcio trouxesse alguns benefícios, traria malefícios ainda maiores. Beneficiaria certos casais; mas, por outro lado, fomentaria a intolerância entre os esposos; seria uma tentação permanente para a separação; facilitaria casamentos inconseqüentes (se não der certo, é só separar); em resumo, colocando numa balança os prós e os contras em relação ao divórcio, achamos que os contras pesariam muito mais" (artigo 167, revista O Cruzeiro, 2 janeiro de 1960).*

#### 6.14. *Rupturas sobre o papel social da mulher?*

De acordo com a análise dos dados de pesquisa em conformidade com a literatura (Bassanezi, 1993), esses quase 20 anos correspondentes aos dados estudados, demonstraram uma permanência no formato dos papéis de mulheres e homens, os quais, de forma distinta e bem demarcada, apresentaram uma busca idealizada do homem casado em ser um "bom marido" e da mulher casada de ser uma "boa esposa". Entretanto, algumas esposas desafiavam as normas de gênero e procuraram garantir seu espaço de opinião e liberdade junto ao relacionamento do marido. A esposa buscava uma auto-imagem de não querer mais se identificar somente com o lar e tendia a uma maior independência tanto financeira quanto pessoal (Bassanezi, 2003; Trindade, Nascimento, & Gianordoli-Nascimento, 2006).

O surgimento dessas dúvidas sobre o lugar social da mulher define um momento importante de mudança no pensamento social sobre os papéis de homens e mulheres naturalizados. Pois, a naturalização dos papéis ocasionava a não indagação de seu lugar social, o qual era cumprido como destino natural e, como tudo que é natural e inato também era inquestionável. De acordo com a literatura há uma manutenção de formas de dominação masculina, com quase nenhuma contestação ou questionamento dessa situação de 1945 a 1963 (Bassanezi, 1993), entretanto, no final da década de 1950 e nos anos seguintes, há situações, encontradas em nossos dados de pesquisa, que embora "pontuais" reafirmam a resistência às formas prescritas de desigualdades no relacionamento homem-mulher dentro do casamento. Nesse sentido, há algumas tentativas por parte das mulheres, de questionar o consenso social, quer dizer, as ideias dominantes sobre os papéis de gêneros.

Dessa maneira, é interessante observar as datas que ocorreram essas ideias e questionamentos sobre os modelos de relacionamento entre homem e mulher. Dentro da categoria “Questionamento sobre o lugar social da Mulher” há a referência a um artigo registrado no primeiro ano da década de 1950, nele a mulher se relaciona de uma forma não tradicional com o homem, reafirmado pela articulista como uma tentativa da esposa de inverter os papéis definidos para cada par. Entretanto, há um conflito apontado pelas informações do artigo, pois, no fragmento da carta há um relato do incômodo da mulher: “*sofro por ser assim como sou*”, retratando ainda a identificação de sua diferença social como um erro, em contrapartida, a articulista relata que essa leitora não ama o rapaz e que ele tem qualidades que lhe convém porque poderá dominá-lo” (*Angustiada*, artigo 128, dezembro de 1950). Há uma advertência à leitora sobre suas atitudes de tentativa de forjar as normas sociais para cada sexo e essa forma de se comportar é atribuída às características da personalidade da mulher, destacada no trecho resposta do artigo: “*porque não procura uma escola de auto-domínio?*” (*Angustiada*, artigo 128, dezembro de 1950). Com relação a essa ideia da personalidade já discutida em tópicos anteriores (nas categorias “Ser Esposa” e “Saúde da Esposa: Doença dos nervos”), Santos, Caldana, & Biasoli-Alves (2001, p.67) relatam que:

essa vertente psychologizante advém e alimenta as ideologias individualistas, tornando o sujeito psicológico a medida de todas as coisas” (...). A psicologização tende a nos fazer ver a questão de descontinuidades entre os diversos modelos sociais e seus conflitos como uma questão pessoal, individual e interna(p.67).

Os outros quatro artigos que compõe a categoria “Questionamento sobre o Lugar Social da Mulher” já estão localizados próximos ou na década de 1960, confirmando as tendências posteriores que surgiriam nas mudanças sobre os papéis tradicionais do casamento. As ideias ressaltam um questionamento ao poder do homem: “*insurjo-me contra a ideia de submissão*” (*Teresinha*, artigo 149, junho de 1959); “*confio numa revolução em bases cristãs que venha determinar o extermínio do homem dominador*” (*Marilda*, artigo 194, agosto de 1961); e a maternidade como destino natural do casamento e da mulher, dado apontado no artigo 182 (*Revoltada*, dezembro de 1960). Também há referência, em um dos artigos, ao questionamento da ideia de que a felicidade da mulher casada era sinônimo da felicidade conjugal, divergindo, dessa forma, do pensamento tradicional sobre a felicidade da esposa ser

consequência da satisfação do marido: “*Não é um marido que nos ajuda a conquistar um lugar ao sol*” (Sônia, artigo 219, agosto de 1962).

TERESINHA, sem endereço — *"Insurjo-me contra a idéia de submissão"*.

*“Em toda sociedade bem organizada existe uma hierarquia. No casamento, o marido é o chefe. Isto não quer dizer que a mulher deva anular-se. Ao contrário, ela deve conhecer os seus direitos e, embora cultivando a bondade, deve ter sempre em alto apreço o seu amor-próprio. Isto faz com que seja respeitada pelo marido que, embora "chefe", não deixa de ouvi-la em todas as suas decisões”* (artigo 167, revista *O Cruzeiro*, 6 de junho de 1959).

REVOLTADA, S. Paulo — *"Ele diz que não concorda com as minhas idéias."*

*“Evidentemente se você não quer ter filhos para não prejudicar a sua brilhante carreira, então, minha amiga, estamos de pleno acordo com seu noivo: não se case. Se admitir a idéia de procurar conciliar as duas coisas — maternidade e profissão, nada temos a dizer-lhe. Mas na hipótese de recusar-se, terminantemente, à primeira é óbvio que não deve marchar para um casamento deliberadamente estéril, destituindo-o assim, da sua natural finalidade”* (artigo 167, revista *O Cruzeiro*, 3 dezembro de 1960).

Em relação às assimetrias de papéis sociais dos homens e das mulheres entre 1943 e 1963 segundo (Santos, Caldana, & Biasoli-Alves, 2001) no ambiente doméstico o poder da mulher se torna grandioso, principalmente, em relação à maternidade, lhe conferindo uma “superioridade” e um “poder incalculável”(p.63), nessas relações desenvolvidas no casamento todas as responsabilidades são da mulher e resta a ela conduzir o marido no ensinamento de virtudes, sendo a fortaleza moral, segundo esses autores considerada maiores do que a do homem, entretanto, de acordo com o código de moral, a mulher que tem o poder de conduzir o homem para o bom caminho ou não será responsabilizada por isso. Responsabilizada, por exemplo, pelo descontrole do marido, “justificando que ele use de violência para com ela e que ela seja culpabilizada pelos fracassos do casamento, mesmo sendo ele quem ‘peca’ ou, mesmo sendo a esposa ‘santificada’”(Santos, Caldana, & Biasoli-Alves, 2001, p. 63).

De forma contrária às ideias da leitora, a imprensa feminina não contestava os papéis tradicionais, ela difundia e reafirmava as normas sociais e preceitos morais da época, embora nesse final da década de 1950, as regras já não eram mais tão rígida, reconhecendo e aceitando outras necessidade por parte da mulher. Nesse sentido, havia um posicionamento que incentivava uma autonomia feminina e um posicionamento mais vanguardista frente algumas situações. Em alguns artigos as mulheres são aconselhadas a não aceitar as humilhações, a conhecer seus direitos de esposa, a não permitir ser anulada enquanto ser humano.

**MARILDA, Recife — "Confio numa revolução em bases cristãs que venha determinar o extermínio do homem dominador."**

*Agradecemos suas palavras de estímulo. E estamos de pleno acordo com você quando se insurge contra as injustiças sociais em relação à mulher. Ambos, ela e o homem, tem os mesmos direitos e as mesmas obrigações. Você diz ainda: "Há também cristãos de proa que vivem de consciência tranqüila, agindo como no tempo de Moisés, em que era lícito repudiar as esposas e tomar novas mulheres. A única diferença é que eles não as repudiam publicamente"(artigo 194 , revista O Cruzeiro, 5 agosto de 1961).*

**TERESINHA, sem endereço — "Insurjo-me contra a idéia de submissão"**

*Em toda sociedade bem organizada existe uma hierarquia. No casamento, o marido é o chefe. Isto não quer dizer que a mulher deva anular-se. Ao contrário, ela deve conhecer os seus direitos e, embora cultivando a bondade, deve ter sempre em alto apreço o seu amor-próprio. Isto faz com que seja respeitada pelo marido que, embora "chefe", não deixa de ouvi-la em todas as suas decisões (artigo 149, revista O Cruzeiro, 6 de julho de 1959).*

Levando em consideração tais aspectos há um artigo no qual a mulher vislumbra a autonomia feminina frente a conquista do lugar social, sem que se dê sobre a presença de um homem, tendo a revista relativizando a importância do casamento para a realização feminina e assim assinala que mudanças sociais podem ocorrer por meio dessa compreensão.

**SÔNIA, Rio — "Não é um marido que nos ajuda a conquistar um lugar ao sol".**

*Não. Esse lugar é conquistado pelo mérito individual de cada um. Há mulheres que se casam e que melhor fariam se tivessem se conservado solteiras. Pelo menos não arruinariam a vida do marido e dos filhos. Há outras que, solteiras, sabem dar uma tal orientação à vida que se transformam em valores sociais(artigo 219, revista O Cruzeiro, 4 de agosto de 1960).*

Existem artigos que foram categorizados no tópico de discussão “Adaptar-se ao Casamento”, mas que também explicitam o tópico de discussão “Conflito Pessoal com o Ser Esposa”, os quais também referem a tentativas, e pseudo-tentativas, de rupturas com modelos tradicionais vigentes na ordem social.

Os dois únicos artigos que apresentam essa tentativa de posicionamento da mulher frente a situações de maus tratos físicos, aparecem na seção da revista na década de 1960 (*Escrava da Obrigação*, artigo 207, dezembro de 1961; e, *R.M.* artigo 214 , fevereiro de 1962) os quais anunciam as mudanças que irão ocorrer em décadas seguintes. Essa expressão da situação já permite mudar a invisibilidade que a violência física percorreu por décadas e décadas, pois o silêncio era o alto custo da preservação da família e manter a aparência social

de um lar saudável, desde que os papéis do marido e da esposa estivessem sendo cumpridos (Rocha-Coutinho, 1994; Bassanezi, 1996; Cáceres, Salazar, & Dávila, 2005; Cortez, 2006). A ideia de solicitar à mulher valorizar-se o que poderia ser um apelo de não permitir algum tipo de violência advinda do relacionamento e das atitudes do marido, apesar de serem ainda uma função de fazer em propósito de garantir a harmonia doméstica e não o bem-estar da mulher enquanto pessoa, já é um movimento que nos artigos de décadas anteriores não apareceram. Esses dois artigos são *Escrava da obrigação* (*Escrava da Obrigação*, artigo 207, dezembro de 1961): “Tomando em conta que você o ama até a loucura, vale a pena mudar de tática, embora essa mudança seja apenas aparente. Não se mostre tão solícita. E não aceite em hipótese alguma os seus maus tratos. É possível que ele note a sua transformação e automaticamente modifique também a sua atitude em relação a você”. E R.M. (artigo 214, fevereiro de 1962): “*Maria Teresa: “Não revide as palavras do seu marido nessas ocasiões. Mas, em compensação, não esteja “sempre disposta a fazer as pazes”, depois, intimamente, ele poderá tomar sua atitude como cinismo. É preciso que você se valorize — para que ele possa valorizá-la”* (R.M. fevereiro de 1962).

Portanto, nas situações que a violência moral acontece a possibilidade de abertura representada nesses dois artigos da década de 1960 é contrastado com a ideia um outro artigo (abril de 1962) da mesma década, o mesmo é o único artigo que faz alusão a violência física do marido com relação à mulher:

*Esposa: Desiludida, Rio — “Ele me espanca toda noite.”*

*Maria Teresa: “Através de sua carta pode-se ver que você tem personalidade. Não lhe faltam dotes intelectuais. Saiba aproveitá-los convenientemente. Por que não tenta fazer um curso de enfermagem? Seria um verdadeiro derivativo para sua vida triste e uma segurança a mais para o seu futuro”* (artigo 216, revista *O Cruzeiro*, 07 de abril de 1962).

O silêncio com relação à violência define a visão da sociedade da época sobre o assunto, o qual permanece no âmbito privado e sem visibilidade, o problema da violência de gênero naturaliza-se pela tradição marcada pelas relações hierárquicas do gênero e a partir dessa relação também há dificuldade da sociedade identificar como abusos certos usos de poder e controle masculino dentro do relacionamento afetivo, tendo em vista a violência masculina retratada como algo esperado do homem, como a virilidade e força física (Cortez, 2006) e, portanto não há violação de direito, situação confirmada pela lei, a qual classificava os estupros, violência sexual contra a mulher, como um crime contra a liberdade sexual e não enquadrado em crime contra a pessoa (Alves & Barsted, 1987). Segundo Cortez (2006) a violência conjugal acaba sendo a reação do homem à uma tentativa de manter o papel e características do padrão hegemônico.

Dessa forma, não há nenhuma orientação para a esposa “*Desiludida*” com relação ao seu sofrimento físico e moral, ela terá como derivativo, realizar atividades e aguardar um dia, a tão almejada, emancipação feminina. E sobre o curso de enfermagem, aconselhado pela articulista Maria Teresa, além de fazer parte dos cursos com valores femininos como o cuidado e, portanto, destinados à mulher, permitiria à mulher “*Desiludida*” aplicar os conhecimentos e cuidados com a família, já que a mulher ainda não podia almejar o mercado de trabalho, e, também podem ser usados para fazer curativos em suas próprias feridas...

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa documental pretendida viabilizou a compreensão das redes de relações sociais que envolvem o casamento, as maneiras como se entreteceram e até, de certa forma, a compreensão do motivo pela qual se formaram. As reflexões e análises teóricas tornaram possível a compreensão e sentido de gestos, hábitos e comportamentos mediados pelas palavras e discursos impressos nos documentos que representavam o cotidiano do casamento na sociedade do período por meio da seção da revista.

O período estudado, denominado de “Anos Dourados”, se analisado através da história do Brasil trouxe *glamour* e esperança em um curto período democrático de 20 anos compreendido entre duas ditaduras, entretanto, por trás de todo esse clima de esperança e abertura política e econômica, a sociabilidade de gênero tornou-se mais flexível, mas não acompanhou as mudanças a ponto de romper completamente com os padrões tradicionais. Caracterizado como período de liberdade de expressão e difusão dos meios de comunicação em massa, torna-se importante veículo de conhecimento do cotidiano, da sociabilidade e da socialização, resgatando uma memória pouco apontada na literatura. As pesquisas que enfocam o período dos “Anos Dourados” em suas dimensões sociais são escassas, revelando a importância de trabalhos que abordem o período buscando compreender as características de um momento histórico que colaborou intensamente para as mudanças sócio-culturais que caracterizaram o século XX no Brasil e no mundo.

O objetivo desse trabalho, apesar de identificar e dar visibilidades as redes de relações sociais presentes no casamento, de acordo com os dados da época, não pretendeu esgotar a compreensão da temática e de seus desdobramentos ao longo das décadas que se seguiram. O propósito foi compreender como esses elementos se articularam nessa teia de comportamentos. Concluímos que, nem sempre o discurso da revista era homogêneo e unilateral. Pelo contrário, ele se apresentou repleto de contradições e lacunas. E suas orientações eram direcionadas ora a manutenção do lugar tradicional da mulher e do homem, ora apontavam, ainda que timidamente para críticas a esses lugares. As possibilidades de questionamentos sobre os comportamentos influenciados pelos papéis sociais hegemônicos, quando surgiam, permaneciam no limite de garantir as bases morais e valores sociais que, de certa forma, não prejudicassem a ideia do senso-comum para a época.

Portanto, houve a manutenção dos papéis e valores tradicionais do casamento, o qual, também garantia a permanência de um público interessando pela revista, portanto, mantendo sua publicidade; já que essas ideias tradicionais eram as mais confortáveis de se ouvir, embora geradoras de desigualdades. Por outro lado, a revista permitia que vozes femininas questionadoras não permanecessem mudas e invisibilizadas, mesmo que ressalvas fossem feitas aos questionamentos, a presença deles abre a possibilidade para que os temas e tensões fizessem parte da pauta de discussões sociais e assim passassem a existir.

Assim, as bases culturais, o próprio modo de vida e as relações interpessoais vigentes à época eram construtores das representações sociais e orientavam os comportamentos de gênero para homens e mulheres. Nesse sentido, o estudo das representações sociais também contribui para a compreensão de estudos sobre a mídia e se tornam complementares as temáticas presente nesse estudo. Permitindo compreender a apropriação de elementos sociais complexos sobre gênero, no que tange a relação amorosa homem-mulher que circulavam na sociedade e eram comunicados no cotidiano da época ao serem veiculados nos meios de comunicação. Como menciona Jovchelovitch (2000, p. 92) “dadas às formas como a mídia transforma, e de certa maneira, define a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo de representações sociais”.

A análise dos elementos sócio-históricos identificados no trabalho aponta a força que eles adquirem para a formação das representações sociais sobre ser esposa, ser marido, ser casado(a), ser homem ou mulher na sociedade contemporânea, favorecendo o enraizamento desses elementos ao longo do tempo. Estudos que explorem essas redes de representações nos parecem tão importantes quanto complementares ao conhecimento do período e de suas ligações com o cenário atual.

Apesar dos avanços obtidos pelo feminismo, que se reflete na percepção e sentidos da mulher, a qual conseguiu avançar além dos papéis exclusivos de “boa esposa”, o mesmo não aconteceu com o homem, o qual manteve os sentidos de homem ideal como sendo o provedor. Acreditamos que as conquistas obtidas pela mulher não exigiram também uma revisão do masculino, uma vez que há diferença em se apontar o outro como causador das desigualdades e suscitar o outro a fazer reflexões sobre o lugar ocupado por ele. Nesse sentido, torna-se importante estudos que enfatizem a situação social do masculino a partir de necessidade de, também, pensar nos homens e seus possíveis sofrimentos advindos do seu papel assumido.

A infidelidade das esposas e o ato de ser amante de um homem casado pode ser um tema relevante com potencial contributivo que mereça atenção em uma pesquisa mais específica relacionada ao tema aqui investigado. Por se tratar de assunto tabu na época a qual se referem os dados dessa pesquisa, a sexualidade constitui-se em um tema pouco vislumbrando. Entretanto, os dados mostraram que, ao contrário do que possa se depreender, esse tema não é tão ausente quanto parece, e a revista mostrou-se uma fonte segura para esse tipo de investigação.

Por fim, as vozes entristecidas das mulheres ao se depararem com os revés do casamento, sinalizavam as desigualdades de gênero que denunciavam a opressão feminina nas relações conjugais. Denúncias essas que organizadas se tornaram o grito feminista das décadas posteriores. Nesse sentido, as ousadias desejadas pelas mulheres dos “Anos Dourados” por meio de: relações amorosas ilícitas que não envolviam o casamento; o desejo de experimentarem realizações pessoais por meio do trabalho; não desejo da maternidade como sua única fonte de realização; aquelas que discordaram dos pais; contestaram a supremacia do marido; pediram a separação ou recusaram-se casar, enfim... colocaram em risco as normas de comportamento e assim colaboraram para a ampliação das possibilidades sociais disponíveis para o feminino. Mas, também não podemos esquecer que em suas vivências concretas experimentaram matizes de cores menos nobres nas relações sociais. E, ainda hoje, podemos reconhecer traços e resquícios dos “Anos Dourados” em alguns valores que nos unem, e nos separam, no que tange às hierarquias entre mulheres e homens (Bassanezi, 1997).

## 8. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, B. M., & Barsted, L. L. (1987). Permanência ou Mudança: A Legislação sobre Família no Brasil. In I. Ribeiro, *Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores* (pp. 165-187). São Paulo: Edições Loyola.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: a Construção Social da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Barbosa, M. (2002). *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira*. Ciberlegenda, Universidade Federal Fluminense. Recuperado em 07 Setembro 2010, de <http://www.uff.br/mestcii/marial6.htm>.
- Barbosa, R. J. (2009). *Apostila de Treinamento: Análise de Dados Qualitativos com o uso do Nvivo 8 [Manual]*. Universidade Estadual de São Paulo, SP.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans.) São Paulo: Edições 70, Livraria Martins Fontes.
- Bassanezi, C. (1993). Revistas Femininas e o Ideal de Felicidade Conjugal (1945-1964). *Cadernos Pagu*, 1, 111-148. Recuperado em 5 Fevereiro 2013, de <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/03112009-103640bassanezi.pdf>
- Bassanezi, C. B. (1996). *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: Revistas Femininas e Relações Homem-Mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bassanezi, C. (1997). Mulheres dos Anos Dourados. In M. D. Priore, & C. Bassanezi, *História das Mulheres no Brasil* (pp. 607-639). São Paulo: Editora Contexto.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. In M. W. Bauer, & G. Gaekell, *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático* (P. A. Guareschi, Trans., pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.
- Biasoli-Alves, Z. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233-239.
- Bicalho, M. F. (1989). O BELLO SEXO: Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em fins do Século XIX e início do Século XX. In A. d. Costa, & C. Bruschini, *Rebeldia e Submissão: Estudos Sobre Condição Feminina* (pp. 79-99). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Bond, F. F. (1962). *Introdução ao Jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir.
- Buitoni, D. S. (2009). *Mulher de Papel: A Representação da Mulher pela Imprensa Feminina* (2 ed.). São Paulo: Summus Editorial.

- Cáceres, C. F., Salazar, X., & Dávila, P. F. (2005). Ser Hombre en el Perú: La Infidelidad, la Violencia y la Homofobia en la Experiencia Masculina. In E. A. Pantelides, & E. López, *Varones Latinoamericanos: Estudios sobre Sexualidad y Reproducción* (pp. 27-46). Buenos Aires: Paidós.
- Carson, A. C. (1995). Entrelaçando Consensos: Reflexões sobre a Dimensão Social de Gênero da Mulher. *Cadernos Pagu*(4), 187-218.
- Cunha, J. L., Frasson, C. M., Pacheco, C. R., Röwer, J., Carré, J., & Giordani, T. (n.d). *Cartas de homens: o discurso sobre a masculinidade na seção “da mulher para a mulher” na década de 50*. Recuperado em 04 Novembro 2011, de [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../HdEN92kg.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../HdEN92kg.doc)
- Del Priore, M. (2006). *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). A Identidade em Psicologia Social: Dos Processos Identitários às Representações Sociais. Petrópolis: Vozes.
- Diaféria, L. (2002). *Brás: Sotaques e Desmemórias*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- D'Incão, M. Â. (1989). O Amor Romântico e a Família Burguesa. In M. Â. D'Incão, *Amor e Família no Brasil* (pp. 57-71). São Paulo: Contexto.
- D'Incão, M. Â. (1997). Mulher e Família Burguesa. In: M. Del Priore, & C. Bassanezi, *História das Mulheres no Brasil* (pp. 223-240). São Paulo: Contexto.
- Diniz, G., & Coelho, V. (2005). A História e as histórias de Mulheres sobre o Casamento e a Família. In T. Féres-Carneiro, *Família e Casal: Efeitos da Contemporaneidade* (pp. 138-157). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.
- Engel, M. (1997). Psiquiatria e Feminilidade. In M. D. Priore, & C. Bassanezi, *Histórias das Mulheres no Brasil* (pp. 322-361). São Paulo: Contexto.
- Flick, U. (2009). *Desenho de Pesquisa Qualitativa*. (R. C. Costa, Trans.) Porto Alegre: Editora Artmed.
- Gianordoli, I.F.(2000). “O que fazer quando o coração aperta?”: A relação conjugal e suas transformações pós-infarto. Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.
- Goldenberg, M. (2006). *Infiel: Notas de uma Antropóloga*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Goldenberg, M. (2009). *A Outra: a Amante do Homem Casado*. Rio de Janeiro: BestBolso.
- Gonçalves, E. (1998). Pensando Gênero Como Categoria de Análise. *Estudos de Gênero*(7), pp. 42-60.
- Guedes, M. E. (1995). Gênero: O que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 15, 4-11.

- Hahner, J. E. (2003). *Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Santa Catarina, Florianópolis: EDUNISC.
- Jablonski, B. (2001). Atitude frente à crise do casamento. In T. Féres-Carneiro, *Casamento e Família: Do Social à Clínica* (pp. 81-95). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Jinzenji, M. Y. (2010). *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações Sociais e Esferas Públicas: A Construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Kelle, U. (2002). Análise com Auxílio de Computador: Codificação e Indexação. In M. W. Bauer, *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático* (P. A. Guareschi, Trans., pp. 393-415). Petrópolis: Vozes.
- Luca, T. R. (2012). Mulheres em Revista. In C. B. Pinsky, & J. M. Pedro, *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 447-468). São Paulo: Contexto.
- Macfarlane, A. (1990). *História do casamento e do amor: Inglaterra: 1300-1840*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maluf, M., & Mott, M. L. (2004). Recônditos do Mundo Feminino. In N. Sevcenko, *História da Vida Privada no Brasil: República, da Belle Époque à Era do Rádio* (pp. 368-421). São Paulo: Companhia das Letras.
- Marins, P. C. (2004). Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras. In N. Sevcenko, *História da Vida Privada no Brasil: República, da Belle Époque à Era do Rádio* (pp. 132-214). São Paulo: Companhia das Letras.
- Mira, M. C. (2001). *O Leitor e a Banca de Revista: A Segmentação da Cultura no Século XX*. São Paulo: FAPESP.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. (P. Guareschi, Trans.) Petrópolis: Vozes.
- Motta, A. B. (2012). Elas Começam a Aparecer... In C. B. Pinsky, & J. M. Pedro, *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 84-104). São Paulo: Contexto.
- Nahes, S. (2007). *Revista FON-FON: A Imagem da Mulher no Estado Novo (1937/1945)*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Nascimento, A. R., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2012). Relações de Gênero. In K. Deslandes, & É. Lourenço, *Por uma Cultura dos Direitos Humanos na Escola: Princípios, Meios e Fins* (pp. 91-102). Belo Horizonte: Editora Fino Traço.
- Nunes, A. M. (2006). *Correio Feminino*. Rio de Janeiro: Rocco.

- Peixoto, C. E. (1997). Histórias de mais de 60 Anos. *Estudos Feministas*, 1(5), 148-168.
- Perrot, M. (1998/2005). *As Mulheres ou os silêncios da história*. (V. Ribeiro, Trans.) Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Pinsky, C. B. (2009). Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, 17(1), pp. 159-189.
- Pinsky, C. B. (2012). A Era dos Modelos Rígidos. In C. B. Pinsky, & J. M. Pedro, *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 469-512). São Paulo: Contexto.
- Prado, D. (1979). *Ser Esposa: A Mais Antiga Profissão*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por Trás dos Panos: A Mulher Brasileira nas Relações Familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Sá, C. P., Oliveira, D. C., Wolter, R. M., & Vetere, R. (2011). A Memória Histórica dos Anos Dourados no Rio de Janeiro: Juscelino Kubitschek e a Construção de Brasília. *Memorandum*, 21, 179-194.
- Salem, T. (2004). "Homem...já viu, né?": Representações sobre Sexualidade e Gênero entre Homens de Classe Popular. In M. L. Heilborn, *Família e Sexualidade* (pp. 15-61). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Samara, E. M. (2004). *A Família Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Santaella, L. (2001). *Comunicação & Pesquisa*. São Paulo: Hacher.
- Santos, M. C., Caldana, R. H., & Biasoli-Alves, Z. M. (2001). O Papel Masculino dos Anos Quarenta aos Noventa: Transformações no Ideário. *Paidéia*, 11(20), 57-68.
- Saur-Amaral, I. (2010). *Curso completo de Nvivo 8: Como Tirar Maior Proveito deste Software para a sua investigação [Manual]*. Universidade de Aveiro, Portugal.
- Scott, A. S. (2012). O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares. In C. B. Pinsky, & J. M. Pedro, *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 9-42). São Paulo: Editora Contexto.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Silveira, M. L. (2000). *O Nervo Cala, O Nervo Fala: a linguagem da doença*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Souza, L., & Menandro, P. R. (2007). Pesquisa Documental em Psicologia: A Máquina do Tempo. In M. M. Rodrigues, & P. R. Menandro, *Lógicas Metodológica: Trajetos de Pesquisa em Psicologia*. Vitória: GM Editora.
- Swain, T. N. (2001a). Feminismo e recortes do tempo presente: Mulheres em revistas "femininas". *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 67-81.

- Swain, T. N. (2001b). Feminismo e representações sociais: A invenção das mulheres nas revistas "femininas". *História: Questões & Debates*(34), 11-44.
- Torres, C. M., Velásquez, C. D., Pacheco, C. R., Pinto, D. G., Santos, F. B., Jensen, J. M., . . . Belinazo, N. B. (2008). "Da Mulher para a Mulher": Compreendendo os Discursos de Civilidade. *Perpectiva*, 32(120), 17-31.
- Trigo, M. H. (1989). Amor e Casamento no Século XX. In: M. Â. D'Incão, *Amor e Família no Brasil* (pp. 88-94). São Paulo: Contexto.
- Trindade, Z. A., Nascimento, A. R., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2006). Resistência e Mudança: Representações Sociais de Homens e Mulheres Ideais. In Â. M. Almeida, M. d. Santos, G. R. Diniz, & Z. A. Trindade, *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais*. (pp. 187-210). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Rocco .
- Vala, J. (1999). A Análise de Conteúdo. In A. Silva, & J. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (12a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Yalom, M. (2002). *A História da Esposa: Da Virgem Maria à Madonna*. (P. Coutinho, Trans.) Rio de Janeiro: Ediouro.

## 9. ANEXOS

### Anexo I



Figura 9 - Capa da Revista *O Cruzeiro*, 3 Setembro de 1960

Anexo II



CASAR  
E  
SER  
FELIZ

## DA Mulher PARA A Mulher

MARIA TERESI

REUNIDOS ESPINDADOS

**ALMA SEM RUMO, Avulsá —** "Passo-me por dentro de o Amor tejeia."

A paixão do rapaz está-se transformando para vice. Por que haveria de fazê-lo tal? se o que deseja é eternamente o mesmo amor? Já se conhecemos há bastante tempo e quicissimamente esse sentimento. O que acontece é que hoje está perdendo a confiança em si mesma e deixando que o objeto lhe imponha a alma — o que deve estar de início. São coisas. Uma para o futuro casamento.

NÃO SE CONTRARIADO

**SÓFRONIS UNICÓRNO, um saberço —** "Espera-se se pronto casar-se-á."

Se você gosta tanto da própria e sabe que é correspondido, porque verter a opinião da família dela. Ainda são muito coisas e você tem bastante tempo, portanto, para decidir que é um rapaz de valor, digno de confiança.

O DELÍO

**RUSSA TRISTE, Rio —** "Deixe-se de bobagem."

Este não é o dia em que alguém consegue convencê-la de que um marido não vale por si mesmo, sendo pela pessoa que o inspira. Quando esse alguém chegar, um jovem que não de amor lhe trouxe confiança e respeito, então você modificará sua maneira de pensar. Por enquanto é bom que tenha calma; não tire de que se arrepender.

UMA QUESTÃO DE SAÚDE

**PITTA, Rio —** "Acho que dá que me casar-se para impressionar outra."

Você está doente e precisa fazer um tratamento largo como mental. Comece pelo primeiro e é possível que não precise mais fazer o segundo. Mas é imprescindível que procure um médico que o ajude a recu-

**C**ERTA vez perguntamos a uma esposa aparentemente feliz se agora, ainda assim depois de casada, ela ainda se lembra tão forte como ao tempo do namoro. E ela nos respondeu: "Como não. Ainda não sei amar, sinto-me extremamente mais consciente do que naquele tempo. As promessas de então são a realidade de hoje. A planície que ontem apenas desenhava-se hoje tem raias profundas. E o casamento é o terreno que um indolente do casamento "dele" conquistou: não há mais resistência com que há de ser brevíssimo".

Aquela resposta, porém, a dignificamos para a natureza após as distorções: mente a opinião de certos maridos em relação às esposas que afirmam que a rotina do casamento mata o amor. Não, não, quando o marido e a mulher não se recebem ao seu espelho e necessitando, em pouco, a atenção que um dá ao outro. Quando ambos perdem a boa vontade para desculpar as falhas, entropias e, mais do que isso, se esforçam mesmo para apressar os defeitos do companheiro. Há esposas que não perdem espontaneamente a fase quente do namoro de início. Há maridos que se julgam desobrigados tanto a esposa assim em que, com o casamento, já lhe foram a maior demonstração de amor.

Ora, o casamento não é o fim, sendo o princípio de uma vida a dois. É dignamente necessário o casal que se deve unido por amor e que se estiverem no relacionamento consciente de considerar um por honorário feito da dedicação recíproca. É certo que essa disposição obrigará marido e mulher a pequenos sacrifícios em prol do interesse comum. Mas todos esses sacrifícios serão, sem dúvida, cada um mais fácil, a proporção que o casal se se desmistifica. Não é necessário que um e outro abram mão de sua personalidade. Pelo contrário: cada um deverá conservar a sua estrutura de ser até o ponto em que não fra a sensibilidade do marido e de mulher. E, portanto, mesmo da diversidade dos temperamentos, condução para a boa coisa, e proibindo a irritação do casal.

Figura 10 – Seção “Da Mulher para a Mulher”, Revista *O Cruzeiro*, 7 de maio de 1960, p.40

## Anexo III



MARIA TERESA

RECEIOS INFUNDADOS

ALMA SEM RUMO, Araxá — *“Nunca me perdorei se o fizer infeliz.”*

A psicose do rapaz está-se transferindo para você. Por que haveria de fazê-lo infeliz, se o que deseja é exatamente o inverso disso? Já se conhecem há bastante tempo e querem-se com sinceridade. O que acontece é que você está perdendo a confiança em si mesma e deixando que o ciúme lhe envenene a alma — o que deve evitar de início. Seja otimista. Olhe para o futuro corajosamente.

NAMORO CONTRARIADO

SOFREDOR INDECISO, sem endereço — *“Espero-a ou procuro esquecê-la?”*

Se você gosta tanto da pequena e sabe que é correspondido, procure vencer a oposição da família dela. Ainda são muito novos e você tem bastante tempo, portanto, para mostrar que é um rapaz de valor, digno de confiança.

*C*ERTA vez perguntamos a uma esposa aparentemente feliz se agora, vinte

Figura 11 – Artigos da Seção “Da Mulher para a Mulher”, Revista *O Cruzeiro*, 7 de maio de 1960, p.40

LEMBRANÇA INSISTENTE

REVOLTADA, Minas Gerais — *“Como aceitar a vida se não creio em nada?”*

O sofrimento passado roubou-lhe a fé. Porém a vida que já lhe impôs tanta tristeza oferece-lhe agora o que há de melhor na pessoa de um bom marido e na segurança de uma família bem constituída. Você que já teve tanta fortaleza de espírito procure agora combater o pessimismo que lhe ameaça as resistências. Raciocine com maturidade: quem lhe garante que o primeiro romance seria bem sucedido? Apenas por ter começado bem? E se terminasse mal? Você mesma reconhece que todos somos vulneráveis. Além do mais, lembre-se: de início você não foi sincera para com seu marido. Você o procurou apenas para esquecer o outro. O seu presente — graças a Deus — é tão bom que seria um grave erro

consentir que lembranças desagradáveis interferissem no seu ritmo normal. Procure ser boa para todos que a cercam. Deus lhe deu a oportunidade. Não a deixe passar.

\* \* \*

CASO DE FAMÍLIA

DENE, Rio — *“Acha que um médico resolveria?”*

Antes que você tivesse aventado essa hipótese já nos havíamos lembrado dela. A senhora sua mãe é uma pessoa doente. Procure não se revoltar, mas ter paciência. Mire-se no exemplo do seu pai e procure não somente apoiar-se nele; lembre-se de que ele também precisa de você. Quanto ao seu namoro não achamos nada de extraordinário; a pouca idade do rapaz seria o único inconveniente. Como,

porém, não vão se casar agora, você terá tempo suficiente para ver se realmente o ama ou se está buscando com esse namoro apenas um derivativo para a incompreensão com que é tratada dentro de casa.

\* \* \*

NOIVADO POR CORRESPONDÊNCIA

O. S. L., Salvador — *“Tenho receio de que ela não se acostume.”*

Seus receios têm muito fundamento. Achamos muito arriscado realizar um casamento sobre bases tão precárias de conhecimento. Procure passar mais algum tempo junto de sua noiva ou, o que seria melhor, procure um jeito para que ela venha antes do casamento passar uma temporada com sua família para ver como reage no meio em que vai viver.

Figura 12 – Artigos da Seção “Da Mulher para a Mulher”, Revista *O Cruzeiro*, 4 de fevereiro de 1961, p.101